

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA IZABEL MAZINI DO CARMO

*Nelle vie della città – os Italianos no Rio de Janeiro*  
*1870-1920*

-Niterói, Abril de 2012-

C287 Carmo, Maria Izabel Mazini do.

*Nelle vie della città* – os italianos no Rio de Janeiro (1870-1920)  
/ Maria Izabel Mazini do Carmo. – 2012.

215 f. ; il.

Orientador: Ismênia de Lima Martins.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de  
História, 2012.

Bibliografia: f. 209-214

1. Imigração italiana. 2. Rio de Janeiro (RJ). 3. Trabalho. I.  
Martins, Ismênia de Lima. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 325.245098153

MARIA IZABEL MAZINI DO CARMO

*Nelle vie della città – os Italianos no Rio de Janeiro (1870-1920)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 25 de abril de 2012

Orientadora: Ismênia de Lima Martins

Banca examinadora:

Professora Doutora Gladys Sabina (UFF)

Professora Doutora Paola Cappellin (UFRJ)

Suplente:

Professora Doutora Rosane Barthollazzi (FAETEC)

Niterói, abril de 2012

*À família Mazzini  
Que lutou pela liberdade  
Que cruzou oceanos  
Que plantou nas terras paulistas  
E que foi fonte de inspiração para este trabalho*

## **RESUMO**

A dissertação em questão tem por objetivo estudar a imigração italiana urbana para a cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1920 (época denominada “Grande Imigração”).

Primeiramente, estudou-se o conturbado período por que passava a Itália na referida época.

Buscou-se compreender os imigrantes inseridos na lógica social das grandes transformações urbanas que a então Corte e, posteriormente, Capital Federal vivenciava, bem como localizar os bairros em que tais italianos se concentraram.

Do mesmo modo, traçou-se um perfil socioeconômico dos imigrantes em questão.

O trabalho baseou-se no método dialético marxista, para sua consecução, tendo como bases teóricas Antonio Gramsci e Eric Hobsbawm.

Utilizou-se fontes do Arquivo Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivos Paroquiais, Recenseamentos do IBGE.

## **PALAVRAS CHAVE**

Imigração, trabalho, cidade

## Agradecimentos

Como bisneta de italianos e portugueses, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família, que fez com que eu me encantasse pelo tema da imigração; à minha mãe, Rosemary, que, sempre ao meu lado, me incentivou à pesquisa; ao meu pai, Maurício, que, mesmo no além-mar, deu-me força a seguir no trabalho; aos meus avós, Romildo e Mercedes, que me contavam histórias maravilhosas sobre a colônia italiana no oeste paulista; aos meus avós João e Alice, que tanto falavam sobre como era trabalhar com os sérios alemães e sobre os encantos do Viseu; às minhas tias Marilda, Ivone e Marta, que, mesmo no estado vizinho ao meu (São Paulo), perguntavam, toda vez em que nos falávamos, sobre como estava meu trabalho.

Também gostaria de agradecer a todos os meus professores da Universidade Federal Fluminense, em especial, dois: minha querida orientadora Ismênia de Lima Martins que, além de professora, exerceu o papel de amiga e de segunda mãe durante esses dois anos de trabalho, e Théo Lobarinhas Piñero, meu eterno co-orientador, leitor crítico e franco amigo que, desde os anos da graduação, deu-me apoio incondicional.

Meus sinceros agradecimentos a Luiz Roberto, meu companheiro de todas as horas, que com seu carinho e admiração, contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

Obrigada também aos meus amigos e professores do Laboratório de História Econômica e Social (POLIS), da mesma instituição em que realizei este mestrado, e aos companheiros do Grupo de Trabalho de Imigração.

Minha gratidão a amigos como Felipe, Viviane e Érica, que sempre me incentivaram a estudar e a não desistir do mestrado.

Impossível me esquecer de agradecer à família Fasolato, em especial à Valéria e a Douglas, que me receberam em Juiz de Fora, abrindo seu arquivo privado para o enriquecimento desta pesquisa.

Por fim, sou imensamente grata a todos os funcionários de uma instituição de pesquisa, em particular: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde pude trabalhar por diversos dias com muita tranquilidade, respeito e solidariedade. Obrigada à diretora, aos arquivistas, aos bibliotecários, aos seguranças, aos simpáticos estagiários e aos demais empregados!

## Índice:

<b>Introdução:</b> Uma nova história para compreender a imigração italiana .....	P. 12
<b>Capítulo 1.</b> O Estado Italiano à época da Grande Imigração .....	P. 22
<b>1.1.</b> O processo de Unificação .....	P. 22
<b>1.2.</b> Expropriação, Trabalho e Imigração .....	P. 38
<b>Capítulo 2.</b> Do Mediterrâneo à Baía de Guanabara .....	P. 52
<b>2.1.</b> O Rio de Janeiro: de cidade colônia à capital federal .....	P. 52
<b>2.2.</b> Crescimento populacional e imigração .....	P. 72
<b>2.3.</b> Para Sant’Anna... de Cosenza .....	P. 79
<b>2.4.</b> As imagens dos Censos como elementos de Poder .....	P. 97
<b>Capítulo 3:</b> Andando pelas ruas .....	P. 105
<b>3.1.</b> Pelas ruas de baixo .....	P. 105
<b>3.2.</b> Pelas ruas de cima .....	P. 159
<b>Conclusão:</b> Um fim da Imigração? .....	P. 180
<b>Anexos</b> .....	P. 184
<b>Arquivos, Revistas e Sites</b> .....	P. 208
<b>Bibliografia</b> .....	P. 209

## Índice dos Mapas

### Capítulo 1.

Mapa 01. A Itália em 1494 .....	P. 24
Mapa 02. A Itália no momento pré-unificação .....	P. 25
Mapa 03. A Itália em 1859 .....	P. 27
Mapa 04. A Itália em 1861 .....	P. 27
Mapa 05. A Itália em 1889 .....	P. 28
Mapa 06. A Itália hoje .....	P. 29
Mapa 07. O Império Italiano .....	P. 36

### Capítulo 2.

Mapa 08. O Rio de Janeiro em 1769 .....	P. 64
Mapa 09. O Rio de Janeiro em 1812 .....	P. 65
Mapa 10. O Rio de Janeiro em 1888 .....	P. 66
Mapa 11. O Rio de Janeiro em 1920 .....	P. 69
Mapa 12. Sant'Anna em 1906 .....	P. 83
Mapa 13. Gamboa em 1906 .....	P. 84
Mapa 14. Santo Antonio em 1906 .....	P. 85

### Capítulo 3.

Mapa 15. Os imigrantes e suas Principais Províncias do Sul .....	P. 112
Mapa 16. Localização atual da Ladeira do Barroso, 81 .....	P. 128
Mapa 17. Glória em 1906 .....	P. 161
Mapa 18. Espírito Santo em 1906 .....	P. 162
Mapa 19. São José em 1906 .....	P. 171

## Índice das Tabelas

### Capítulo 1.

Tabela 01. Preços de alguns dos principais produtos agrários na Itália, em liras, por quintal (peso de 60 quilos) .....	P. 42
Tabela 02. Emigração média anual (temporária e permanente) .....	P. 43



Tabela 03. Distribuição do fenômeno emigratório .....	P. 43
Tabela 04. Emigrantes italianos desembarcados no Brasil .....	P. 47
Tabela 05. Emigração Italiana para o Brasil, por regiões, de 1876 a 1920 .....	P. 50

## **Capítulo 2.**

Tabela 06. Balanço comercial do Rio de Janeiro e São Paulo comparados em contos – 1912-1913 .....	P. 67
Tabela 07. Morte por doenças transmissíveis (Rio de Janeiro) .....	P. 71
Tabela 08. O crescimento da população do Rio de Janeiro (1872-1920) .....	P. 72
Tabela 09. Imigrantes em 1872 .....	P. 74
Tabela 10. Imigrantes em 1906 .....	P. 75
Tabela 11. Imigrantes em 1920 .....	P. 76
Tabela 12. Estrangeiros e Italianos no Rio de Janeiro (1872 – 1920) .....	P. 77
Tabela 13. Cidades do Estado do Rio de Janeiro de onde vinham muitos migrantes P. 80	
Tabela 14. Principais Estados dos Migrantes Internos .....	P. 81
Tabela 15. Número de habitantes por estalagem nas freguesias (1888) .....	P. 94
Tabela 16. Condições higiênicas das estalagens .....	P. 95

## **Capítulo 3.**

Tabela 17. Presença dos estrangeiros nas freguesias centrais (1906) .....	P. 108
Tabela 18. Presença dos estrangeiros nas freguesias centrais (1920) .....	P. 109
Tabela 19. Origem dos italianos por Regiões, Províncias e Comunas localizadas . P. 113	
Tabela 20. A participação (%) dos estrangeiros em relação ao total de habitantes nos seguintes distritos, em 1906 .....	P. 120
Tabela 21. Salário do ano de 1892. Rio de Janeiro .....	P. 121
Tabela 22. Cálculo de custo de alimentação de um operário por mês em 1892 .....	P. 122
Tabela 23. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1867 .....	P. 125
Tabela 24. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1879 .....	P. 125
Tabela 25. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1885 .....	P. 131
Tabela 26. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1886 .....	P. 132
Tabela 27. Classificação dos negros nos pedidos para andar ao ganho (1879) .....	P. 137
Tabela 28. Expulsão de estrangeiros entre 1907 e 1921 .....	P. 156
Tabela 29. A População da Glória de 1872 a 1920 .....	P. 160
Tabela 30. Outros italianos de renome citados por Julio Vanni .....	P. 174

## Índices de Gráficos e Esquemas

### Capítulo 2.

Esquema 01. Das freguesias aos bairros (até 1901) .....	P. 62
Gráfico 01. O crescimento da população do Rio de Janeiro (1872 – 1920) .....	P. 72
Gráfico 02. Homens e mulheres italianos no Rio de Janeiro (1872 – 1920) .....	P. 78
Gráfico 03. Os italianos e seus principais distritos .....	P. 82

## Índice das Imagens e Fotografias

### Capítulo 1.

Imagem 01. O General Barattieri com seus oficiais na Batalha de Adua, 1896 .....	P. 37
Imagem 02. Exemplo de Passaporte Italiano, em 1896 .....	P. 45
Imagem 03. Trabalhadores italianos carregando sacas de café em fazendo paulista. P. 46	
Imagem 04. Operários italianos numa das fábricas do Conde Matarazzo .....	P. 47

### Capítulo 2.

Imagem 05. Primeira folha da carta de Cândido Bernardino Teixeira criticando a abolição .....	P. 53
Imagem 06. Capa da <i>Revista Ilustrada</i> , n. 656, 1893 .....	P. 59
Imagem 07. Primeiro registro encontrado realizado na Matriz de Sant'Anna .....	P. 87
Imagem 08. Primeiro registro encontrado nos arquivos da Igreja de Sant'Anna .....	P. 88
Imagem 09. Quiosque da Rua da América, década de 1910 .....	P. 90
Imagem 10. O Rio Desaparecido. Quiosque na Praça da República, década de 1910 .....	P. 91
Imagem 11. O Rio Desaparecido. Os Quiosques. Rua da Saúde, década de 1910 ...	P. 92
Imagem 12. Estalagem à Rua Senador Pompeu (Sant'Anna/Gamboia) .....	P. 96
Imagem 13. As nacionalidades no censo de 1920 .....	P. 98
Imagens 14 e 15. Fotografias de Pereira Passos nos Censos de 1906 e de 1920 ....	P. 100
Imagem 16. Carlos Sampaio e as obras monumentais do Rio de Janeiro .....	P. 101

Imagem 17. Vista da Avenida Rio Branco com o Teatro Municipal ao fundo (1920)	P. 102
Imagem 18. Vista do alto da Sumaré (1920)	P. 103
Imagens 19 e 20. Vistas dos Morros da Providência e do da Conceição (1920)	P. 104

### **Capítulo 3.**

Imagem 21. Diploma da Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso	P. 110
Imagem 22. Diploma da Società Operaia Fuscaldese di Mutuo Soccorso	P. 111
Imagem 23. Morro do Pinto (1912)	P. 133
Imagens 24 e 25. Vendedores ambulantes negros. Cesteiro e de Doces	P. 138
Imagens 26 e 27. Vendedores ambulantes de mocotó e de aves	P. 139
Imagens 28 e 29. Vendedores ambulantes. Garrafeiros e ceboleiro	P. 140
Imagens 30 e 31. Vendedores ambulantes. Funileiros e Jornaleiros	P. 141
Imagens 32 e 33. Trabalhadores ambulantes. Vendedores de pão doce e de frutas.	P. 142
Imagens 34 e 35. Trabalhadores ambulantes. Vendedor de vassouras e Amolador	P. 143
Imagens 36 e 37. Trabalhadores ambulantes. Vendedor de tecidos e Vendedora de miudezas	P. 144
Imagem 38. Vendedor ambulante de guarda-chuvas e bengalas	P. 145
Imagem 39. Estação Dom Pedro II da Estrada de Ferro Central do Brasil (1899)	P. 147
Imagem 40. Convento dos Capuchinos, Morro do Castelo, 1921	P. 164
Imagem 41. Convento dos Capuchinos, Morro do Castelo, 1921	P. 164
Imagem 42. Portão da Antiga Fortaleza de São Sebastião do Morro do Castelo	P. 165
Imagem 43. Anúncio da empresa de Jannuzzi	P. 170
Imagem 44. Casa onde morou Antonio Jannuzzi, em Santa Tereza	P. 170
Imagem 45. Pasquale Segreto	P. 173
Imagem 46. Angelo Agostini	P. 175
Imagens 47 e 48. Ilustrações de Angelo Agostini	P. 176
Imagem 49. A Ilustração de Angelo Agostini	P. 177
Imagem 50. Imagem sobre os noticiários (Angelo Agostini)	P. 178

*“(...) Faz parte da miséria do homem o não poder conhecer mais do que fragmentos daquilo que já passou, mesmo no seu pequeno mundo; e faz parte da sua nobreza e da sua força o poder conjecturar para além daquilo que pode saber”.*

(GINZBURG, 1989: 197)

## **Introdução. Uma nova história para compreender a imigração italiana**

O presente trabalho tem por objetivo estudar a imigração italiana urbana, na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1920 – período conhecido como o da “Grande Imigração”.

Os fenômenos migratórios possuem uma incontestável relevância para se compreender a formação das sociedades contemporâneas, uma vez que, desde as épocas mais remotas até os dias atuais, registram-se os deslocamentos humanos. Com relação à Itália, ressalta que as migrações dos povos da península foram facilitadas dada a sua posição geográfica.

Ocupado por africanos e europeus desde os anos da conquista – como portugueses, franceses, holandeses etc. – o Brasil vivenciaria, no final do XIX e início do XX, o impacto da grande imigração colocada pelas conjunturas internas e externas que serão discutidas no desenvolvimento deste estudo.

Depois dos portugueses e africanos, os italianos foram o grupo mais numeroso de imigrantes aportados em terras brasileiras, estimando-se que, entre 1870 e 1920, chegaram em torno de 1,4 milhão. Atraídos pelos empregos nas lavouras e indústrias, dirigiram-se, sobretudo ao estado de São Paulo, que absorveria cerca de 70% deste contingente. (ALVIM IN: FAUSTO, 2000: 39).

Sendo assim, a grande maioria dos estudos sobre o imigrante italiano no Brasil centraliza-se na figura do camponês que se destinou às fazendas de São Paulo contribuindo significativamente para o desenvolvimento da cultura do café, ou na presença italiana na capital paulista, onde este imigrante foi elemento crucial do movimento operário durante os anos da República Velha, em especial com as ideias anarquistas trazidas do além-mar e fortificadas em solo americano.

Ademais, houve notórios casos de pequenos proprietários e empresários que fizeram fortuna, em São Paulo, como o grande industrial Francesco Matarazzo – conhecido, também, como Conde Matarazzo – que empregou diversos conterrâneos em suas fábricas.

Outro grande foco de estudo sobre os italianos no Brasil é a região sul do país, que absorveu expressivos contingentes, não apenas deste grupo, mas também os alemães, atraídos pela possibilidade de obter terras e desenvolver suas propriedades.

Importante observar que naquela região, a colonização foi incentivada pelo Estado como estratégia de prevenção às constantes ameaças de invasões dos vizinhos platinos. Em vias de regra, foi um processo exitoso e alcançadas tais expectativas, os colonos marcaram fortemente a dinâmica econômica regional.

No que diz respeito aos outros estados, o tema da imigração italiana ainda apresenta consideráveis deficiências, apesar da consolidação dos programas de pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa regional no Brasil. Enfrentar tal problema consiste em um grande desafio, uma vez que este grupo distribuiu-se por todo o nosso país de dimensões continentais.

Revela-se, outrossim, uma lacuna substancial nos estudos da presença italiana nas regiões urbanas, excetuando-se a de São Paulo, onde o italiano faz parte da memória local, desenvolvendo verdadeiras “Pequenas Itálias” em bairros como Brás, Mooca e Bom Retiro.

No caso do Rio de Janeiro, este quadro revela-se de forma mais eloquente por tratar-se da então Corte e, posteriormente, Capital Federal. Ademais, a bibliografia existente apontar uma notável escassez de estudos que contemplem aquela questão.

Esta situação é, no mínimo, intrigante, uma vez que a memória da imigração italiana inscreve-se por todas as regiões da capital carioca, nos prédios, esculturas, monumentos, na nomenclatura das ruas, de estabelecimentos comerciais, restaurantes, além de um contingente expressivo da população que ostenta os sobrenomes de origem italiana.

Sendo assim, os poucos trabalhos que discorrem sobre o assunto em questão, o fazem de forma generalizante e/ou focando a análise em diferentes recortes temporais tal como os anos do Império do Brasil, a exemplo do livro de Julio Vanni (2000). Apesar de nos trazer substanciais contribuições no que tange o estudo imigratório italiano para o Rio, não aprofundam a pesquisa.

Esta tendência pode ser observada em importantes trabalhos sobre imigração nas Américas e no Brasil, como o organizado por Boris Fausto (2000), *Fazer a América*, em que o capítulo destinado à imigração italiana no Brasil, a autora Zuleika Alvim limita-se a comentar sobre tais em São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, ignorando a presença dos mesmos, não apenas no Rio de Janeiro, mas em regiões conhecidas por suas colônias peninsulares como Minas Gerais e Espírito Santo.

Também no livro de Franco Cenni (1975), *Italianos no Brasil*, ao item **Italianos nos Estados**, encontramos descrições sobre a imigração italiana nos estados do Sul, em

alguns estados do Norte, em São Paulo, nas Minas Gerais, no Espírito Santo e no Mato Grosso. Entretanto, sobre o Rio de Janeiro, vemos apenas alguns breves comentários sobre uma colônia italiana estabelecida no município de Porto Real, localizado no Vale do Paraíba fluminense.

Outro exemplo seria o livro organizado por José Luiz del Roio (1990), *Trabalhadores do Brasil. Imigração e industrialização*, em que, apenas no capítulo trabalhado por Ângelo Trento – um dos maiores especialistas em imigração italiana para o Brasil –, encontra-se um breve comentário sobre os italianos no Rio de Janeiro, destacando o caráter diminuto deste grupo e ressaltando sua atividade como vendedores ambulantes:

Essa massa de gente dedicou-se às mais variadas profissões: alfaiates, sapateiros, pedreiros, barbeiros, carpinteiros, hoteleiros, garçons, eram com frequência italianos. Em São Paulo os nossos patrícios praticamente detinham o monopólio do pequeno comércio. **Também no Rio de Janeiro, a maior parte da reduzida colônia italiana, composta, sobretudo de meridionais, trabalhava como vendedor ambulante** (TRENTO IN: ROIO, 1990: 39. Grifos meus).

Observe-se que, além de vaga, a referência acima é imprecisa por considerar, no Rio de Janeiro, reduzida a colônia italiana, como demonstraremos adiante.

Os documentos pesquisados e trabalhados para esta dissertação apontam exatamente o contrário, ainda que, na memória social dos habitantes do Rio de Janeiro, pouco se ouça e pouco se leia sobre o imigrante italiano, embora ele tenha sido presença marcante no referido período.

Antes de discorrer sobre as fontes pesquisadas e metodologia empregada, é preciso tecer alguns comentários acerca da teoria da história utilizada no trabalho em questão.

Qualquer profissional que pesquise os fenômenos migratórios utiliza dados quantitativos como recenseamentos, listagens de vapores, fichas consulares, registros paroquiais, e/ou qualitativos, tal qual análise de documentação referente a associações internacionais, plantas das cidades, conjuntos de leis da época, relatórios ministeriais, de Presidente de Província, documentação municipal etc. Estas fontes apresentadas dispõem de maior prestígio por serem consideradas fontes oficiais.

Entretanto, a noção de documento que desenvolvemos no imaginário acadêmico brasileiro, até bem pouco tempo, estava vinculada a uma historiografia tradicional que não enxergava outros recursos como fontes ou os classificava como “alternativos”, desmerecendo, claramente, seu valor. Com a renovação da historiografia, sobretudo a partir da Escola dos *Annales* e, mais à frente, da história política – tendo como fundo a história cultural – muito mudou esta tendência.

O contexto de crise econômica e social em que nasceu a escola dos *Annales* foi absolutamente favorável para que seus fundadores – Marc Bloch e Lucien Febvre – a desenvolvessem, afinal, a própria época pedia para que os olhares fossem deslocados do aspecto político para os econômicos e sociais.

Desse modo, não tardou para que Bloch, Febvre e seus seguidores passassem a repudiar a história política tida como positivista, numa busca incessante em perceber o homem como singularidade, como ator histórico, centrando suas análises mais na longa duração do que nas questões factuais. As ciências sociais já vinham, desde o fim do XIX questionando o evolucionismo – até então, predominante – e buscando centralizar o olhar na sociedade. Foi o caso da escola sociológica durkheimiana – das quais Bloch e Febvre reconhecem serem devedores.

Entretanto, a busca destes historiadores era assegurar o caráter científico da disciplina histórica – considerada como um ramo da sociologia pelos durkheimianos – centrando o estudo no que se deu o nome de “história-problema”, ou seja, combatendo a história historicizante, meramente descritiva e factual, clamando por interação do historiador com o documento e arquivos. Ou seja, o historiador não deve enxergar o documento como mera fonte de dados e informações, mas ter um olhar inquiridor, direcionar perguntas ao documento. Nas palavras do historiador, Sidney Chalhoub (2008: 39), os fatos da história não podem ser vistos como “(...) coisas sólidas, ‘duras’, de forma definida e facilmente discerníveis.”.

Outro ponto que não pode deixar de ser citado é a ligação que os *Annales* buscaram fazer da história com o tempo presente. Articulando-se a diversas outras disciplinas como a geografia blachiana e da já citada sociologia durkheimiana, a escola procurou realizar um trabalho interdisciplinar para enriquecer o método científico da história.

Nesta lógica, logo passou a criticar-se o uso exclusivo do documento oficial e do escrito, visando a ampliar o olhar histórico. Como resultado, acabou-se por buscar



outras e fontes e métodos de trabalho como a demografia, estatística, linguística, literatura, psicologia e arqueologia.

Quanto à história política, verificou-se que o gênero foi estigmatizado como ultrapassado em relação às novas tendências fortalecidas pelo sucesso da Escola dos *Annales*. Desse modo, a busca por sua renovação foi inevitável para que voltasse a ter voz no meio acadêmico. Tal processo ocorreu, sobretudo, a partir da década de 1980, apoiado na vitalidade da escola fundada por Febvre e Bloch e utilizou-se da influência da história cultural para esta modernização.

Rémond (2003) comenta a necessidade da interdisciplinaridade, particularmente do diálogo com a antropologia, para a recuperação do prestígio deste gênero historiográfico. Desse modo, o novo foco de análise seria as massas, destacando a pluralidade dos ritmos e a possibilidade da quantificação do aparato documental, voltando-se à longa duração. O político, assim, seria um viés de análise para se apreender o TODO social.

Nessa linhagem, a micro-história italiana trouxe grandes contribuições ao sugerir a redução da escala de análise e um olhar mais atento ao particular. Afinal, nas palavras de Giovanni Levi (IN: BURKE, 2002: 149), “(...) *no contexto de condições sociais diferentes, (...) estruturas simbólicas produzem uma multiplicidade de representações fragmentadas e diferenciadas (...)*”.

É essencial que não nos esqueçamos de que a sociedade italiana, bem como a brasileira, já no período estudado, caracterizavam-se como sociedades de classes, baseando-se, sobretudo, nas relações de conflito próprias às especificidades do desenvolvimento capitalista de então. Entretanto, demarcamos que a pesquisa levou todas as questões acima apresentadas em consideração, aproveitando o melhor que elas oferecem para enriquecer o olhar dialético-marxista sem se ater a análises essencialmente economicistas e, muito menos, relativistas ao extremo.

Traçado este breve panorama, chegamos à conclusão de que podemos olhar para outras fontes tão valiosas quanto os documentos oficiais e fontes escritas para compreender o fenômeno imigratório, no Brasil, realizando, assim, um rico debate e grandes interlocuções

Os recenseamentos do IBGE de 1870 a 1920 – todos disponíveis *online*<sup>1</sup> – não só apresentam um número considerável destes imigrantes como apontam sua

---

<sup>1</sup> [ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)

importância ao lado dos portugueses e espanhóis na formação populacional do Rio de Janeiro. Mesmo que apresentem deficiências em sua constituição, por se tratar de um período proto-estatístico, tais documentos, certamente, apresentam a tendência demográfica e migratória do Rio de Janeiro.

Ademais, os Censos nos apresentam valiosas plantas da cidade, em diferentes anos, recursos importantíssimos para não apenas visualizar, mas também para melhor compreender a evolução urbana do Rio de Janeiro. Além disso, esse tipo de fonte também contribuiu para a pesquisa, ao permitir a identificação da concentração espacial de trabalhos e ofícios dos imigrantes, por região da cidade

Convém lembrar que o foco de análise privilegiará, particularmente, três censos que são os mais detalhados, minuciosos e organizados: o de 1872 – primeiro censo geral do Brasil –, o de 1906 – o primeiro realizado pela administração municipal – e o 1920 – o mais completo da I República. Os outros recenseamentos apresentam interessantes informações, porém *imprecisas*, conforme consta na própria introdução daquele de 1906.

Foram também realizadas buscas no Arquivo Nacional, na listagem de vapores – disponível *online*<sup>2</sup> – e no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, tais como processos de naturalização, pedidos de licença para trabalhar ao ganho, dentre outros – todas manuscritas. O resultado reforçou o constatado pelos Censos, ou seja, uma grande participação deste povo mediterrâneo na capital brasileira de outrora, além de permitir a observação da presença no comércio ambulante dos italianos ao lado de brasileiros pobres, negros e pardos, portugueses e espanhóis.

Da mesma forma, foram analisados cerca de dois mil registros paroquiais de matrimônios realizados na paróquia de Sant’Anna e mais novecentos nas de Santo Cristo dos Milagres, Santo Antonio dos Pobres e São José, entre 1870 e 1910 – todos manuscritos, muitos em condições precárias, porém disponíveis *online*<sup>3</sup>. Novamente, comprovou-se a significativa presença do italiano na cidade, além de mostrar laços sociais que estabeleceram.

Outra fonte de riquíssimo valor histórico e que, não raro, é esquecida por historiadores é a literatura de época. Se realizarmos um apanhado geral das obras dos maiores romancistas e cronistas da época – a maioria ligada à imprensa e publicando vários textos em jornais famosos do fim do XIX e início do XX –, notaremos que os

---

<sup>2</sup> [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)

<sup>3</sup> [familysearch.org](http://familysearch.org)

italianos estão presentes em quase todas; podem não ser os protagonistas, mas em meio ao enredo das histórias, eles saltam aos olhos do leitor, ininterruptamente. É o caso da obra de Machado de Assis, de Lima Barreto, de Aluísio Azevedo e de João do Rio, aqui analisados. Machado de Assis, por exemplo, em diversos textos fala sobre a “colônia italiana no Rio de Janeiro” – o que nos indica que o número de peninsulares em solo carioca não era pequeno. Com uma visão crítica e irônica, tais textos são leitura obrigatória para qualquer historiador que deseja compreender melhor a cidade em questão.

A imagem também foi trabalhada como fonte nesta dissertação, seja em mapa, fotografia, ilustrações, desenhos ou charges. Por ser, inclusive, um recurso anterior à escrita, merece ser estudada com apreço, pois pode nos trazer valiosas contribuições às pesquisas históricas. É evidente que se torna importante e, em alguns casos, necessário, estudá-la numa interface com as fontes escritas. Desse modo, não visamos a separar a fonte visual da fonte escrita e, sim, estudá-las como um conjunto, não atribuindo a uma o caráter de “documento” e, a outra, o de “fonte alternativa”.

Paulo Knauss (2006), ao discorrer sobre o desafio de fazer história com imagens, argumenta que, apesar da escrita ser imprescindível para a pesquisa histórica, ela não comporta todas as dimensões da expressão humana. Ademais, cabe lembrar que o uso da imagem, inclusive, é mais democrático que o da escrita já que aquela atinge a todas as camadas sociais pelo fato da visão vir antes das palavras e da escrita consistir em um campo especializado.

De acordo com o mesmo autor, o processo de valorização da escrita e desmerecimento da imagem é algo imbuído de historicidade, uma vez que dada a conjuntura do Renascimento, houve o consequente desenvolvimento do método erudito, que consistia na investigação crítica do passado, atribuindo assim, à história, um caráter científico e não mais literário. Logo, o documento escrito era sinônimo de veracidade.

Nesta lógica, há uma tendência em associar a imagem apenas à história da arte e/ou à história cultural, caracterizando-a somente como um recurso literalmente ilustrativo. Tal postura é um equívoco, já que a grande maioria das imagens são, simbolicamente, **representações de poder** e, da mesma forma que os documentos escritos, necessitam de leitura e interpretação.

Ora, se quando estudamos a imigração devemos ter cautela com a produção de documentos escritos – pois determinados grupos hegemônicos controlavam a informação, logo os registros do passado não são inocentes –, devemos redobrar nossa

atenção quando nos deparamos com uma imagem em nossa pesquisa, pois, considerando o desmérito do recurso visual, informações preciosas podem passar despercebidas.

Com relação às fotografias, primeiramente, dizemos que as entendemos como fruto das relações sociais, ou seja, como uma prática social, não sendo, assim, algo meramente mecânico. Demarcamos, nesta lógica, a importância não apenas do ato fotográfico em si, como o que está sendo registrado e também do próprio agente que realiza a ação. Ou seja, o olhar do fotógrafo como essencial.

A pesquisa em fontes visuais pode ser, em muitas situações, mais extenuante, uma vez que os cuidados com este tipo de fonte nos arquivos e bibliotecas, normalmente, é mais rigoroso do que com os materiais textuais, por ser mais suscetíveis a danos causados por ação do tempo e do clima. Ademais, precisam de tempo para serem analisadas e interpretadas, tal como as fontes escritas.

É impossível fazer uma história diferenciada, renovada e investigadora, imbuída de espírito crítico, se não nos lançarmos a desafios, a exemplo de estudar as fontes pouco exploradas. Como apresentado, estas documentações não podem ser menosprezadas como fontes históricas, uma vez que apresentam características semelhantes às dos documentos escritos e “oficiais”, imbuídos de historicidade, além da possível re-significação com o tempo e a possibilidade de diversas interpretações.

Assim, tornou-se uma determinação não incluir os recursos visuais em documentação anexa, mas sim introduzi-los no texto. Afinal, assegura-se ao leitor a oportunidade de também ler a imagem e relaciona-la ao o texto como um todo.

Ainda que antes da década de 70 do século XIX, encontrássemos italianos na cidade do Rio, pois alguns já teriam vindo com ou a serviço da corte portuguesa, é depois desta época que o número do referido imigrante irá crescer significativamente. Com a proibição do tráfico de escravos em 1850 e a sucessiva abolição do cativo em 1888, a imigração europeia foi estimulada visando à reposição de braços trabalhadores bem como a embranquecer o Brasil.

A proclamação da República em 1889 e sua ideologia positivista incentivaram a busca pela modernização do país e do Distrito Federal, observando a imigração como benéfica, já que o elemento europeu contribuía para a chamada “civilização” do Brasil. Não foram poupados esforços para que a memória da escravidão fosse apagada e para que se controlasse “os vadios”, numa busca ininterrupta realizada pelo aparato estatal pela construção de uma visão positiva do trabalho.

Porém, antes de discutir-se a imigração italiana em solo carioca, é inevitável que nos questionemos sobre o porquê deste imigrante para cá se destinar. O que o leva a emigrar? E por que vir pra o Brasil?

Desse modo, o primeiro capítulo busca realizar uma discussão acerca do Estado Italiano, unificado apenas em 1870, e das condições responsáveis pela emigração em massa. Importante ressaltar que o texto apresentado baseia-se no debate da historiografia sobre o tema, dialogando com referências teóricas relevantes como Antonio Gramsci e Eric Hobsbawm.

O capítulo dois tem por objetivo apresentar um panorama da capital brasileira à época e a chegada dos imigrantes à cidade. Tal proposição leva em conta que as transformações urbanas do Rio de Janeiro, daquele período, devem ser compreendidas como as de uma cidade capitalista dependente, logo, não podem ser analisadas e compreendidas separadamente do processo de evolução da sociedade (ABREU, 1988).

Neste sentido, a ocupação do espaço físico pelos italianos é um dos focos do trabalho, neste mesmo capítulo, uma vez que se buscou abordar as políticas públicas dos primeiros anos da República, que expulsou as classes sociais mais baixas das regiões centrais em nome de um projeto de reurbanização da cidade, alavancado pela especulação imobiliária.

É indispensável ressaltar que parte da documentação trabalhada – os censos, em especial – são fontes do governo imperial e republicano que evidenciam um discurso, sem dúvida, condizente com as políticas públicas em questão, exaltando a modernização que vivia o Rio de Janeiro, além de apresentá-las como positivas. Portanto, destacamos a importância do exame crítico a que submetemos as informações apresentadas.

Assim, após mapear os italianos nas freguesias/distritos do Rio de Janeiro, procura-se, no terceiro capítulo, recuperar o perfil econômico e social deste imigrante: de quais regiões da Itália vieram; seu estado civil; a existência ou não de redes de sociabilidade; as formas de residência; os ofícios exercidos; as relações estabelecidas com os nacionais e com os outros estrangeiros.

Neste capítulo, além das fontes já citadas, destacamos, particularmente, os registros de casamento, que foram de grande proveito, pois são as únicas fontes que identificam a naturalidade desses imigrantes e permitem, através das relações matrimoniais, detectar uma variada composição de relações desenvolvidas pelos agentes históricos.

Por fim, uma conclusão foi tecida, no sentido de mostrar no quadro geral dos estudos migratórios do Brasil, a importância de se contemplar as especificidades regionais. O caso dos italianos do Rio de Janeiro é exemplar, pois ainda que comparativamente menor com relação a São Paulo, em números absolutos, foi marcante na constituição étnica da população fluminense, já que se apresentou como o segundo maior grupo de imigrantes na então capital, desde fins do XIX até a segunda década do século XX.

Outra conclusão a que chegamos foi que o grupo de italianos que se estabeleceu no Rio de Janeiro, embora apresente notórios casos de indivíduos com condições de vida abastadas, era majoritariamente pobre, proveniente de cidades pequenas, em especial, meridionais. Entretanto, apesar das condições precárias de existência e de trabalho, a mobilidade social mostrou-se não apenas como algo almejado, mas também conquistado por um número destes imigrantes.

Mas o mais importante que queremos demarcar é a necessidade de que os estudos migratórios não cessem, mas sim tomem fôlego para que melhor compreendamos a complexa sociedade brasileira e, em especial, a carioca.

# Capítulo 01. Nação e Imigração: O Estado Italiano à época da grande imigração

## 1.1. O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO

Antes de discorrermos acerca do processo de unificação tardio pelo qual passou a Itália, é pertinente que façamos uma breve apresentação sobre a concepção de Estado de que nos utilizamos neste trabalho. Lembramos, ainda, que a Itália foi um dos últimos países a passar pelo processo de unificação nacional, marcado pelas lutas “de cima para baixo”, não raro massacrando populares.

Segundo Hobsbawm (2008), a construção dos Estados Nacionais, antes de qualquer coisa, é uma questão política. Além disso, ressalta que o Estado e o nacionalismo que formam as nações e não o oposto. Este autor comenta as diferenças entre o que chama de “protonacionalismo” – que seria a busca de união por sentimentos de vínculo já existentes, normalmente fatores étnicos, linguísticos etc. – e o nacionalismo construído, em especial, a partir da Revolução Francesa e da de 1848, em que o peso principal dava-se a partir da noção de cidadania e de luta política.

Entretanto, o próprio processo da construção da nação, de acordo com este mesmo autor, já pode ser encarado como opressor, evidenciando o conflito entre diferentes grupos podendo ser destacado o de classes. Opressão esta que é observada a partir dos processos unificadores em que certos povos – obviamente, os hegemônicos – eram identificados como os mais avançados, logo, os que deveriam “guiar” o movimento de união, evidenciando uma completa visão de inferioridade dos demais, minoritários, muitas vezes classificados como bárbaros.

Os critérios que Hobsbawm nos apresenta como elementos básicos para, na prática, os povos serem identificados como nações eram: 01. A associação deste povo com um Estado existente; 02. A existência de uma elite cultural longamente estabelecida; 03. **A sua capacidade de conquista**. É evidente que este último levou à ocupação de terras vizinhas ou longínquas de determinados povos por outros sobressaindo, mais uma vez, as relações de opressão e tentativa de imposição de determinadas culturas como “corretas”. Num discurso evolucionista, tais ocupações e imposições pregavam que o melhor que os povos “inferiores” fariam seria aceitar a hegemonia dos “mais avançados” para civilizarem-se.

Ora, mas o que é “o” Estado moderno? Cabe lembrar que o entendemos no sentido marxista-gramsciano do termo, historicamente construído e reflexo dos conflitos de classe. Compreendemos que não é possível apartar sociedade civil da totalidade do Estado, do mesmo modo que entendemos os indivíduos, a classe etc. como atores sociais. Uma definição resumida desta compreensão está apresentada em:

(...) o Estado não deve ser tomado nem como Sujeito e nem tampouco como Objeto, afirmando-se como uma condensação de relações sociais e que, justamente por isto, tem que ser visto como atravessado pelo conjunto das relações de classe existentes na própria formação histórica em questão, já que incorpora, em si mesmo, os conflitos vigentes na Sociedade geral. Nunca é demais lembrar que Gramsci, ao retomar para a reflexão de Sociedade Política e Sociedade Civil, sobretudo este último, também operou a sua redefinição e, ao fazê-lo, **recriou um conceito de Estado, englobando tanto a uma quanto a outra, em permanente interação e interconexão.** Para o filósofo italiano, a peculiaridade do Estado Capitalista Ocidental de seu tempo, consistia no fato dele guardar um espaço de consenso – e não só de coerção – entre os grupos cujos interesses faziam-se nele inscritos, organizados nos aparelhos privados de hegemonia – ou seja, antes de mais nada, na própria Sociedade Civil – bem como através da ação do próprio Estado restritivo, que igualmente promove e generaliza a visão de mundo da fração de classe hegemônica. (MENDONÇA, 2005: 10-11. Grifo meu).

Sendo assim, cabe discutir o *Risorgimento* atento às questões de classe, além de mencionarmos o projeto político triunfante após unificação, bem como as questões sociais consequentes desse processo.

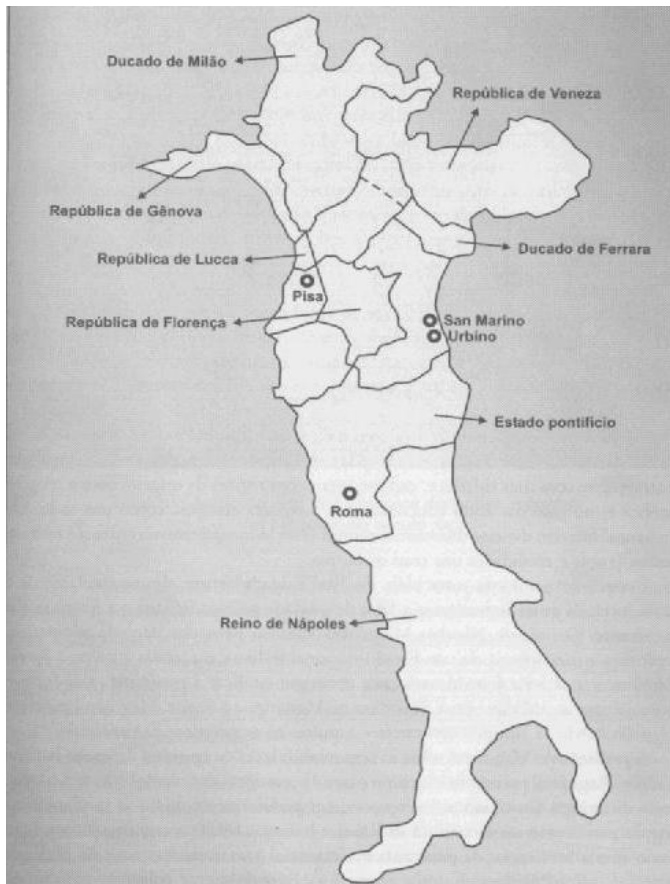
A história italiana é riquíssima e complexa, portanto, antes de traçarmos um panorama da sua unificação, vale ressaltar que é importantíssimo compreendê-la na longa duração.

Essa península foi habitada por diferentes povos ao longo dos séculos, além de já ter sido foco de um dos maiores impérios que a história mundial já conheceu; império este que legou tradições sólidas, sobretudo no que diz respeito a costumes e ao aparato jurídico legal de diferentes países.

Houve diversos tipos de reinos, ducados e repúblicas instituídas no percurso da história italiana. O mapa 01, a seguir, mostra-nos a sua divisão política, no final do século XV, por exemplo.



## Mapa 01. A Itália, em 1494



(BERTONHA, 2005: 37)

O curioso desse mapa é observar não apenas a falta de unidade política, mas também a vastidão do estado pontifício. Ademais, o Reino de Nápoles atingia regiões como a do atual Lácio, além da Basilicata e Calábria – regiões muito importantes para esse estudo, como veremos nos próximos capítulos. Já, a do Vêneto – de onde saíram boa parte dos emigrantes para o Brasil – não apresenta o mesmo território que hoje.

Cabe ressaltar que a Itália é uma terra culturalmente heterogênea, além de ser evidente a influência fortíssima da religião católica, já que, há séculos, tem sua sede neste país.

Importante falarmos que, sobre o tema da unificação italiana, precisamos ter em mente que o *Risorgimento* foi um longo processo; ou seja, não foi algo único, pontual, visando a um único objetivo em comum.



o Ducado de Parma e Piacenza foram entregues aos membros da dinastia Habsburgo; o Ducado de Lucca, à Maria Luisa de Bourbon-Espanha; o Estado Pontifício, com as legações, devolvivo ao papa Pio VII, que retornou a Roma com aclamação geral do povo italiano; no Sul, no comando do Reino das Duas Sicílias, retornou Ferdinando IV de Bourbon (do ramo de Nápoles), o qual assumiu o nome de Ferdinando I. Apenas o Reino da Sardenha, que compreendia, além da ilha, a região do Piemonte e da Ligúria, manteve a autonomia em relação à Áustria e era comandado pela dinastia Sabóia (P. 25)

Esta transformação da Itália como campo de exploração dos reinos austríaco, francês e espanhol, pode ser verificada no mapa 02, apresentado anteriormente. Tal fragmentação contribuiu para a ideia de que o elemento estrangeiro era inimigo.

Já na década de 1830, jovens revolucionários como Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi propagavam os ideais libertários e democráticos pela península, sobretudo por meio da sociedade secreta *Giovine Itália* – fundada pelo primeiro. Tal corrente política cresceu consideravelmente, uma vez que até no Rio de Janeiro, com apoio de outros conterrâneos, em 1836, Garibaldi instituiu um braço deste movimento.

Não apenas Garibaldi, mas outros indivíduos conclamavam pela Unificação da Península, como Vittorio Emanuele II, da dinastia de Sabóia e Camilo Benso – o futuro Conde de Cavour. Entretanto, tais figuras pregavam uma transição mais moderada se compararmos à visão política e revolucionária de Giuseppe Garibaldi.

As guerras e lutas pela unificação foram sangrentas e longas, estendendo-se por quase um século. Inúmeras foram as insurreições populares, em especial as lideradas por Garibaldi, como os *Camisas Vermelhas* e os *Caçadores dos Alpes*, confrontando-se, sobretudo, com o poder papal e com o Império Austríaco.

A maior parte dos estudiosos parece concordar que a parte mais emblemática da luta pela unificação foi a conquista do reino das duas Sicílias, pela *Expedição dos Mil*, comandada por Garibaldi, colocando por baixo o poder dos Bourbon na região. Porém, dada as pressões políticas externas e a ausência de um apoio popular mais amplo e efetivo, este líder revolucionário viu-se obrigado a saudar como primeiro rei da Itália a Vittorio Emanuele II, em 1861.

Entretanto, o sonho de Garibaldi e de outros indivíduos que clamavam pela unificação era a conquista de Roma, deslegitimando o papa como soberano do então Estado Pontifício. Algumas tentativas foram vitoriosas, porém, rapidamente, com o

auxílio dos governos francês e espanhol, foi possível que o papa retornasse ao poder, rapidamente. Apenas em 1870, que Vittorio Emanuele II teve êxito nesta empreitada, tornando Roma a capital laica do Estado Italiano.

Os mapas a seguir contribuem para que possamos melhor internalizar o processo de unificação, uma vez que nos permitem visualizar as terras ocupadas e conquistadas durante os anos das guerras.

### Mapa 03. A Itália em 1859

### Mapa 04. A Itália em 1861



(Revista História Viva. Nº 52. Ano V. *Itália Nostra!* Pág. 31)

Nos mapas acima podemos notar a grande transformação da Itália no decorrer de doze anos, em que apenas as regiões do Vêneto (sob poder austríaco) e da Roma (sob poder papal) ainda não pertenciam, politicamente, ao país. Porém, já em 1870, a península estava quase igual à sua constituição atual. O mapa 05, a seguir, nos mostra a sua formação no ano de 1889.

## Mapa 05. A Itália em 1889

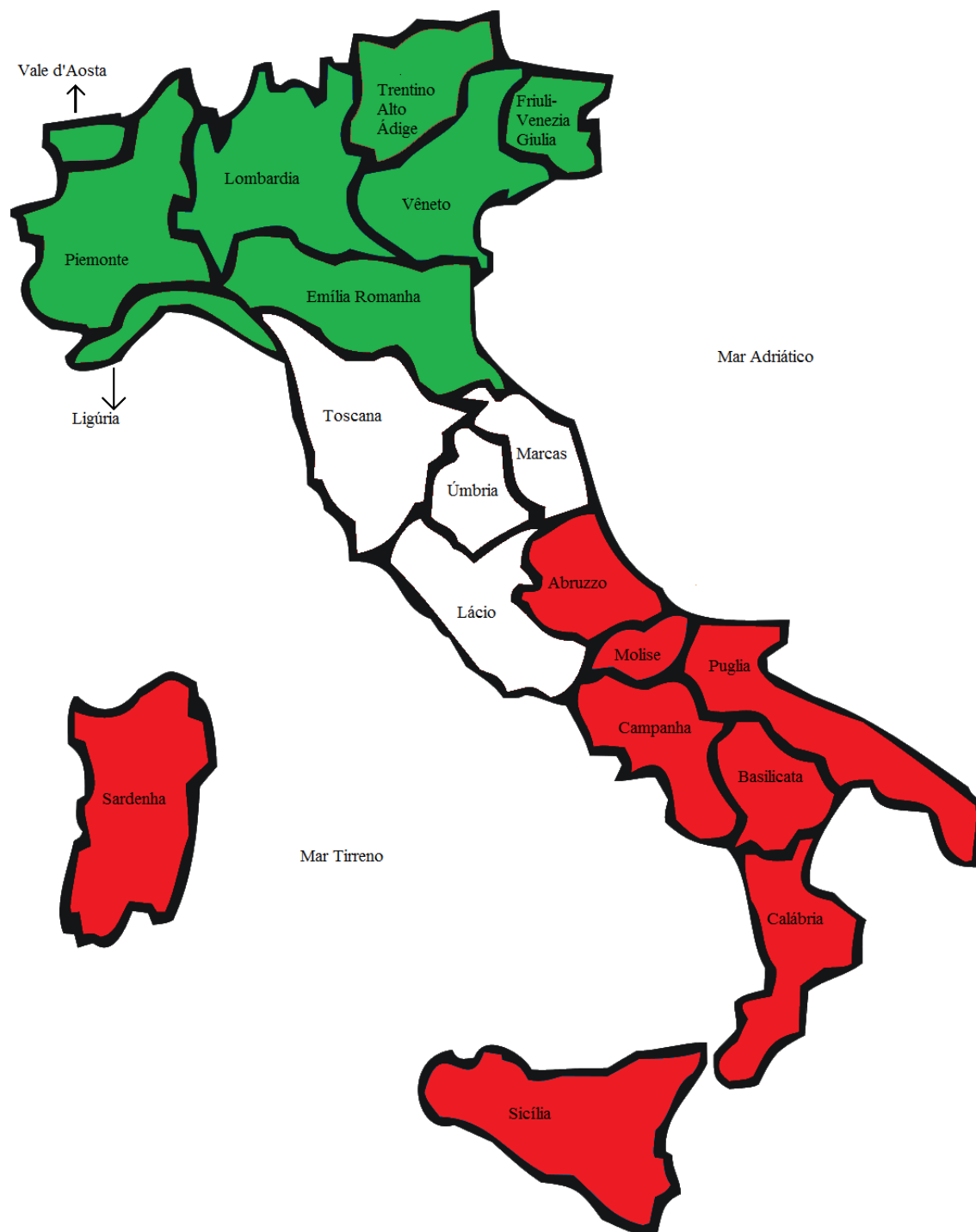


(Mapa disponível em: Instituto Geografico Militare. <http://www.igmi.org/> Carte Antiche. Referência: Imagem b8702-03)

Porém, pedimos ao leitor que observe, atentamente, o mapa acima. A Itália atual não é exatamente igual a tal porque faltam as regiões de Trentino Alto-Ádige e as

Províncias de Udine e de Trieste, na região de Friuli-Veneza Giulia, local onde está localizado o importante porto de Trieste. Tais regiões foram anexadas apenas após a vitória italiana contra a Áustria, ao término da Primeira Guerra Mundial.

**Mapa 06. A Itália hoje. (Mapa da autora)**



Desse modo, deve-se ficar atento quando se estuda a imigração italiana, pois há a possibilidade de que indivíduos oriundos de tais regiões, anexadas apenas no pós-guerra, terem sido considerados austríacos, no exterior, e não italianos.

Como apresentado, apesar de ter contado com participação popular, o projeto de nação triunfante, na Itália, foi o dos moderados, ligados a Vittorio Emanuele II e Camilo Benso, mais elitista, além de defender a completa fidelidade dos cidadãos, o fortalecimento do Estado e do militarismo.

Deve-se frisar, no entanto, que mesmo na pós-unificação, a antiga nobreza italiana continuou presente e atuante, além de ter concentrada em suas mãos boa parte das riquezas do país, sobretudo as propriedades fundiárias – ponto central para entender-se o fenômeno migratório. Adiciona-se a tanto o fato da monarquia continuar instituída e dispor de grande força política. Por último, é evidente lembrar a exclusão política à qual estava submetida a maioria esmagadora dos italianos, já que se exigia a alfabetização para votar, demarcando a condição fortemente elitista.

Segundo a bibliografia consultada, em 1882, apenas 02 milhões de italianos – menos de 7% da população – eram eleitores e, somente em 1912, o voto universal masculino foi estabelecido; no ano seguinte, já havia 8,4 milhões de votantes (BERTONHA, 2005: 189-190). Entretanto, as classes dominantes conseguiram manter sua hegemonia durante anos, tendo seus projetos pouco abalados já que não raro sufocavam manifestações populares por vezes gerando inúmeras mortes.

Em fins do século XIX, dois grupos surgem no cenário político italiano, a *Destra* – herdeiros de Cavour, defensores do liberalismo clássico, sobretudo proprietários de terras do norte do país, a favor do domínio das classes hegemônicas na política e o regime parlamentar – e a *Sinistra*<sup>6</sup> – herdeiros de Mazzini, políticos de toda a Itália que visavam a quebrar a hegemonia do Norte e favoráveis à participação popular.

Entre 1861 e 1876, a *Destra* esteve no poder e, de 1876 a 1896, foi a vez da *Sinistra*. Porém ambas desrespeitavam as leis do sistema liberal, não assegurando, assim, uma estabilidade do governo. Apenas em 1901, quando Giovanni Giolitti assume o poder (até 1914), o país passou por um governo mais coerente. Ligado à *Sinistra*, procurou ampliar o eleitorado italiano, buscando diminuir o abismo entre o Estado e a população.

---

<sup>6</sup> Lembramos que *Destra* e *Sinistra*, em italiano, significam, respectivamente, *Direita* e *Esquerda*.

Nesta época fortalecem-se os ânimos populares – revolucionários e reacionários – os primeiros buscando participar efetivamente na sociedade civil e nas questões políticas e os segundos tentando deter o avanço popular. Nesta conjuntura, em 1892, nasceu o Partido Socialista Italiano (PSI). A Igreja Católica, por seu lado, não tardou em orientar seus fiéis a se absterem das eleições, além de desaprovar a própria unificação, considerando-a responsável pela perda do seu poder político. Posteriormente, em 1919, de uma dissidência do PSI, nasce o Partido Comunista Italiano (PCI) e também o católico Partido Popolare Italiano (PPI).

Porém, apesar de todos os esforços liberais, burgueses ou populares de mudança de quadro político, a Itália, na época liberal, não viveu um típico liberalismo. Chega-se a esta conclusão uma vez que as antigas classes dominantes continuaram a dispor de grande prestígio político e o povo ficou, praticamente, apartado do poder, além da intensa pobreza no Sul ter favorecido o clientelismo.

A exclusão dos populares causaria um sério problema cultural no país, que seria a difusão da nacionalidade italiana entre os nativos, uma vez que pouco participaram da luta pela unificação e que a grande maioria continuou às margens da cidadania italiana. Deste modo, as identidades locais, culturais e de classe sobressaíam à nacional. A partir desta lógica que se explica a célebre frase do piemontês Massimo d’Azeglio (1792-1866) citada por Bertanha (2005: 56): “*Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos.*”.

A conjuntura de conflito mediante o processo unificador fica clara quando analisamos, por exemplo, a questão da língua. As relações de opressão evidenciam-se neste quesito a partir do momento em que se escolhe um idioma falado para ser o oficial e se subjugam aos outros a condição de dialeto. O florentino – idioma que dispunha de maior prestígio à época, devido, sobretudo, a obras literárias de peso como *A Divina Comédia* – foi considerado “o italiano” após a unificação:

(...) a única base para a unificação italiana era a língua italiana, que unia a elite instruída da península, como leitores e escritores, embora tenha sido calculado que, quando da unificação (1860), **apenas 2,5% da população usavam a língua para fins cotidianos. Pois esse minúsculo grupo era, em sentido real, um e portanto o povo italiano.** (HOBSBAWM, 2008: 76-77. Grifo meu).



A partir desta análise, mais uma vez, o autor destaca que o problema não está na questão linguística em si, mas sim na imposição de uma língua frente às demais. Tal situação também pode ser analisada quando da Revolução Francesa e da Revolução Americana em que se pregava a importância da disposição em adotar a língua francesa e a inglesa, respectivamente, para que os indivíduos fossem considerados legítimos cidadãos.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado é o eterno conflito entre Norte – mais europeu e mais rico – e Sul – mais mediterrâneo e mais pobre. Desde antes da unificação, os meridionais sofriam intenso preconceito já que eram visto como inferiores, bárbaros e mesmo “doentes”. A Itália meridional, segundo Sereni (1967) foi o principal alvo da crise agrícola vivenciada pela Itália no fim do XIX, devido aos seus resquícios feudais mais acentuados, o que discutiremos no próximo item.

Antonio Gramsci (1987) argumentava ser a temática acima exposta um inviabilizador de lutas sociais, uma vez que enxergava a possibilidade de construção de uma “classe nacional” apenas se houvesse a união dos trabalhadores rurais do sul com os operários do norte. Com esta união, visava-se, evidentemente, à formação da consciência de classe e não à desunião por preconceitos que apenas desfavoreciam a luta trabalhadora, além de ser um estímulo à contínua alienação à qual os trabalhadores italianos estavam submetidos. Para tal, era preciso superar qualquer forma de corporativismo, além da necessidade de dispor de um projeto global de sociedade. Este raciocínio fica claro no texto que se segue de sua autoria:

(...) É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capitar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; **se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza**, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto. (GRAMSCI, 1987: 139-140. Grifo meu).

Desse modo, Gramsci não apenas pregava a necessidade de superação do embate Norte x Sul como também do operário x camponês. Nesta mesma lógica, Sereni (1967)

também apresenta a histórica separação da agricultura e da indústria na Itália, o que favoreceu esta mentalidade segregadora. O primeiro autor chega a afirmar que os camponeses, sobretudo devido ao seu maior número quantitativo, seriam “o martelo do comunismo”, assegurando que apenas os operários, camponeses e intelectuais unidos poderiam conduzir a Itália ao socialismo.

(...) Os camponeses serão o martelo do comunismo. Cuidado, operários: vocês querem livrar suas nuca do pé bem calçado da civilizada burguesia moderna; ora irão encontrar na nuca a bota de ferro do camponês! (...) A luta de classes ainda não assumiu forma difusa e conscientemente orgânicas no campo; é certo que a revolução proletária não ingressará em sua forma resolutive enquanto a classe dos camponeses pobres e dos pequenos proprietários não tiver se separado violentamente dos partidos políticos de coalizão camponesa. (GRAMSCI, 1987: 80-81)

Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política. (...) Toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder “econômico-corporativo” num sistema internacional de equilíbrio passivo. (GRAMSCI, 2007, V3: 18. Grifo do autor)

Com relação aos intelectuais, é importante lembrar que Gramsci discorre sobre a necessidade de tê-los na construção da “classe nacional”, pois embora os camponeses exercessem uma função primorosa no mundo da produção, não elaboravam seus próprios intelectuais orgânicos, tampouco assimilavam os intelectuais tradicionais. Tal ponto é, no mínimo, curioso, pois muitos intelectuais – tanto os orgânicos quanto os tradicionais – têm suas origens na vida campesina. (GRAMSCI, 2010. V2: 16).

O novo Estado Italiano empenhou-se em impor um sentimento de nacionalidade italiana em seus cidadãos. Nesta lógica, ressaltamos a importância que o princípio educativo, a imprensa e também o exército dispuseram, atuando como aparelhos privados de hegemonia. Para tanto, o Estado recorreu a medidas legislativas para a disseminação, do uso da língua italiana e mesmo para o estímulo do sentimento de nacionalismo italiano. Esta postura ocorreu pós-1861 e foi fortificada no fascismo.

Nesta conjuntura, conclui-se que o período de imigração massiva foi coincidente com o período de fortalecimento dos nacionalismos, não apenas na Itália, mas em diversos países, em especial, os europeus. Sobre esta questão, Hobsbawm (2008) apresenta:

Os Estados e os regimes tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos da comunidade imaginária, onde e como eles se originassem, e concentrá-los sobre si mesmos. Tal como aconteceu, o tempo que a democratização da política tornou essencial “educar nossos mestres”, “fazer italianos”, transformar “camponeses em franceses” e fazer com que todos se ligassem a uma bandeira e a uma nação, foi também o tempo em que os sentimentos nacionalistas populares, de todos os modos xenófobos, se tornaram mais fáceis de ser mobilizados, junto com a superioridade nacional pregada pela nova pseudociência do racismo. Pois o período que vai de 1880 a 1914 foi também o período das maiores migrações de massa já conhecidas, dentro dos Estados e entre eles, e o período do imperialismo e de rivalidades internacionais crescentes que terminaram na guerra mundial. (...) nada estimula melhor o nacionalismo (...) que um conflito internacional. (HOBSBAWM, 2008: 111-112)

Uma vez apresentado o complicado processo de unificação italiana e projeto vitorioso de união, além da conjuntura internacional do período, não nos é estranho que em fins do XIX e início do XX comecem a surgir movimentos de nacionalismo exacerbado, autoritários e que apoiavam a ideia de que a Itália buscasse explorar outros povos para o seu crescimento. Foi o caso, por exemplo, da *Associazione Nazionalista Italiana*.

A *Associazione Nazionalista Italiana* surgiu em 1910, sob a liderança de Enrico Corradini, um jovem intelectual. **Os nacionalistas proclamavam a necessidade de a Itália participar da corrida colonial e, em especial, de articular essa expansão imperial com uma profunda “reforma interior” dos italianos.** A democracia, o socialismo e todo o tipo de divisão deveriam ser eliminados em favor de uma nação italiana completamente unificada e coesa. Não espanta que os nacionalistas tenham defendido a participação da Itália na Primeira Guerra Mundial, com a esperança de que o tão sonhado “banho de sangue” ajudasse a forjar os “italianos” viris e unidos que eles desejavam. (BERTONHA, 2005: 60. Grifo meu).

É evidente que este quadro foi o precursor do autoritário e cruel fascismo – apresentando seu ápice com a chegada de Benito Mussolini ao poder, em 1919 – que conduziu a Itália a uma das piores crises econômicas, sociais e políticas de sua história; conjuntura esta que, para muitos, mesmo nos dias de hoje não foi por completo superada.

Um dos fatores que era essencial para que o Estado italiano se consolidasse como tal e ser respeitado internacionalmente era a busca pela conquista de um império, dada à época história, ou seja, o declínio do capitalismo concorrencial frente à constante formação de monopólio. Dispor de colônias era quase sinônimo de sucesso nacional, ou seja, algo que, culturalmente, era necessário para consolidar a vitalidade e a força da nação. Gramsci cita que os elementos para se calcular a hierarquia de poder entre os Estados eram: 01. Extensão de seu território; 02. Força econômica; 03. Força militar (GRAMSCI, 2007, V3: 55).

Evidente que não tardou para que a Itália se lançasse na corrida colonial, conquistando terras na África e influenciando notavelmente em Estados próximos – como foi o caso da Albânia – mediante grande aumento de aplicação de capitais na indústria pesada e armamentista além do maciço investimento militar. Bertonha apresenta que, entre 1860 e 1914, as despesas italianas com as Forças Armadas giravam em torno de ¼ dos gastos públicos (BERTONHA, 2005: 151).

A expansão italiana realizou-se com grandes dificuldades provocando, inclusive, prejuízos à imagem do Estado Italiano, quando sofreu dura derrota na tentativa de conquista da Abissínia – atual Etiópia –, em 1896, na Batalha de Adua, sendo apontado o exército italiano como único europeu a ser vencido por um africano. Isto geraria um mal estar tão grande na memória italiana que, quando da chegada do fascismo ao poder, Mussolini encarou como “questão de honra” conquistar este país, tendo êxito em sua empreitada, em 1936.

O mapa 07 mostra o Império Italiano nesta época, focando-se, na Abissínia, e ilustrando as conquistas na Líbia, Eritreia e Somália.

### Mapa 07. O Império Italiano

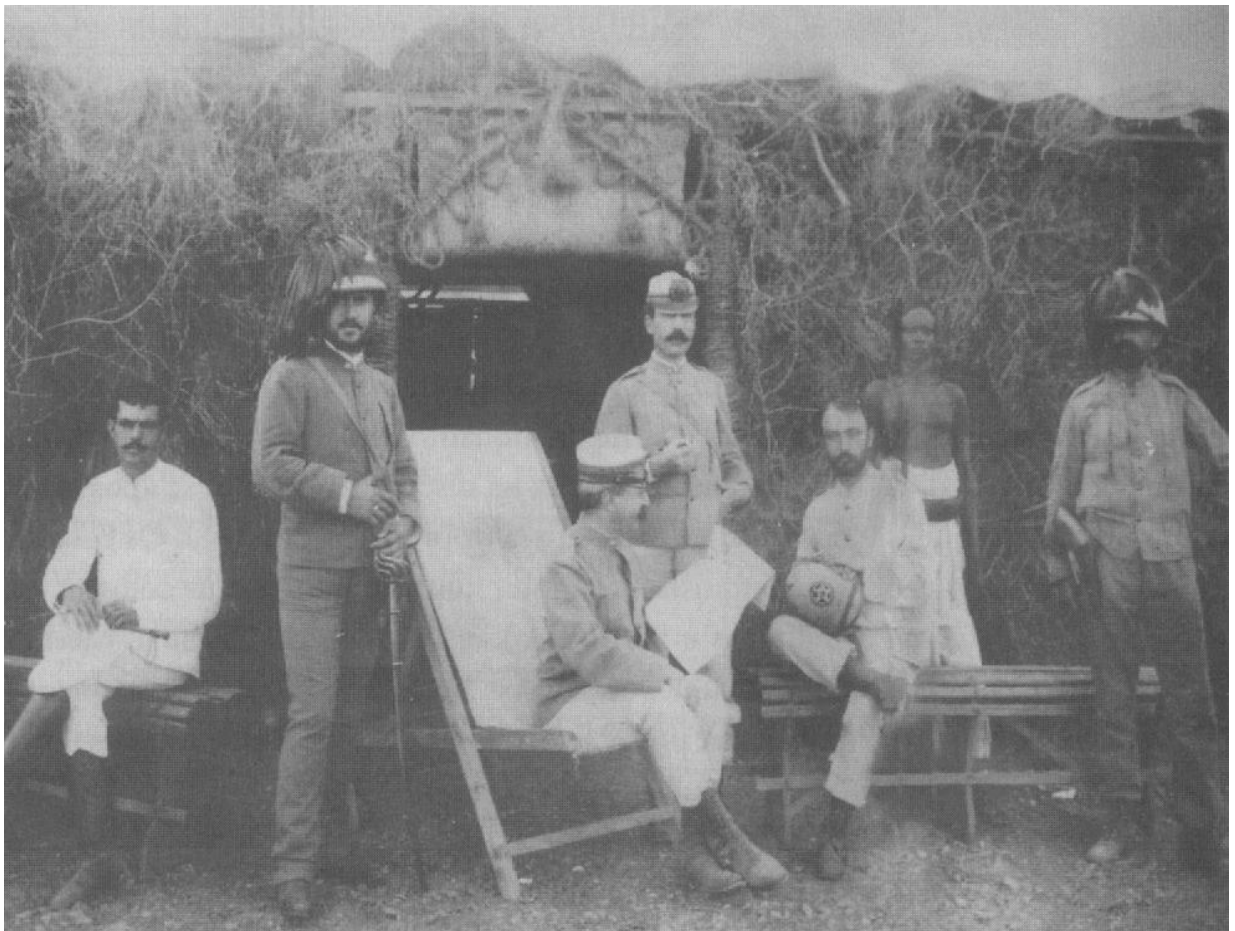


(BERTONHA, 2005: 158)

Em forte oposição aos nacionalistas da *Associazione Nazionalista Italiana*, houve quem defendesse a imigração maciça de seus conterrâneos para as áreas colonizadas como instrumentos de efetivar o imperialismo, como foi o caso dos portugueses em Angola e franceses na Argélia.

A imigração italiana para suas colônias teve números consideráveis, sobretudo na Eritréia, entretanto, o forte perfil desta imigração não estava associado favoravelmente ao imperialismo e sim, era fruto da pobreza a que grande parte da população italiana esta submetida. Importante ressaltar que já havia um processo em curso desde o último quartel do século XIX, integrado em sua maioria, por trabalhadores expropriados e falidos de que nenhuma opção dispunham além de se aventurar em terras distantes americanas.

**Imagem 01. O General Barattieri com seus oficiais na Batalha de Adua, 1896**



(BERTONHA, 2005: 155)

Assim, podemos concluir que as guerras de unificação, apesar de exitosas, lograram, também, um grande mal estar à população italiana. Além de não favorecer a descentralização do poder, os futuros governantes não se preocuparam em estabelecer uma política agrária efetiva visando a atender um dos principais problemas por que passava a Itália.

Instigante pensar que, ao mesmo tempo em que vários campos passavam fome por não ter onde plantar, o Estado focava-se em expandir seu território por meio do imperialismo, ou seja, empregando recursos financeiros às questões militares.

Todo esse quadro foi favorável à imigração em massa, pois escasseavam trabalhos, as terras encontravam-se concentradas em poucas mãos e não havia políticas públicas que atendessem às necessidades imediatas, sobretudo dos camponeses.

Assim, os ideais projetados de nacionalismo não desenvolveram uma conotação positiva para muitos italianos. O contraste norte x sul, pobre x rico, camponês x urbano intensificou-se.

Por isso que muitos historiadores cometam que, a formação do Estado Italiano, em 1861 e a conquista de Roma, em 1870, não seria o fim, mas o início de um processo da história da unificação da sociedade italiana <sup>7</sup>.

## 1.2. EXPROPRIAÇÃO, TRABALHO E IMIGRAÇÃO

O fenômeno migratório é antigo na história italiana; desde épocas longínquas artesãos, intelectuais, artistas eram chamados para trabalhar em cortes de países vizinhos bem como camponeses e comerciantes deslocavam-se buscando melhores terras para o plantio ao longo do ano ou vendendo e comprando artigos e produtos.

Entretanto, as ondas migratórias de 1870-1920 tinham características distintas das acima apresentadas, primeiramente, dado o período histórico em que se encontram, ou seja, o capitalismo concorrencial caminhando para um tipo de capitalismo baseado na formação de monopólios.

O capitalismo, dado seu caráter transformador, precisa ser incessantemente revolucionado para que se continuem as relações de dominação. A formação de monopólios como elemento central da nova configuração do capitalismo, em fins do XIX e início do XX, foi identificada por Vladimir Lênin (1985), em que este observou

---

<sup>7</sup> Ver MARQUES, Luiz. *A difícil trajetória do Risorgimento*. Revista História Viva. nº 52, ano V. Italia Nostra!

que o novo ponto central era o controle por parte dos burgueses – evidentemente ligados ao Estado – não apenas das fábricas e dos operários miseráveis, mas do mundo.

Lênin aponta como elementos fundamentais do capitalismo monopolista: a constituição de monopólios separando a propriedade do capital e suas formas de gerência; a fusão entre capitais industriais e capitais bancários (analisando o predomínio deste último sobre o primeiro), assegurando, assim, um intenso poder ao capital financeiro; desenvolvimento desigual entre os países frente à maior exportação de capitais do que de bens; a busca pela união nacional, muitas vezes alavancada pela corrida colonial. Porém, Lênin destaca o grande caráter contraditório do capitalismo monopolista.

(...) insistia nas contradições do processo de monopolização: utilização crescente de relações pessoais (associação entre industriais, banqueiros e Estados) em lugar da concorrência ou da luta política; intensificação da concorrência entre países; expansão dos trabalhadores técnicos e da produção científica, mas bloqueio a certos avanços tecnológicos que poderiam melhorar as condições reais de existência; excedentes de capitais não se destinavam a melhoria real (como o desenvolvimento da então atrasadíssima agricultura), mas ao enriquecimento de um punhado de oligarquia e de países. (FONTES, 2010: 107).

O capitalismo monopolista intensificava as relações de opressão uma vez que trazia consigo o imperialismo, como visto no item anterior. Os países coloniais, quando não dominando países mais pobres, utilizavam-se do seu poder político e econômico para influenciar indiretamente em outros, inviabilizando os processos de independência do chamado Terceiro Mundo. Desse modo, a voracidade do capitalismo não só aniquilava terras e/ou populações subalternas como também levava os países centrais a guerras irracionais, fruto da pura cobiça das classes dominantes. Exemplo disto foi a I Guerra Mundial.

Dada tal apresentação, compreende-se a preocupação de Antonio Gramsci com teóricos nacionalistas que enxergavam na luta imperial uma característica positiva – a exemplo da *Associazione Nazionalista Italiana* – já que, assim, deslocava-se o foco da luta de classes para uma luta de nações (FONTES, 2010: 106). Além disso, este autor demonstrava preocupação em que o sentimento de nacionalismo crescesse desenfreado entre os trabalhadores, pois a luta de classes deve ter caráter internacionalista.



Não apenas o já mencionado Antonio Gramsci e Emilio Sereni, mas também muitos outros teóricos marxistas frisam a necessidade de não separar campo de cidade, operário de camponês, ao analisar o modo de produção capitalista, como Ellen Wood – citada por Virgínia Fontes (2010: 74-80) –, dada a importância histórica da expropriação, decorrentes das relações sociais capitalistas. Além disso, a expropriação é apresentada como condição para expansão do capital.

Ademais, a hipótese de Wood sugere que o cercamento dos campos, ou a expulsão dos camponeses – direta ou parlamentar – não visava apenas à remoção dos trabalhadores por parte dos arrendatários ou empresários, mas tornou-se uma necessidade crescente para todos os que precisavam *atualizar suas propriedades* sob o novo formato, o da exclusividade capitalista. (FONTES, 2010: 77. Grifo da autora)

A própria Revolução Industrial vivida no Norte da Europa em fins do XVIII e na primeira metade do século XIX já causou fluxos migratórios italianos; a industrialização italiana ocorreu mais tardiamente e fortaleceu-se a partir da unificação. Este novo quadro econômico afetou em muito o social uma vez que muitos camponeses e artesãos faliram, dada a impossibilidade de concorrer com os industriais.

Segundo Bertonha (2005: 121-127), a Itália, em fins do XIX, contava com 60% dos seus trabalhadores concentrados, ainda, no campo, levando em conta que 80% não possuíam terras. Ademais, 80% dos 22 milhões de italianos era analfabeta. Mesmo em 1910, apenas 11% dos italianos vivia em cidades. Gramsci também denuncia o caráter pouco revolucionário e elitista do *Risorgimento*, alegando que, em vez de unir o povo, apenas o segregou mais,

A unificação colocou em íntimo contato as duas partes da península. A centralização bestial confundiu suas exigências e necessidades, e o efeito foi a emigração de todo dinheiro líquido do Sul para o Norte, com o fim de encontrar rendimentos maiores e mais imediatos na indústria, bem como a emigração de homens para o exterior, a fim de encontrar trabalho que faltava no próprio país. (GRAMSCI, 1987: 62).

Além disso, o mesmo autor identificando como um drama da sociedade italiana que as correntes conservadoras que tenham afirmado o caráter nacional do país, e não as de esquerda (BARATTA, 2004: 51)

A indústria italiana cresceu lentamente, ganhando força apenas nos últimos anos do XIX com amplo incentivo do poder estatal que adotava políticas desenvolvimentistas como o protecionismo. A falta de capitais e de recursos naturais como ferro, carvão e petróleo contribuíram para tal retardo.

Seu crescimento, notável entre 1896 e 1914 e espantoso no período da I Guerra Mundial, sobretudo a indústria pesada ligada ao esforço bélico – obviamente, contando com a exploração maciça dos trabalhadores – entra praticamente em colapso com o fim da guerra. Porém, cabe lembrar que, mesmo em expansão, a indústria italiana não foi capaz de absorver todos os expropriados do campo.

Outro fator que merece ser ressaltado é o crescimento significativo da população italiana à época; em 1880, a Itália contava com 28 milhões de habitantes contra 36 milhões, em 1914 (BERTONHA, 2005: 84).

Adiciona-se a esta conjuntura as sobretaxas às quais os camponeses pobres estavam submetidos como à do trigo, cujo não pagamento resultaria no confisco destas pequenas propriedades. Ângelo Trento (1989: 31-32) apresenta que entre 1875 e 1881, foram confiscadas 61.831 e, entre 1884 e 1901, 215.759. Ademais, de 1886 a 1900, 70.774 terras foram vendidas devido a dívidas. Dessa forma, não há de se desprezar os motivos de expulsão, o que o referido autor chama de “sangria do mundo camponês” resultando num grande êxodo que não foi freado pelas classes dirigentes, afinal, era encarado como benéfico, pois expatriava as classes “perigosas”. Sendo assim, esse país vivia um período tenso para os camponeses e trabalhadores pobres.

Dialogando com os autores acima, Sereni (1967) aborda a temática da construção do capitalismo na Itália como peculiar em comparação aos outros países europeus. Marcada por resquícios feudais, a Itália não contou com um desenvolvimento agrário compatível ao que ocorria no mundo ocidental à época, tendo destaque os Estados Unidos –, o que levou o país a um verdadeiro problema agrário, tendo em vista a queda do valor da produção, em especial, dos grãos e a maciça penetração do capitalismo no campo, formando um verdadeiro proletariado camponês.

**Tabela 01. Preços de alguns dos principais produtos agrários na Itália, em liras, por quintal (peso de 60 quilos)**

	Arroz	Cânhamo	Vinho	Óleo/Azeite	Suínos	Manteiga	Casulos (bicho da seda)
1880	47	103	26	136	136	340	422
1881	41	98	37	120	102	321	380
1882	40	79	43	109	123	296	484
1883	40	72	40	114	90	30	351
1884	40	78	33	135	108	319	351
1885	37	85	58	132	84	299	323
1886	36	88	59	127	103	291	353
1887	39	83	43	122	90	293	368
1888	41	76	45	128	108	277	301
1889	42	73	52	113	108	277	381
1890	40	71	55	129	96	278	414
1891	43	73	51	127	99	297	302
1892	41	76	43	112	106	301	333
1893	37	83	37	125	107	292	474
1894	36	86	39	115	111	271	262
1895	36	83	42	112	98	266	329
1896	59	79	50	89	87	256	227
1897	45	77	38	106	97	274	256

(SERENI, 1967: 239)

Juntamente a demonstração dos preços, Sereni (1967: 243) segue na análise discutindo a grande queda de proprietários rurais. De 1861, a 1881, elas declinam de 4.153.645 a 3.351.498 e, em 1901, eles eram em apenas em 3.286.691; ou seja, num período de quarenta anos, a queda foi de quase 25%.

Sobre o confisco de terras e venda por dívidas, Sereni (1967: 244-245), assim como Trento (1989), apresenta o número de 61.831 pequenas propriedades confiscadas, entre os anos de 1873 e 1881. Além disso, de 1893 a 1901, outras 90.847 pequenas propriedades são vendidas por falta de pagamento de impostos.

Discutindo tal fragilidade a que, sobretudo o Sul, ficou submetido, apresenta dados de migração em massa das regiões mais camponesas para o Centro-Norte do País e, posteriormente, optando pela imigração.

**Tabela 02. Emigração média anual (temporária e permanente)**

<b>1870</b>	119.000	<b>1891-95</b>	275.000
<b>1871-75</b>	126.000	<b>1896-900</b>	310.000
<b>1876-80</b>	109.000	<b>1901-905</b>	554.000
<b>1881-85</b>	154.000	<b>1906-910</b>	651.000
<b>1896-90</b>	222.000	<b>1913</b>	873.000

(SERENI: 1967, 352)

Observa-se, na tabela acima, que o número de expatriados cresceu, ininterruptamente, desde 1876-80, alcançando a cifra de 873.000, em 1913.

**Tabela 03. Distribuição do fenômeno emigratório**

	<b>1870-1900</b>	<b>1901-1909</b>
PIEMONTE	37.447	55.076
LIGÚRIA	4.325	6.793
LOMBARDIA	21.660	50.178
VÊNETO	98.107	98.765
<i>Itália setentrional</i>	151.539	210.812
EMÍLIA-ROMANHA	11.866	33.209
TOSCANA	13.764	30.700
MARCAS	4.261	21.097
ÚMBRIA	608	9.824
LÁCIO	1.104	12.273
<i>Itália central</i>	31.603	107.913
ABRUZZO	14.320	48.744
CAMPÂNIA	29.405	70.766
PUGLIA	3.106	20.906

BASILICATA	9.425	14.460
CALÁBRIA	15.355	43.279
SICÍLIA	14.596	75.265
SARDENHA	501	5.521
<i>Itália meridional e insular</i>	86.528	278.521
TOTAL	269.670	597.246

(SERENI, 1967: 354)

Observamos como a imigração italiana acelerou-se em ritmo desenfreado de 1870 a 1909, em TODAS as regiões. Destacamos a Itália central e a Meridional e Insular, em que, ambas, tiveram aumento de mais de 200% de expatriados. Veremos nos próximos capítulos que este dado é importante, uma vez que, para o Rio de Janeiro, cresce muitíssimo o número de calabreses nos referidos anos.

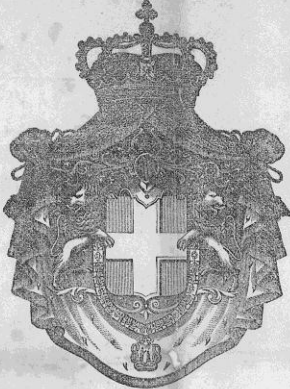
Como podemos observar, os fatores de expulsão eram muitos, mas os de atração também foram importantes. Bertonha (2005) comenta que se não houvesse uma constituição de um mercado mundial de trabalho no período em questão, a imigração em massa não teria sido possível. Desse modo, o referido autor completa a argumentação dizendo que o fim da escravidão nas antigas colônias europeias nas Américas, a difusão da sociedade industrial pelo mundo, a constituição de Estados independentes americanos e a busca por “civilizá-los” com os brancos europeus foram os principais fatores que possibilitaram os números impressionantes de imigração não só italiana como europeia em geral.

Os italianos, em sua maioria, optavam por emigrar para países europeus, depois para os Estados Unidos, Argentina e Brasil. Eram, em sua esmagadora maioria, trabalhadores braçais, mesmo que alguns tenham migrado por outros motivos tidos como mais nobres. A princípio, tinham o plano de retornar à Itália e muitos o fizeram, mas a maioria acabou por ver seus projetos frustrados, fixando-se na nova terra.

Imagem 02. Exemplo de Passaporte Italiano, em 1896

301/302

ROSARIO  
12 APRILE 96


  
 IN NOME DI SUA MAESTÀ  
**UMBERTO I.**  
 PER GRAZIA DI DIO E PER VOLONTÀ DELLA NAZIONE  
**RE D'ITALIA**


N.º del Registro	
N.º del Passaporto	
<b>CONNOTATI</b>	
Età anni	25
Statura metri	1.67
Capelli	
Sopraciglia	castani
Occhi	castani
Naso	regolare
Bocca	regolare
Mento	regolare
Barba	scarsa
Segui particolari	
Condizione	single
Nato a	Castellone
Domicilio	Castellone
Firma del latore	

*Il Ministro per gli Affari Esteri  
 prega le Autorità Civili e Militari di Sua Maestà  
 e delle Potenze amiche ed alleate di lasciar liberamente passare  
 Fabolato Valentino di Giuseppe  
 per alcuni giorni con sua  
 moglie Crescenzia  
 m m m m*

ESTADO DE  
 MINAS GERAES  
 VISTO  
 D. CAMPISTA

*Il presente Passaporto rilasciato a Castellone  
 il 9 Marzo milleottocento novanta anni  
 dietro nulla osta Luigi Castellone  
 è valido per un anno*





Per delegazione  
 del Ministro per gli affari esteri  
*Giuseppe*  
*Boveri*

Passaporte de Valentino Fasolato, imigrante italiano desembarcado no Rio de Janeiro e que seguiu para Juiz de Fora, em Minas Gerais (Arquivo Privado da Família Fasolato)

Como podemos concluir, o papel expropriador das classes dominantes foi o principal motivo do êxodo de italianos. A ideia de “fazer a América” pode ser contestada, desse modo, já que a primeira opção de emigração eram países do próprio continente europeu.

Gramsci (1987) comenta que um dos motivos para transformar a nação italiana em uma nação proletária seria que este país constituiu o exército de reserva de capitalismo estrangeiros, fornecendo inúmeros braços para a exploração agrária e fabril. Este perfil pode ser observado em São Paulo, no Brasil, em que a presença italiana na indústria, em 1901, correspondia a, nada mais, nada menos que 90% dos trabalhadores (ALVIM IN: FAUSTO, 2000: 404). O mesmo autor também lamenta a crise econômica que vivia Itália à época, pois este país também expulsava, conseqüentemente, operários qualificados, imprescindíveis para as lutas sociais.

### **Imagem 03. Trabalhadores italianos carregando sacas de café em fazendo paulista**

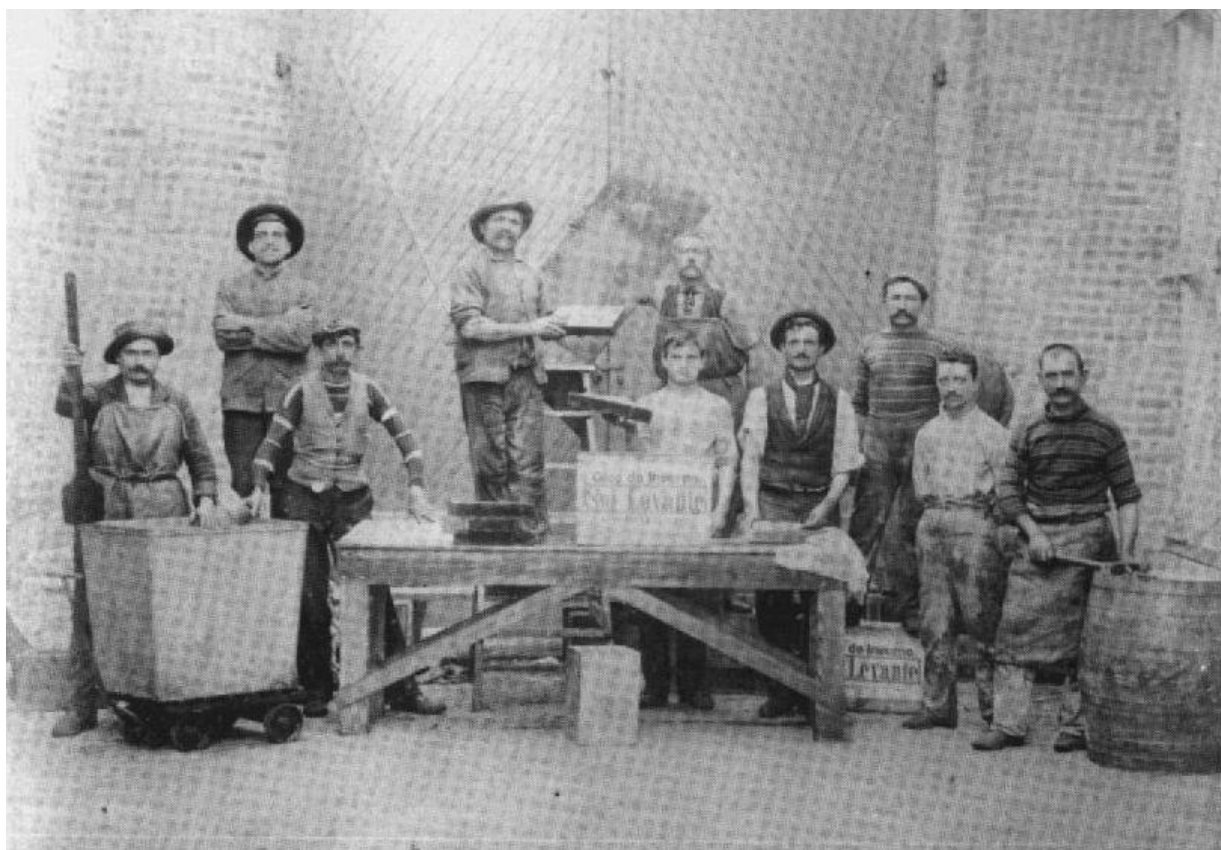


(TRENTO, 2001: 64)

Há controvérsias quanto ao número oficial de imigrantes italianos que teriam chegado ao Brasil, sobretudo no que concerne às estatísticas italianas confrontadas com as brasileiras, como mostra a tabela 04. Inúmeros são os motivos, entre os quais o fato

de alguns irem até a França, Espanha ou Alemanha para emigrar, logo, não partindo de sua terra natal. Adiciona-se a tanto as imigrações interamericanas, ou seja, o deslocamento de italianos de outros países como a Argentina e o Uruguai para o Brasil.

**Imagem 04. Operários italianos numa das fábricas do Conde Matarazzo**



(TRENTO, 2001: 85)

**Tabela 04. Emigrantes italianos desembarcados no Brasil**

Ano	Estatísticas italianas	Estatísticas brasileiras
1887	31.445	40.157
1888	97.730	104.353
1889	16.953	36.124
1890	16.233	31.275
1891	108.414	116.561
1892	36.448	54.993



1893	45.324	58.552
1894	41.628	40.342
1895	98.090	116.223
1896	76.665	96.324
1897	80.984	78.915
1898	38.659	33.272
1899	26.574	30.846
1900	27.438	19.671
1901	82.159	59.869
1902	40.434	32.111
Total	865.178	949.588

(TRENTO IN: ROIO, 1990: 16)

João Fabio Bertonha (2005), ao discutir o papel do Estado Italiano, argumenta que este pouco fez para garantir a tutela desses imigrantes. Algumas leis foram criadas, em especial, autorizando a imigração e assegurando a pouca intervenção estatal. A lei de 1888 garantia a liberdade de emigrar, mas nada fez para garantir condições adequadas de deslocamento – o que fez o Estado Italiano sofrer ferrenhas críticas. Assim, em 1901, nova lei foi criada visando à proteção dos emigrantes mediante órgãos próprios como o *Comissariato Generale dell'emigrazione*, entretanto, a tutela não era estendida após o embarque.

Essa situação foi responsável pelo fato de milhares de italianos que se aventuravam ao cruzar os oceanos, se auto-organizarem em terras estrangeiras, já que não contavam com proteção do Estado Italiano e muito menos com a do Estado acolhedor. Assim, não havia opção senão buscar amparo entre seus conterrâneos ou nas Igrejas regionais.

Há autores que comentam que os italianos aportados no Rio de Janeiro traziam consigo uma experiência vivida nas grandes cidades como Gênova e Nápoles, logo, apresentando um apego à cidade (WEYRAUCH, 2007). Porém, há de se relativizar esta informação, afinal, como já apresentado, vimos que a maioria esmagadora deste povo vivia no campo nesta época.

Pode-se chegar à, acima mencionada conclusão, possivelmente errônea, ao analisar-se a listagem de vapores no Arquivo Nacional sobre a entrada de imigrantes, afinal, observa-se que os principais pontos de saída são as cidades portuárias, porém,

isto não quer dizer que sejam também o local de origem, mas simplesmente o porto de embarque. O caminho percorrido até a partida dificilmente é reconstruído, pois as listagens, em sua grande maioria, omitem a naturalidade. Pode-se afirmar, no entanto, que, muitas vezes, eram supra-regionais e até internacionais estes circuitos, uma vez que a própria documentação já referida apresenta a entrada de diversos italianos embarcados em portos franceses, alemães e ibéricos.

De acordo com as listagens de vapores disponíveis *online* à consulta no Arquivo Nacional <sup>8</sup>, de 1880 a 1930, passaram pelo porto do Rio de Janeiro 74.460 italianos, o que não quer dizer que os mesmo tenham aqui se estabelecido. Muitos aportavam no Rio de Janeiro apenas como cidade de passagem, com destino final a São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia etc. Ademais, um número expressivo vinha de portos não localizados na Itália – como mencionado no parágrafo acima. Localizamos italianos tendo como porto de embarque cidades como Nova Iorque, Liverpool, Havre, Marselha, Bordeaux, Hamburgo, Buenos Aires, Rio da Prata e Montevideú.

Além disso, lembramos que os ofícios determinados nos documentos de chegada eram, em sua maioria agricultor, jornaleiro, pedreiro, trabalhador, camponês, lavrador, operário, sapateiro ou, mais escassamente, artistas, costureiros e proprietários e, as mulheres, domésticas.

Vale salientar que estes documentos estão, atualmente, organizados digitalmente, porém, seus originais ou se deterioram, tornando a leitura muito difícil, ou foram mal redigidos, pois um número alto de imigrantes aportados não apresenta informações de sobrenome, de data de saída, porto de embarque, profissão etc., o que dificulta a pesquisa histórica.

Porém, observando as informações disponíveis, podemos perceber que o perfil social desses grupos de italianos confirma que eram majoritariamente trabalhadores expropriados.

Ao Brasil vinham, sobretudo, os italianos do Vêneto, entretanto, a maioria se destinará a São Paulo. Já, o Rio de Janeiro contará com uma participação especial dos indivíduos da Calábria.

---

<sup>8</sup> [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)

**Tabela 05. Emigração Italiana para o Brasil, por regiões, de 1876 a 1920**

Vêneto	365.710
Campânia	166.080
Calábria	113.155
Lombardia	105.973
Abruzzi/Molise	93.020
Toscana	81.056
Emilia Romagna	59.877
Basilicata	52.888
Sicília	44.390
Piemonte	40.336
Apúlia	34.833
Marche	25.074
Lazio	15.982
Úmbria	11.818
Ligúria	9.328
Sardenha	6.113

(ALVIM IN: FAUSTO, 2000: 387)

Se, por um lado, a miséria fazia com que esse imenso contingente de italianos partisse para outras terras em busca de trabalho, o capital por eles amealhado auxiliava, significativamente, muitos dos seus conterrâneos a não caírem no desespero da fome, da imigração quase forçada e da falência. Isto porque os montantes de dinheiro enviado das Américas para a Itália eram imensos, contribuindo para que não houvesse revoltas populares e para que se freasse o número de repatriados.

As remessas de dinheiro vinham, sobretudo, dos Estados Unidos, seguidas da Argentina e do Brasil. Para se ter noção desta assustadora quantia, cita-se:

(...) Somando as remessas efetuadas pelo Banco de Nápoles àquelas feitas via vale postal e por outros meios oficiais, chegamos a médias anuais de 290 milhões de liras entre 1902 e 1913. Mas esses são, claro, números subestimados, pois muitos emigrantes enviavam dinheiro para casa por outros métodos (por intermédio de parentes que voltavam para a Itália, em

cartas comuns, nos próprios bolsos quando do retorno etc.). Cálculos recentes estimam que, entre 1902 e 1914, quase 450 milhões de liras eram enviadas pelos emigrantes por ano para suas famílias e esse número só aumentou nos anos seguintes, atingindo a casa dos bilhões de liras em 1920, dois em 1922 e um em 1931. (BERTONHA, 2005: 109-110).

Um ponto delicado que merece especial atenção é demarcar a heterogeneidade do grupo de imigrantes aportados no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro – nosso foco de estudo. É evidente que nem todos os italianos que para cá emigraram eram miseráveis ou pobres. Muitos vinham com boa bagagem cultural e mesmo certo capital para investir, refletindo a falta de oportunidade que havia na Itália para as camadas médias. Outros, inclusive, conseguiam juntar dinheiro nas Américas e enriquecer, comprovando as possibilidades de mobilidade social à época.

Dessa forma, observamos que a imigração era, em sua maioria, um ato de buscar fortuna, de fazer a vida, seja um expropriado camponês, um operário desempregado, um artista mal remunerado, em sua terra, ou até um arquiteto de pouco reconhecimento local. Tal quadro refletia o complicado momento econômico que vivia a Itália e a falta de oportunidades com que se deparavam os peninsulares.

## Capítulo 02. Do mediterrâneo à Baía de Guanabara

### 2.1. O RIO DE JANEIRO: DE CIDADE COLONIAL À CAPITAL FEDERAL

Antes de iniciarmos qualquer discussão sobre o Rio de Janeiro, é importante lembrar que o período que abordaremos (1870-1920) compreende cinquenta anos de grandes transformações políticas e sociais – dentre as quais, a mais notória foi a Proclamação da República, em 1889. Não menos importante, também há a abolição da escravatura, em 1888, a Revolta da Armada, em 1893-1894, a Guerra de Canudos, em 1896 e 1897 e o Primeiro Congresso Operário, em 1906.

Mesmo sem ter participação significativa no processo da proclamação da República e nas primeiras décadas de regime republicano, não devemos nos esquecer das lutas que a população brasileira traçou ao longo de todo o século XIX visando à ampliação dos seus direitos, à participação política e mesmo à derrubada do regime – exemplo deste último seria o Manifesto Republicano, de 1870 e os movimentos rebeldes acima mencionados.

O liberalismo europeu entranhava as mentalidades locais agitando politicamente as diversas camadas da sociedade brasileira. A pressão internacional para que se abolisse a escravatura, sobretudo por parte da Inglaterra, crescia cada ano. Enfraquecido, o regime político imperial brasileiro foi perdendo suas forças e, em 13 de Maio de 1888, já era claro que a Monarquia estava a poucos passos de cair.

Segundo Emília Viotti da Costa (2007: 364) o único setor que insistiu firmemente, até o fim, para que o regime escravista fosse mantido, votando contra a abolição no parlamento, foram os grandes barões do café, sobretudo os de São Paulo e das Minas Gerais, cujos escravos valiam um terço de suas hipotecas.

Esta resistência pode ser comprovada em carta escrita por Cândido Bernardino Teixeira – conhecido como Rei do Café, em Minas Gerais –, em 07 de Julho de 1888, endereçada a outro barão de café, em que se refere, ironicamente, a sua propriedade como “fazendinha”, aos ex-escravos como “Senhores libertos”, além de insultar a Princesa Isabel:

Não tenho respondido a muito tempo, as suas 2 ultimas cartas por andar m.to preocupado com a administração d’esta nossa fazendinha, preocupação esta devido som.e aos taes Sr.es libertos pela celebríssima lei de 13 de Maio,



Uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca foi o Decreto 58A, de 14 de Dezembro de 1889, que garantia a Grande Naturalização, tornando brasileiros todos aqueles que não manifestassem vontade de manter sua nacionalidade de origem, no período de seis meses. José Murilo de Carvalho (2000), sobre tal lei, comenta que ela foi uma busca pela solução ao anti-lusitanismo que explodia no Rio de Janeiro, após a República e com a saída da Corte do Brasil, mas também uma forma que os portugueses remanescentes pudessem continuar participando da política.

Não há dados concretos sobre os efeitos da lei. Pelos relatórios diplomáticos dos representantes inglês, francês e português, percebe-se que houve reação geral contra a lei. As pequenas colônias, como a inglesa, francesa, a alemã tinham melhores condições de resistir à naturalização, tanto por seu tamanho quanto pela força política de seus governos. (CARVALHO: 2000, 81)

Note-se que, em momento algum da passagem transcrita, Carvalho menciona os italianos e os espanhóis, sendo que as colônias destes imigrantes eram significativas no Rio de Janeiro.

Porém, analisando os processos de naturalização, fica visível a ignorância a que estava submetido o povo, sem entender direito se eram brasileiros ou não.

Exemplos, dentre muitos, são os dos italianos Paschoal Vertangiese <sup>9</sup>, foguista da Estação de Ferro Central do Brasil, em 1895; do artista italiano José Rufino <sup>10</sup>, de 1903, e do artista Francisco di Fernando <sup>11</sup>, em 1908, em que todos endereçam pedido à Municipalidade visando a tomar conhecimento sobre a condição de suas respectivas nacionalidades. Lembramos que, se a pessoa em questão não tivesse feito qualquer manifestação ou assinado o livro de recusa de adesão à nacionalidade brasileira, era, automaticamente naturalizado.

Paschoal Vertangiese, Italiano, 32 anos idade, casado, foguista da Estrada de Ferro Central do Brasil, roga-nos mandar certificar se o supplicante adherio a Grande Naturalisação  
(...)

---

<sup>9</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códice: 46.4.6

<sup>10</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códice: 46.4.8

<sup>11</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códice: 46.4.8

No livro 1º de Declaração de recusa de nacionalização, não consta a assignatura do supplicante.

Secretaria Geral, 2ª Secção, 12 de abril de 1894.

José Rufino, subdito italiano, de 35 annos de idade, solteiro, artista, precisa que V. Exª se digne mandar passar por certidão o que consta a seu respeito quanto á grande naturalização concedida pelo Decreto nº 50A de 29 de Dezembro de 1889, se o supplicante accitou ou não os favores acometidos pelo Governo Provisório.

(...)

Revendo os livros respectivos não encontrei a assignatura do supplicante.

(...)

Passou-se a certidão

Francisco de Franciscis di Fernando, morador a rua Luiz de Camões, 82, Brasileiro Adoptivo filho de Fernando de Franciscis e da fallecida Sbordane Clorinda, cazado, artista, assiste a 20 annos no Brazil, desejando qualificar-se eleitor, requer a Vª Exª mandar passar por certidão se o supplicante accitou ou não a grande nacionalidade ou se fez alguma declaração em contrario.

Declaro em tempo que o requerente é de nacionalidade italiana e tem 42 annos de idade.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 1908.

Francisco de Franciscis di Fernando

(...)

Informo que dois livros de Termo de Declarações de Estrangeiros que não entraram(?) á grande nacionalização brasileira facultado pelo Decreto n. 68 A de 14 de Dezembro de 1889, do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, não consta declaração alguma em nome do requerente.

24-01-908

Observamos, neste último caso, que o italiano em questão buscava qualificar-se eleitor, o que demonstra a importância dada à política pela classe média da época. Entretanto, tamanha era ignorância que o povo sofria que o supplicante não estava certo sobre a sua nacionalidade. Muitos sequer se recordavam se haviam assinado o livro de recusa de naturalização, o que nos faz perceber que diversos estrangeiros foram naturalizados brasileiros sem, ao menos, estar a par disto.



Dois anos após a proclamação da República, consolidou-se a Constituição de 1891, de forte caráter elitista, ao ponto de não garantir direitos básicos aos cidadãos comuns como saúde e educação, além de ter ocorrido tentativas de proibirem-se as greves.

Nessa lógica, percebemos que a abolição da escravatura foi, sem dúvida alguma, uma vitória para o povo brasileiro, entretanto não houve qualquer movimento que buscasse a inserção dos libertos à sociedade de classes em que se afirmava o Brasil.

Cabe lembrar que pouco mudou, em termos de participação política, se compararmos as Constituições de 1824 e a de 1891. A maioria esmagadora da população continuou às margens da participação política – ou seja, do exercício principal da cidadania – enquanto os grandes burgueses, enriquecidos desde fins do XIX, monopolizavam todo o aparato estatal.

Fato crucial que deve ser mencionado é a questão da alfabetização ser requisito necessário para o voto. Equivocam-se os que relacionam tal aprendizado, exclusivamente à questão financeira, afinal, não raro encontravam-se pessoas de posses e capital que não sabiam ler e nem escrever. Ademais, lembramos que o sufrágio feminino foi estabelecido, apenas, em 1932, ou seja, no Governo Vargas.

Além disso, o processo de industrialização tardia por que passou o Brasil foi, em princípio, favorecido pelo comércio importador e pelo grupo industrialista inserido no aparato Estatal. A disputa entre ruralistas e industrialistas foi árdua, uma vez que ambos precisavam do apoio do estado para desenvolver suas atividades. Assim, lembramos que a industrialização do Brasil ocorreu visando a atender ao mercado interno, sendo que nas primeiras décadas da República, 90% das indústrias são de bens de consumo imediato ou não-duráveis.

Finalmente, tendo em vista esta breve apresentação, ressalta-se que o número de habitantes – nacionais ou imigrantes – do Rio de Janeiro tenha disparado em meio século.

Em 1872, a cidade do Rio de Janeiro contava apenas com 274.972 habitantes, dentre os quais, 1.738 eram italianos. Em 1920, estes números já eram 1.157.840 e 21.929, respectivamente. Bastaria esta pequena apresentação para percebermos que, proporcionalmente, o número de italianos cresceu mais que o número de habitantes total, uma vez que os primeiros tiveram um aumento de mais de 1.000%.

Não apenas a presença do italiano cresceu, mas a do imigrante em geral, entre os anos de 1872 e 1920. Diversos foram os fatores, em especial a busca pela mão-de-obra,

tendo em vista que a província do Rio de Janeiro foi a mais afetada pela abolição da escravatura (LOBO, 1978: 445).

Nesta época, o Rio de Janeiro viveu intensa transformação devido à mudança de Capital Imperial para Distrito Federal, mas também pelas políticas públicas que buscavam vesti-lo à *européia*, modernizando a cidade.

As sucessivas reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro como as comandadas por Barata Ribeiro, Pereira Passos, Paulo de Frontin e mesmo Carlos Sampaio – com a emblemática derrubada do Morro do Castelo – não apenas mudaram a estrutura urbana, mas, principalmente a questão econômica e social. Neste aspecto, as políticas públicas deste recorte temporal – alavancadas pela especulação imobiliária – possuíam caráter segregador, já que expulsavam os mais pobres das regiões centrais para as mais afastadas – sobretudo para bairros que cresciam às margens das linhas férreas na zona norte.

Barata Ribeiro, em especial, ficou conhecido pela destruição do Cortiço Cabeça de Porco, localizado à Rua Barão de São Felix. Culpados por alastrarem as epidemias tais como a febre amarela pelo Rio de Janeiro, os prefeitos declararam verdadeiras guerras aos cortiços, não se preocupando para onde as pessoas, que ali moravam, iriam e nem se teriam condições de pagar aluguéis mais caros.

Muitos foram os críticos destas posturas, inclusive um italiano – Angelo Agostini – sobre o qual falaremos melhor no próximo capítulo. Fundador da *Revista Illustrada*<sup>12</sup>, logo após à destruição do referido Cortiço, em 1893, o seu número 656, trazia à capa uma cabeça de porco em um prato, apresentada na Imagem 06.. Com aparência triste e de que está insatisfeita, derramava uma lágrima e portava uma grande barata em sua testa. Abaixo, vinha o seguinte poema:

Cabeça de Porco

Era de ferro a cabeça  
De tal poder infinito  
Que - se bem nos pareça  
Devia ser de granito

No seu bojo secular  
De forças devastadoras

---

<sup>12</sup> Disponíveis na Biblioteca Nacional

Viviam sempre a bailar  
Punhaes e metralhadoras

Por isso viveo tranquilla  
Dos poderes temerosos  
Como um louco cão de fila  
Humilhando poderosos

Mas eis que um dia a **barata**  
Deo-lhes na telha almoçal-a  
E assim foi, - sem palavra  
Roendo, até devoral-a

(ABREU, 1988: 51. Originalmente Publicado por Angelo Agostini na Revista Illustrada, n. 656. Anno 18. Grifo meu).

O curioso é observar que o termo “barata”, na última estrofe, é uma alusão nítida ao Prefeito Barata Ribeiro.

Os italianos, em sua maioria indivíduos humildes, sofreram com tais políticas. Observamos nos recenseamentos de 1872 ao de 1920 que estão maciçamente concentrados nas freguesias centrais e, aos poucos, vão se dispersando para a zona norte, mesmo que continuem, majoritariamente naquelas.

Mas para traçar um panorama mais eficaz da história do Rio Janeiro, é inevitável que encaremos a importância da questão geográfica para o desenvolvimento das relações sociais, como nos lembra Ana Fani Carlos (2004) ao discutir que as relações sociais também são relações espaciais. Ou, como consagra o viés marxista, a história como fruto das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza e não apenas NA natureza.

Assim, autores como Raquel Rolnik (1995) e Mauricio de Abreu (1988), apresentam a transformação do espaço urbano carioca como um reflexo das relações sociais capitalistas, discutindo, de tal modo, o papel do Estado como segregador, uma vez que suas políticas públicas – ou simplesmente a falta delas – contribuíram definitivamente para a estratificação social do Rio de Janeiro, garantindo a reprodução do capital. Como já demonstrado na Introdução do trabalho, este autor diz ser o Rio de Janeiro um modelo de cidade capitalista dependente.

Imagem 06. Capa da *Revista Illustrada*, n. 656, 1893



(ABREU, 1988: 51)

Maurício de Abreu (1988) nos apresenta o modelo de cidade discutido pela Escola de Chicago, que seria:

(...) a evolução de uma aglomeração em rápido crescimento demográfico e industrial, dominado por uma economia capitalista com poucas imperfeições de mercado. Pressupõe, ademais, um determinado grau de heterogeneidade étnica e social, um sistema de transportes eficaz e homogeneamente distribuído no espaço, e a existência de um núcleo urbano inicial, localizado no centro da cidade, com pequeno valor simbólico e fracamente constituído social e arquitetonicamente. (ABREU, 1988: 13).

Tal modelo não pode ser aplicado ao Rio de Janeiro, segundo Abreu, dada à extrema ineficácia dos meios de transporte, a imensa importância simbólica do centro da cidade e às grandes imperfeições na constituição da mentalidade capitalista carioca. Deste modo, apresenta o crescimento espacial da cidade dando-se a partir do centro, numa aglomeração das classes abastadas ao redor dele e deslocamento dos pobres para zonas cada vez mais distantes.

Segundo este renomado geógrafo, atualmente, a *área metropolitana* do Rio de Janeiro apresenta quatro grandes círculos: o primeiro seria o núcleo, ou seja, o centro, os bairros nobres da zona sul, os da zona norte mais próximo ao centro e Niterói; o segundo seria a periferia imediata, logo, os bairros da zona norte e oeste que margeiam o núcleo; o terceiro seria a periferia intermediária, principalmente, a Baixada Fluminense; e o último, a periferia distante que não seria considerada região metropolitana, mas apenas área metropolitana, constituída, sobretudo de municípios que se aproximam do Rio de Janeiro devido ao processo de conurbação.

É claro que o evidenciado acima é resultado do processo histórico sobre o qual Abreu discorre brilhantemente, discutindo como o Estado assegurou, ao longo dos anos, as reformas e comodidades possíveis nas regiões centrais, tais como melhoramentos das vias e dos meios de transporte – onde se concentram as classes privilegiadas – e deixou o subúrbio caído no esquecimento.

Importante lembrar que os distritos e bairros do Rio de Janeiro que conhecemos atualmente apresentaram intenso processo de fragmentação das freguesias, ao longo dos séculos, sobretudo, no período estudado. Considerando a importância de identificar o ano em que nasceu cada bairro, criamos o esquema 01, que se segue, apontando as freguesias que os originaram e a data de suas respectivas criações<sup>13</sup>.

As primeiras alterações relevantes ocorreram a partir da vinda da família Real em 1808, que, não apenas foi responsável pelo aumento considerável da população, mas também, pela intensificação dos padrões urbanos e da vida de Corte. Tais transformações alteraram profundamente o perfil social da cidade que, até então, era constituída, majoritariamente, por escravos. Sucessivamente, a independência política e o reinado do café contribuíram para mudanças no espaço urbano.

A dinâmica da cidade pode ser evidenciada a partir do esquema a seguir, uma vez que, no século XIX, onze novos bairros foram criados. Ainda no período joanino, registra-se a Lagoa (1809) e Sant'Anna (1814), este último na região central, onde, no período pós-independência surge Sacramento (1826), e, na segunda metade do século, Santo Antonio (1854) e Espírito Santo (1865). Além disso, na periferia, surgem mais bairros, dentre os quais, São Cristóvão (1856).

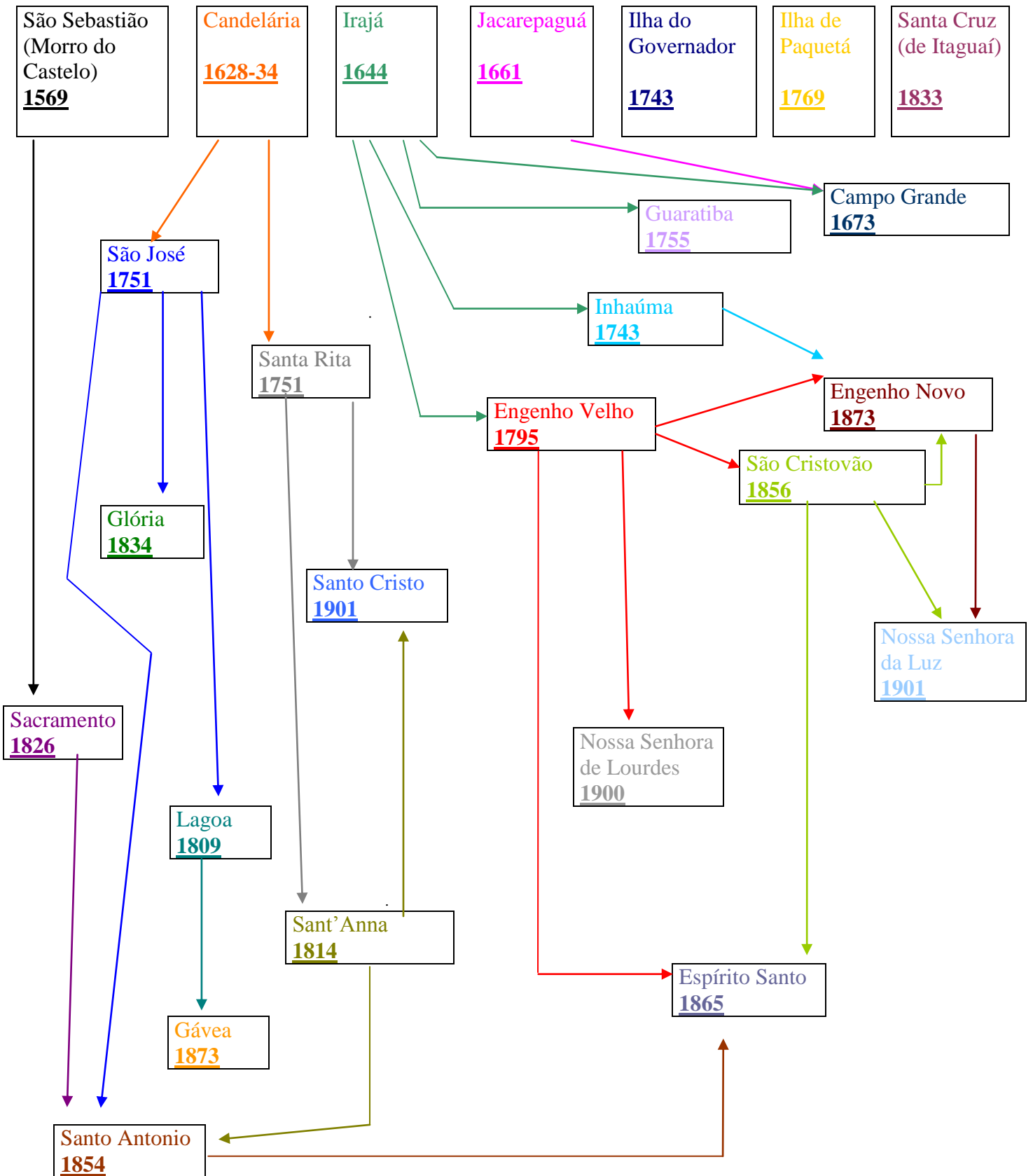
Neste contexto, a prosperidade gerada pela agricultura de exportação provocou a demanda por novas mercadorias, a atração de capitais internacionais, bem como de migrantes, estrangeiros e nacionais, que vinham para o Rio de Janeiro a procura de trabalho.

No quadro da modernização urbana decorrente do progresso econômico, não tardou para que os meios de transporte, como bonde de burro e o trem a vapor, se desenvolvessem – por mais insuficientes que fossem – favorecendo a ocupação de zonas mais distantes da área central. Entretanto, a maioria das pessoas – desprovidas de capital – buscavam habitar as freguesias centrais devido à proximidade do trabalho, o que não vai ser diferente entre os imigrantes italianos.

---

<sup>13</sup> Para visualizar, exatamente, quais eram as delimitações distritais do Rio de Janeiro, olhar Anexo I, ao final da dissertação

**Esquema 01. Das freguesias aos bairros (até 1901)**



(Recenseamento de 1906)

Buscando ilustrar a expressiva expansão urbana que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no decorrer de um século, utilizamo-nos de mapas disponíveis nos Recenseamentos.

O primeiro deles, datado de 1769, retrata a situação da cidade colonial, identificando uma ocupação a partir do porto e em torno dos principais equipamentos sociais e administrativos. Percebemos que apenas a região central apresentava um número considerável de residências, evidenciando que as zonas norte, sul e oeste da cidade, encontravam-se, praticamente, desabitadas, ou com raras ocupações.

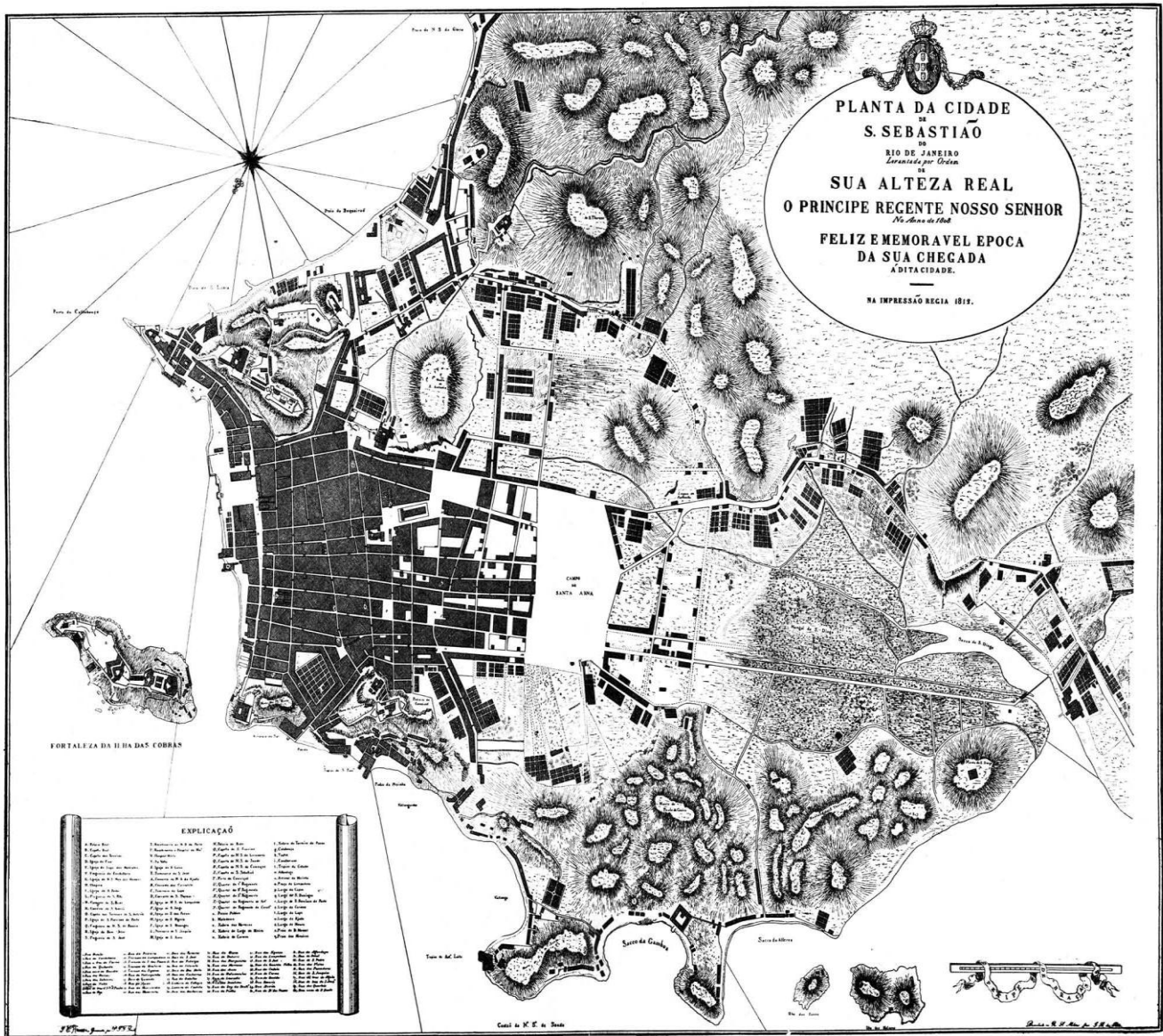
O segundo, registro do ano de 1812, apresenta que se intensificou a ocupação nas áreas aludidas anteriormente, e, além disso, verifica-se uma expansão, mesmo que esparsa, rumo à zona norte e à zona sul. Tal crescimento está relacionado com a chegada da corte, em 1808, com que vieram muitos imigrantes, além de ter atraído sucessivos fluxos migratórios, tanto internos como externos, à então capital colonial.

Finalmente, o terceiro mapa, de 1888, assinala situação bem diversa, fruto do crescimento da população, desenvolvimento das indústrias e do setor de serviços, ampliação dos transportes urbanos e das ferrovias, no período. Observa-se, a intensificação do já citado adensamento nas regiões centrais e a expansão nas áreas periféricas, com ocupação expressiva em algumas delas, a exemplo da grande Inhaúma e de Irajá. As terras e os aluguéis na região norte eram mais acessíveis às classes mais baixas, que migraram em massa a tais regiões a partir do fim do século XIX e início do XX. Não menos importante é o registro, pela primeira vez, de Niterói – então capital da Província do Rio de Janeiro – o que evidencia sua integração na malha urbana polarizada pela Corte.



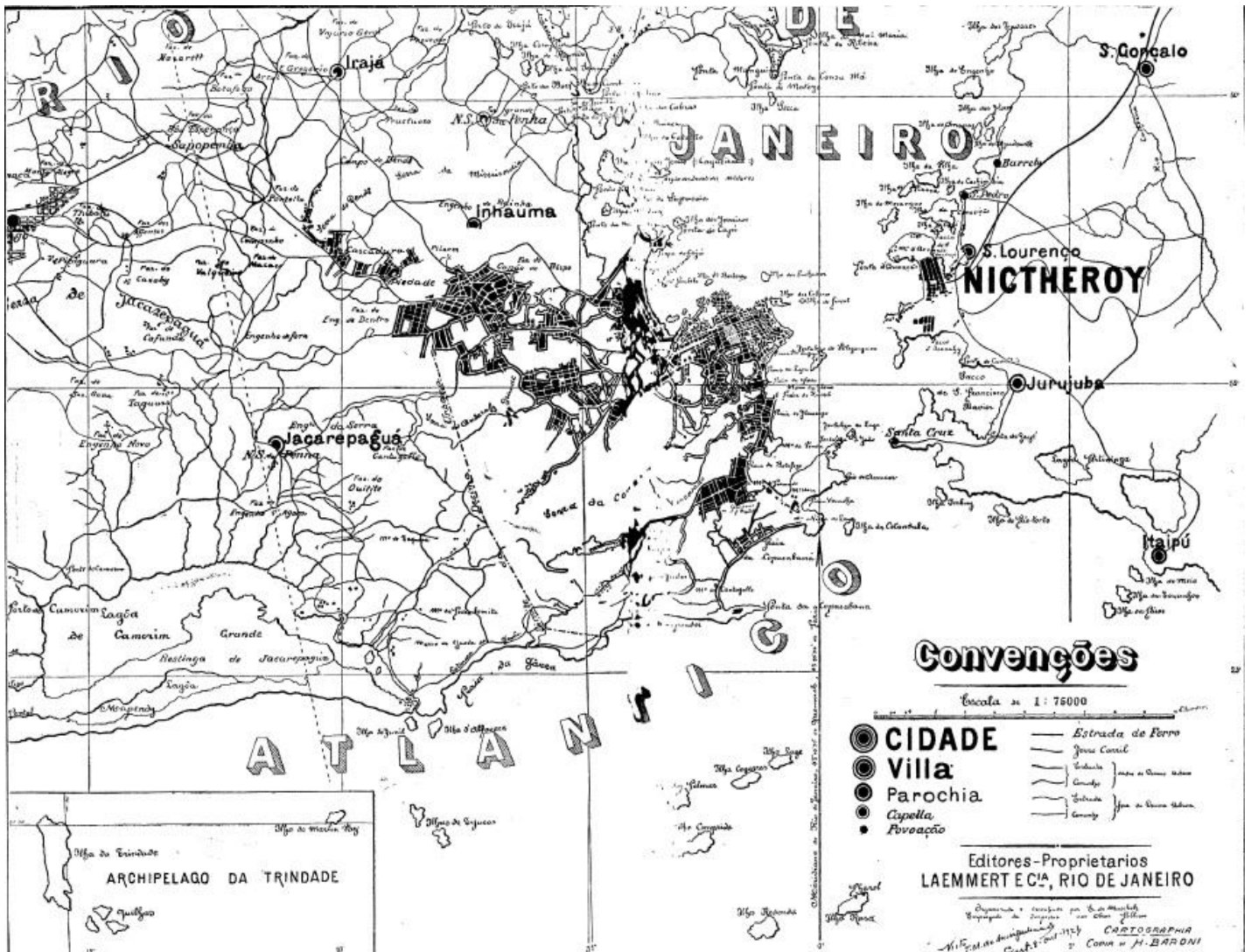


Mapa 09. O Rio de Janeiro em 1812



(Recenseamento de 1920)

## Mapa 10. O Rio de Janeiro em 1888



(Recenseamento de 1920)

A decadência do cultivo do café no Vale do Paraíba, a abolição da escravatura e a proclamação da República, a curto e médio prazo, não alteraram tal situação, mantendo a capital federal, sua posição de epicentro logístico do país, apesar de toda a modernização do porto de Santos, como afirma Carlos Lessa.

Em 1901 foi criada a Companhia Docas do Rio de Janeiro. Foi iniciada a construção do moderno porto: prolongar-se-ia da ponta do Arsenal, perto das instalações da Marinha e de acesso à Ilha Fiscal, até a projeção da rua de São Cristóvão. O cais da Gamboa teria 3.500 metros. A obra finalizava-se na saída do Canal do Mangue. Mauá já havia instalado a fábrica de gás, em 1851, no limite dos manguezais. Havia feito na ocasião um canal de 1.876

metros. No governo Rodrigues Alves foram construídos mais 1.528 metros de canal, até a ponta do Caju (LESSA, 2005: 192-193).

A tabela que se segue evidencia a importância do porto do Rio de Janeiro, no quadro do comércio exterior. Ainda que as exportações fossem consideravelmente menores que as de São Paulo – que vivenciava, neste período, o apogeu da cafeicultura do oeste paulista – as importações pelo porto carioca conferiam a esta praça um papel hegemônico na entrada de mercadorias. Reafirmava-se, assim, sua tradição como centro redistribuidor através do comércio de cabotagem, facilitado por sua posição estratégica e condição política.

**Tabela 06. Balanço comercial do Rio de Janeiro e São Paulo comparados em contos – 1912-1913**

	Exportações	Importações	Saldo
Porto do Rio (1912)	158.919	371.295	- 213.376
Porto de Santos (1912)	530.135	248.698	281.447
Porto do Rio (1913)	119.508	392.329	- 272.821
Porto de Santos (1913)	490.279	273.103	217.176

(DEAN, 1971: 102)

Além disso, a contínua entrada de capitais estrangeiros, no Rio de Janeiro, facilitou o projeto de modernização da infraestrutura urbana, sobretudo nos quesitos como a iluminação pública, implantação de redes de esgoto e instauração de transportes mais modernos e eficazes. Tais processos levaram companhias nacionais à falência, pela inviabilidade de competir com aquelas empresas, que ofereciam serviços de qualidade superior.

Dessa forma, concluímos que a dinamização do porto e a ampliação do setor de serviços definiram a importância do Rio de Janeiro como mercado de trabalho em expansão. Os imigrantes – sobretudo italianos e espanhóis – teriam participação, não apenas no trabalho portuário, apesar de neste ter predominado a mão de obra negra e portuguesa, mas também em vários ofícios ligados ao setor de serviços, construção civil, entre outros, próprios da área urbana.

A hierarquização do espaço urbano inicia-se já nas últimas décadas do século XIX, quando, os que dispõem de mais recursos optam por habitar a Zona Sul – compreendendo os atuais bairros da Glória, Catete, Flamengo e Botafogo, dentre outros. A população mais carente concentrou-se, assim, nas zonas centrais e, além disso, áreas anteriormente nobres, como São Cristóvão, perdem importância, pois, neste caso, com a proclamação da República, não abrigava mais a família real, passando a ser um dos lugares preferidos das fábricas nascentes, devido a sua proximidade ao porto e ao centro.

O crescimento da Zona Sul deveu-se às melhores condições de acesso, verificando-se a transformação das casas de veraneio em residências fixas. Não tardou para que os capitais estrangeiros também penetrassem na área imobiliária, contribuindo para a especulação imobiliária e ocupação contínua da orla do Rio de Janeiro que, em 1920, já atingia o Leblon.

A aglomeração de pessoas nas freguesias centrais logo se evidenciou a partir da proliferação dos cortiços, sobretudo na primeira década do século XX. A imigração e as migrações internas contribuíram para o processo que foi um dos principais alvos da reforma urbana de Pereira Passos (1902 – 1906), que pretendia vestir a cidade à *européia*.

O projeto sanitário de Oswaldo Cruz, a vontade política de Pereira Passos e o apoio do presidente da República Rodrigues Alves, permitiram implementar um conjunto de transformações urbanas que libertaram a cidade do Rio de Janeiro do antigo aspecto colonial: suja, desorganizada e repleta de doenças.

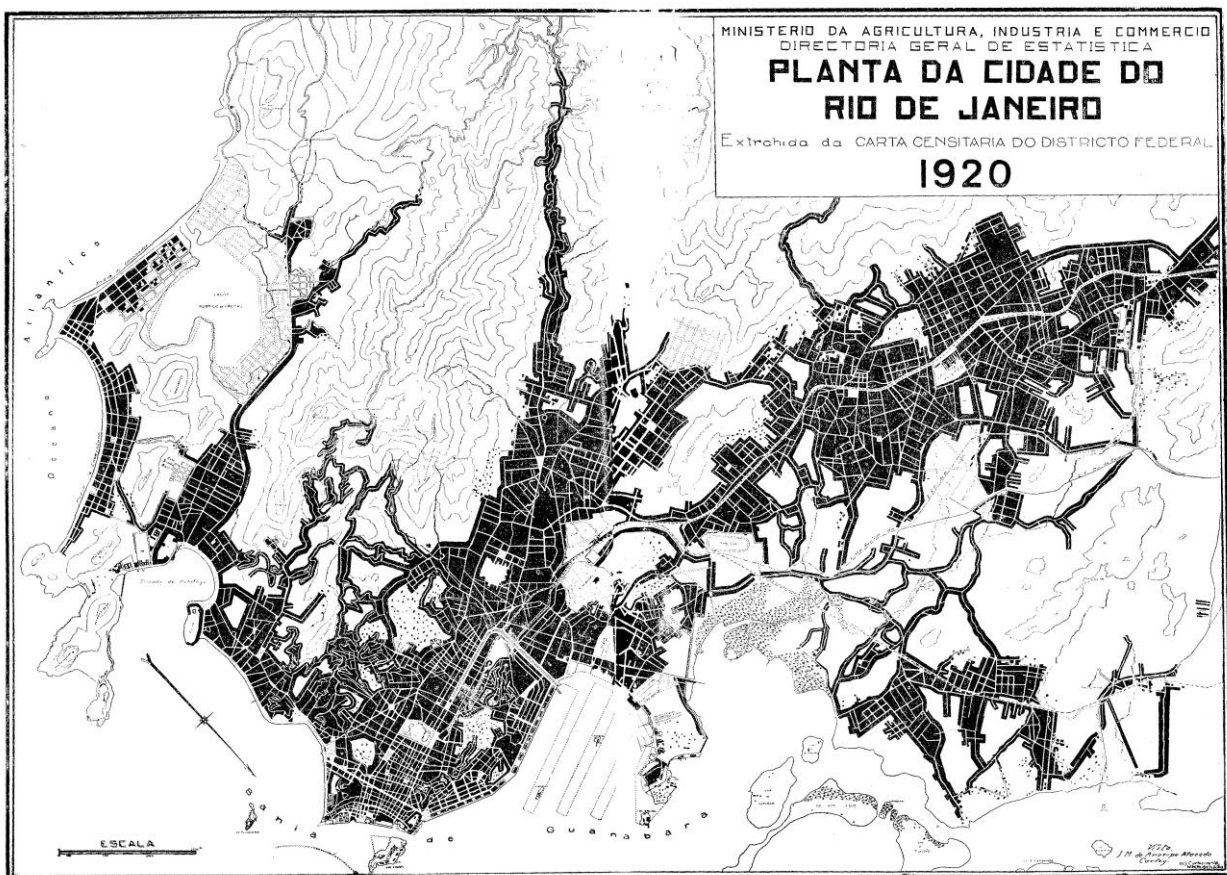
Tal reforma, segundo Abreu (1988), representou o primeiro grande exemplo de intervenção estatal maciça sobre o espaço urbano devidamente adequado às exigências do modo de produção capitalista. Assim, o autor insiste que as preocupações em acabar com as regiões insalubres no então Distrito Federal não eram motivadas pelos cuidados com a saúde da população carente – consequentemente mais afeitas às doenças – e sim pelos interesses da economia de exportação, prejudicados pelos surtos epidêmicos.

As medidas sanitárias e estéticas tomadas afetaram, sobretudo, as camadas mais baixas da população já que foi declarada guerra aos quiosques da cidade, proibida a mendicância e, temporariamente, a venda de produtos por ambulantes. A tais medidas, que agravaram a questão da subsistência de muitos trabalhadores, acrescentou-se a demolição de inúmeros cortiços, que os obrigou a se deslocarem para regiões mais distantes.

Com o alargamento das avenidas – a exemplo da Avenida Rio Branco, então Avenida Central – também foram destruídos diversos armazéns e trapiches, revelando o esforço da ordenação, sobretudo, no que diz respeito ao centro comercial e financeiro, incluindo o porto. É evidente que o mesmo ânimo não se verificou na promoção de uma política de moradia para as classes populares, desabrigadas pelo *bota abaixo*, provocando não apenas uma expansão para as freguesias mais distante, mas também propiciando o crescimento das favelas.

Segundo Abreu (1988), a expansão do subúrbio ocorreu, sobretudo, a partir da periferia imediata, merecendo destaque o notável crescimento dos bairros de Inhaúma e de Irajá. Fatos principais que favoreceram esse processo foram as instalações industriais, logo, oportunidades de trabalho próximas aos bairros em questão, bem como o alongamento das linhas férreas, tornando-os opções mais baratas de residência. O mapa 11 demonstra, visivelmente, o crescimento da cidade rumo à zona norte e, em menor escala, à oeste.

### Mapa 11. O Rio de Janeiro em 1920



(Recenseamento de 1920)

Importante observar, no mesmo mapa, a expressiva expansão da cidade rumo a Zona Sul, sobretudo pelas classes abastadas que procuravam um estilo “moderno” de vida junto à beira-mar, buscando fugir da “barulheira” e desordem do centro. Como se percebe, a orla do Flamengo, Botafogo, Copacaba e Ipanema já está notavelmente ocupada.

A ausência de políticas públicas e urbanísticas nessas regiões fez com que os próprios moradores passassem a ali desenvolver atividades do setor terciário e prestação de serviços, atribuindo, assim, a alguns lugares características semelhantes às do Centro. Um exemplo que sobrevive até os dias atuais, apresentado por Abreu (1988), é o bairro de Madureira, conhecido pelo seu “*mercadão*”.

Além disso, observa-se o notável crescimento da Baixada Fluminense por volta dos anos 1920. Esta região, anteriormente rural e famosa por produção de laranjas – atividade onde os italianos também estiveram presentes –, passou por um intenso processo de ocupação e urbanização desordenada. A oferta de terras a preços baixos, aliada às facilidades administrativas, atraiu indústrias e aqueles que procuravam locais mais baratos de moradia.

Sobre a reforma urbana de Pereira Passos, é importante ainda, ressaltar um resultado positivo da política saneadora posta em prática. O número de mortes por doenças que avassalavam o Rio como febre tifóide, varíola, sarampo, escarlatina, difteria, gripe, disenteria, peste, febre amarela, lepra, beribéri e tuberculose – todas ligadas às condições insalubres da cidade – decaiu consideravelmente.

A tabela que se segue evidencia, praticamente, a erradicação da febre amarela que alcançou proporções epidêmicas, entre 1891 e 1895, atingindo a cifra de mais de 15 mil casos. A malária, o tifo e a beribéri, ainda que não erradicadas, tiveram uma queda bem superior a 50% em número de casos. Mas, se considerarmos o crescimento da população no período, que praticamente dobra, esses número, proporcionalmente, têm um significado ainda maior. A tuberculose e a varíola apresentam crescimento, no mesmo quadro, em número de casos; porém, em termos proporcionais, tendo em conta o já citado aumento da população, mostram-se com uma incidência menor.

**Tabela 07. Morte por doenças transmissíveis (Rio de Janeiro)**

Doenças	1886/1890	1891/1895	1896/1900	1901/1905	1906/1910
Tuberculose	10.471	11.239	13.073	14.008	14.607
Malária	6.351	9.157	7.407	3.649	1.106
Febre Amarela	5.211	15.261	5.241	2.204	85
Varíola	4.665	6.329	2.508	6.621	6.829
Tifo	567	531	548	528	260
Beribéri	1.022	919	1.152	489	179
Total	28.284	43.436	29.929	27.499	23.066
% de mores transmissíveis/gerais	49,9%	47,4%	41,0%	39,0%	36,2%

(LESSA: 2005, 195)

Foi uma preocupação constante das diferentes autoridades brasileiras, sobretudo aquelas que defendiam os interesses da economia de exportação, demonstrar os avanços do Brasil, nesta área. Ainda no Censo de 1920, buscava-se, a todo custo, passar a imagem de que o Rio era uma cidade maravilhosa, sendo, inclusive, considerada como a “(...) a mais adeantada, a mais prospera e a mais salubre localizada fóra das zonas temperadas.” (PP. 05-06). Ademais, é atribuída aos negros a culpa de todas as moléstias que assolavam o Rio de Janeiro, pois as traziam da África, de onde vinham “amontoados nos porões dos navios” (P. 12).

As gestões municipais subsequentes à de Pereira Passos, mesmo que adotassem medidas diferentes, trabalharam na mesma lógica de estratificação social. Foi o caso da de Paulo de Frontin e da de Carlos Sampaio, que também elaboraram planos urbanísticos ligados ao capital estrangeiro para modificar a cidade. Este último ficou conhecido por, em sua gestão, mandar remover o Morro do Castelo, que além de incomodar esteticamente – afinal, abrigava comunidades operárias –, era um obstáculo para a “passagem” do Centro à Zona Sul. Também está ligada à sua gestão a “preparação” de bairros como a Lagoa para a classe alta, expulsando a comunidade de operários ali residentes.

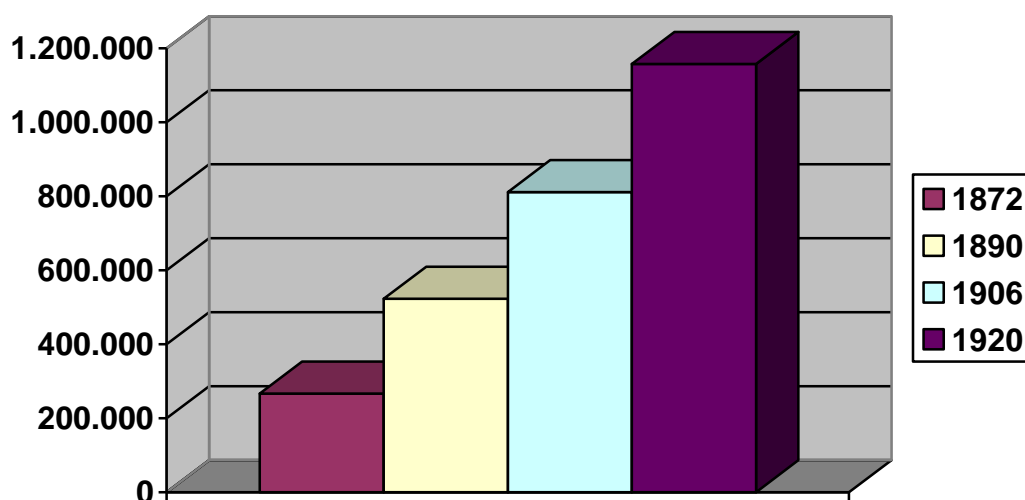
Conclui-se que as reformas do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, são emblemáticas das transformações urbanas associadas à reprodução do capital, confrontando interesses diversos e conflitos de classe.



## 2.2. O CRESCIMENTO POPULACIONAL E A IMIGRAÇÃO

Todo o processo de modernização da cidade descrito no item anterior contribuiu, não apenas para a expansão da malha urbana, mas também foi responsável pelo alto crescimento demográfico que se demonstra, a seguir, no gráfico 01 e na tabela 08.

**Gráfico 01. O crescimento da população do Rio de Janeiro (1872 – 1920)**



(Recenseamentos de 1872, 1906 e 1920)

**Tabela 08. O crescimento da população do Rio de Janeiro (1872-1920)**

1872	1890	1906	1920
266.831	522.651	811.443	1.157.840

(Recenseamentos de 1872, 1906 e 1920)

Em 1872, os estrangeiros já apresentavam 31,59% dos habitantes. Esse percentual cai para 25,94%, em 1906 e para 20,65%, em 1920. Esta queda está relacionada ao fim do tráfico negreiro – estabelecida em 1850 – e, em seguida, à abolição da escravidão, em 1888, o que fez que o número de africanos decaísse continuamente ao longo das três primeiras décadas da República. Além disso, levanta-se a hipótese de um expressivo grupo de estrangeiros ter se naturalizado após a

Proclamação da República, sobretudo, com o decreto 58A, da Grande Naturalização, particularmente os portugueses.

Como se sabe, a imigração europeia foi estimulada pelo Estado Brasileiro para atender às necessidades da grande lavoura com trabalhadores oriundos daquele continente corroborando o projeto das classes hegemônicas de branquear e “civilizar” o país.

Pode-se observar o amplo apoio à questão imigratória no Censo de 1906:

Ao Rio de Janeiro, assim como a outras cidades cuja população é em parte formada pela absorção de grandes massas de imigrantes, poder-se-hia aplicar a espirituosa phrase que Bertillon applicou aos Estados Unidos: “Um paiz que recebe homens já feitos não precisa fazel-os”.

(Recenseamento de 1906: 159)

A tabela 09 mostra o número de imigrantes, no ano de 1872, no Rio de Janeiro. Os portugueses constituem a grande maioria dos estrangeiros, com um percentual maior de 65%.

Além disso, é importante observar a expressiva participação dos africanos, mesmo que o tráfico negreiro já tivesse sido abolido há mais de vinte anos. Aparecem especificados como africanos escravos e livres, respectivamente com 13% e 8,4%.

Chama atenção que portugueses e africanos perfazem um total de mais de 87%, o que mostra uma expressiva concentração desses segmentos na composição dos grupos estrangeiros deste período.

Os franceses aparecem como quarto grupo, com apenas com 3% e os italianos, a seguir, com 2%.

Ressalta, ainda, neste quadro o caráter cosmopolita próprio à Corte Imperial, uma vez que, além dos cinco grupos já mencionados, mais vinte e três originários, inclusive, de diferentes continentes, são também relacionados. Destes, apenas três – alemães, espanhóis e ingleses – participam com um percentual acima de 1% e todos os outros 20 participam entre 0,4% e 0,01%, ou menos.

**Tabela 09. Imigrantes em 1872**

Nacionalidade	Número	Percentual
Portugueses	55.933	66,37%
Africanos escravos	10.973	13,02%
Africanos livres	7.092	8,41%
Franceses	2.884	3,42%
<b>Italianos</b>	<b>1.738</b>	<b>2,06%</b>
Alemães	1.459	1,73%
Espanhóis	1.451	1,72%
Ingleses	966	1,15%
Paraguaios	310	0,37%
Suíços	275	0,33%
Orientais	238	0,28%
Chineses	225	0,27%
Norte-americanos	211	0,25%
Belgas	145	0,17%
Argentinos	104	0,12%
Austríacos	71	0,08%
Dinamarqueses	54	0,06%
Suecos	33	0,04%
Holandeses	29	0,03%
Bolivianos	26	0,03%
Russos	14	0,01%
Gregos	11	0,01%
Peruanos	10	0,01%
Japoneses	09	0,01%
Persas	08	- de 0,01%
Húngaros	05	- de 0,01%
Turcos	03	- de 0,01%
Mexicanos	02	- de 0,01%
Total	84.279	100%

(Recenseamento de 1872)

Já, com relação à tabela de 1906, ainda que os portugueses permaneçam como principal grupo estrangeiro, inclusive, mantendo o mesmo peso percentual, notamos a crescente participação italiana neste contingente. Este grupo peninsular passa, então, a representar 12% do total, o que vale dizer que sua participação no citado conjunto cresceu 10%. Ademais, passam de quarto para o segundo maior grupo.

Além dos italianos, é importante demarcar o aumento do número de espanhóis e a queda percentual dos franceses, mesmo que tenham crescido em números absolutos.

Um dos pontos mais curiosos que não pode passar em branco é a queda expressiva da participação dos africanos; de mais de dezoito mil, caem para apenas 702 indivíduos. Porém, esta queda não quer dizer que o número de negros tenha diminuído. Ao contrário, continuaram marcando forte presença no cenário carioca, em especial, no mundo dos subempregos.

Observa-se, finalmente, que ainda que se mantenha o caráter cosmopolita, os grupos de participação menor – que no outro Censo atingiam menos de 1% – foram reunidos em classificações mais genéricas, como, por exemplo, “outros europeus”, “hispano-americanos”, “asiáticos” etc.

**Tabela 10. Imigrantes em 1906**

Portugueses	133.393	63,36%
<b>Italianos</b>	<b>25.557</b>	<b>12,14%</b>
Espanhóis	20.699	9,83%
Franceses	3.474	1,65%
Alemães	2.575	1,22%
Ingleses	1.671	0,79%
Outros europeus	2.781	1,32%
Turco-árabes	2.827	1,34%
Hispano-americanos	1.297	0,62%
Africanos	702	0,33%
Anglo-americanos	405	0,19%
Outros asiáticos	512	0,24%
Ignorada	14.621	6,9%
Total	210.515	100%

(Recenseamento de 1906)

A última tabela estudada, a de 1920, apresenta, como a anterior, forte concentração em três grupos: portugueses, italianos e espanhóis, com mais de 88% do total.

Os portugueses participam ainda de forma hegemônica deste conjunto, superando a marca registrada no Censo anterior para atingir mais de 70%, em 1920. Os italianos e espanhóis mantêm a mesma posição, ainda que em número absolutos e percentuais, apresentem um decréscimo.

Os outros grupos registram, mais ou menos, a mesma participação, destacando-se, apenas os turco-árabes, que se tornam o quarto grupo, superando os franceses e alemães.

Finalmente, os africanos constituem-se na menor participação, menos de 0,2%.

**Tabela 11. Imigrantes em 1920**

Portugueses	172.338	72,07%
<b>Italianos</b>	<b>21.929</b>	<b>9,17%</b>
Espanhóis	18.221	7,62%
Turco-árabes	6.121	2,56%
Franceses	3.538	1,48%
Alemães	2.885	1,21%
Ingleses	2.057	0,60%
Russos	1.989	0,83%
Austríacos	838	0,35%
Suíços	612	0,26%
Belgas	459	0,19%
Outros europeus	2.446	1,02%
Argentinos	1.551	0,65%
Norte-americanos	1.066	0,45%
Uruguaios	584	0,25%
Outros americanos	891	0,37%
Chineses	464	0,19%
Japoneses	244	0,10%
Outros asiáticos	447	0,17%

Africanos	352	0,15%
Oceania e não identificados	99	0,04%
Total	239.131	100%

(Recenseamento de 1920)

Como vimos, o número de italianos vai apresentar-se alto em todos os censos, sendo o 4º maior grupo em 1872 e o 2º em 1906 e 1920. A presença do imigrante italiano é ainda mais notável quando do cálculo da sua porcentagem entre os imigrantes, excluimos os portugueses, como demonstra a tabela a seguir.

**Tabela 12. Estrangeiros e Italianos no Rio de Janeiro (1872 – 1920)**

	Estrangeiros	Italianos	% entre os habitantes	% entre os estrangeiros	% entre os estrangeiros excluindo portugueses
1872	84.279	1.738	0,65%	2,06%	6,13%
1906	190.514	25.557	3,15%	13,41%	33,14%
1920	239.131	21.929	1,89%	9,17%	32,83%

(Recenseamentos de 1872, 1906 e 1920)

Observamos que a presença do imigrante italiano na então Capital Brasileira era considerável. Ademais, a quantidade destes indivíduos é continuamente crescente de 1872 a 1906, quando representam mais de 30% dos estrangeiros, excluindo os portugueses. Apesar do pequeno decréscimo em números absolutos, tal percentual permanece, praticamente, inalterado, até 1920.

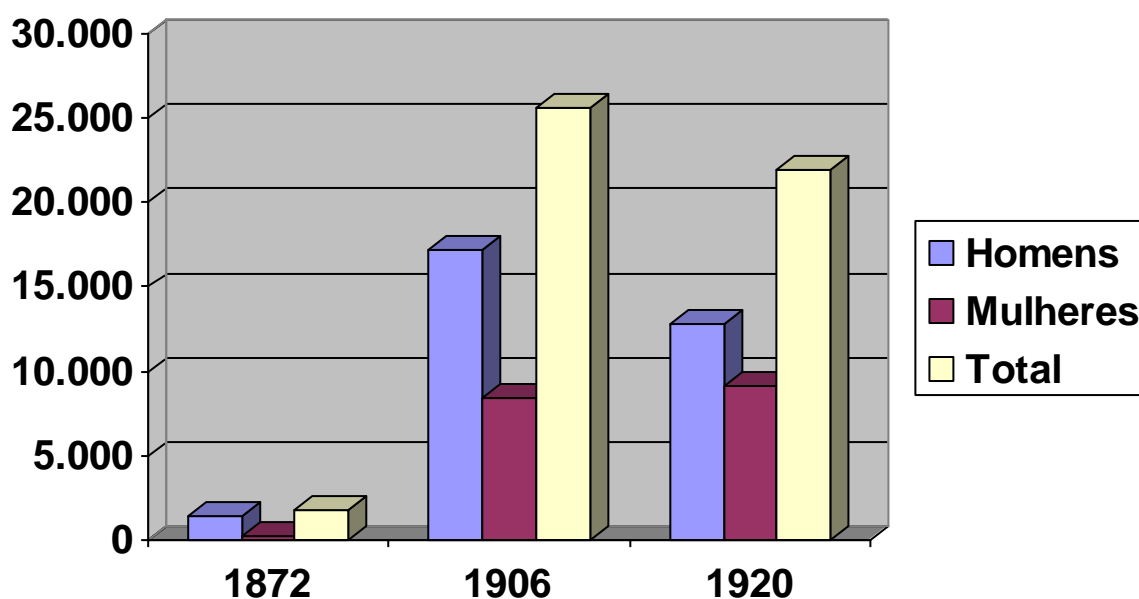
A composição sexual e etária dos imigrantes italianos apresentou-se de forma diversa ao longo do período estudado, como veremos no gráfico a seguir.

Primeiramente, estes italianos eram majoritariamente homens jovens, chegando a ser mais que o dobro das mulheres entre a idade de 15 a 50 anos, em 1906. Além disso, no referido ano, eram, sobretudo, solteiros e, em grande parte, analfabetos.

Já, em 1920, o número de homens quase se iguala ao de mulheres e a maioria estará casada, portanto, conclui-se que formaram famílias. Um indício deste processo é o grande número de italianos naturalizados, em 1920, que chega a 355, apontando a intenção de permanência, na nova terra e, provavelmente, estreitamento de laços sociais e familiares. Por fim, neste ano, a taxa de analfabetismo entre os peninsulares cai.

A constituição de famílias fica evidente quando analisamos as listagens de casamento. Os arquivos paroquiais consultados da Igreja de Sant'Anna, de Santo Antonio dos Pobres, de São José e de Santo Cristo dos Milagres apontam um número altíssimo de casamentos entre os peninsulares, seja entre si ou com outras nacionalidades. É evidente que vai haver miscigenação dado o intenso desequilíbrio entre os sexos masculino e feminino, já apontados.

**Gráfico 02. Homens e mulheres italianos no Rio de Janeiro (1872 – 1920)**



(Recenseamentos de 1872, 1906 e 1920)

Muitos podem ter sido os motivos para essa alteração de perfil dos imigrantes italianos de 1906 a 1920, bem como a queda deste contingente. Primeiramente, temos a conjuntura da I Guerra Mundial, em que a Itália foi seriamente prejudicada – justificativa encontrada, inclusive no Censo de 1920:

Revela a comparação de números, absolutos e relativos, notável decréscimo em algumas colônias estrangeiras no Rio de Janeiro, tais como a espanhola e a italiana, além da diminuição proporcional, mais ou menos, sensível, nas colônias alemã, francesa, inglesa e também, entre indivíduos de origem africana, – facto observado nos dois sexos e no número de habitantes, e que se explica pela influência da recente guerra europeia ocorrida no intervalo de 1906 a 1920.

(Recenseamento de 1920: 84)

Em segundo lugar, é importante ressaltar as migrações interestaduais e intermunicipais, afinal, o Convênio de Taubaté, em 1906, pode ter atraído milhares de italianos para as regiões cafeeiras de São Paulo e das Minas Gerais – sobretudo nos arredores de Juiz de Fora –, já que a maioria deles era solteira e jovem e não tardou em buscar oportunidades melhores. Além disso, havia também o sucesso do café no noroeste fluminense<sup>14</sup> – em especial, Itaperuna – e a possibilidade de aquisição de novas terras, o que possibilitou que esses imigrantes também se deslocassem (MARTINS, 2009).

### 2.3. PARA SANT'ANNA... DE CONSENZA

A pesquisa em diferentes corpos documentais evidenciou que o distrito majoritariamente italiano, desde 1872, foi Sant'Anna. Em segundo lugar, aparecem Santo Antonio e São José e, a partir de 1906, a Gamboa – correspondente ao antigo 2º distrito de Sant'Anna (ver anexo I e II) – surge com destaque, bem como o Espírito Santo.

Além disso, cabe lembrar que eles estiveram presentes nas freguesias mais afastadas e nas rurais desde 1872. Campo Grande, sobretudo, apresentou crescimento substancial destes imigrantes que, inicialmente, em 1872, contava com 04 indivíduos (0,23% do contingente geral de italianos na cidade do Rio) e, em 1920, contava com 524, correspondendo a 2,39% do total.

Como já nos referimos, os italianos, como outros imigrantes, esforçavam-se, por localizar-se próximo ao centro, para facilitar seu acesso aos locais de trabalho. A região central era constituída por seis distritos: Candelária, São José, Sacramento, Santo Antonio, Santa Rita e Sant'Anna (e posteriormente, Gamboa).

Em Sant'Anna, os imigrantes conviviam ativamente com os negros e migrantes internos, de diferentes regiões do país, sobretudo os nordestinos como os baianos e pernambucanos, mas também com aqueles provenientes de diferentes localidades da província, e depois, Estado do Rio de Janeiro. José Murilo de Carvalho (2000, 17), por exemplo, afirma que, em 1891, apenas 45% da cidade era nascida, no Rio de Janeiro.

Os migrantes internos de outras regiões do país, cujos números começam a aparecer nos censos, assumem nomes e sobrenomes nos registros paroquiais, fonte

---

<sup>14</sup> Para uma melhor discussão da presença italiana no noroeste fluminense ver: BARTHOLAZZI (2009)



riquíssima para estudo da participação destes elementos na composição populacional do Rio de Janeiro. Assim, os registros de casamento, por exemplo, fornecem, além dos dados individuais, a procedência ou origem dos envolvidos, permitindo uma avaliação deste fluxo.

A tabela 13, por exemplo, lista 34 cidades/municípios do Rio de Janeiro, identificados nas listagens matrimoniais da paróquia de Sant'Anna. Da mesma forma, a tabela 14, registra, a partir do mesmo fundo documental, 15 Províncias/Estados.

**Tabela 13. Cidades do Estado do Rio de Janeiro de onde vinham muitos migrantes**

Angra dos Reis	Nova Friburgo
Araruama	Parati
Barra Mansa	Petrópolis
Cabo Frio	Piraí
Cachoeira de Macacu (Santana de Macacu)	Resende
Campos	Rio Bonito
Cantagalo	Rio Claro (Lídice)
Casemiro de Abreu (Barra de São João)	São Fidelis
Guapimirim	São Gonçalo
Iguassu	São José do Vale do Rio Preto
Ilha Grande	São João de Meriti
Itaboraí	Silva Jardim (N. Sra. Da Lapa de Capivari)
Itacurrussá	Saquarema
Itaguaí	Sumidouro
Macaé	Teresópolis
Magé	Valença
Niterói	Vassouras

(Arquivo Paroquial da Igreja de Santana)

**Tabela 14. Principais Estados dos Migrantes Internos**

Alagoas	Minas Gerais	Rio Grande do Norte
Bahia	Pará	Rio Grande do Sul
Ceará	Paraíba	Santa Catarina
Espírito Santo	Pernambuco	São Paulo
Maranhão	Piauí	Sergipe

(Arquivo Paroquial da Igreja de Santana)

O superpovoamento da região – onde eram numerosas as casas de cômodo e moradias de preços mais baixos – tornava o bairro sujo e desorganizado, além de carente de serviços urbanos. Esta condição era propícia para que houvesse a ocorrência de pequenos delitos, além de favorecer a promiscuidade no mundo da prostituição, que marcava Sant’Anna. Neste bairro, os registros policiais referentes à vadiagem e algazarra são recorrentes, sendo superado, no entanto, no que diz respeito às ocorrências criminais, por São José e Sacramento.

As características, acima apresentadas, tornavam Sant’Anna, um verdadeiro bairro de “má fama”, tal como descrito por Engels (2008: 70), em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, onde a miséria se abrigava permitindo aos trabalhadores, sempre expostos ao perigo do desemprego, apenas a sobrevivência cotidiana.

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num único cômodo vive uma família inteira (...)*. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim (...). (ENGELS, 2008, 115)

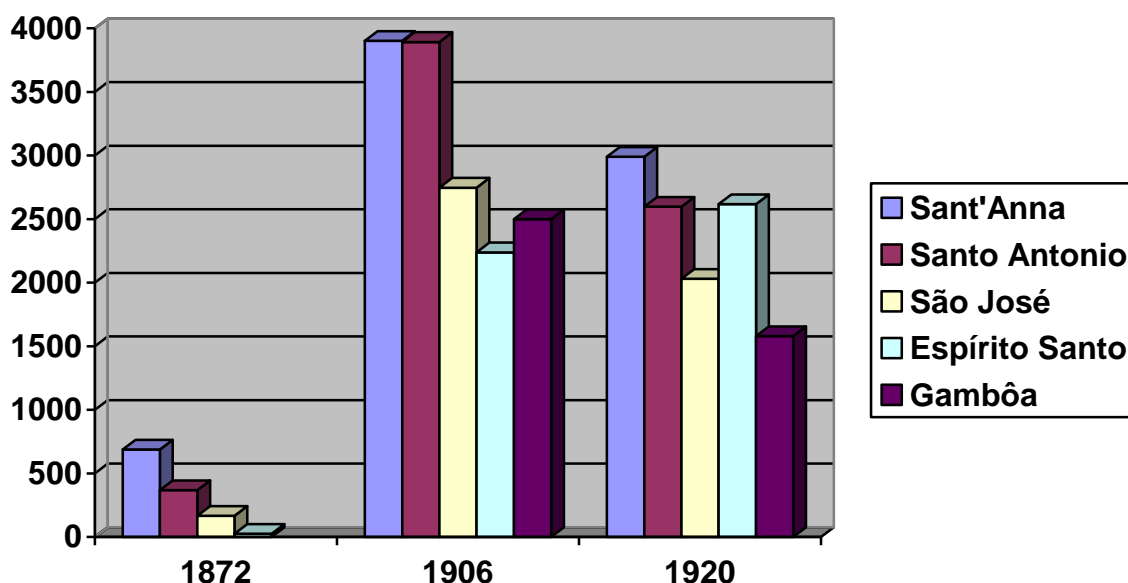
O curioso deste trecho é que, apesar do pensador inglês referir-se à cidade de Londres, no século XIX, sua descrição cabe perfeitamente à qualidade do bairro de Sant’Anna. É claro que levamos em conta que o termo *operário*, acima empregado, encaixa-se a qualquer trabalhador superexplorado pelo sistema capitalista, mesmo que não fosse um empregado na indústria.

Com pequenas variações, a situação descrita acerca do bairro de Sant'Anna, reproduzia-se nos de Santo Antonio, São José, Gamboa e Espírito Santo, onde os italianos também se concentravam, conforme, o gráfico 03, a seguir, evidencia. Nota-se, também, que Sant'Anna e Santo Antonio, apresentam o maior número de italianos entre 1906 e 1920 e ressalta que Espírito Santo, em 1920, revela um aumento considerável.

No conjunto, há um decréscimo, no mesmo espaço temporal, de 15.281 para 11.813, entre 1906 e 1920. Ainda que os italianos tenham diminuído em números absolutos no último Censo, tal mudança nas referidas freguesias pode ser explicado pela mobilidade social alcançada por pequenos grupos que se dirigiram a outras localidades, como exemplo, o bairro da Glória.

Pode-se chegar a tal conclusão uma vez que o decréscimo do número total de italianos no Rio de Janeiro, de 1906 a 1920 foi de 14,2% e o decréscimo nas regiões centrais corresponde a 22,69%. Ademais, vale lembrar que dentre essas regiões, o distrito do Espírito Santo sofreu alta de 16,96%. O distrito que mais sofreu redução de italianos em números absolutos foi Santo Antonio, com perda de mais de mil indivíduos; e, em percentuais foi a Gamboa, com queda de 36,77%.

**Gráfico 03. Os italianos e seus principais distritos**

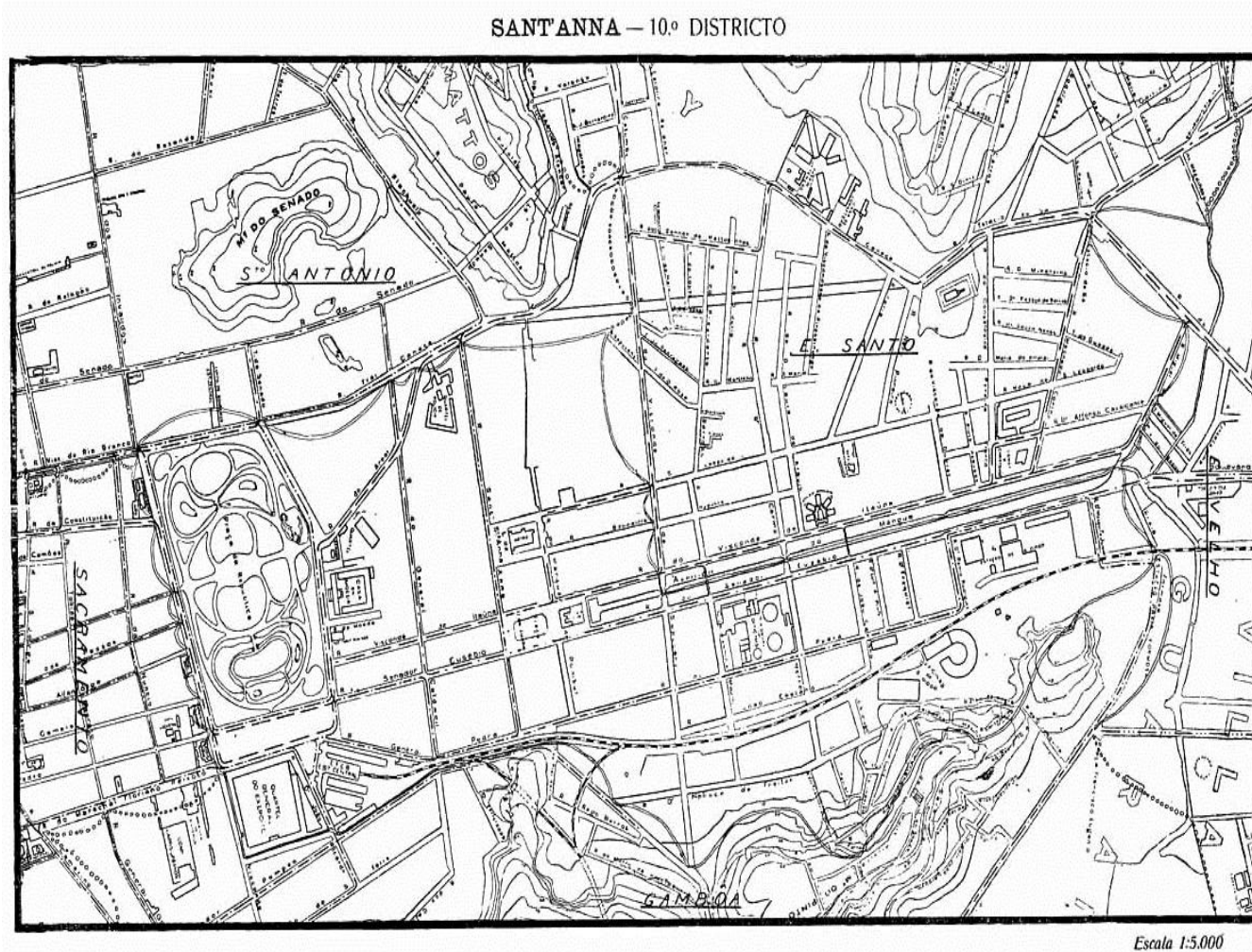


(Recenseamento de 1872, 1906 e 1920)

O mapa 12 revela a dimensão do antigo distrito de Sant'Anna. Destaca-se, no limite à esquerda, próximo à região do Sacramento, a Praça da República. Sant'Anna, o

10º distrito, compreendia toda a região que corresponde à Avenida Presidente Vargas, à Central do Brasil, à Cidade Nova e parte do Estácio. Na parte superior, nota-se o limite com a região de Santo Antonio, que hoje corresponde à parte do Centro e da Lapa e, na parte inferior, localiza-se o porto.

### Mapa 12. Sant'Anna em 1906

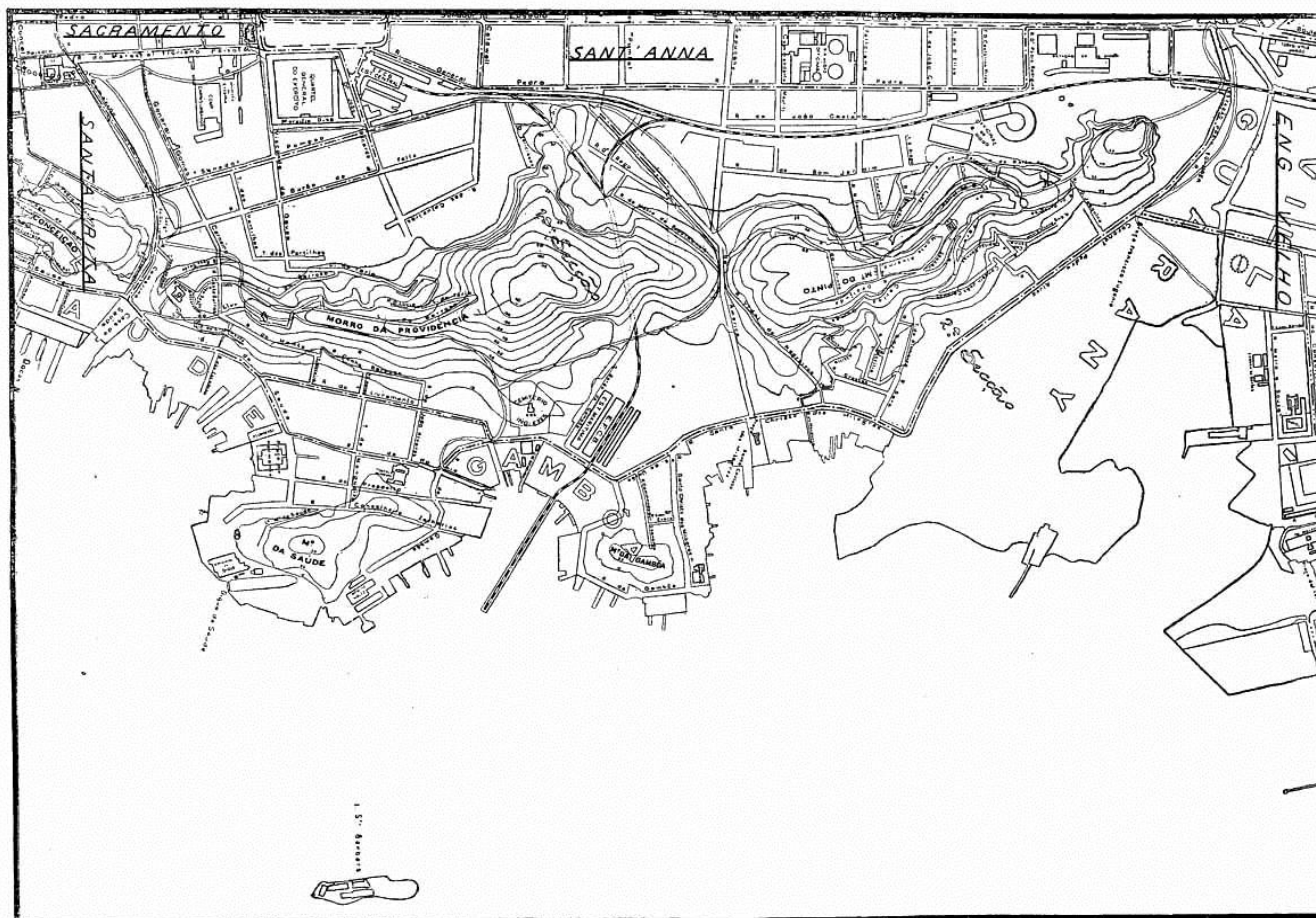


(Recenseamento de 1906)

Já, o bairro da Gamboa, que iria se constituir no 11º distrito, desmembrando-se de Sant'Anna, corresponde à região portuária, com seus trapiches, mantendo, praticamente, a mesma feição atual. Nesta região também proliferavam os cortiços, e os morros foram ocupados por favelas, sendo acentuada a presença de italianos no Morro do Pinto e na Ladeira do Barroso – subida para o morro da Providência, antigo Morro da Favela –, como demonstraremos no capítulo 03.

## Mapa 13. Gamboa em 1906

### GAMBÔA- 11.º DISTRICTO



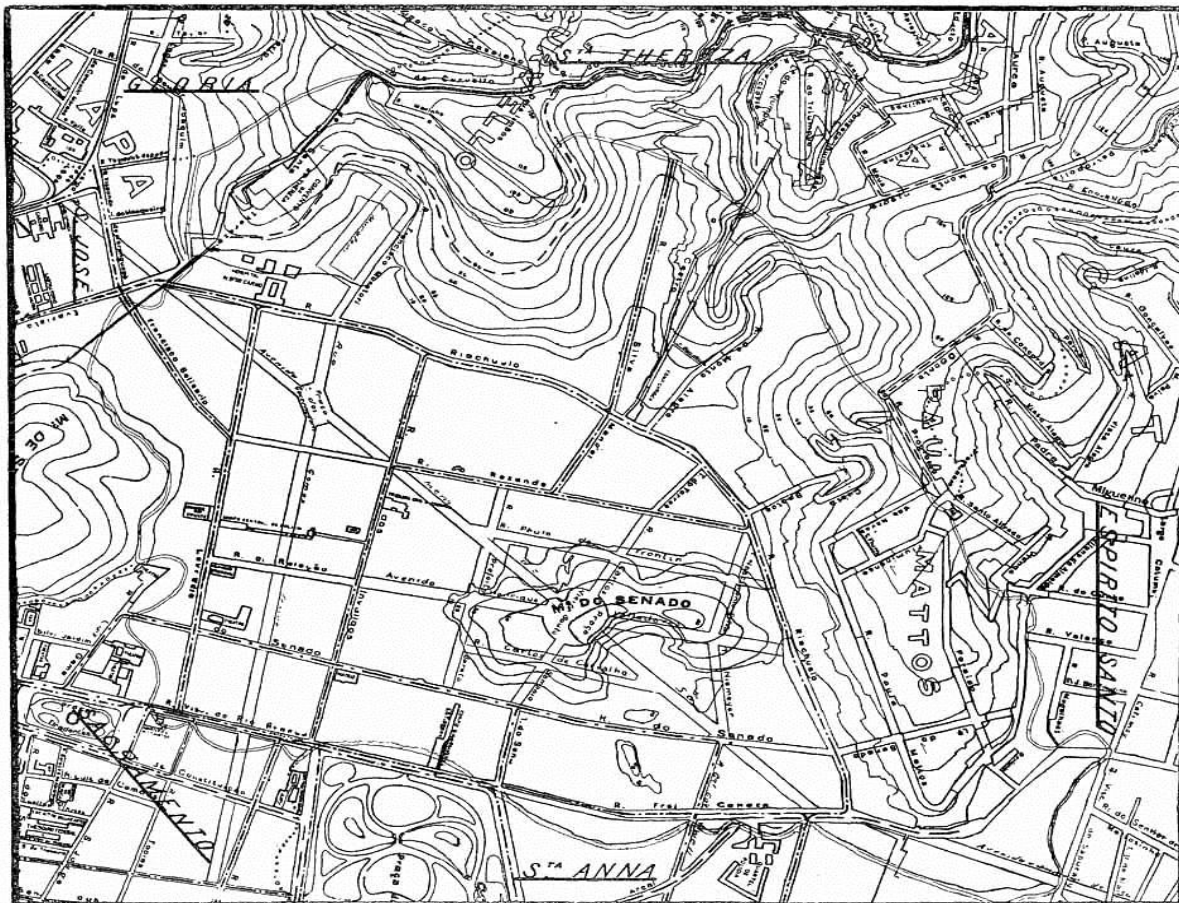
Escala 1:5.000

Recenseamento de 1906

O bairro de Santo Antonio, como nos mostra o mapa a seguir, correspondia à parte da região central, incluindo o reduto da Lapa. Situado ao norte de Sacramento e Sant'Anna, limitava-se, a oeste, por São José e, a leste, por Espírito Santo. Ainda que integre o Censo de 1906, o mapa registra o Morro do Senado, cuja destruição iniciou-se na última década do XIX e foi concluída pela Reforma Pereira Passos. Hoje, em seu local, existe a Praça da Cruz Vermelha.

## Mapa 14. Santo Antonio em 1906

### SANTO ANTONO - 5º DISTRICTO



Escala 1:5.000

(Recenseamento de 1906)

O esforço de localização dos distritos objetiva ressaltar as vantagens apresentadas por Sant'Anna – que se desmembraria, na primeira década do século XX, em Sant'Anna e Gamboa – em relação aos demais.

A principal delas residia na proximidade ao porto que, à época, era o mais importante do país e criava inúmeras oportunidades de trabalho. Os grupos imigrantes, em geral, vão disputar este trabalho que era ocupado, predominantemente, por negros e portugueses pobres.

Ademais, o fácil acesso a outros bairros criava oportunidades para os trabalhadores domésticos e de ofícios, além de favorecer a circulação dos ambulantes.

Os registros de casamento pesquisados em paróquias da região central, como Santana, Santo Antonio dos Pobres, nos distritos de mesmo nome, e de Santo Cristo, no distrito da Gamboa, mostram a fixação dos italianos nestes bairros.

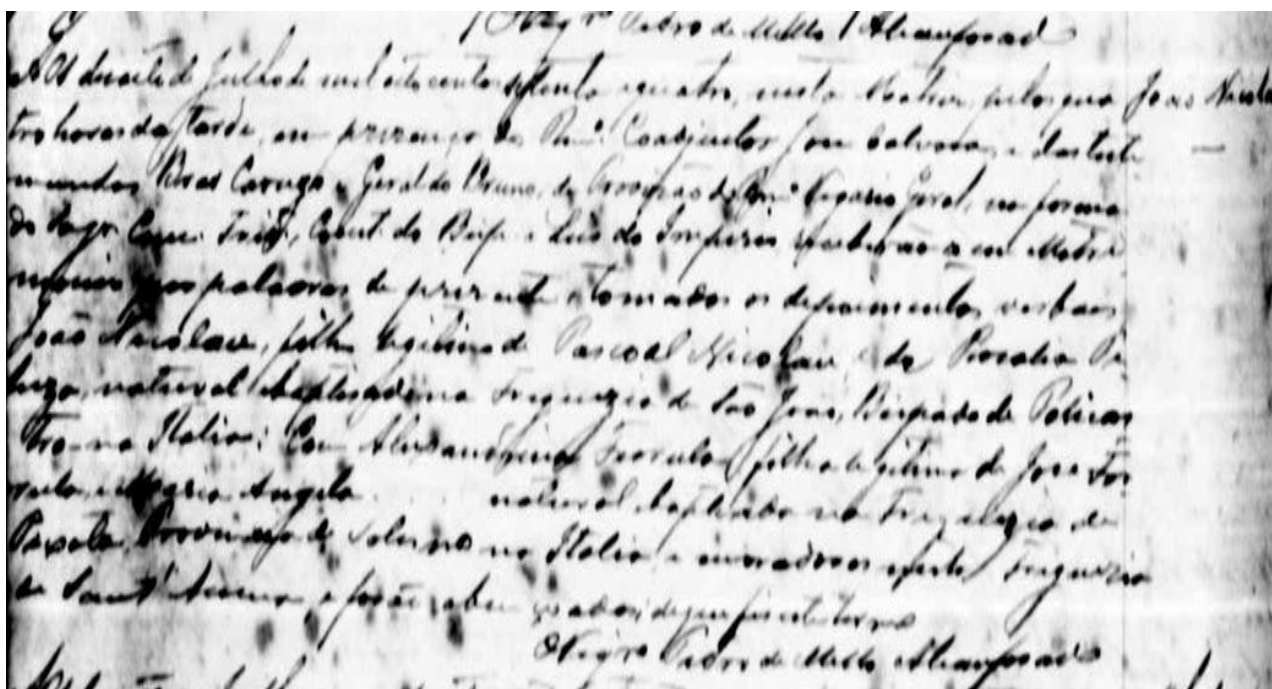
No conjunto examinado, encontramos sobrenomes repetidos. Exemplos são os Aló, Bruno, Calvano, Cataldo, de Biase, Panno e Santoro, dentro outros. É difícil saber se os indivíduos pertenciam às mesmas famílias, já que a tradição italiana é de ter apenas um sobrenome, tornando o cruzamento de informações mais difícil. Chegamos a encontrar o mesmo nome completo – como são os casos de Giuseppe Calvano e João Cataldo –, não restando, porém, dúvidas de que eram pessoas diferentes, pois os nomes dos genitores e das respectivas esposas eram diferentes.

Entretanto, fica evidente que os imigrantes italianos se enraízam em Sant’Anna.

A pesquisa nos arquivos paroquiais teve início no ano de 1870, porém, os primeiros registros de casamento encontrados no arquivo da paróquia de Sant’Anna e realizado na sua Matriz datam de 1874 – ano em que foram celebrados oito casamentos envolvendo estes imigrantes. Outrora habitado por negros libertos e por imigrante portugueses – contando com a participação maciça de açorianos – o bairro, ano após ano, torna-se cada vez mais italiano, embora continue com a presença considerável dos portugueses e negros.

O primeiro registro realizado na Matriz de Sant’Anna, mostrado e transcrito a seguir, revela um casamento entre italianos, ambos moradores da mesma freguesia e originários da mesma região da Itália – Salerno, na Campânia, sul da Itália. Tal registro aponta no sentido das relações de sociabilidade no interior do grupo, reforçando, através do casamento, os vínculos com a terra de origem.

## Imagem 07. Primeiro registro encontrado realizado na Matriz de Sant'Anna



(Arquivo Paroquial da Igreja de Santana. Ano 1874. Disponível em [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org))

Aos dezessete de Julho de mil oito centos setenta e quatro, nesta Matriz, pelas quatro horas da tarde, em presença do Reverendo Coadjutor Jose Calvona e das testemunhas Bras Caruzo e Geraldo Bruno de Provisão do Reverendo Vigário Geral, na forma do Conc. Trid. Const. do Bisp. Leis do Império receberão-se em Matrimônio por palavras de presente tomados os depoimentos verbaes João Nicolau, filho legitimo de Pascoal Nicolau e Rosalia Peluzo, natural e baptisado na Freguesia de São João, Bispado de Policastro, na Italia: Com Alexandrina [Forrula], filha legitima de Jose [Forrula] e Maria Ângela, natural e baptisada na Freguesia de [?], Província de Salerno, na Italia e moradores na freguesia de Sant'Anna e forão abençoados, de que fis este termo.

O Vigário Pedro de Mello [Abanforado]

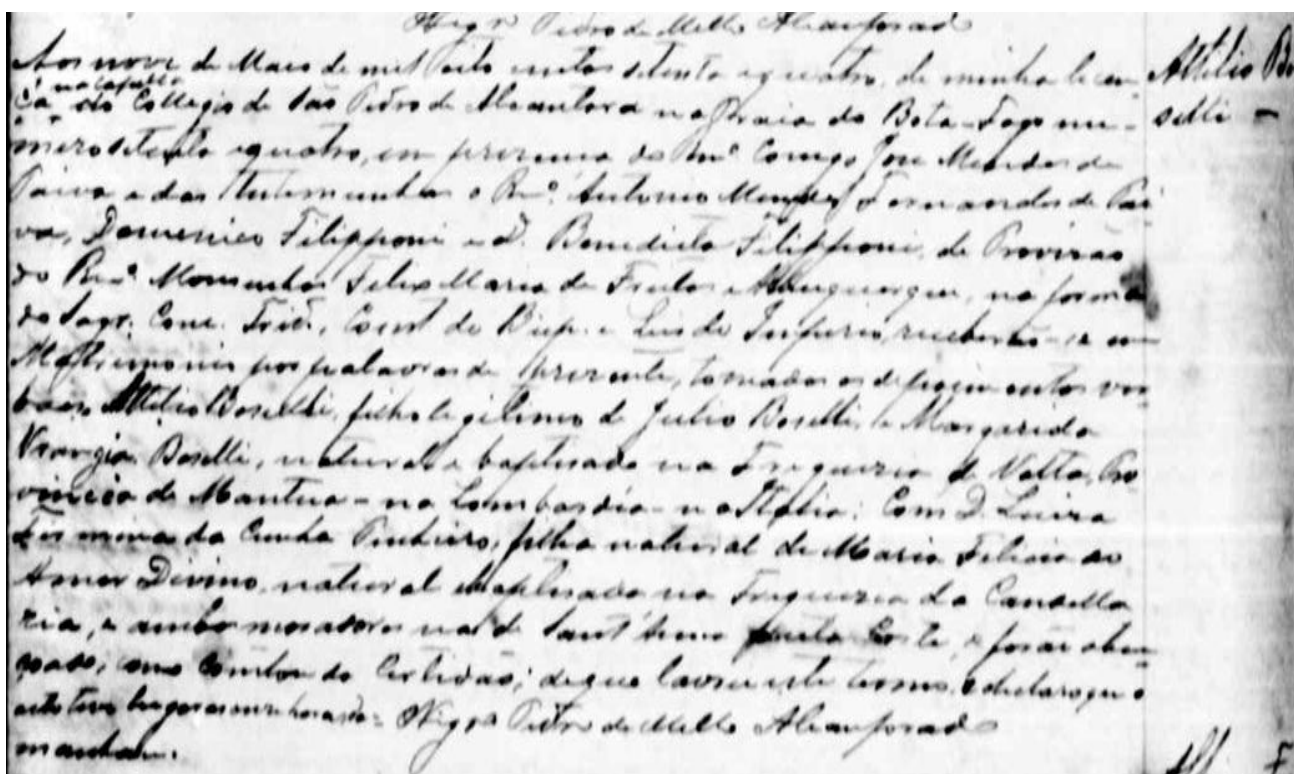
Entretanto, é interessante observar que o primeiro registro de casamento envolvendo italiano, identificado na pesquisa, no arquivo da Paróquia de Sant'Anna, exibido e transcrito a seguir, refere-se a um enlace matrimonial de moradores desta região, realizado, no entanto, em Botafogo, na capela do colégio São Pedro de Alcântara, com o devido reconhecimento do Vigário da Paroquia de Sant'Anna.



Levanta-se a hipótese de um dos nubentes ter relações de trabalho, do tipo doméstico, por exemplo, em Botafogo.

Chama atenção, ainda, nesse documento, o fato de ser um casamento fora do grupo de italianos, uma vez que a nubente é brasileira. Ressalta ainda sua condição de filha natural e originária da freguesia da Candelária, devendo provir dos estratos pobres da sociedade, já que sua mãe ostenta o sobrenome “do Amor Divino” e não um de família.

#### Imagem 08. Primeiro registro encontrado nos arquivos da Igreja de Sant’Anna



(Arquivo Paroquial da Igreja de Santana. Ano 1874. Disponível em [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org))

Aos nove de maio de mil oitocentos e setenta e quatro de minha licença na Capella do colégio de São Pedro de Alcântara na Praia de Bota-Fogo número setenta e quatro, em presença do Reverendo Cônego José Mendes de Paiva e das Thestemunhas o Reverendo Antonio Mendes Fernandes de Paiva, Domenico Filipponi e D. Benedicta Filipponi de Provisão do Reverendo Monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque, na forma do Sagrado Concilio Tridentino Const. De Bisp. e Leis de Império, receberão-se em Matrimonio por palavras de presente, tomados os depoimentos verbais Attilio Baselli, filho legítimo de Julio Baselli e Margarida [Vrangia]

Baselli, natural e baptisado na Freguesia de Volta, Província de Mântua, na Lombardia, Itália: Com Luiza Firmina da Cunha Pinheiro, filha natural de Maria Felícia do Amor Divino, natural e baptisada na freguesia de Candellaria e ambos moradores na de Sant'Anna nesta Corte e foram abençoados, com Certidão; de que lavrei este termo e declaro que o acto teve lugar às onze horas da manhã.

O Vigário Pedro de Mello [Abanforado]

Os arquivos das Igrejas – principalmente a de Sant'Anna – exibiram um dado muito interessante: a maioria esmagadora dos italianos em terra carioca não era apenas da Calábria – como aventam alguns historiadores – mas especificamente de Cosenza, uma província da região em questão.

O caráter multiétnico, mas, sobretudo, o adensamento populacional e as condições de superlotação das moradias faziam das ruas das freguesias centrais não apenas caminhos de ir e vir, mas espaços de trabalho, de lazer e de sociabilidade, em geral.

A imagem 09, realizada por um dos mais renomados fotógrafos do Rio de Janeiro, Augusto Malta, apresenta um quiosque da Rua da América, próximo à subida do Morro do Pinto, na Gamboa. Este local serviu de residência a muitos italianos e a foto evidencia a convivência multiétnica daquele artefato urbano. Registra a presença de crianças e de adolescentes que, possivelmente, engrossavam as fileiras dos trabalhadores, como aquele que aparece à foto, melhor trajado e segurando um pacote, próximo à janela do quiosque.

### Imagem 09. Quiosque da Rua da América, década de 1910



(Augusto Malta. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Referência: MT7 031.596)

As fotos 10 e 11, também de autoria de Malta, reforçam a importância dos quiosques, nas ruas centrais.

A primeira delas retrata um deles, na Praça da República, ponto de divisão entre os distritos de Sant'Anna e do Sacramento e de convergência de vários trajetos importantes. Esta imagem é profundamente reveladora da movimentação desta área e, por outro lado, sugere o quiosque como um ponto de parada, e não de simples passagem. Apresenta-se mais como um espaço de troca de conversas, informações e, mesmo, de lazer e a venda da bebida estimulava a presença prolongada após o trabalho.

O alcoolismo, neste período, iria se constituir num dos graves problemas da classe trabalhadora, conforme já se denunciara no I Congresso Operário, de 1906, e atingiria, na certa, os imigrantes. Observa-se ainda que, os clientes retratados apresentam-se todos razoavelmente vestidos, calçados e de chapéu, o que, de certa maneira, se explica por ser ponto de reunião de trabalhadores. Resta chamar atenção

sobre o caráter masculino dos frequentadores, não se registrando em qualquer das fotos examinadas, a presença de mulheres.

**Imagem 10. O Rio Desaparecido. Quiosque na Praça da República, década de 1910**



(Augusto Malta. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Referência: MTcp50 176.030)

A imagem 11 registra um quiosque na Rua da Saúde, ponto de divisão entre os distritos da Gamboa e de Santa Rita, na região portuária.

Esta imagem, mais focada que as anteriormente apresentadas, permite reforçar a presença de crianças e de adolescente no entorno dos quiosque e no mundo dos adultos, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Fato curioso de notar é a forma como os indivíduos se trajam. Mesmo em meio ao calor tropical do Rio de Janeiro, a maioria porta roupas de mangas compridas, calças, chapéus, pretendendo apresentarem-se “corretamente”, ao gosto das elites, plagiadores dos modelos europeus.

Na foto em questão, por exemplo, as duas crianças em primeiro plano, apresentam-se consideravelmente bem vestidas. A criança menor porta roupas infantis, condizentes com a sua idade, mas o adolescente à direita, apesar de sua pouca idade, traja-se como um adulto – terno, colete, gravata e chapéu.

À esquerda do quiosque, trajado com uma camisa quadriculada, observamos um negro que, visivelmente, é o indivíduo que porta as vestimentas e acessórios – como o chapéu – de pior qualidade, demarcando assim, não apenas as diferenças de classe, como também, as étnicas.

**Imagem 11. O Rio Desaparecido. Os Quiosques. Rua da Saúde, década de 1910**



(Augusto Malta. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Referência: MTcp49 176.029)

Apesar destas constatações, a cultura da época reforçava a importância de estar sempre limpo e bem vestido, pois afinal, o Rio de Janeiro empenhava-se por mostrar-se uma cidade limpa e moderna.

Oswaldo Porto Rocha (1995) cita uma canção popular, composta por João da Baiana, retratando um habitante do Morro Pinto, que demonstra, perfeitamente, a realidade descrita.

#### CABIDE DE MOLAMBO

(João da Baiana)

Meu Deus, eu ando com o sapato furado  
Tenho a mania de andar engravatado  
E minha cama é um pedaço de esteira  
E é uma lata velha que me serve de cadeira

Meu Deus, Meu Deus...

Minha camisa foi encontrada na praia  
E a gravata foi achada na Ilha de Sapucaia  
Meu terno branco parece casca de alho  
Foi a deixa de um cadáver do acidente no trabalho

Meu Deus, Meu Deus...

O meu chapéu foi de um pobre surdo e mudo  
As botinas foi de um velho da revolta de Canudos  
Quando eu saio a passeio as damas ficam falando  
- trabalhei tanto na vida pro malandro estar gozando

Meu Deus, Meu Deus...

A refeição é que é interessante  
Na tendinha do Tinoco no pedir eu sou constante  
E o meu português, meu amigo sem orgulho  
Me sacode o caldo grosso carregado no entulho  
(ROCHA: 1995, 91)

Os versos retratam, perfeitamente, o bairro de Sant'Anna. Os pobres que o habitavam, independente de sua condição social, almejavam trajar-se como os ricos, ainda que todos os itens nobres da indumentária que um cidadão deveria portar, fossem obtidos nas “sobras” produzidas pelo sistema.

Além disso, destaca-se a referência do compositor ao português, que chama de “seu” e de “amigo sem orgulho”, além de elogiar a refeição. Tais observações evidenciam brechas no antilusitanismo dominante, uma vez que o autor identifica-se com o proprietário do quiosque, em sua condição de trabalhador.

Outro ponto a merecer estudo é a questão habitacional dos bairros do centro, que se constituía em um grave problema. Lobo, Carvalho e Stanley (1989) analisam-no desnudando suas vinculações ao processo de acumulação capitalista e chegam a comparar as habitações populares a verdadeiras prisões.

No caso dos distritos estudados, Sant'Anna liderava a classificação frente aos demais quanto às quantidades de habitações coletivas, apresentando 329 estalagens; em segundo lugar vinha o Espírito Santo, com 158, ou seja, quantidade inferior à metade do número de estalagens presentes no primeiro. Além disso, aquele distrito foi classificado, ao lado de Santo Antonio, com o maior número de habitantes por quarto, na região central, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 15. Número de habitantes por estalagem nas freguesias (1888)**

Freguesia	N. de estalagem	N. de quartos	N. Habitantes	Hab/Estalagem	Hab/Quarto
Sacramento	74	1.201	1.808	24,5	1,5
Candelária	-	-	-	-	-
São José	74	1.822	3.957	53,4	2,1
Santa Rita	66	1.378	2.811	42,5	2,0
<b>Sant'Anna</b>	<b>329</b>	<b>4.949</b>	<b>13.055</b>	<b>39,6</b>	<b>2,8</b>
Santo Antonio	115	2.415	6.269	54,5	2,5
Espírito Santo	158	1.914	5.360	33,9	2,8
São Cristóvão	100	944	2.250	22,5	2,3
Engenho Velho	72	796	2.088	29,0	2,6
Engenho Novo	44	287	693	15,7	2,4
Glória	154	2.009	5.268	34,2	2,6

Lagoa	119	1.038	2.508	21,0	2,4
Gávea	26	113	603	23,1	5,3
Total	1.331	18.866	46.680	35,0	2,6

(CARVALHO, 1986: 141)

A tabela a seguir evidencia que apesar de ter boas estalagens, o bairro de Sant'Anna também era o primeiro na classificação de habitações populares de pior qualidade.

**Tabela 16. Condições higiênicas das estalagens (1888)**

Freguesia	Boas	Regulares	Sofríveis	Más
Sacramento	08	16	-	50
Candelária	-	-	-	-
São José	08	35	10	21
Santa Rita	17	33	08	08
<b>Sant'Anna</b>	<b>122</b>	<b>143</b>	-	<b>64</b>
Santo Antonio	122	51	11	31
Espírito Santo	01	05	126	26
São Cristóvão	28	44	21	07
Engenho Velho	10	36	-	26
Engenho Novo	09	19	-	16
Glória	40	82	-	32
Lagoa	14	17	47	41
Gávea	12	09	-	05
Total	292	490	223	326

(CARVALHO, 1986: 141)

Os inspetores de higiene classificavam o bairro de Sant'Anna de acordo com a sua realidade, ou seja, não apenas evidenciando a concentração habitações coletivas, como também denunciando a precariedade de suas condições higiene. Lia de Aquino Carvalho (1986: 144) relata que, em 1880, nos fundos da Casa da Moeda, à Rua General Caldwell – localizada em Sant'Anna –, encontravam-se inúmeras estalagens



insalubres. O secretário de Obras, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, à época, descreve a condições degradantes de uma destas habitações.

Em sua descrição, o secretário de Obras relata que, quando de sua vistoria, em um dos sótãos do cortiço “havia dois italianos enfermos, em catres, e outros dois trabalhando na fabricação de charutos e cigarros em bancos ali colocados, isto no próprio sótão”! (CARVALHO, 1986: 144)

O relato acima apresentado evidencia, além da pobreza de Sant’Anna, a presença dos italianos neste bairro, já que os quatro homens mencionados são de tal nacionalidade. Materializa-se, assim, o que já foi dito sobre a concentração destes indivíduos naquela localidade.

Com intenção de destacar, mais uma vez, a precariedade das habitações coletivas de Sant’Anna, a imagem 12 ilustra uma estalagem à Rua Senador Pompeu, pertencente àquele distrito e, posteriormente, à Gamboa. Os varais parecem coletivos e estão estendidos por toda a área externa. Algumas das portas à mostra – que muitas vezes, eram a única via de entrada e saída dos quartos – estão quebradas, propiciando a sujeira no seu interior.

### **Imagem 12. Estalagem à Rua Senador Pompeu (Sant’Anna/Gamboa)**



(CARVALHO: 1986, 134)

Porém, o que importa é mostrar que indivíduos comuns, vivendo suas vidas, foram importantes peças para a constituição da história e memória local. Tentar buscar e analisar as particularidades do cotidiano destes imigrantes é de extrema importância para que compreendamos as suas relações sociais.

#### 2.4. AS IMAGENS DOS CENSOS COMO ELEMENTOS DE PODER

A pesquisa histórica renovada tem conferido à imagem a condição de importante fonte documental. No caso da historiografia brasileira, conjuntos admiráveis de imagens, produzidos com a intenção de registro foram devidamente apropriadas como fontes privilegiadas em diversos trabalhos. Tal foi o caso de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), cujos desenhos e pinturas, muito mais que os textos que acompanhavam suas pranchas, permitiram preencher lacunas documentais expressivas, em relação aos rigores da escravidão, aos ofícios dos negros, às formas de sociabilidade em que se inseriam e particularidades da vida urbana da cidade do Rio de Janeiro.

No caso das pesquisas dos Censos, as imagens, originalmente, não têm a intenção de registros, pois são apresentadas como meras ilustrações, isentas de quaisquer tipos de comentário ou análises. No entanto, cabe ao exame do historiador, não analisá-las como ingênuas, pois as mesmas apontam questões muito instigantes que devemos tentar interpretar. Um exemplo emblemático seria a imagem a seguir, presente no Recenseamento de 1920, ao ilustrar a presença de estrangeiros, nesta Cidade, então Distrito Federal.



ao terceiro grupo, que correspondem, aproximadamente a 21 mil e 18 mil, respectivamente.

A lupa – instrumento a que se recorre para a visualização de elementos menores – é sustentada, metaforicamente, pela figura que representa o português, em direção àqueles que se referem aos italianos e espanhóis. Podemos inferir que o objetivo é marcar a inferioridade em termos absolutos e proporcionais destes grupos em relação aos lusitanos, já que as imagens são perfeitamente visíveis a olho nu.

Considerando observações de autores como John Tagg (1988) e Milton Guram (2009), que afirmam que as imagens, como qualquer outro documento, não têm poder em si mesmas, o que importa é analisá-las e também compreendê-las no espaço em que estão inseridas, investigar onde foram publicadas e qual instituição as promoveu.

Neste caso, podemos concluir que as imagens dos Censos traduzem o discurso da classe hegemônica através das autoridades constituídas, responsáveis pela produção daqueles documentos.

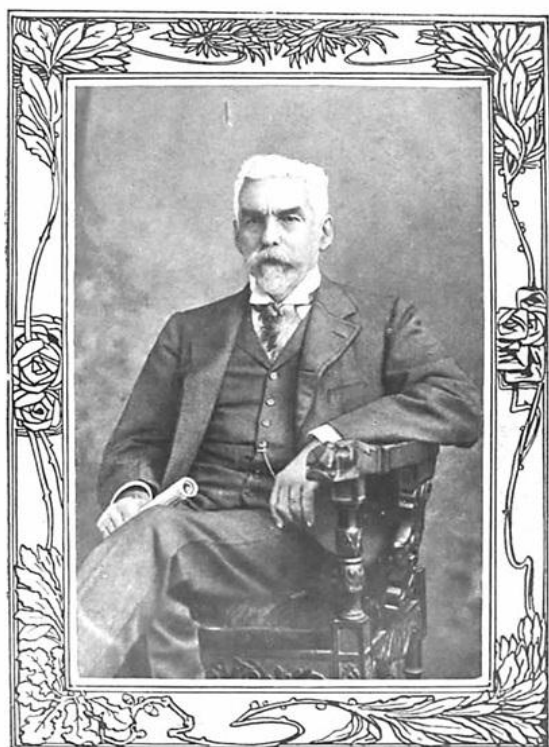
Nova abordagem em relação à imagem acima referida é de grande utilidade de reforçar essa hipótese. No caso, trata-se de refletir sobre o seu conjunto que foi planejado para reproduzir a composição da população estrangeira, sem levar em consideração apenas a ordem numérica crescente ou decrescente. Na verdade, o conjunto foi organizado em três grupos, dos quais, o primeiro, naturalmente, era integrado por europeus, o segundo pelos americanos, o terceiro pelos asiáticos.

Assim, por exemplo, os argentinos, que eram mais de 1.500, aparecem depois dos belgas, que giram em torno de 400, ainda que a figura que represente os primeiros seja um pouco maior. Da mesma forma, os turco-asiáticos, em número superior a 6.000, logo deveriam aparecer como quarto grupo, são colocados no final da linha, ainda que a imagem, que os refere, destaque-se pelo tamanho em relação aos que lhe estão próximos.

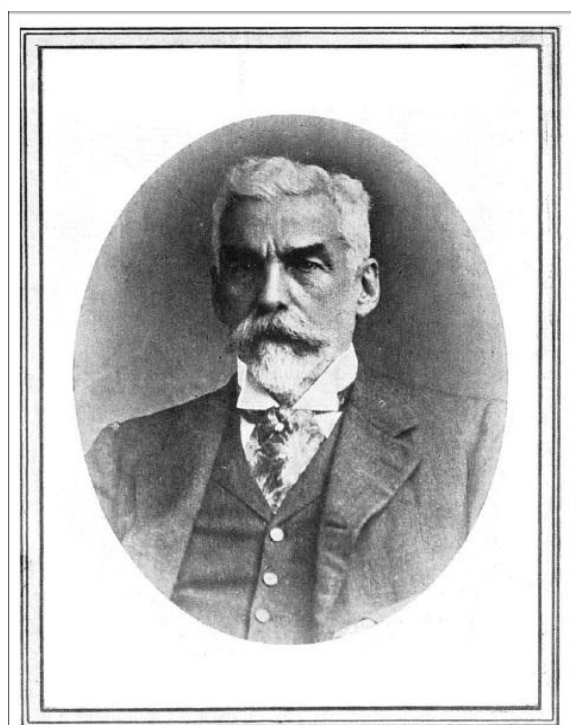
Sem dúvida alguma, o arranjo descrito é fortemente ideologizado, marcado pela visão europeizante e pelos ideais de branqueamento.

Outro aspecto que merece ser citado refere-se às imagens de Pereira Passos nos censos de 1906 e 1920.

## Imagens 14 e 15. Fotografias de Pereira Passos nos Censos de 1906 e de 1920



DR. FRANCISCO PEREIRA PASSOS



DR. FRANCISCO PEREIRA PASSOS  
Ex-Prefeito do Distrito Federal e reformador da cidade do Rio de Janeiro

(Recenseamentos 1906 e 1920)

Pode-se considerar natural, e até oportuno, o destaque que lhe é conferido na publicação de 1906, tendo em conta a então recente inauguração da Avenida Central, que corou a reforma urbana, por ele empreendida, em sua gestão como prefeito do Distrito Federal.

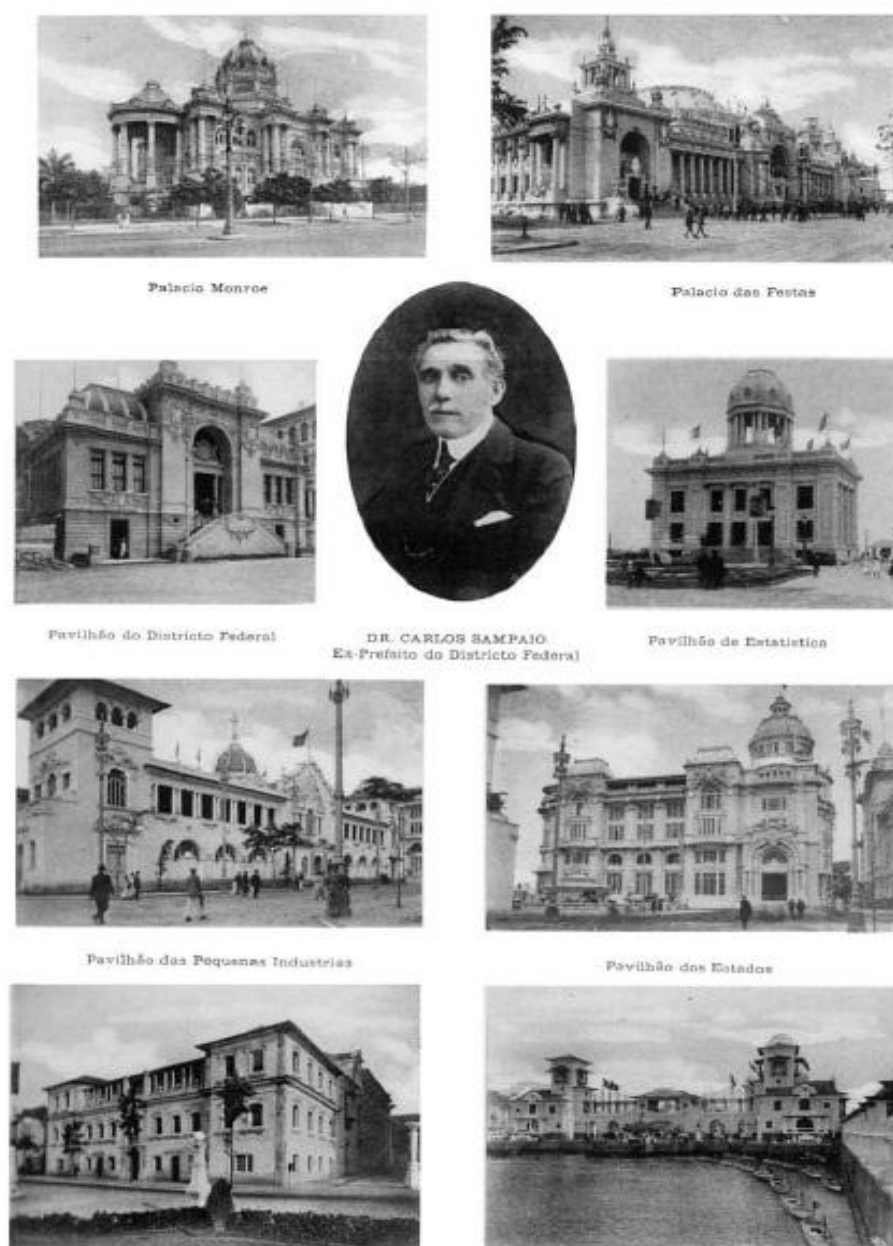
Curioso, porém é que, no Censo de 1920, publicado quase uma década após a sua morte, reproduza-se a homenagem, praticamente, nas mesmas proporções. Seu retrato, publicado na primeira página do volume, recebe uma legenda identificando-o como “*Dr. Francisco Pereira Passos, ex-Prefeito do Distrito Federal*” a que se aposta o título de “*reformador da Cidade do Rio de Janeiro*”.

A intenção primeira é de articulá-lo à história da cidade, como seria feito no texto com vários outros personagens desde o período colonial. No entanto, se a condição de ex-prefeito o liga ao passado, a de reformador, com toda sua carga simbólica, vincula-o a um presente contínuo que os administradores da época se orgulham de lhe atribuir. É como se os sucessores de Pereira Passos estivessem ainda, em 1920, à sua sombra e que sua principal missão fosse, não apenas manter, mas dar

continuidade à sua obra, ou seja, sempre buscando elevar os padrões urbanos do Rio de Janeiro, tendo em vista, sobretudo, as estéticas europeias.

O próprio Carlos Sampaio, prefeito à época da elaboração do Censo (1920-1922) responsável por grandes obras como o desmorte do Morro do Castelo, e, em cuja gestão, diversos prédios monumentais foram erguidos, para as festas comemorativas do centenário da independência, apresenta-se, modestamente, num discreto medalhão rodeado por suas obras grandiosas.

### Imagem 16. Carlos Sampaio e as obras monumentais do Rio de Janeiro



(Recenseamento de 1920: 25)

A Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central) – construção que, para efetivar-se foi necessário que se derrubasse 550 prédios – é referida em mais de 20 fotos. Da mesma forma, o Passeio Público, a Praça da Glória, a Praia de Botafogo, a Pedra da Gávea, o Jardim Botânico, monumentos a figuras ilustres como Pedro Álvares Cabral, General Osório e Duque de Caxias são constantemente exibidos nos citados Censos.

Além disso, vários equipamentos sociais também são expostos nesses documentos tais como as Instituições de Ensino, como a Escola Politécnica; os grandes Teatros que a burguesia carioca frequentava, como o Teatro Municipal – bem ao gosto da *Belle Époque* –; o elegante prédio da Biblioteca Nacional; as suntuosas edificações do centro, como a do Jornal do Brasil; as organizações de caridade como a Santa Casa de Misericórdia e os Institutos aos portadores de deficiências físicas como o Benjamin Constant.

**Imagem 17. Vista da Avenida Rio Branco com o Teatro Municipal ao fundo (1920)**



VISTA GERAL DA AVENIDA RIO BRANCO

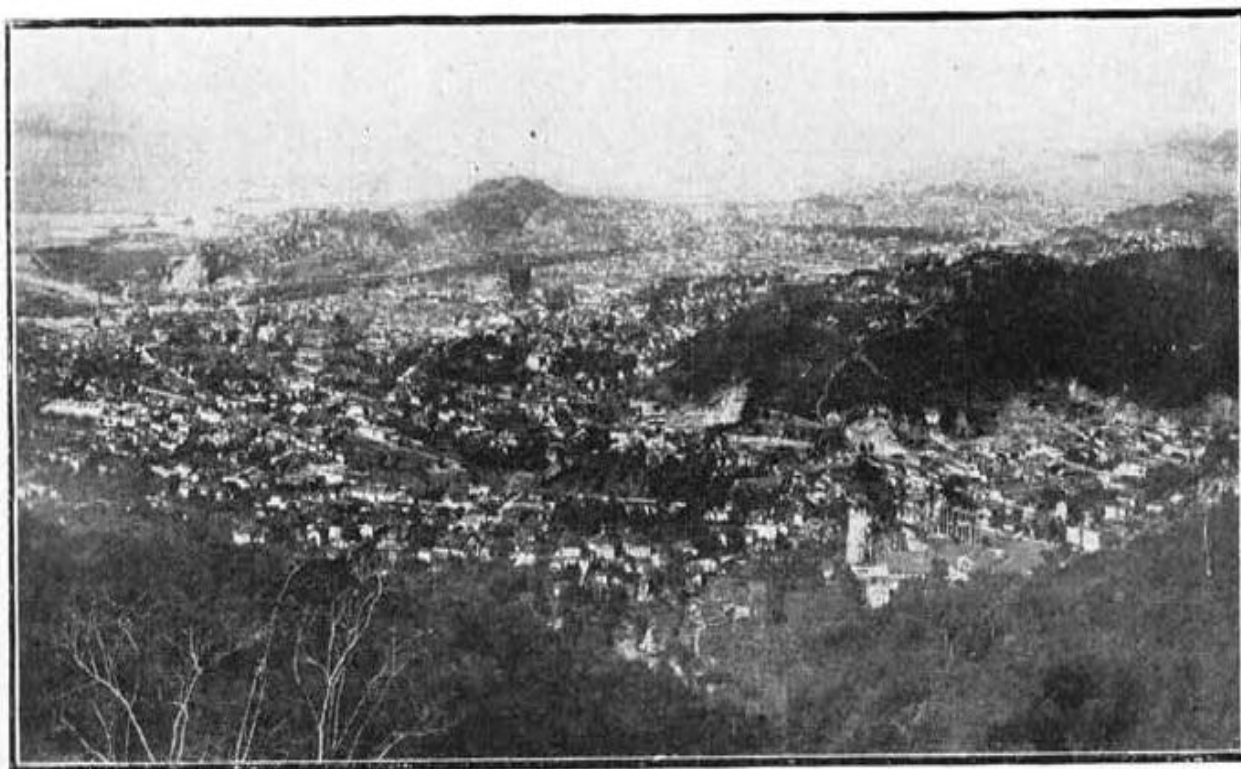
(Recenseamento de 1920)

Em contrapartida, dos bairros mais pobres e insalubres do Rio de Janeiro nada é evidenciado, além da bela igreja da Penha e do prédio da Central do Brasil – ambos registrados com pouca movimentação, ou seja, não retratando sua verdadeira inserção na realidade do todo social.

O mais curioso elemento sobre as regiões mais pobres do Rio de Janeiro encontra-se no censo de 1920, constituindo-se em imagens tomadas do alto dos Morros da Conceição, da Providência e da Sumaré. A intenção da foto passa longe de registrar a árdua subida ou a tristeza da vida favelada. Objetiva-se, na verdade, reproduzir a vista privilegiada da bela cidade do Rio que pode ser contemplada daqueles locais, como mostram as imagens abaixo.

Conclui-se, então, que estes documentos procuram ocultar o lado obscuro da cidade e todos os conflitos sociais, buscando não apenas a coerção, mas consentimento de toda a população brasileira.

#### **Imagem 18. Vista do alto da Sumaré (1920)**

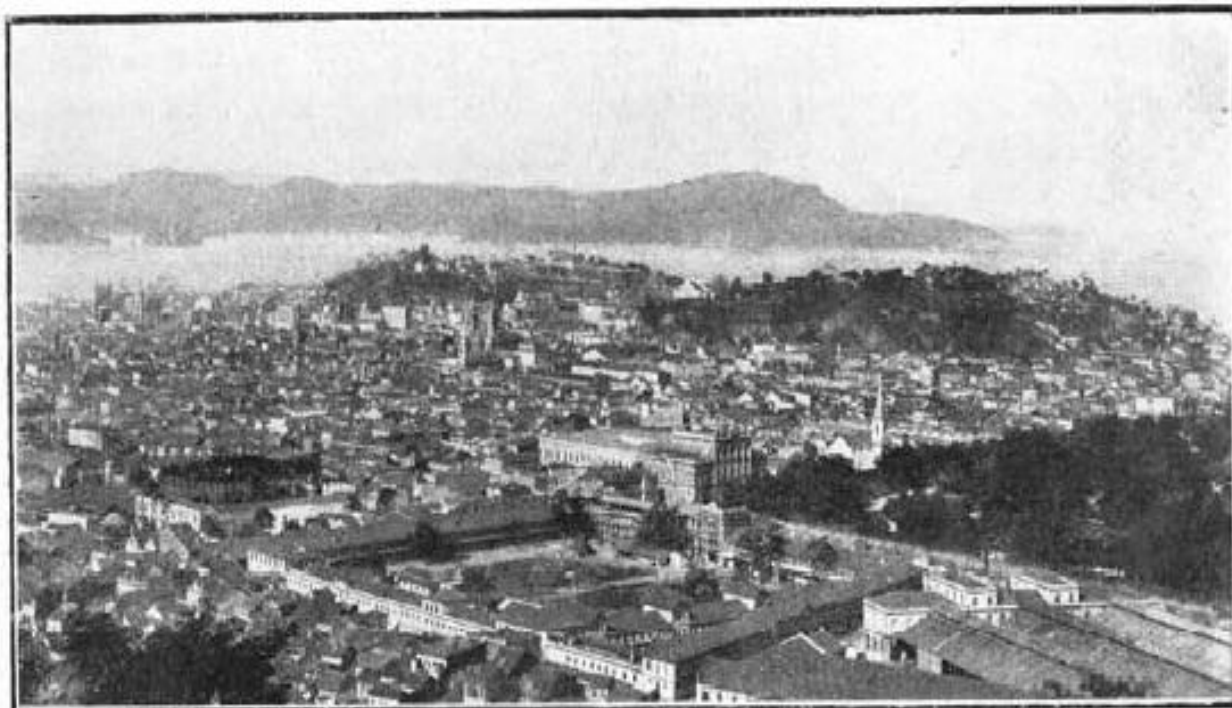


Trecho da cidade do Rio de Janeiro, visto do alto do Sumaré

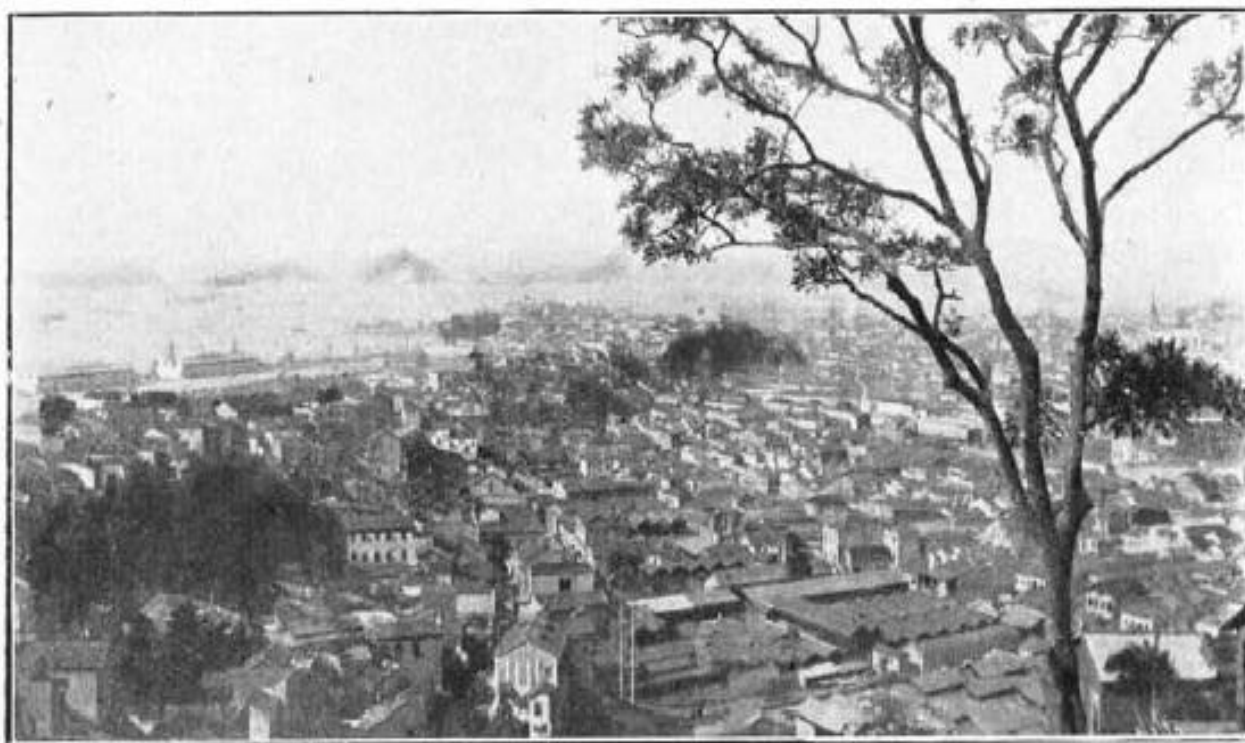
(Recenseamento de 1920)



**Imagens 19 e 20. Vistas dos Morros da Providência e do da Conceição (1920)**



Trecho da cidade do Rio de Janeiro, visto do alto do morro da Providencia



Trecho da cidade do Rio de Janeiro, visto do alto do morro da Conceição

(Recenseamento de 1920)

## Capítulo 03. Andando pelas ruas

Este capítulo centra-se na análise dos laços sociais desenvolvidos pelos italianos, seja nas relações privadas ou ligadas ao ambiente de trabalho. Lembramos que procuramos focar o estudo no imigrante que cai no anonimato com mais facilidade, ou seja, o imigrante humilde cujo nome não foi mencionado em jornais, em revistas, mas que foram agentes históricos tão importantes quanto aqueles que se distinguem como ilustres mestres da pintura, da construção, da imprensa e da música no Brasil.

### 3.1. PELAS RUAS DE BAIXO

Como visto no capítulo anterior, muitos italianos chegaram à cidade do Rio de Janeiro, nos fins do século XIX e início do XX – período de grandes modificações urbanas. Não apenas os elementos estrangeiros, mas os migrantes nacionais, vinham em busca de trabalho à cidade carioca, o que contribuiu para superlotação em casas de cômodos e nos cortiços, da mesma forma que aumentou número de pessoas que perambulavam pelas cidades, a grande maioria considerada bêbada e vadia, pelas autoridades.

Nesse sentido, não tardou para que se buscasse controlar a população classificada como ociosa e perigosa à ordem da cidade. Várias são as medidas legais nesse sentido; além das posturas, que impediam, por exemplo, o esmolar público, destaca-se a Lei de Repressão à Ociosidade, do início da República, que, simplesmente determinava que quem não trabalhasse deveria ser preso. Ao mesmo tempo em que se elaboravam leis repressivas, promoveu-se a criação de instrumentos necessários a sua efetivação. Assim, por exemplo, neste período, ocorre uma maior institucionalização das corporações policiais. (MATTOS, 2002: 12 e MENEZES, 1996: 53).

Tal lei, elaborada pelo ministro Ferreira Vianna, era, no mínimo, absurda, uma vez que há pouco se abolira a escravidão e que as ofertas de trabalho não eram adequadas para a quantidade de mão-de-obra disponível, já que a maioria dos trabalhadores não possuía qualificação profissional. Aliás, praticamente todas as medidas do código de posturas eram irrealistas. Carvalho (2000) comenta que elas, podiam ser bem intencionadas, mas eram impossíveis de serem seguidas. Já, Chalhoub (2008:

46) diante desta realidade, comenta que os trabalhadores “livres”, na verdade, eram “*livres de propriedade dos meios de produção, isto é despossuídos.*”.

A Lei de Repressão à Ociosidade tinha como grande objetivo a transformação da lógica do trabalho. Este, outrora relegado aos negros escravizados e aos mais baixos setores da população, carregava consigo uma conotação pejorativa e um sentido de depreciação social. Entretanto, dada a abolição e a necessidade de braços para o trabalho pesado, era preciso que se mudasse a visão acerca do trabalho, que deveria ser encarado como “enobrecedor”. Passa a vincular-se, assim, à noção de ordem, de progresso, de civilidade, além da clássica visão ideologizada de que quanto mais se trabalhasse, maior seria a possibilidade de “subir na vida”. Ou seja, o trabalhador deveria se sentir afortunado por poder trabalhar, de ser “dono” de seus braços para a labuta, de ser um homem “livre”.

Além de tais características, a nova lógica do trabalho também dispunha de outro dever: moralizar o cidadão. As classes baixas, tidas como vadios, bêbados, promíscuos, sujos, “sem modos”, deviam trabalhar e visar ao estilo de vida do burguês: discreto, belo, sem “vícios”.

Não é de se espantar que, para a efetivação da lei, a força policial fosse consolidada com o dever de vigiar os habitantes em todas as esferas da vida – privada ou pública – e puni-los severamente em qualquer caso de infração às *evoluídas* leis republicanas. Alguns exemplos são a proibição da mendicância e a consideração dos mendigos *hábeis* ao trabalho como vagabundos, vadios; além disso, os que fossem considerados *inábeis* seriam, imediatamente, recolhidos ao Asilo São Francisco de Assim, pelas competentes autoridades <sup>15</sup>.

O apoio à Lei pelos setores dirigentes foi alto e podemos ter um resumo da opinião hegemônica que pairava no legislativo brasileiro através de relato do deputado Mar-Dowell, citado por Sidney Chalhoub:

Votei pela utilidade do projeto, convencido, como todos estamos, de que hoje, mais do que nunca, é preciso reprimir a vadiagem, a mendicidade desnecessária, etc. [...] Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para o outro transformar o que está na natureza.

---

<sup>15</sup> Ver Decreto 403, de 14 de Março de 1903, no Código de Posturas 1904/1906, em anexo.

[...] a lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o efeito desastroso que fatalmente se prevê como conseqüência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menos, que se tornarão instrumentos do trabalho inteligente, cidadãos morigerados, [...] servindo de exemplo e edificação aos outros da mesma classe social. (CHALHOUB: 2008, 68-69. Referência dada pelo autor: *Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol. 3, pp. 259-60*)

Neste fragmento podemos perceber a nítida visão elitista e evolucionista de que o negro africano era oriundo de terras “bárbaras”, que precisavam “civilizar-se”, que não estavam preparados para o trabalho honesto, do bem, além de serem considerados preguiçosos, como a maioria dos trabalhadores brasileiros. Por isso que, muitos historiadores, afirmam que, dentre todos os trabalhadores pobres no início da República, o que mais sofreu foi o negro. (CARVALHO, 2000; CHALHOUB, 2008; LOBO, 1986).

É nesta linha de pensamento que a imigração é facilitada. Além da busca em embranquecer o Brasil, o imigrante sempre foi visto como “trabalhador”, “honesto” e com uma “moral” melhor. Mirado em seu exemplo, o trabalhador brasileiro – quem sabe? – poderia se *elev*ar.

De acordo com a documentação consultada, a população italiana aqui aportada, como demonstrado em capítulo anterior, além de vasta, exerceu diversos ofícios e, aparentemente, muitos puderam ascender socialmente. O italiano era visto como um dos imigrantes que mais louvavam o trabalho e que mais labutavam.

Como já mencionado, milhares dos estrangeiros que se aventuravam ao cruzar os oceanos se auto-organizaram em terras estrangeiras, tendo em vista que não podiam contar com a proteção do Estado Italiano e muito menos com a do Estado acolhedor. Além disso, lembramos que com a chegada maciça de imigrantes, a concorrência entre estes e os brasileiros foi acirrada, chegando a causar sentimentos “anti-imigrante” nos brasileiros, em especial, antilusitano. Assim, não havia opção senão buscar amparo entre seus conterrâneos ou nas Igrejas regionais.

A busca por aproximação entre os conterrâneos ficou evidenciada nos mapeamentos, tem em vista que cada distrito central abrigava, massivamente, uma

nacionalidade, em especial. Da mesma forma que a maioria dos italianos estava em Sant'Anna e Santo Antonio, a dos espanhóis estava em Santa Rita e a dos “turcos” (sírios, libaneses, árabes em geral, que eram chamados apenas por “turcos”), no Sacramento. Além disso, os portugueses, majoritários em todas, no caso da Candelária, chegam a corresponder 80% dos estrangeiros, neste distrito, em 1906.

A tabela 17 evidencia a presença dos estrangeiros nas freguesias, em 1906. Nota-se que os portugueses são majoritários, correspondendo mais de 60% do contingente de imigrantes, em todas, à exceção de Santa Rita, que não chegam a 50%. Entretanto, como já apresentado, apesar do pequeno número absoluto, os lusitanos praticamente dominam a freguesia da Candelária.

Com relação aos italianos, observamos que estão concentrados nas freguesias portuárias como Sant'Anna, Santo Antonio e Gamboa. Nesta primeira, representam 27,5% dos estrangeiros totais e, caso excluamos os portugueses, este percentual sobe para 70,53%.

**Tabela 17. Presença dos estrangeiros nas freguesias centrais (1906)**

	Brasileiros	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Turcos	Total de Estrangeiros <sup>16</sup>	Total de Habitantes
Candelária	2.281	1.734	89	218	04	2.173	4.454
Santa Rita	28.349	8.218	547	2.323	213	17.580	45.929
Sant'Anna	23.077	8.657	3.902	709	229	14.189	37.266
Gamboa	26.644	10.045	2.499	1.695	36	15.405	42.049
Sacramento	12.408	7.549	1.043	1.279	1.159	12.204	24.612
Santo Antonio	22.671	9.091	3.893	1.880	72	16.325	38.996
São José	25.537	10.237	2.749	2.518	53	17.443	42.980
Espírito Santo	43.117	9.743	2.238	976	66	14.565	57.682

(Recenseamento de 1906)

No ano de 1920, podemos observar as mesmas tendências, porém com algumas pequenas mudanças. O caso mais notável é o aumento expressivo dos turcos, na região do Sacramento, que quase dobra. Além disso, percebemos o aumento expressivo dos

<sup>16</sup> Estão incluídos os habitantes de nacionalidade ignorada

portugueses na região da Gamboa e de Santa Rita, o que pode nos levar à hipótese do aumento da participação destes imigrantes no trabalho portuário.

Por outro lado, nota-se o deslocamento considerável dos espanhóis de Santa Rita e da Gamboa para Santo Antonio, além da queda brutal do número destes indivíduos na região de São José. Entretanto, observemos que os italianos continuam concentrados nos mesmo distritos, mesmo com uma pequena queda em números absolutos.

**Tabela 18. Presença dos estrangeiros nas freguesias centrais (1920)**

	Brasileiros	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Turcos	Total de Estrangeiros <sup>17</sup>	Total de Habitantes
Candelária	2.438	1.173	75	130	08	1.521	3.962
Santa Rita	24.498	11.419	407	1.342	75	13.650	38.164
Sant'Anna	25.187	9.887	2.989	752	672	15.423	40.632
Gamboa	33.236	14.177	1.580	1.271	98	17.403	50.699
Sacramento	13.598	8.295	639	1.186	2.212	13.699	27.370
Santo Antonio	29.651	12.901	2.596	2.054	400	19.635	49.325
São José	15.300	7.778	2.031	1.197	176	12.304	27.714
Espírito Santo	60.362	12.262	2.617	1.047	170	17.327	77.798

Nesta perspectiva, não é de espantar a existência de 346 associações de auxílio-mútuo existentes entre 1903 e 1916, no Rio de Janeiro. Importante observar que, deste total, 27 entidades se apresentam como de auxílio mútuo com especificação de nacionalidade ou naturalidade, dentre as quais, as italianas *Liga Capitular Fratellanza Italiana*, de auxílio mútuo, registrada em 11/02/1908, a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, registrada em 21/06/1907 e *Società Operaria Fuscaldese di Mutuo Soccorso Umberto I*, registrada em 30/04/1907 (FONSECA, 2008). Tal fato revela que, em alguns grupos o sentimento identitário nacional/regional impunha-se ao de outras categorias tais como a profissional.

Com relação aos diplomas das associações, logo expostos, mais uma vez a imagem é importante elemento de análise – o que é feito com muita pertinência por Fonseca (2008: 190-191). O autor ressalta a importância de, nos dois diplomas, aparecer

<sup>17</sup> Não estão incluídos os habitantes de nacionalidade ignorada

a célebre imagem do associativismo, ou seja, o aperto de mãos. Ademais, destaca, no diploma da *Società Operaria Fuscaldese di Mutuo Soccorso Umberto I in Rio de Janeiro*, a presença de duas colunas nas quais circundam faixas; a primeira, à esquerda, traz os dizeres *Nell'unione la forza* e a segunda, à direita, expõe a frase *Nella forza, la sicurezza*. Não menos importante, Fonseca, frisa a importância de observar os elementos explícitos no diploma da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso in Rio de Janeiro*, que aludem a diferentes regiões da península, como montanhas com neve, o mar, multidão de prédios e vulcões como o Vesúvio.

### Imagem 21. Diploma da Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso



(FONSECA, 2008: 190)

## Imagem 22. Diploma da Società Operaia Fuscalde di Mutuo Soccorso



(FONSECA, 2008: 191)

A análise das associações italianas pode nos trazer indícios das origens e da profissão destes imigrantes. Exemplo disso é que, aqueles procedentes de Fuscaldo, comuna localizada em Cosenza, na Calábria, região das mais pobres da Itália, além de ser predominantemente agrícola, se inserem, independente da sua origem, em atividades industriais e organizam-se na citada associação.

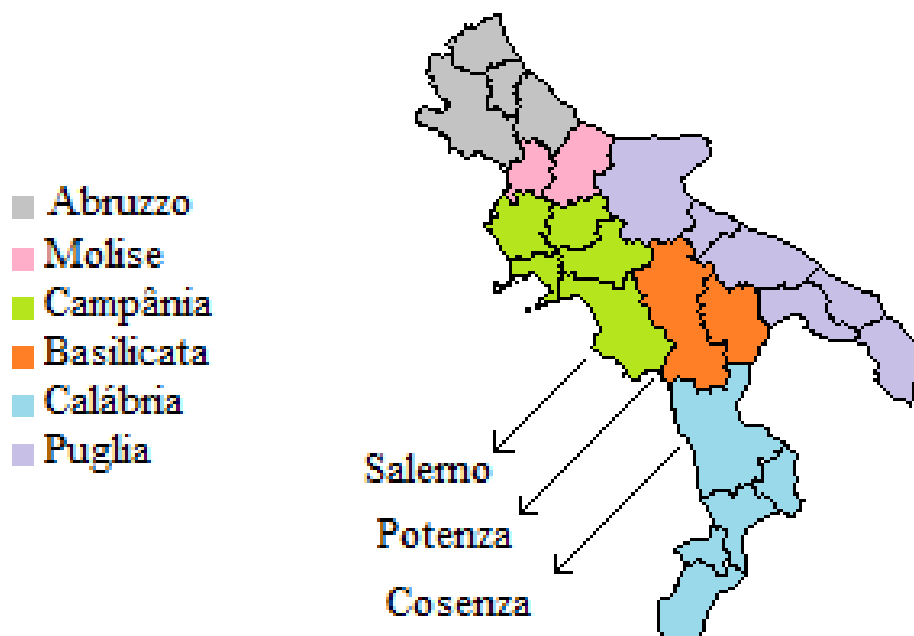
Questão particularmente instigante é a que trata da origem dos imigrantes. A listagem dos vapores, que poderia detalhar esta informação, via de regras, não é devidamente preenchida ou se refere apenas à região, raramente especificando a Província ou a Comuna.

O esforço da pesquisa na documentação paroquial mostrou que, ainda que predominantemente da Itália meridional, é da região da Calábria que procedem majoritariamente os imigrantes mencionados, sobretudo da Província de Cosenza. Além disso, os registros de casamentos encontrados, entre os quase três mil analisados, mostram, também, que mais duas províncias do Sul se destacavam como zonas de



procedência: Salerno, na Campânia e Potenza, na Basilicata <sup>18</sup>, conforme assinala o mapa a seguir e a tabela 19.

**Mapa 15. Os imigrantes e suas Principais Províncias do Sul (mapa da autora)**



As certidões pesquisadas são apenas uma fração de uma imensidão de registros, mas constituem-se em uma amostra significativa. No conjunto examinado, foram encontrados 275 indivíduos italianos; deste número, 19 apenas estão identificados somente como italianos. Do restante, apenas nove não indicam a comuna de origem, mas todos se referem à Província e, conseqüentemente, à região. Este dado já justifica a relevância da fonte, uma vez que tal detalhamento não é encontrado de forma tão sistematizada em outros registros.

Ângelo Trento (1989) já havia apresentado que as principais províncias de origem eram Cosenza, Potenza e Salerno, entretanto, não apresenta detalhes acerca das comunas de origem.

Verifica-se que, do norte da Itália – regiões da Lombardia, Piemonte, Vêneto e Emilia-Romanha –, identificamos apenas onze indivíduos. Da mesma forma, é pequena a participação da região central – Toscana, Marcas e Lácio – tendo sido localizados,

<sup>18</sup> Também conhecida como Lucânia

apenas, seis italianos. Por outro lado, oriundos das partes meridional e insular, encontramos 239 nomes.

Vale lembrar que, da região da Campânia, 82,76% era de Salerno, da Basilicata, 100% de Potenza e, da Calábria, 97,78% de Cosenza. Nesta última província, notamos a grande incidência de italianos das cidades de Paola, Fuscaldo e San Lucido. Todas essas pequenas comunas estão na costa do mar Tirreno, além de muito próximas uma das outras. Fuscaldo foi conhecida por seus famosos artesãos em pedra – aqui chamados de “pedreiros” –, dos quais, muitos vieram para o Rio de Janeiro trabalhar nas grandes obras de transformação urbana.

Assim, elaboramos a tabela abaixo, apresentando as regiões e as províncias, do Norte para o Sul, identificando ao lado de cada referência, o número de indivíduos encontrados na pesquisa.

**Tabela 19. Origem dos italianos por Regiões, Províncias e Comunas localizadas**

<b>REGIÕES</b>	<b>PROVÍNCIAS</b>	<b>COMUNAS localizadas</b>
Piemonte: 02	Novara: 01	
	Turim: 01	Turim: 01
Lombardia: 03	Brescia: 01	
	Cremona: 01	Cremona: 01
	Mantova: 01	Volta Mantova: 01
Vêneto: 03	Padova: 02	Campodarsego: 01
	Rovigo: 01	Lendinara: 01
Emília-Romanha: 03	Bolonha: 01	Bolonha: 01
	Ferrara: 02	
Toscana: 02	Groesetto: 01	Follonica: 01
	Lucca: 01	Lucca: 01
Marcas: 01	Ancona: 01	Osimo: 01
Lácio: 03	Roma: 03	Roma: 03
Abruzzo: 03	Áquila: 02	
	Chieti: 01	Vasto: 01
Puglia: 01	Bari: 01	Barletta: 01
Campânia: 29	Nápoles: 02	Nápoles: 02

	Benevento: 01	Regia: 01
	Caserta: 02	
	Salerno: 24	Salerno: 01
	Salerno	Agropoli: 03
	Salerno	Bucino: 01
	Salerno	Casalbuono: 01
	Salerno	Centolla: 01
	Salerno	Montano Antilia: 01
	Salerno	Policarpo Bussentino (Santa Maria): 02
	Salerno	Vallo della Lucania: 03
Basilicata: 22	Potenza: 22	Potenza: 02
	Potenza	Brienza: 02
	Potenza	Casteluccio: 01
	Potenza	Casteluccio Superior: 04
	Potenza	Latronico: 02
	Potenza	Maratea: 01
	Potenza	Moliterno: 01
	Potenza	Rionero in Vulture: 01
	Potenza	San Severino di Lucano: 03
	Potenza	Satriano di Lucania: 03
	Potenza	Saponara (Grumento Nova): 01
	Potenza	Tito: 01
	Potenza	Tolvi: 01
	Potenza	Tramutola: 01
	Potenza	Viggiano: 01
Calábria: 180	Catanzaro: 01	
	Crotone: 01	Petilia Policarpo: 01
	Vibo Valentia: 01	Pizzo: 01
	Cosenza: 176	Cosenza: 05
	Cosenza	Acquappesa: 01
	Cosenza	Aieta: 01
	Cosenza	Belmonte Calabro: 01
	Cosenza	Belverde Marittimo: 02

	Cosenza	Besignaro: 01
	Cosenza	Cassano allo Ionico: 02
	Cosenza	Castrovillari: 01
	Cosenza	Cerzeto: 01
	Cosenza	Falconara Albanese: 02
	Cosenza	Fiumefreddo Bruzio: 02
	Cosenza	Fuscado: 29
	Cosenza	Lungro: 01
	Cosenza	Luzzi: 04
	Cosenza	Malvito: 01
	Cosenza	Mongrassano: 01
	Cosenza	Paola: 70
	Cosenza	Roggiano Gravina: 03
	Cosenza	Rossano: 01
	Cosenza	Rotagrega: 03
	Cosenza	San Fili: 01
	Cosenza	San Giorgio Albanese: 02
	Cosenza	San Giovanni in Fiori: 01
	Cosenza	San Lucido: 19
	Cosenza	San Marco Argentò: 01
	Cosenza	Santa Maria del Cedro: 03
	Cosenza	Torrano Castello: 02
Sicília: 03	Caltanissetta: 01	San Cataldo: 01
	Messina: 01	Milazzo: 01
	Siracusa: 01	Siracusa: 01
Sardenha: 01	Sassari: 01	Alghero: 01
Não identificadas: 19		

(Registros de casamento das Paróquias de Santana, Santo Antonio dos Pobres, Santo Cristo dos Milagres, São José entre os anos de 1870 e 1910)

Os registros de casamento constituem-se em documentação expressiva para contribuir na compreensão das estratégias de socialização do grupo. Pelos registros de casamento, o que parece é que estes italianos buscavam casar-se entre os si,

consolidando os laços de origem e fortalecendo a colônia. Como amostra, selecionou-se o ano de 1904.

Muitas vezes, tais patrícios eram nascidos, batizados na mesma cidade da Itália e moradores no mesmo bairro, no Brasil, o que possibilita pensar que teriam se conhecido, mesmo no além-mar. Dois exemplos, dentre muitos, é o de Eugenio Martyr e Assumpta Strino, em Sant'Anna e o de Bras Antono Lauria e Gemma Polina, em Santo Antonio.

Aos quatorze de maio de mil novecentos e quatro nesta Matriz de Provisão do Rev. Vigário Geral em minha presença e das testemunhas Lívio Valboneti e José Paruno em minha presença, digo, na forma do Con. Trid. receberão-se em matrimonio **Eugenio Martyr e Assumpta Strino** elle filho legitimo de Salvador Martyr e de Rosa Gentil **nascido e baptisado na Igreja Matriz de São Lucido Província de Cozenza, no Reino da Itália** e ella filha legitima de Salvador Strino e de Felomenda Chiaro **nascida e baptisada na Igreja Matriz de São Lucido Província de Cozenza, no Reino da Itália. Os contratantes são ambos moradores nesta freguesia de Sant'Anna** de que se fez este termo. O Vigário Antonio Lopes de Araujo (Arquivo Paroquial da Igreja de Santana. Registros de Casamentos. Ano 1904)

Aos cinco dias do mês de Março de mil novecentos e quatro, nesta Matriz de Santo Antonio, perante as testemunhas Doutor Oscar Nerval de Gouvêa, João Pinto Vasconcellos Barreto e Guilhermina Nerval de Gouvêa, em virtude de Provisão do Excellentissimo Monsenhor Vigário Geral e observando as prescripções do estylo, o Reverendo Padre Joaquim Martins Teixeira, de minha licença assisto ao Matrimonio que celebram **Bras Antonio Lauria e Gemma Polina**; elle filho natural de Maria Regina Palermo; **nascido no Reino de Italia onde foi baptisado na Igreja Matriz de São Severino, Província de Lucania, no mesmo Reino**; ella filha natural da finada Maria Domenica Carleone, **nascida no Reino de Italia, onde foi baptisada na Igreja Matriz de São Severino, Província de Lucania, do mesmo Reino. Ambos moradores nesta Freguesia de Santo Antonio.** Para constar, lavrou-se este termo que assigno. O Vigário Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha (Arquivo Paroquial da Igreja de Santo Antonio dos Pobres. Registros de Casamentos. Ano 1904)

Existem, ainda, casamentos entre supostos primos, afinal, possuem o mesmo sobrenome, como é o caso de Antonio Spagnnolo e Theresina Spagnnolo, cujos sobrenomes dos pais são iguais e também o são os das mães.

Aos vinte e dois de Outubro de mil novecentos e quatro, nesta Matriz de Provisão de Sua Ex.a e Reverendo Senhor Arcebispo, dispensando, no impedimento de consanguinidade em segundo grão igual da linha lateral duplicada em minha presença e das testemunhas Pedro [Mitiduno] Miguel Latancio e Antonio Loureiro, na forma do Conc. Trid. receberão-se em matrimonio **Antonio Spagnnolo e Theresina Spagnnolo; elle filho legítimo de Antonio Spagnnolo e de Theresa Cantasani, nascido e baptisado na Freguesia de Brienza, no Bispado de Potenza, na Italia e ella filha legitima de Victor Donato Spagnnolo e de Marianna Cantasani, nascida e baptisada na Freguesia de Lairia Superior no Bispado de Polycastro, na Italia e moradores na Freguesia de Sant'Anna** desta cidade; de que para constar se fez este termo. O Vigário Antonio Lopes de Araujo  
(Arquivo Paroquial da Igreja de Santana. Registros de Casamentos. Ano 1904)

É claro que, apesar da proximidade que buscavam entre si, houve casamentos mistos, lembrando, inclusive, que o número de homens era muito superior ao de mulheres. Encontramos casamentos com brasileiros, alguns dos quais, certamente, descendentes de italianos, devido ao sobrenome, bem como brasileiros de outros estados. Além disso, também localizamos matrimônios entres italianos e portugueses, espanhóis e franceses. São exemplos:

No dia nove de Abril de mil novecentos e quatro, de minha licença, na Igreja Matriz de Sant'Anna, na forma do Sagrado Concilio de Trento e Ritual Romano, em presença do Reverendo P. Antonio Lopes de Araujo e das testemunhas Domingos Juliannellie Frederico [Crichitelli], receberão-se em matrimonio **Antonio Cupello Calonio**, filho legítimo de Salvador Cupello Colonio e Raphaella Julianella Capoti, **nascido e baptisado na Sant'Anna d'esta Cidade, morador nesta freguesia** e **Elena Marfetano**, filha legítima do finado Francisco Marfetano e de Ermínia Palmieri, **nascida e baptisada na freguesia de São Francisco de Paula, Reino de Italia, moradora n'esta freguesia**. Do que mandei lavrar este termo que assigno.

(Arquivo Paroquial da Igreja de Santo Cristo dos Milagres. Registros de Casamentos. Ano 1904)

Aos treze dias do mês de Agosto de mil novecentos e quatro, nesta Matriz de Santo Antonio perante as testemunhas Álvaro Francisco Domingues e Francisco Paula Nascimento, em virtude do Despacho do Excellentissimo Monsenhor Vigário Geral e observadas as prescrições do estylo, o Reverendo Padre Joaquim Martins Teixeira, de minha licença, assistio ao Matrimonio que celebraram **Silvi Scordino e Maria Edwiges do Nascimento**; elle filho legitimo de Pedro Scordino fallecido e de Philomena Chrispim, **nascido e baptizado na Freguesia de Potenza, Basilicata, Italia**; ella filha legitima de Francisco Paula Nascimento e Joanna Francisca da Conceição, **nascida e baptizada na Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres da Goyannha, Rio Grande do Norte; ambos moradores nesta Freguesia**. Para constar, lavrou-se este termo. O Vigário Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha

(Arquivo Paroquial da Igreja de Santo Antonio dos Pobres. Registros de Casamentos. Ano 1904)

Aos seis dias do Mês de Agosto de mil novecentos e quatro, na Egreja Matriz do Santíssimo Sacramento desta cidade do Rio de Janeiro, perante as testemunhas Pio Felice Gasco e Eugenio [Malsieu] em virtude do despacho do Excellentissimo Monsenhor Vigario Geral e observadas as prescrições do estylo, o Reverendo Senhor Congo Manoel Marques de Gouvêa, de minha licença, assistio ao Matrimonio que celebraram **Victor Falcom e Alice Trachez**; elle filho legitimo de Francisco Falcom e Luiza Sereno, **nascido e baptizado na cidade de Turim, Bispado do mesmo nome, na Italia**; ella filha legitima de Frederico Trachez e Marie Mugeoret, **nascida e baptizada na Freguesia de Trindande da cidade de Paris, em França; ambos são moradores nesta Freguesia do Santo Antonio**. Para constar, lavrou-se este termo que assigno. Padre Joaquim Martins Teixeira. Encarregado da Parochia.

(Arquivo Paroquial da Igreja de Santo Antonio dos Pobres. Registros de Casamentos. Ano 1904)

Aos dez de Setembro de mil novecentos e quatro nesta Matriz em minha presença e das testemunhas Antonio Augusto de Souza e Mauro, João Coelho na forma do Sagr. Conc. Trid. receberão-se em matrimonio **Manoel Clemente e Rosa Bufone** elle filho legitimo de Antonio José de Clemência da Conceição **nascido e baptizado na Freguesia de São Martinho de Faro**

**em Portugal** e ella filha legitima de José Bufone e de Miguelina Ligorio, **nascida e baptisada na Freguesia São João de [Guerra] Província de Catanzaro, na Italia ambos moradores na freguesia de Sant’Anna**, de que se fez este termo. O Vigário Antonio Lopes de Araujo  
(Arquivo Paroquial da Igreja de Santana. Registros de Casamentos. Ano 1904)

Aos tres de Dezembro de mil novecentos e quatro nesta Matriz autorizado pelo Senhor Arcebispo em presença do Padre Guilherme Vinsem e das testemunhas Assumpta Santoro e Isabella Cespolas, receberão-se em matrimonio **Vicente Gilio e Mercedes Bruno** elle filho legitimo de Domingos Gilio e Fortunata de Braz ella filha legitima de José Bruno e Luisa Dias **elle natural da freguesia de Paula Diocese de ..... ella natural da Cidade de Hespanha e moradores da freguesia do Espirito Santo** de que se fez este termo. O Vigário Antonio Lopes de Araujo  
(Arquivo Paroquial da Igreja de Santana. Registros de Casamentos. Ano 1904)

Mais indícios de miscigenação são encontrados no texto de Lerice de Castro Garzoni (IN: AZEVEDO, CANO, CUNHA, CHALHOUB, 2009) em que a autora apresenta, nos registros policias pesquisados em Sant’Anna, dois casos de italianos ligados a mulheres referenciadas como “pretas”:

(...) caso (...) de Maria Gomes, que foi presa por desordem e embriaguez na Rua General Pedra. Ela é descrita como preta, brasileira de Pernambuco, 30 anos, sem ocupação e moradora na Estação de Santa Clara. Na mesma ocorrência, está registrado que o **italiano Braz Marizi, casado, sapateiro e morador do Morro da Favela \***, **fora preso por ter-se manifestado contra a prisão de Maria Gomes** (GARZONI, IN: AZEVEDO, CANO, CUNHA, CHALHOUB, 2009: 171-172. Grifo meu. Referência da autora: Cecult, Livro de Ocorrências da 9ª Delegacia Urbana, livro nº 8.589, p. 1.999 )

(...) Dejanira Vieira Gentil, preta, natural de Minas Gerais e com 18 anos, (...) tentou suicidar-se ingerindo creolina. Segundo a ocorrência, fez isso quando estava na casa onde trabalhava na Rua São Diogo, antiga denominação da Rua General Pedra. **Também é informado que ela tinha sido abandonada pelo marido, o italiano Guilherme Gentil, havia**

---

\* Morro da Favela corresponde ao atual Morro da Providência (nota minha)



**poucos dias** (GARZONI, IN: AZEVEDO, CANO, CUNHA, CHALHOUB, 2009: 178. Grifo meu. Referência da autora: Cecult, Livro de Ocorrências da 9ª Delegacia Urbana, livro nº 8.589, p. 2.013).

Nos principais bairros centrais estudados, os italianos estiveram presentes em diversas atividades como no trabalho braçal e ambulante (também conhecidos como jornaleiros), na construção civil, no transporte terrestre, no comércio, na indústria metalúrgica e de vestuário <sup>19</sup>, como caixeiros, nas pedreiras, na horti e silvicultura e como artistas. Merecem destaque os quatro primeiros itens apresentados, tendo em vista que os estrangeiros vão dominá-los – aí incluídos, naturalmente, os italianos – chegando a ser 75,45% e 80% do total de jornaleiros em Sant’Anna e Santo Antonio, como mostra a tabela 20.

**Tabela 20. A participação (%) dos estrangeiros em relação ao total de habitantes nos seguintes distritos, em 1906**

	Comércio	Edificação	Jornaleiros	Transporte Terrestre
Sant’Anna	72,77%	73,91%	75,45%	74,07%
Santo Antonio	72,87%	63,61%	80,70%	82,75%
São José	71,23%	68,54%	63,43%	80,23%
Espírito Santo	51,58%	49,80%	67,44%	57,58%
Gambôa	70,20%	62,88%	71,33%	69,59%

(Recenseamento de 1906)

Vale também lembrar a substancial presença dos estrangeiros na caça e na pesca, sendo 100% nesta atividade, no Espírito Santo e 87,25%, em São José, em 1906.

As tabelas 21 e 22 são para deixar nítida a dura realidade em que viviam os trabalhadores brasileiros nestes anos. Os quadros que se seguem apresentam a média salarial de alguns trabalhadores, bem como seus gastos mensais.

De acordo com as tabelas abaixo, levando em conta que um trabalhador fosse casado e tivesse dois filhos, teríamos que multiplicar a média de gastos mensais por, no mínimo, três. De tal, modo, se este fosse o caso de um andador (ou ganhador), cujo

---

<sup>19</sup> Apesar de não ser o foco deste trabalho, ressalta-se a importância que os italianos tiveram nos empregos fabris. Como exemplo, pode-se citar sua ampla participação nas fábricas do bairro da Gávea, outrora operário, nas Laranjeiras e em Bangu.

salário era cerca de 140\$700, seus gastos APENAS com alimentação seriam em torno de 110\$931. Além disso, havia as despesas como os altos aluguéis, a compra materiais para revender, produtos de higiene, vestuário etc.

Esta reflexão nos leva a crer que a vida do trabalhador, além de penosa, privava-o de diversos artigos, levando-o a alimentar-se mal, habitar moradias sórdidas, dispor de vestimentas escassas e de baixa qualidade, além de não poder usufruir dos artigos de higiene necessários.

Por último, mas não menos importante, o primeiro quadro nos evidencia a discriminação sexual que sofriam as mulheres, uma vez que a remuneração de uma enfermeira era quase 50% menor do que a de um homem que exercia a mesmo tipo de trabalho.

**Tabela 21. Salário do ano de 1892. Rio de Janeiro**

Servente de Pedreiro	89\$000	Por mês
Pedreiro	145\$000	Por mês
Mestre Pedreiro	131\$000	Por mês
Carpinteiro	180\$000	Por mês
Pintor	138\$00	Por mês
Hortelão	58\$700	Por mês
Cozinheiro	94\$200	Por mês (recebia, além do salário, alojamento)
Porteiro	48\$200	Por mês (recebia, além do salário, alojamento)
Administrador de Hospital	229\$900	Por mês
Enfermeira	49\$900	Por mês
Enfermeiro	72\$100	Por mês
Médico	137\$500	Por mês (além do salário tinha clínica)
Médico aposentado	157\$142	Por mês
Advogado (1898)	149\$999	(além do salário tinha clientela)
Andador	140\$700	Por mês (advogado prático não formado)
Escriturário	192\$800	Por mês
Sacristão	130\$000	Por mês
Capelão	107\$290	Por mês
Boticário	107\$430	Por mês

(LOBO, CARVALHO & STANLEY, 1989: 64)

**Tabela 22. Cálculo de custo de alimentação de um operário por mês em 1892**

02 quilos de feijão	7\$262
02 quilos e ½ de farinha de mandioca	1\$033
04 quilos de toucinho	6\$154
02 quilos de charques	7\$454
01 quilo e ½ de arroz	1\$635
½ quilo de bacalhau	3\$315
01 quilo de açúcar	2\$455
01 quilo de café	7\$669
Total	36\$977

(LOBO, CARVALHO & STANLEY, 1989: 66)

A bibliografia de apoio e as fontes já consultadas, além de literatura de época, nos permitem observar que a maioria dos italianos estará em profissões humildes e braçais como jornaleiros e vendedores ambulantes, diaristas, engraxates, sapateiros, alfaiates etc. (MENEZES, 1996; TRENTO, 1989; WEYRAUCH, 2009).

Neste ponto, a literatura foi de extrema utilidade, pois apontou indícios importantíssimos acerca da inserção sócio-profissional destes imigrantes. A obra de Lima Barreto, no conto *Numa e a Ninfa*<sup>20</sup>, sugere o perfil citado no parágrafo anterior aos italianos, quando fala sobre o povo de Sant'Anna e refere-se a tais imigrantes como trabalhadores ao ganho, junto aos negros, além de executarem outras profissões, demarcando a pobreza local do bairro.

Em geral, era e ainda é, a população de cor, composta de gente de fracos meios econômicos, **que vive de pequenos empregos; tem, portanto, que procurar habitação barata, nas proximidades do lugar onde trabalha e veio daí a sua procura pelas cercanias do aterrado; desde, porém, que a ela se vieram juntar os imigrantes italianos ou e outras procedências, vivendo de pequenos ofícios, pelas mesmas razões eles a procuraram.** Já se vê, pois, que, ao lado da população de cor, naturalmente numerosa, há uma grande e forte população branca, especialmente de italianos e descendentes. Não é raro ver-se naquelas ruas, valentes napolitanos a sopesar na cabeça fardos de costuras que levaram a

<sup>20</sup> Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)

manufaturar em casa; e a marcha esforçada faz os seus grandes argolões de ouro balançarem nas orelhas, tão intensamente que se chega a esperar que chocalhem. Por toda a parte há remendões; e, de manhã, muito antes que o sol se levante, daquelas medíocres casas, daquelas tristes estalagens, saem os vendedores de jornais, com suas correias e bolsas a tiracolo, que são o seu distintivo, saindo também peixeiros e vendedores de hortaliças com os cestos vazios. (Pág. 29. Grifo meu)

Mais uma vez, Ângelo Trento (1989: 102-103), também apresenta informação semelhante, ao abordar os italianos no Rio de Janeiro como, majoritariamente, vendedores ambulantes, além de classificá-los como engraxates, amoladores, sapateiros, marceneiros, jardineiros, varredores de ruas, pedreiros, garçons, barbeiros e operários têxteis.

Conforme já aludido anteriormente, o esforço ordenador da cidade promoveu uma série de medidas para a consecussão de tal fim. Dentre elas, destaca-se, particularmente, um conjunto de posturas municipais que objetivava regular o cotidiano da cidade e dos seus habitantes. Um dos elementos que interessa, em especial, a este estudo, é a regulamentação do trabalho ambulante, não apenas pelo espaço que ocupava nas ruas do Rio de Janeiro de então, mas também pela conhecida, mas não estudada, participação dos italianos nesse tipo de comércio.

A regulamentação do trabalho de vendedor ambulante – antes chamado de *ganhador*, em alusão aos *escravos de ganho* – tornou-se mais minuciosa a cada ano, de acordo com os Códigos de Postura. O Código de 1860 <sup>21</sup> mencionava os ganhadores tanto como escravos ou livres, explicando a necessidade de que fosse pedida a licença na prefeitura e renovação anual obrigatória. Entretanto, limitava-se a comentar os requisitos essenciais à aquisição da licença e as penas de acordo com as infrações previstas.

Já, o Código de 1886 <sup>22</sup> explicita de forma detalhada as obrigações que o ganhador precisava ter, as diferentes multas à cada infração, a necessidade de registro na polícia para se solicitar a chapa obrigatória para andar ao ganho, dentre outros. Como a abolição já estava com seus dias contados e o trabalho ambulante era cada vez mais

---

<sup>21</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Biblioteca. 35(815.41)''1838/1860 (094.4)::352.075.31 R585

<sup>22</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Biblioteca. 35(815.41)''1838/1893 (094.4)::352.075.31 R585

dominado por homens livres, as exigências eram maiores e penalidades tornavam-se mais severas.

Em 1904, o ofício de ganhador já estava minuciosamente detalhado no Código de Postura <sup>23</sup>, dividido até mesmo por categorias, como vendedores de frutas, de aves, legumes, peixes, produtos de pequena lavoura, pão, ambulantes e mascates – estes últimos proibidos de atuar na zona urbana. Proíbe-se a venda de bilhetes de loteria por ambulantes, de animais tocados em bando e de leiteiro conduzindo vacas (Ver anexo III).

Igualmente, o Código de Posturas de 1928 <sup>24</sup>, reafirma a regulamentação prevista, em 1904, detalhando especificidades como os trajés necessários para a execução do trabalho (Ver anexo IV).

Por força de tais posturas, produziu-se um conjunto documental de grande proveito para a pesquisa, no caso, os requerimentos ou pedidos de licença para andar ao ganho – ou seja, vendedor ambulante – encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro <sup>25</sup>.

Infelizmente, é possível observar que muitas páginas se perderam, pois é visível que há folhas rasgadas. Além disso, a série não é completa, havendo documentação apenas dos anos de 1867, 1870, 1873, 1879, 1880, 1885, 1886 e 1887.

Com relação ao ofício de serralheiros e engraxates, o caso é ainda mais grave, uma vez que foram encontrados apenas cerca de dez pedidos – o que, por todas as evidências de outras fontes, temos a certeza que não condiz com a realidade.

Foram mapeados cerca de 820 pedidos de licença para andar ao ganho de 1870 a 1887, dos quais a maioria esmagadora não possuía identificação de nacionalidade (seriam, provavelmente brasileiros ou portugueses), seguidos dos portugueses e dos italianos e espanhóis. Desse conjunto levantado, interessamo-nos, particularmente, pelos pedidos de licença por italianos. Encontramos, antes de 1870, no ano de 1867, quatro pedidos de licença de italianos. Já, entre os anos de 1870 a 1887, temos 51 pedidos.

---

<sup>23</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Biblioteca. 35(815.41)''1904/6 (094.4)::352.075.31 A485. V. 2 Ex.3

<sup>24</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Biblioteca. 25(815.41)''1928''(094.4)::352.075.31

<sup>25</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códices: 44.1.27; 44.1.28; 44.1.29; 44.1.30.

Com o objetivo de sistematizar estes dados, organizamos tabelas para os quatro anos em que identificamos pedidos por italianos. Das referidas tabelas, constam o nome, o endereço dos requerentes, assim como o nome e endereço do fiador.

**Tabela 23. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1867**

Nome	Endereço	Fiador	Endereço Fiador
Caetano Pinhatur, amolador	Rua do Arial, 4B		
Salvador Cantisan, amolador	Rua do Arial, 4B		
Domingos Gioa(?), amolador	Rua do Arial, 4B		
Antono Jancin, amolador	Rua do Arial, 4B		

Observa-se que é pequeno o número de requerentes italianos, além da ausência de fiadores. Além disso, chamamos a atenção que todos habitavam o mesmo local, além de possuírem o mesmo ofício. Estas informações podem nos indicar que, talvez, compartilhassem o mesmo instrumento de trabalho.

**Tabela 24. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1879**

Nome	Endereço	Fiador	Endereço Fiador
Carlos Fernandes	Rua do Riachuelo, 73, estalagem	Casemiro Augusto Cabral Lopes	Rua da Carioca, 50
Antonio Bernardino	Rua dos Andradas, 71	Bernardino Ferreira Lopes, morador à mesma casa	Barracas de Quitanda na Praça General Osório, 15 e 16.
Natale di Rencco,	Rua dos Inválidos, 67	Barboza y Castro	Rua da Constituição, 49.
Francisco Groco,	Rua General Camara, 139, Sacramento	José da Roza Silveira.	Mesmo endereço
Domingos Panó,	Rua da America, 144, Sant'Anna	José Rodrigues Pereira	Padaria á rua do Príncipe, 96
Daniel Pereira	Rua do Bom Jardim, 06, quarto 17, Sant'Anna	Felix Gravino	Rua da Alfandega, 154

Casnunos Salius	Rua do Riachuelo, 125, estalagem	Nicola S. Severino	Rua da Conceição, 34
Felippe Perrota,	Ladeira do Barroso, 71, Sant'Anna	Domingos José de Almeida, negociante	Rua do Gonçalves Dias, 12
Carlos Cavaleiro	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Bernardino José da Silva Braga, proprietário	Rua São Sebastião, 07, Paula Mattos
Carlos Callonez	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Raphael Michel	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Carello Antonio	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Valero Basílio	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Santoro Nicola	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Doria(?) Carlos	Ladeira do Barroso, 81	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Doria(?) Pedro,	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Collonez Antonio	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
José Plastamo	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Antonio de Souza Teixeira, proprietário	Mesmo endereço
Miguel Cassiano	Rua da América, 16, Sant'Anna	Bernardino Ferreira	Praça General Osórios, 16
Francisco Belayd(?)	Conde d'Eu, 105, Santo Antonio	Manoel José Peixoto Merelim, proprietário	Rua Visconde do Rio Branco
João Sapusido(?)	Ladeira do Barroso, 52, Sant'Anna	Victorino Soares de Andrade, armazém	Ladeira do Barroso, 42
Raynero Antonio	Rua da Relação, 02	Gerolamo Mogni, loja e oficina de chapéus de sol	Rua da Assembléia, 117
Francisco Damigo	Rua do Sapucahy, 06,	Thomas Ribeiro Oliveira	Rua do Sapucahy, 12

	estalagem	Bezerra	
Fernandes Damasco	Rua dos Inválidos, 67, Santo Antonio	Francisco Ferr <sup>a</sup> de Jezus	Mesmo endereço
João Petralia ( <i>Giovanni Petraglia</i> )	Rua dos Inválidos, 60	Joaquim Pinto de Souza	Mesma residência
Barbado Cocara	Rua da Guarda Velha, 45	Celestino (?)	
Cosme Ubesto	Rua dos Barbonos, 06	Carlos Henrique da Silva	
Vicente Perum(?)	Rua da Ajuda, 207	José Machado	
Jacomo Malhamo	Praça General Osório, 8C, Sacramento	Manoel Antonio das Neves, negociante	Praça General Osório, 8A, Sacramento
Carlos Roberto	Travessa São Sebastião, Castello, São José	José Queiroz de Freitas Guimarães, negociante	Rua Evaristo da Veiga, 06
Caroprese Aununciald	Rua do Rezendo, 61	Carmo de Blas, negociante	Rua do Riachuelo, 63
Giuseppe Bianco	Rua do Rezende, 61	José Martins Vianna, negociante de botequim	Rua do Riachuelo, 73
Salvador Salbado	Ladeira do Barroso, 81, Sant'Anna	Victorino Soares d'Andrade	Ladeira do Barroso, 43
Salvador Capem	Rua General Pedra, 40	Leonardo da Veiga	
Vicente Madaline	Rua General Pedra, 42	Antonio Cabral Menezes	
Canale Ângelo	Rua do Balacão, 02	Carlos Giuntini, barbeiro e cabeleireiro	Rua da Carioca, 07
Eduardo Antonio	Rua da Guarda Velha(?), 09	Guzzano Antonio, marceneiro	Rua do Passeio, 20
Gaetano Clurra	Rua do Riachuelo, 68, Santo Antonio	Carlos de Braz	Rua do Riachuelo, 61.
Groselle Dominfos	Rua do Rezende, 61, Santo Antonio	José Sambrata, negociante	Rua dos Inválidos, 101

Esta tabela, por sua vez, apresenta um conjunto amplo de requerentes, porém, não especifica o ofício, podendo tais italianos vender diversos tipos de artigos. Por outro





Consultando a décima urbana de 1878 a 1880 <sup>26</sup>, apresentada abaixo, observamos que Antonio Teixeira de Souza era o proprietário do referido imóvel, logo, o dono do cortiço que devia tirar o seu sustento através do aluguel cobrado, ou, talvez, em tal casa funcionasse um negócio ou comércio.

Este homem era proprietário apenas deste imóvel, contrariando o que ocorria com muita frequência, à época, que apresentava proprietários como os donos de diversos imóveis e, muitas vezes, de uma rua inteira.

Ladeira do Barroso, 6º districto  
Antonio de Souza Teixeira, Ladeira do Barroso, 81.  
Descrição = Frente  
Valor locativo total: 480\$000

Concluimos que é muito possível que o proprietário fosse um português que ganhava a vida explorando os habitantes do seu cortiço – em grande maioria, os italianos. A imagem do português explorador dono de cortiço é consagrada no grande romance de Aluísio Azevedo (2011), *O Cortiço*, datado de 1890 e uma das maiores obras da literatura nacional. Embora, protagonizado por portugueses e brasileiros, no famoso cortiço de Botafogo do ganancioso João Romão – que, segundo Azevedo, tem “*desespero em acumular*” (Pág. 55), vive um grupo de italianos – dos quais apenas quatro são nomeados – que não são citados com muita ênfase, mas estão por toda trama coadjuvando com suas cantorias e atividades, além de serem trabalhadores ambulantes.

(...) **Um grupo de mascates, o Delporto, o Pompeu, o Francesco e o Andrea**, armado cada qual com sua caixa de bugigangas, saiu para a peregrinação de todos os dias, altercando e **praguejando em italiano**. (Pág. 85. Grifos meus)

Em outra casinha do cortiço acabava de estalar uma nova sobremesa, engrossando o barulho geral: **era o jantar do grupo de italianos mascates, onde o Delporto, o Pompeu, o Francesco e o Andrea representavam as principais figuras**. Todos eles cantavam em coro, mais afinados que nas outras duas casas; quase, porém, que se lhes não podia ouvir as vozes, tantas e tão estrondosas eram as pragas que soltavam ao mesmo tempo (...).

---

<sup>26</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Décima Urbana. Livro 374 – 1878/1879 – 6º Districto. Livro 384, 1879/1880 – 6º Districto.

**Lá fora o coro dos italianos se prolongava** numa cadência monótona e arrastada, em que havia muito peso de embriaguez. (PP. 128-129 e 135. Grifos meus)

À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeu foram varridos pela febre amarela e três outros italianos estiveram em risco de vida. (Pág. 245)

Esses trechos mostram que os italianos, além de exercer a função de mascate também habitavam zonas pobres e casas com pouca estrutura, como os cortiços, ao mesmo tempo convivendo com outros estrangeiros e locais, mas também formando núcleos nacionais (italianos). Além disso, podemos ver a nítida repulsa que os ambulantes pobres podiam causar aos proprietários dos cortiços, uma vez que, no mesmo livro, o personagem João Romão – dono da habitação coletiva – refere-se a tais imigrantes como “*maldita raça de carcamanos!*” quando os mesmo estão quietos em seu canto a festejar, entretanto, o local encontra-se sujo e bagunçado. (AZEVEDO, 2011: 200)

Percebemos também que boa parte deles era humilde, oriundos das classes mais baixas, sendo alvo das doenças que varreram o Rio de Janeiro no final do XIX e início do XX. O mesmo autor, em seu romance *Casa de Pensão*<sup>27</sup>, de 1884, faz referência a uma pequena menina italiana de cerca de 10 anos que chora pelas ruas pedindo esmolas.

Ainda sobre os pedidos de licença para andar ao ganho dos italianos, consultados no Arquivo da Cidade, podemos concluir que não apenas o número 81, mas também o número 71 pode ser uma estalagem ou cortiço, tendo em vista que dois italianos lá habitavam.

Também apresenta indícios de habitação coletiva a Rua dos Inválidos, 67, abrigando dois italianos e a do Rezende, 61, abrigando três deles, sendo uma habitação muito próxima a outra, ambas localizadas no distrito de Santo Antonio, ao lado do de Sant’Anna.

A presença majoritária desses imigrantes na região de Sant’Anna e da Gamboa ainda é evidenciada nos pedidos para andar ao ganho, exibidos na tabela 25. Mais uma vez, a Ladeira do Barroso mostra-se como local de moradia desses italianos, bem como a Rua da América, na Gamboa. Observemos que Angelo Troti e José Ceciliano residem

---

<sup>27</sup> Disponível em [www.dominopublico.com.br](http://www.dominopublico.com.br)

no mesmo local, deixando claro, novamente, a participação destes imigrantes em habitações coletivas. Da mesma forma, Salvador Majarano e Vicenzo Prestano compartilham o mesmo endereço, além de o nome do fiador de ambos os italianos ser típico português: Manoel Gomes de Castro Maurilhe, o que reforça a hipótese de exploração sofrida pelos italianos pelos lusitanos.

**Tabela 25. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1885**

Nome	Endereço	Fiador	Endereço Fiador
Salvador Majarano	Rua d'America, 166	Manoel Gomes de Castro Maurilhe, Taverna	Rua da Providência, 53
Vicenzo Prestano	Rua d'America, 166	Manoel Gomes de Castro Maurilhe, Tavera	Rua da Providência, 53
Felippe Pesitici	Rua do Alcântara, 51	Francisco da Costa Ribeiro, armazém	Rua Visconde de Itaúna, 59
Domingos J(?) Feleppe	Rua Alfonsso Relço(?)	Manoel Álvaro Azevedo	Rua Senhor dos Passos, 4B, Sacramento
Ângelo Troti	Ladeira do Barroso, 71, Sant'Anna	Joaquim Correa de Mello	Visconde de Itaúna, 275, Espírito Santo
José Ceciliano	Ladeira do Barroso, 71, Sant'Anna	Antonio José Teixeira de Carvalho, negociante	Rua Mattoso (?), 37, Engenho Velho

Já, na tabela 26, nota-se outro local escolhido para residir, o Morro do Pinto, localizado, hoje, no bairro do Santo Cristo. Tal morro foi uma das primeiras regiões da cidade do Rio que passou por processo de favelização, dada a sua localização geográfica tanto próxima ao centro, como à região portuária.

Infelizmente, nos pedidos de 1886, não estão disponíveis os nomes dos fiadores.

**Tabela 26. Pedidos de licença para andar ao ganho de italianos em 1886**

Nome	Endereço	Fiador	Endereço Fiador
Santo Carrocimo	Rua do Pinto, 08, Sant'Anna		
Vicente Amadut	Morro do Pinto, 18, Sant'Anna		
José Cocelo	Rua Visconde de Sapucahy, 06, Sant'Anna		
Viccenso Fertunacto	Morro do Pinto, 14, Sant'Anna		
Genaro Cappano	Morro do Pinto, 14, Sant'Anna		

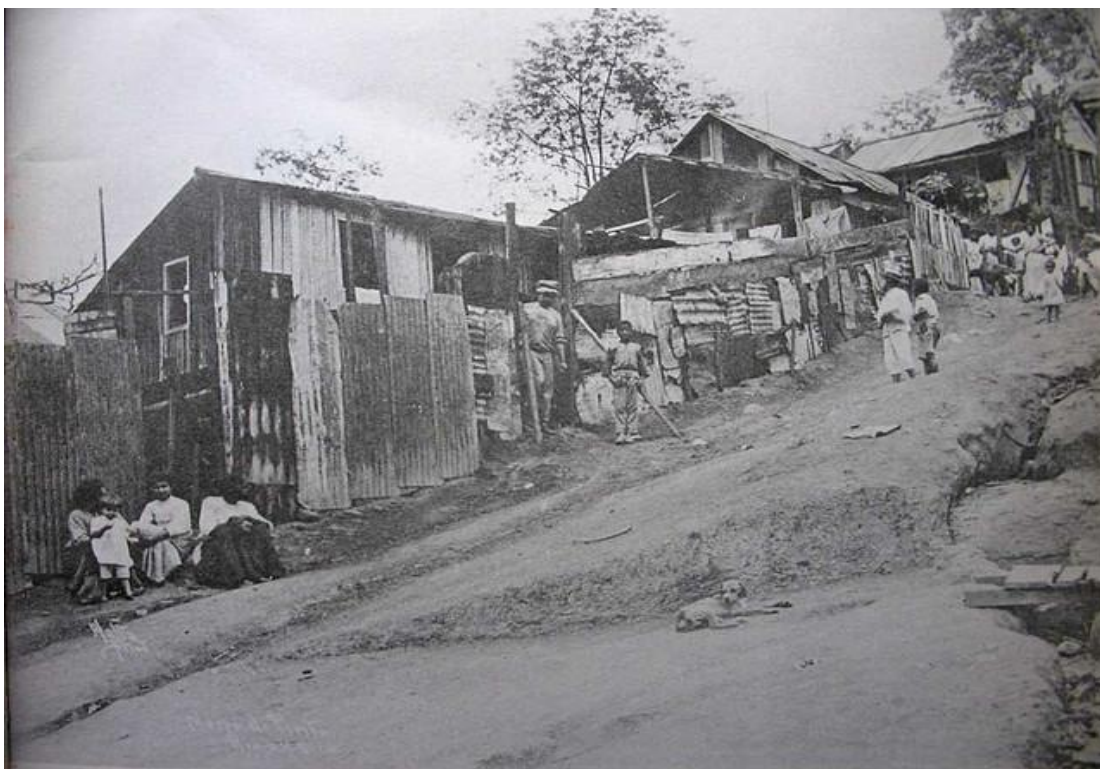
Há fortes suspeitas de que alguns dos ganhadores que não estão inseridos nas tabelas acima, por não ter a nacionalidade apresentada nos documentos, fossem italianos, seja pelo nome, ou pelo local onde habitava. São exemplos, em 1880, Paschal Dalia e Francisco Garofla, moradores no já destacado endereço da Ladeira do Barroso, 81 – o que elevaria o número de italianos para 13, nesse provável cortiço. Além disso, ambos apresentam o mesmo fiador: Leonardo Joaquim de Almeida.

Já, em 1885, encontramos nomes como Felipe Nacido, morador ao Morro do Pinto, 14, onde os italianos Viccenso Fertunacto e Genaro Cappano moravam, em 1886. Também Nunziato Veltri, morador à Rua do Alcântara, 52, que além do típico nome italiano, residia à mesma Rua Felipe Pesitici, italiano morador ao número 51. Ademais, Raphael Prestano, habitava a Rua da América (localizada proximamente ao Morro do Pinto), 166, juntamente aos italianos Vincenzo Prestano (notemos o sobrenome igual) e Salvador Majarano, além de contar com o mesmo fiador que estes dois. Lembremos também que, em 1879, de acordo com as tabelas exibidas, na mesma rua, números 144 e 16, habitavam os italianos Domingos Panó e Miguel Cassiano, respectivamente.

Por fim, em 1886, há duas suspeitas de italianos – sem a nacionalidade especificada – que são Raphael Rienha, residindo à Rua do Pinto, 08, mesmo endereço do italiano Santo Carrocimo; o outro, Batista Marturano, morador à Rua do Areal, 18, que requer licença para amolador. Além do nome, podemos relacionar que, na mesma rua, número 4B, em 1867, moravam quatro italianos também amoladores, o que nos leva a crer que os imigrantes de tal nacionalidade trabalhavam com tal função.

Todos estes indícios nos mostram que, certamente, havia uma vizinhança italiana em certas regiões centrais, em especial, nos arredores da zona portuária.

### Imagem 23. Morro do Pinto (1912)



Disponível em Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Seção Iconografia. Também disponível no Portal Augusto Malta. <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>

Uma demonstração de que parte dos locais onde moravam estes imigrantes era de condição precária e/ou insalubre é a ordem de demolir uma das estalagens em que residiam dois deles – Francisco Damingo(?), em 1879 e José Cocelo(?), em 1886 – localizada à rua Visconde de Sapucaí, 12, em Sant’Anna<sup>28</sup>.

A literatura como fonte, da qual já se valeu este trabalho, ao falar dos italianos ambulantes, oferece não apenas informações, mas registro de época sobre eles, seja sobre as profissões que exerciam, seja sobre elementos do cotidiano e sobre suas relações sociais.

No conto *Adélia*, de Lima Barreto (2010), datado de 1920, o autor refere-se a um italiano amolador italiano casado com uma portuguesa, evidenciando, outrossim, o casamento misto:

**Quando a portuguesa Gertrudes, que ‘vivia’ com o italiano Giuseppe, um amolador ambulante, apresentou Adélia, sua filha, à sublimada**

---

<sup>28</sup> Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códice: 41.4.5

competência do doutor Castrioto, do dispensário, a criança era só um olhar.  
(Pág. 199. Grifo meu)

Podemos encontrar, mais de uma vez, referências passageiras aos italianos em uma suntuosa obra do célebre escritor Machado de Assis – *Dom Casmurro* (2008) – datada de 1899. À página 96, a personagem Capitu penteia seu cabelo olhando-se por um espelhinho comprado de um mascate italiano – o qual o autor não disfarça ser artigo de baixa qualidade.

Fui devagar, mas ou o pé ou o espelho traiu-me. Este pode ser que não fosse; era um espelhinho de pataca (perdoai a barateza), **comprado a um mascate italiano**, moldura tosca, argolinha de latão, pendente da parede, entre as duas janelas. (...) (Pág. 96. Grifo meu)

Novamente em Machado de Assis, em texto de *A Semana*<sup>29</sup> publicado em 28 de outubro de 1894, ao expor sua opinião sobre os imigrantes chineses, o autor acaba fazendo referências aos italianos vendedores de peixe.

Não sou nenhuma alma ingrata que negue ao chim os seus poucos méritos; confesso-os, e chego a aplaudir alguns. O maior deles é o chá (...). O chá é o único parceiro digno do café. Temos tentado fazer com que o primeiro venha plantar o segundo, e ainda me lembra a primeira entrada de chins, vestidos de azul, que deram para vender pescado, com uma vara ao ombro e dois cestos pendentes, — **o mesmo aparelho dos atuais peixeiros italianos**. (...) (Pág. 209. Grifo meu)

Ainda com relação ao comércio ambulante, a distribuição de jornais é referenciada por alguns autores como setor fortemente dominado pelos italianos. Labanca (2010) cita a *Società di Beneficenza e Mutuo Soccorso degli Ausiliari della Stampa*, criada em 1906, pelo empresário Gaetano Segreto, com participação majoritária de italianos, quando já dominavam a distribuição de periódicos no Rio. Desta associação participaram figuras célebres como Vincenzo Perrotta – tendo sido distribuidor dos jornais *A manhã*, *A esquerda*, *A noite*, *o Globo*, dentre outros.

---

<sup>29</sup> Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)

Nesta temática, ao revermos o grande romance de Lima Barreto *Recordações do Escrivão Isaías Caminhas*<sup>30</sup>, datado de 1909, encontramos como o autor considera os italianos protagonistas no comércio ambulante de jornais:

Ao chegar à Rua do Ouvidor, a rua dos lentos passeios elegantes, havia uma agitação de mercado. Cestos de verduras, de peixes, de carnes, passavam à cabeça de mulheres e homens; os quitandeiros ambulantes corriam por ela acima; pequenas carroças de hotéis caros davam-se ao luxo de atravessá-la em toda a extensão; e pelas soleiras das portas imensas moles de jornais diários eram subdivididos pelos vendedores de todos os pontos da cidade. **As polêmicas malcriadas de uns contra os outros sobrepunham-se, abraçavam-se fraternalmente ao impulso do italiano indiferente: *Gazeta! País! Jornal do Comércio!*** (Pág. 41. Grifo meu)

Um belo dia, **o público da cidade ouviu os italianos gritarem: *O Globo! O Globo!*** (PP. 53-54. Grifo meu)

(...) Era tarde. **O pequeno italiano, na esquina, apregoava os jornais da tarde: *Notícia! Tribuna! Despacho!*** (Pág. 103. Grifo meu)

Quem não se esquece de mencionar os italianos ambulantes vendedores de jornais é João do Rio, no conto *A Galeria Superior*, de 1905, que retrata o estado de parte específica de uma casa de detenção. Sobre ela, João do Rio faz uma crítica feroz ao tipo de vigilância e reclusão que a polícia carioca realizava; amontoavam-se todos os tipos de criminosos em cubículos, além de, segundo o autor, não se saber ao certo, qual delito haviam cometido ou se o haviam, ao menos, cometido. Tudo em prol da segurança nacional, moderna e civilizadora que não tolera vadiagem alguma.

Encontro ao lado de respeitáveis assassinos, de gatunos conhecidos, na tropa lamentável dos recidivos, crianças ingênuas, rapazes do comércio, vendedores de jornais, uma enorme quantidade de seres que o desleixo das pretorias torna criminosos. Quase todos estão inclusos, ou no artigo 393 (crime de vadiagem), ou no 313 (ofensas física). Os primeiros não podem ficar presos mais de trinta dias, os segundos, sendo menores, mais de sete meses. Os processos, porém, não dão custas, as pretorias deixam dormir em paz a formação da culpa, enquanto na indolência dos cubículos, no contacto

---

<sup>30</sup> Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)



com o crime, rapazes, dias antes honestos, fazem o mais completo curso de delitos e infâmias de que há memória. Chega a revoltar a inconsistência com que a sociedade esmaga as criaturas desamparadas. Nessa enorme galeria, onde uma eterna luz lívida espalha um vago horror, vejo caixeiros portugueses com o lápis atrás da orelha, olhos cheios de angústia; **italianos vendedores de jornais, encolhidos**; *garçons* de *restaurant*; operários, entre as caras cínicas dos *pivettes* reincidentes e os porqueiros do vício que são os chefes dos cubículos. (...) (RIO, 1999: 330-331)

Este não é o único texto em que João do Rio critica a polícia e o sistema de carceragem no Rio de Janeiro. Em *O dia das visitas*, também de 1905, apresenta um retrato angustiante e desolador em frente à prisão, às onze horas da manhã de algum dia. Enquanto parentes e amigos, em sua maioria, mostram-se tristes e choramingando, aguardando para visitar aos miseráveis reclusos, os vendedores ambulantes gritam pela rua visando a vender suas mercadorias. Da mesma forma, por vez ou outra, passa uma carroça realizando algum enterro.

Nesse texto, conseguimos captar a essência da luta pela sobrevivência no Rio de Janeiro. Mesmo em porta de cadeia, os ambulantes não perdem a oportunidade de vender seus produtos. Segundo João do Rio, “(...) *dois turcos vendem imagens de santos, botões, canivetes e fósforos; um italiano que finge de cego, instala o realejo, e o filho começa a remoer os velhos trechos de ópera (...).*” (RIO, 1999: 337)

O trabalho ambulante no Rio de Janeiro está majestosamente retratado nas fotografias de Marc Ferrez. Segundo seu neto, Gilberto Ferrez, organizador do livro *O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez*<sup>31</sup>, seu avô

Carregava consigo, além da máquina, uma lona que, colocada atrás do fotografado, transformava a esquina, a rua, o beco, num grande estúdio ao ar livre. Assim, a luz, o clima, a sensação destes retratos traz o Rio da época, o burburinho de suas ruas, penetrando na fotografia sem a barreira das paredes de um estúdio. (FERREZ: 1984: 90)

Assim, Marc Ferrez fotografou todo tipo de vendedor ambulante, do mais elegante ao mais precário, na última década do século XIX.

Como sabemos, os negros predominavam o comércio ao ganho na cidade do Rio de Janeiro. Nos pedidos de licença para andar ao ganho encontrados no Arquivo da

---

<sup>31</sup> Disponível na seção de Iconografia da Biblioteca Nacional

Cidade, notamos que, quanto mais recuamos no tempo, mais pedidos de negros e para negros escravos encontramos. Com relação aos pedidos do ano de 1879, por exemplo, os negros ficam pouco atrás dos portugueses, contando com 153 e 177 pedidos, respectivamente, como evidencia a tabela a seguir.

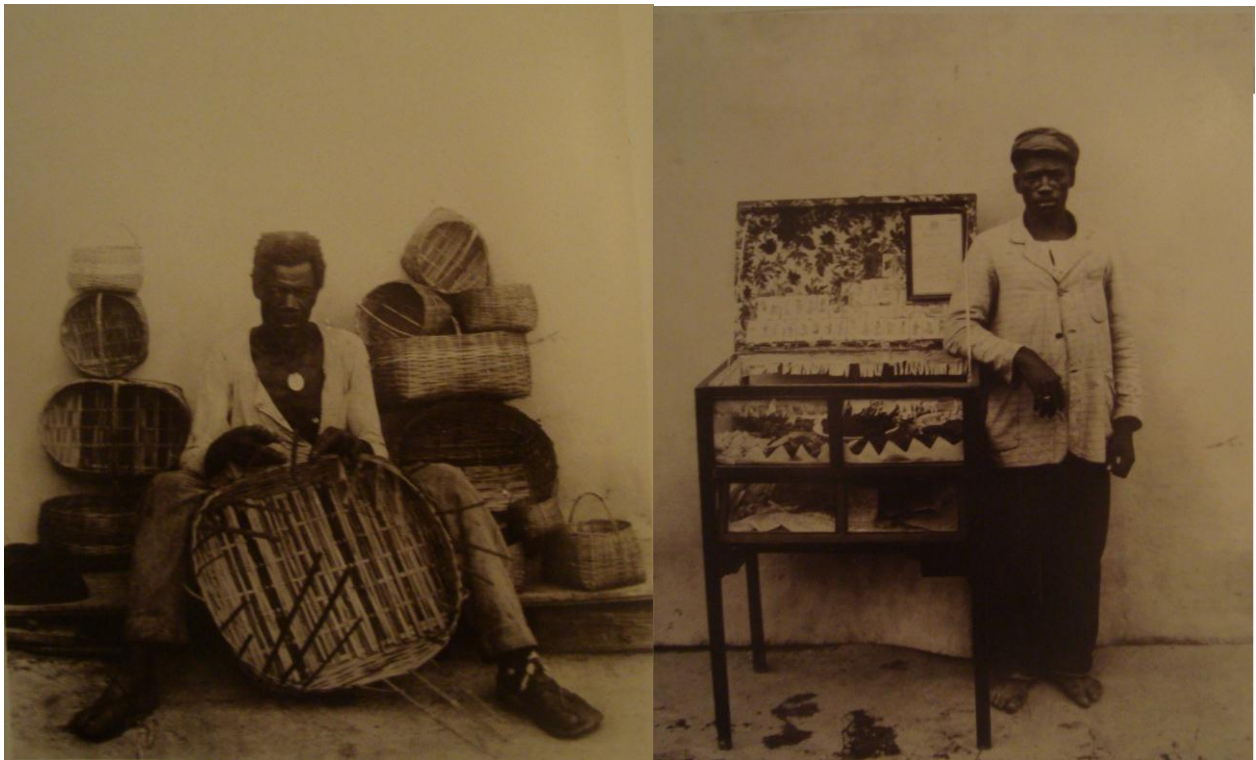
**Tabela 27. Classificação dos negros nos pedidos para andar ao ganho (1879)**

16 libertos	14 livres	01 cabinda
01 livre cabinda	01 liberto cabinda	04 escravos minas
17 libertos minas	06 livres minas	42 pretos minas
01 livre moçambicano	01 livre natural do RJ	02 pretos
08 africanos	03 africanos escravos	09 africanos livres
01 liberto congolês	03 congoleses	01 liberto Cassangê
01 de nação Moanjé	02 libertos de Benguella	04 de nação
01 escravo “de nação”	03 crioulos	02 crioulos livres
03 crioulos escravos	02 escravos brasileiros	03 escravos
01 liberto de Angola		

De todos os tipos de nação, os escravos e libertos andavam por toda a cidade e, quando da abolição, não pararam de exercer tal função. Assim, ao lado dos imigrantes e migrantes pobres continuaram a andar pelas ruas vendendo de tudo.

Nos exemplos de imagens de vendedores negros podemos observar várias coisas: em primeiro lugar, a condição degradante do trabalho e sua baixa posição social. O cesteiro encontra-se sentado ao chão, calçado com um tipo de sandálias, nitidamente, remendadas e de baixa qualidade, enquanto o doceiro está com os pés nus sobre a terra. O sapato era dos um dos itens relacionados à indumentária que tinha relação direta com melhor condição social, à época, portanto, fica nítida a pobreza em que viviam tais trabalhadores. Outro ponto curioso de se notar são as feições dos negros; exprimem tristeza, sofrimento e uma labuta sem fim.

## Imagens 24 e 25. Vendedores ambulantes negros. Cesteiro e de Doces

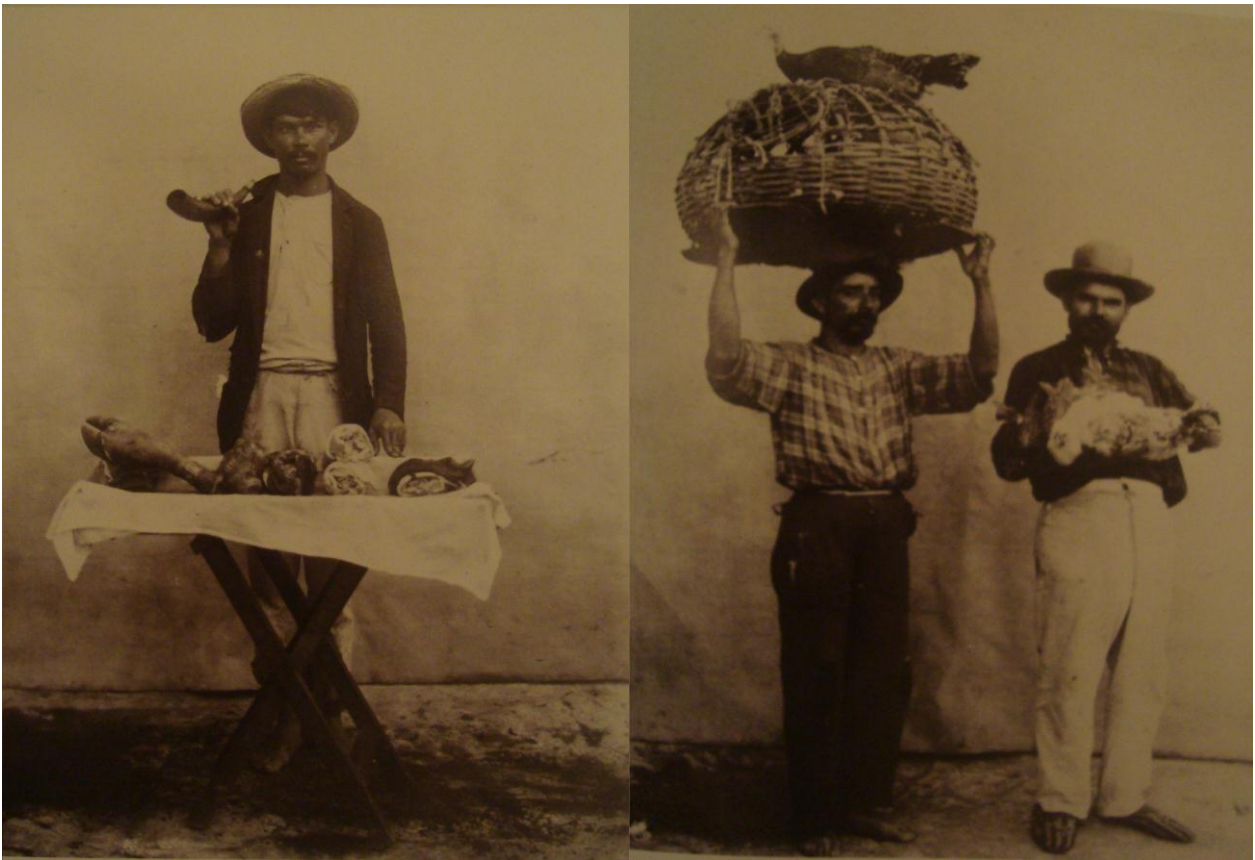


(FERREZ, 1984: 100 e 96)

As imagens a seguir nos mostram um pardo (vendedor de mocotó), ou descendentes de índios ou de negros, e dois indivíduos brancos vendendo aves. Como vimos, o comércio ambulante foi domínio dos negros, pardos e imigrantes pobres, então tais exemplos, devido à cor da pele, têm alguma chance de serem imigrantes.

Os dois dos três ambulantes retratados estão descalços e um apresenta-se calçando um par de sapatos de condição medíocre, aparentemente feitos de pano. Entretanto, podemos ver o esforço em ter uma aparência mais “limpa” e “correta”, como exigiam as leis dos Códigos de Postura.

## Imagens 26 e 27. Vendedores ambulantes de mocotó e de aves



(FERREZ: 1984, 93 e 105)

Os indivíduos retratados nas imagens 28 e 29 são vendedores ambulantes que apresentam grandes chances de serem estrangeiros. Primeiramente devido à cor da pele, afinal, são muito brancos. Os primeiros portam bigodes “à portuguesa”, aparentemente com brilhantina para deixarem-nos curvos e com o formato mais sólido e “arrumado”. O vendedor de cebolas além da pele clara, parece ter olhos claros. Ademais, nota-se a expressão forte e até altiva desses vendedores, em grande contraste com a dos vendedores negros.

Reparemos as roupas sujas, amarrotadas e, novamente, os pés descalços, o que indica que, apesar de brancos e provavelmente europeus, conviviam com a pobreza e com grandes limitações.

## Imagens 28 e 29. Vendedores ambulantes. Garrafeiros e ceboleiro



(FERREZ, 1984: 91 e 95)

Os personagens apresentados, a seguir, o funileiro e os jornaleiros, apresentam uma condição um pouco melhor que a dos demais já exemplificados, pois, além de todos estarem calçados – mesmo que de má qualidade –, portam a casaca por cima das camisas de cor clara e também os chapéus.

Porém, estão todos com as roupas sujas, praticamente desgastadas, além de parecerem de baixa qualidade. É claro que a sujeira pode ter relação com o tipo de trabalho exercido; além de andarem pelas ruas imundas da capital, a funilaria e os jornais são elementos que fazem com que os trabalhadores fiquem enodoados. Por outro lado, a sujeira pode ter relação com o próprio estilo de vida que os trabalhadores enfrentavam, ou seja, além de expor-se à imundície no trabalho, não usufruíam dos equipamentos de limpeza em suas residências.

É quase certo que os pequenos jornaleiros sejam italianos por diversos motivos. Além da cor da pele e dos cabelos, suas feições não se assemelham a dos negros e nem

a dos índios, por exemplo. Outrossim, já vimos que os italianos dominavam a venda de jornais pelas ruas – sendo exercida, majoritariamente por crianças, que labutavam tanto quanto os adultos e, quase sempre, ganhavam muito menos.

### **Imagens 30 e 31. Vendedores ambulantes. Funileiros e Jornaleiros**



(FERREZ, 1984: 101 e 102)

Os quatro exemplos de vendedores ambulantes a seguir têm muito em comum: estão todos razoavelmente trajados, limpos, calçados, ou seja, com a aparência “correta” para o trabalho. O único que talvez fuja um pouco à regra é o vendedor de pão doce, devido à barba relativamente grande. Muitos nobres optavam por deixar apenas o bigode, uma vez que aquela podia passar aparência de sujeira e desleixo.

Os sapatos calçados parecem ser de qualidade razoável, de material melhor do que o pano, por exemplo. Todos portam chapéu, menos o amolador, que opta por um tipo de boina. O mesmo fuma um cachimbo – o que não é tão elegante quanto um

charuto, mas nem tão pobre quanto um simples cigarro. Além disso, não aparentam estar sujos e nem com roupas de qualidade pífia.

Estes trabalhadores são todos brancos, logo, a possibilidade de serem imigrantes – portugueses, italianos, espanhóis, em especial – também é alta, confirmando a hipótese de que, juntos, imigrantes pobres e negros recém libertos disputavam o comércio ambulante pelas ruas ao fim do século XIX.

### **Imagens 32 e 33. Trabalhadores ambulantes. Vendedores de pão doce e de frutas**



(FERREZ, 1984: 92 e 95)

**Imagens 34 e 35. Trabalhadores ambulantes. Vendedor de vassouras e Amolador**



(FERREZ, 1984: 104 e 103)

Havia vendedores ambulantes que melhor se encaixavam na aparência exigida ao trabalho, de acordo com os Códigos de Posturas. Exemplos são o vendedor de tecidos e a vendedora de miudezas, nas imagens 16 e 17. Ambos estão quase perfeitos de acordo com as normas estabelecidas. Notemos o ambulante trajando roupas de cores claras, casaca e colete; enquanto isso, a moça carrega consigo um guarda chuva, além de estar rigorosamente vestida para uma mulher trabalhadora, com roupas longas, cobrindo todas as partes do corpo, blusa de babados e o cabelo preso, respeitando todas as leis sociais da “moral”.



**Imagens 36 e 37. Trabalhadores ambulantes. Vendedor de tecidos e Vendedora de miudezas**



(FERREZ, 1984: 97 e 99)

Do mais “desleixado” ao mais arrumado, finalizamos com o vendedor de bengalas e guarda-chuvas sobre que não o há o que discutir, pois a imagem fala por si só. O bengaleiro é verdadeiramente elegante. Rigorosamente trajado, calçado e limpo, com corrente de relógio provavelmente de ouro, a imagem do vendedor condiz com o produto que o mesmo vende: artigos de nobreza, ou seja, a bengala e o guarda-chuva. Afinal, quem compraria um desses objetos de um vendedor que estivesse coberto de farrapos?

**Imagem 38. Vendedor ambulante de guarda-chuvas e bengalas**



(FERREZ, 1984: 98)

A transformação tão almejada da imagem do proletário em burguês é perfeitamente descrita em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo quando o autor refere-se à mudança do proprietário do cortiço João Romão. Este português tem origens humildes e hábitos de trabalhador, mas, uma vez enriquecido e almejando a mão da filha de seu vizinho – um ilustre barão –, ele procura tratar a sua imagem, ou seja, assemelhar-se, ao máximo, a um burguês.

Fora uma besta!... pensou de si próprio, amargurado: Uma grande besta!... Pois não! Por que em tempo não tratara de habituar-se logo a certo modo de viver, como faziam tantos outros seus patrícios e colegas de profissão? Por

que, como eles, não aprendera a dançar? E não frequentar as sociedades carnavalescas? E não fora de vez em quando à Rua do Ouvidor e aos teatros e bailes, e corridas e a passeio?... Por que se não habituara com as roupas finas, e com o calçado justo, e com a bengala, e com o lenço, e com o charuto, e com o chapéu, e com a cerveja, e com tudo o que os outros usavam naturalmente, sem precisar de privilégio para isso? (...) 198  
(AZEVEDO, 2011: 198)

Desde que o vizinho surgiu com o baronato, o vendeiro transformava-se por dentro e por fora a causar pasmo. Mandou fazer boas roupas e aos domingos refestelava-se de casaco branco e de meias, assentado defronte da venda, a ler jornais. Depois deu para sair a passeio, vestido de casimira, calçado e de gravata. Deixou de tosquiar o cabelo à escovinha; pôs a barba abaixo, conservando apenas o bigode, que ele agora tratava com brilhantina todas as vezes que ia ao barbeiro. Já não era o mesmo lambuzão! E não parou por aí. Fez-se sócio de um clube de dança e, duas noites por semana, ia aprender a dançar; começou a usar relógio e cadeia de ouro (...).  
(AZEVEDO, 2011: 248)

Não apenas em comércio ambulante, mas em outros ramos de subemprego, os italianos marcaram presença. A pesquisa com documentos primários e com a literatura deixou bem evidente este aspecto.

A literatura, sobretudo, mostra como os indivíduos buscavam ganhar a vida de qualquer forma. Os italianos, tidos como supersticiosos, por Machado de Assis, aproveitavam-se dessa fama para exercerem atividades ligadas ao misticismo. É o caso do famoso conto do autor *A Cartomante* (1896), em *Várias Histórias*<sup>32</sup>. A referida mulher é uma italiana que atende à Rua da Velha Guarda (atual Rua 13 de Maio), num lugar cheio de escadas, escuro e sujo. Consultam-se com ela Rita e seu amante Camilo. A mulher mostra-se séria e segura, convencendo ambos de suas visões.

A cartomante fê-lo sentar diante da mesa, e sentou-se do lado oposto, com as costas para a janela, de maneira que a pouca luz de fora batia em cheio no rosto de Camilo. Abriu uma gaveta e tirou um baralho de cartas compridas e enxovalhadas. Enquanto as baralhava, rapidamente, olhava para ele, não de rosto, mas por baixo dos olhos. **Era uma mulher de quarenta anos, italiana, morena e magra, com grandes olhos sonsos e agudos.** (...)  
— Vá, disse ela; vá, *ragazzo innamorato*... (Pág. 06. Grifo meu)

---

<sup>32</sup> Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)

Nos processos de naturalização do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, foi possível mapear alguns trabalhadores italianos da Estação de Ferro Central do Brasil (antiga D. Pedro II), ao lado dos imigrantes portugueses, também majoritariamente lá empregados. Depois do Decreto 58A de 14 de Dezembro de 1889, buscaram a naturalização em massa, sobretudo após 1894 – data da inauguração da Central do Brasil. Provavelmente, a Estação exigia a nacionalidade brasileira para o contrato, afinal, um número considerável dos pedidos de naturalização encontrados é de trabalhadores nela empregados.

**Imagem 39. Estação Dom Pedro II da Estrada de Ferro Central do Brasil (1899)**



(Por Mac Ferrez. VASQUEZ, 2003:245)

Ainda sobre o universo operário e fabril, Lima Barreto, em seu texto *A tal história da aniagem* (1919), em *Vida Urbana*<sup>33</sup>, numa visão satírica à política dos primeiros anos da República, critica as taxações sobre a aniagem para embalar o café rumo à exportação e apresenta a exploração sofrida em tais fábricas têxteis por negros, portugueses e italianos, em uma clara alusão à igualdade de condições a que eram submetidos os negros e imigrantes despossuídos.

<sup>33</sup> Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)

A questão da aniagem é uma das burrices da república que eu odeio. Eles, os legisladores republicanos, criaram o protecionismo imbecilmente ou por desonestidade. Não sabiam com o que jogavam. Agora apelam para os interesses da nobreza rural (...) **que tem explorado os negros, os portugueses e italianos, para se enriquecerem.** (Pág. 78. Grifo meu)

Sobre o mundo laborioso, Machado de Assis, em *Esau e Jacó*<sup>34</sup> (1904: 92) fala, rapidamente, sobre um italiano engraxate: “*Atravessou a praça, passou a catedral do Carmo, e chegou ao Carcelar onde entregou as botas a um italiano para que lhas engraxasse. (...)*”. Outro exemplo deste tipo de trabalhador, citado por Machado, está no texto de 21 de Abril de 1894, publicado em *A Semana*<sup>35</sup>.

Há muitos anos apareceu aqui uma companhia de acrobatas japoneses. Eram artistas perfeitos, davam novidades, tinham idéias próprias. O efeito foi grande; representaram não sei se no Teatro S. Pedro, onde agora representam, fora de portas, **uns engraxadores italianos (...)**. (Pág. 251. Grifo meu)

O cronista João do Rio oferece dados muito interessantes de outras profissões que os italianos desempenharam e que, vias de regra, não se registram nos documentos oficiais. Em seu conto *As pequenas profissões*, apresenta o caso dos sapateiros remendões:

- Ah! os sabidos dedicam-se a pesquisar nos montes de cisco as botas e os sapatos velhos, e batem-se por duas botas iguais com fúria, porque em geral só se encontra uma desirmanada. **Esses infelizes têm preço fixo para o trabalho, uma tarifa geral combinada entre os compradores, os italianos remendões.** Um par de botas, por exemplo, custa quatrocentos réis, um sapato duzentos réis. As classes pobres preferem as botas aos sapatos. Uma bota só, porém, não se vende por mais de cem réis.

- Mas é bem pago!

- Bem pago? **Os italianos vendem as botas, depois de consertadas, por seis mil réis!** (...) (RIO, João do, 1999: 92-93. Grifos meus)

---

<sup>34</sup> Compilação dos textos semanais de Machado de Assis publicados em *A Gazeta de Notícias*. Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)

<sup>35</sup> Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)

Ainda no mesmo livro – *A alma encantadora das ruas* – o autor cita um italiano que manufaturava uma bota, numa espelunca escondida no Centro da cidade, onde predominavam os imigrantes chineses ligados ao tráfico de ópio.

O 72 é uma casa em ruína, estridentemente caiada, pendendo para o lado. Tem dois pavimentos. Subimos os degraus gastos do primeiro, uns degraus quase oblíquos, caminhamos por um corredor em que o soalho balança e range, vamos até uma espécie de caverna fedorenta, donde **um italiano fazedor de botas mastiga explicações entre duas crianças que parecem fetos saídos de frascos de álcool.** (...) (RIO, 1999: 173. Grifo meu)

Desse modo, podemos observar que existia, na cidade do Rio, uma considerável presença de italianos sapateiros quaisquer, mas também de qualificados. O ofício de sapateiro remendão exigia especialização, não era um subemprego, apesar de ser um trabalho mecânico. O produto final, o sapato, era tido como uma verdadeira obra a ser entregue.

Outro tipo de trabalhador que João do Rio nos apresenta no seu conto *Músicos Ambulantes*, é, nada mais, nada menos o de alguns italianos exercendo esta atividade, e ilustrando casos de sucesso, como o do imigrante José, que pode fazer muitas voltas na rota Brasil-Itália:

(...) O José, **italiano capenga**, que chegou ao Rio em 1875, alugou, para não trabalhar, um piano de manivela. Em seguida, o seu espírito inventivo foi até comprar um realejo com bonecos mecânicos, entre os quais havia um de mão estendida, que engolia as moedas e punha fora outra qualquer coisa. Esse boneco, a valsa dos “Sinos de Corneville”, o “Caballero de Gracia” e o “Bendegó” deram-lhe uma fortuna. E José resolveu jogar, à farta, jogar a sorte.

(...)

(...) Pois José tem ainda dinheiro para ir à Itália ver Nápoles e depois voltar. **Já lá foi mais de vinte vezes.**

(...) Há realejos que sustentam numerosas famílias, como do **Vicente, italiano falsamente cego**, que desconfia dos filhos, joga a bisca a milho nos botequins das ruas Formosa e do Areal e já adquiriu alguns prédios. (...)

(...)

Oh! Eu conheci nessas baiúcas rumorejantes, onde a população vive atraída pela música, até um *globe-trotter*! **Era um veneziano de vinte e três anos,**

**Rafael Ângelo, tenor.** Nos botequins em que os proprietários eram portugueses cantava o “rebola a bola”, nos estabelecimentos espanhóis, “O caballero di gracia me llaman”, e, lindo, conquistador, com olhares mortos para as mulheres, era uma delícia ouvi-lo, derreando os braços para os lados como cansado de abraçar, a cantar:

*Fra le donne tu sei la più bella*

*Fra le rose tu sei la più fina*

*E nel cielo brillante Stella*

*Nella terra sei nata Regina* \*.

A segunda vez que me viu entre os carregadores descalços, Rafael inaugurou o seu mais belo gesto e disse-me:

- Noto a V. Ex.<sup>a</sup>. que isto é apenas uma extravagância boêmia. (...) Estou no Rio de Janeiro há um mês. *Che bellezza.* (RIO, 1999: 182-186. Grifos meus)

Nestes exemplos, João do Rio coloca os músicos italianos como “fanfarrões”, metidos a malandros e ligados ao jogo. Porém demarca a possibilidade de enriquecer com a música.

Também Machado de Assis, em texto publicado em *A Semana* <sup>36</sup>, de 18 de outubro de 1896, aponta, não apenas, a presença dos músicos ambulantes italianos, exemplificando com um napolitano barítono, mas também a possibilidade de enriquecimento a que estes imigrantes poderiam alcançar, por meio deste tipo de arte.

A propósito de realejo napolitano, li que em **uma das levas de Gênova para cá veio como agricultor um barítono.** Ele, e um mestre de música; perguntando-se-lhes o que vinham fazer ao Brasil, parece que responderam ser este país grande e cá enriquecerem todos: ‘Por que não enriqueceremos nós?’ concluíram. Não há que censurar. A voz pode levar tão longe como a manivela. (...) **Nem só de café vive o homem, mas também da palavra de Verdi e de Carlos Gomes.** (Pág. 382. Grifos meus)

Não só jornais, mas os italianos também mexiam com os livros, vendendo-os a céu aberto. Exemplo deste tipo de ocupação é citado em *Os mercadores de livros e a leitura das ruas*, texto de João do Rio.

---

\* “Dentre as mulheres, tu és a mais bela; Dentre as rosas, tu és a mais fina E no céu brilhante estrela; Na terra nasceste rainha.” (Tradução do livro)

<sup>36</sup> Compilação dos textos semanais publicados por Machado em *A Gazeta de Notícias*. Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

Exatamente na esquina do teatro São Pedro, há dez anos, **Arcanjo, italiano, analfabeto, vende jornais e livros**. É gordo, desconfiado e pançudo. Ao parar outro dia ali, tive curiosidade de ver os volumes dessa biblioteca popular. Havia algumas patriotadas, a *Questão da bandeira*, o *Holocausto*, a *D. Carmen* de B. Lopes, a *Vida do mercador e de Antônio de Pádua*, o *Evangelho de um triste* e os *Desaforos líricos*. Estavam em exposição, cheios de pó, com as capas entornadas pelo sol. (RIO, 1999: 136. Grifo meu)

É, no mínimo, intrigante que um analfabeto conseguisse se sustentar – afinal, ali trabalhava há dez anos – vendendo mercadoria do mundo das letras. Mas, parece que tudo era possível no Rio de Janeiro.

Com relação às mulheres, a maioria vai ocupar-se no trabalho doméstico, o que apontam documentações, como os Censos, e dado fim da escravidão, trabalhadores deste tipo passam, cada vez mais, a ser procurados. Já no Código de Postura de 1928 (ver Anexo IV), podemos ver que o serviço doméstico já está perfeitamente regulamentado.

Porém, a prostituição pode ter sido um meio de sobrevivência que muitas mulheres italianas buscaram, uma vez que, como já apresentado, até 1906, havia notável desequilíbrio entre os sexos masculino e feminino, além da maioria dos homens ser jovem e solteira. Esta questão pode ser encontrada na literatura, uma vez que Lima Barreto (2010) aponta a existência de prostitutas italianas, ao lado das francesas, na cidade do Rio de Janeiro, em 1904, no conto *Um especialista*.

Gostava das mulheres de cor e as procurava com afincado e ardor de um amador de raridades. (...)

O coronel era justamente o contrário: só queria as estrangeiras; **as francesas e italianas**, bailarinas, cantoras ou simplesmente meretrizes eram o seu fraco (Pág. 90. Grifo meu)

Sabe-se que o “tráfico de brancas” foi uma atividade amplamente praticada durante os primeiros anos da República por ser extremamente lucrativa e pela desproporcional composição sexual da população, já aludida. As prostitutas estrangeiras eram preferidas, afinal, era símbolos de modernidade e sofisticação, dessa forma, o nobre distrito da Glória destacava-se como a nata da prostituição estrangeira, em especial, a de luxo. (MENEZES, 1996)



Outro ponto que é de conhecimento geral é que as prostitutas mais procuradas eram as francesas, entretanto, a maioria era considerada “de luxo”, ou seja, de acesso apenas às classes abastadas. Se as italianas são citadas ao lado das francesas, no referido conto de Lima Barreto, é possível que parte delas fosse de prostitutas que circulassem nas rodas de maior nível social.

É claro que as prostitutas italianas não se limitavam a atender ao público mais rico; também havia as pobres e exploradas, como exemplo citado pelo autor João do Rio:

Certo *caften*, morador nos subúrbios, chamado Alfredo, tem por sua conta um par de raparigas – a **Jovita italiana** e a parda Maria. A Jovita foi, a princípio, criada; fugiu com um rapaz, abandonou-o e caiu na exploração da mendicidade com o Sr. Alfredo. Maira é a história de Jovita, um pouco mais escurecida. (...) (RIO: 1999, 295-296)

Ainda com relação à prostituição, no início do século XX, começam a chegar as judias e polonesas que, em grande parte eram enganadas e vinham ao Rio com promessas de trabalho e, aqui aportando, viam-se obrigadas a se prostituir, a preços mais acessíveis à população que dispunha de menos capital. Juntamente a elas, a prostituição de brasileiras, mulatas, negras e migrantes nacionais corria por toda a cidade, tendo destaque o distrito de Sant’Anna.

Lená de Menezes (1996) dá grande valor a esta temática em seu livro, destinando um capítulo inteiro sobre os negócios do prazer, considerando o “tráfico de brancas” como um novo tráfico de escravos, em que as europeias vinham substituir as antigas negras escravas, anteriormente procuradas pelos homens para o programa.

*Cocottes* francesas no topo da pirâmide, polacas na base caracterizavam as polarizações da *Belle Époque* no espaço da prostituição. (...)

(...) As polacas, não necessariamente polonesas, passaram a refletir, nos gostos e nas mentes, a imagem da Europa atrasada, destinando-se aos homens de menores posses e exigências. (MENEZES, 1996: 158)

A autora aponta ainda, a participação ativa dos italianos como cáftens, muitas vezes explorando suas próprias esposas e destaca um registro policial para o ano de 1912 que menciona 94 casas e 299 mulheres envolvidas no comércio da prostituição, na

área que contornava o morro de Santa Tereza. Das prostitutas arroladas 160 eram estrangeiras, das quais, 30 eram italianas (MENEZES, 1996: 162).

Além disso, comenta que alguns italianos estavam ligados a grandes organizações internacionais, que através de Nápoles, exportavam mulheres aldeãs, em especial do Sul do país. Outra questão é que, nos quatro processos mencionados de italianos, os mesmos são moradores à Rua do Riachuelo, em Santo Antonio, à Rua Mem de Sá, em São José e à Rua General Pedra, em Sant'Anna, todos distritos centrais, que reunia, como já demonstrado, muitos imigrantes, particularmente, os italianos.

Nos censos, existem pistas que apontam para a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, que são elevados os números de mulheres que ocultam a profissão, sendo classificadas como “profissão desconhecida” ou profissão “mal especificada”.

O universo da prostituição é um vasto campo que foi pouco desbravado pela historiografia brasileira. Eram mulheres exploradas, reprimidas e responsabilizadas por uma série de problemas, como os surtos de doenças epidêmicas sexualmente transmissivas. Consideradas seres “sem moral”, que se “oferecem” e que levam as doenças terríveis para a casa de famílias “honestas”!

Muitos são os documentos que comprovam o discurso da “moralidade” e da repressão às prostitutas. Exemplo disso é o projeto proposto, em 1880, pelo então Ministro da Saúde, visando ao controle da sífilis <sup>37</sup> em que o autor propõe a defesa das “famílias honestas”, vítimas das prostitutas.

Projecto apresentado ao Exmo. Senr. Ministro da Justiça, sobre a salubridade publica desta Capital, pelo professor Ponciano de Oliveira.

(...)

Ligeira consideração sobre a prostituição

A rápida e intensa propagação da syphilis no Município Neutro levou o autor deste modesto pensamento a tratar de um assumpto que tem merecido a attenção d'espíritos elevados.

(...)

Desde 1845, isto é, a 35 annos que a prostituição espalha a syphilis em grande quantidade nesta cidade, tanto que nesse mesmo anno diria o notável finado Dr. Heredia de Sá em um de seus importantes escriptos: entre nós é licito á qualquer prostituta vender a syphilis a bom preço, leval-a ao interior

---

<sup>37</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códice: 46.2.88

das famílias honestas, colher uma infinidade de victimas inocentes sacrificadas por um momento de fraqueza.

(...) Ninguém desconhece que, em quazi todos os paizes civilisados existem leis rigorosas sobre as mulheres publicas.

Onde estão as razoes que determinão os preconceitos do Estado? Ignoramos!

Pôr uma lei sobre o facto não é legalisal-o.

(...)

Emblemático também é o officio expedido pelo Chefe da Polícia Dr. José Manuel Espíndola, em 1888, com intuito de proibir que as mesmas ficassem “à mostra” nas janelas de suas casas <sup>38</sup>.

Secretaria de Policia da Corte

Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1888

Illmos. Senhores:

Sendo notória a maneira immoral e offensiva do decoro publico por que se ostentão as meretrizes ás janellas e portas das casas em que residem nas principaes ruas da cidade e convivendo attenuas tanto quanto seja possível a impressão desagradável causada á população honesta, com o espectaculo que ellas offerecem, nomeadamente as que occupão casas térreas, cujo interior, em ostentosa exposição, é completamente [desonrado] pelas transeuntes, – julgo meu dever representar á Illustrissima Camara sobre a necessidade de uma postura pela qual fique prohibida ás prostitutas habitas em pavimentos térreos de casas situadas nas ruas centraes da Cidade transitadas por bondes.

Acreditando ser a medida lembrada de toda a utilidade em proveito da moral publica numa capital civilisada, rogo á Illustrissima Camara que digne tomal-a na devida consideração.

Dor. Guarda á Ill. Ca.

Illmos Senhores Presidente e Vereadores da Illustrissima Camara Municipaiil.

O chefe da Policia

Manuel José Espíndola

---

<sup>38</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códice: 48.4.61

O ofício do Chefe de Polícia Dr. João Brasil Silvado pedindo à Prefeitura para denegar as licenças para rótulas e cancelas, de 1900 <sup>39</sup>, iria reforçar a exposição prevista, anteriormente.

Secretaria de Policia do Districto Federal  
Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1900

Exmo. Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim, Prefeito do Districto Federal

No intuito de coibir o escândalo dado pelas prostitutas em certos pontos da cidade, tenho prohibido que aquellas que residem em casas de sobrado venham postar-se à porta da rua.

Para illudir essa medida muitas dellas tem mandado collocar rotulas e cancellas em seus corredores de entrada, dando-lhes feição de janellas.

Como, porem, segundo estou informando, não podem mandar collocar taes rotulas ou cancellas sem prévia licença dessa Prefeitura, rogo-vos que, attendendo a tão grandes interesses públicos, como são a decência e a moralidade, vos digneis denegar taes licenças sempre que vos fôrem requeridas, tendo a bondade de ouvir previamente esta chefia, quando em caso de duvida, pois é possível que os requerimentos vos sejam apresentados com falsos pretextos.

Saúde e fraternidade

O Chefe de Policia

João Brasil Silvado

Officio de accordo ao chefe de Policia

13-01-1900

A leitura do livro de Lená Medeiro de Menezes (1996) também nos revelou que os italianos não apresentaram um caráter por demasiado infrator na cidade do Rio de Janeiro, se comparado a São Paulo, uma vez que tal autora – com trabalho especializado nos processos de expulsão – não nos apresenta um número considerável de expatriados desta nacionalidade, sobretudo em comparação aos espanhóis e portugueses, figuras atuantes do movimento operário e político do Rio.

A autora, ao abordar a questão dos italianos infratores no Rio de Janeiro, apresenta-os classificados como cáftens – como acima já descrito –, ofensores à moral

---

<sup>39</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Escrita. Códice: 48.4.62

pública, formadores de guerrilha, vadios, furtadores. Além disso, afirma que 60% dos italianos expulsos entre 1907 e 1930 eram meridionais pobres (MENEZES, 1996: 87). É evidente que também há expatriados por motivos políticos, como a ligação ao anarquismo, porém, o número de portugueses e espanhóis expulsos pelo mesmo motivo excede, em muito, o dos italianos, no Rio.

Uma vez que a maioria dos italianos expulsos do Brasil era um grupo ligado ao anarquismo e, em menor quantidade, ao socialismo, no movimento operário de São Paulo (DULLES, 1973; MARAM, 1979; ROIO, 1990), a tabela a seguir apresenta indícios de que, no Rio de Janeiro, não foram os principais agitadores políticos. Chega-se a tal hipótese uma vez que o número de expatriados italianos não excede maciçamente o dos espanhóis e é ainda menor que o dos portugueses, num conjunto total.

**Tabela 28. Expulsão de estrangeiros entre 1907 e 1921**

Ano	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Outros	Total
1907	27	25	47	33	132
1908	01	06	10	07	24
1909	02	04	12	07	25
1910	03	02	01	04	10
1911	-	02	-	06	08
1912	18	08	04	14	44
1913	08	18	12	26	64
1914	03	08	06	09	26
1915	-	04	01	04	09
1916	01	02	-	06	09
1917	09	13	05	10	37
1918	-	-	-	03	03
1919	16	19	29	02	66
1920	16	08	42	09	75
1921	09	02	12	01	24

(MARAM, 1979: 43)

Pela literatura, conseguimos localizar até italianos que viviam no nível mais baixo e sujo do submundo – a mendicância. João do Rio cita o caso do mendigo Pietro Mazzoli, que, em suas palavras, era mendigo por opção. Não chega a dizer que tal é de origem italiana, mas fica claro pelo nome, pelo trajeto percorrido pelo mesmo e pela comparação à Fregoli<sup>40</sup>.

Foi Pietro Mazzoli, um mendigo cínico, que pára sempre no largo do Capim, quem me apontou o meio diverso da mendicidade das mulheres. Pietro é baixo, reforçado, corado. Puxa sempre a suíça potente, com o minúsculo chapeuzinho posto ao lado, sobre a juba enorme e cheia de lêndas. É mendigo por desfastio e comodidade. Soldado, fugiu do serviço militar como criado de bordo. Em Buenos Aires fez-se inculcador de casas suspeitas, porteiro do mesmo gênero, *caften*, barítono de café cantante, preso. No Rio, sendo-lhe habitual a prisão, já foi cego, torto das pernas, aleijado de carrinho, corcunda, maneta, atacado de mal de São Guido. É o Fregoli da miséria. Antes de se estabelecer como mendigo, andou pelo estado do Rio fazendo dançar um urso que era um companheiro de malandragens. Essa pilhéria do urso nada autentica valeu-lhe uma sova e três anos de prisão. Homem de tal jaez conhece todos os truques, a falsa miséria e a verdadeira, a exploração e a dor sentida. (...) (RIO, 1999: 290-291)

Sobre a mesma temática, o referido autor descreve pequenos mendigos italianos, a procura de comida, de dinheiro, de sobrevivência, no conto *Os que começam...* Desse modo, vemos que o Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era local onde as crianças ficavam a solta, quando não exploradas pelos próprios pais, mendigando qualquer pedaço de misericórdia a que as classes altas e médias estivessem dispostas a oferecer.

Armando, petiz de dez anos, diz-se italiano por causa das dúvidas. Pára no largo da Sé, e ingenuamente, conta que a família não faz comida há três anos. É ele que arranja tudo, fora os cobres. José Vizuvi, também italiano, é filho do conhecido mendigo Vizuvi. Sai da rua do Alcântara, onde mora, às cinco horas da manhã, à procura dos pães que os padeiros costumam deixar nas janelas e à porta de certas casas. Quando a janela é alta serve-se de um pau em forma de ferrão. O pai ensina-o a roubar. (RIO, 1999: 310-311)

---

<sup>40</sup> Leopoldo Fregoli (1867-1936), ilusionista e transformista italiano (nota do livro).

Em vias de conclusão, apresentamos que, apesar de não termos encontrado muito indícios na documentação primária, autores como Sidney Chalhoub (2008) afirmam ter havido, no Rio de Janeiro, uma grande solidariedade entre os estrangeiros, no caso, portugueses-português, italiano-italiano, espanhol-espanhol etc. Tal fato deve-se à questão de dificuldade de fazer a vida fora do local de origem e também à hostilidade que sofreram pelos nativos, uma vez que disputavam com eles o mercado de trabalho.

Podemos perceber algumas impressões da solidariedade de país nos censos que, como já apresentado, mostra que cada bairro aglutinava imigrantes de determinadas origens. Outra pista que tivemos de solidariedade foi nos pedidos de licença ao ganho: notemos que muitos financiadores destes imigrantes, tinham também nomes italianos.

Chalhoub (2008) cita um exemplo muito interessante de solidariedade de origem em um conflito de trabalho; nesta situação, um italiano defendeu o outro que fora molestado no trabalho, por outro empregado, negro, carioca, exaltando logo os ânimos de um terceiro, italiano, que acabou assassinado. O declarante diz:

[...] que seu verdadeiro nome é Euclides Pereria de Oliveira, mas é certo que na Limpeza Pública e Particular deu o nome de Manoel de Souza Segundo, e isso para ocupar esse lugar que ali exerce e que foi mandado dar pelo carroceiro da mesma limpeza, de nome Agostinho de tal; que ontem à noite procurado na Inspeção por Gaspar dos Santos Monteiro para receber do declarante a quantia de cinco mil-réis que lhe era devedor e não tendo essa quantia disse a Gaspar que voltasse hoje para a receber; que em seguida começou a brincar com um italiano varredor, brincadeira essa que consistia em querer o declarante tirar dele a vassoura à qual puxava; que nessa ocasião um outro italiano barbado disse a ele declarante “larga a vassoura” e ato contínuo deu-lhe um cascudo, pelo que o declarante por seu turno deu nesse italiano um cascudo também; que atracou-se com esse italiano barbado para brigar e nessa ocasião apareceu o italiano Bernardo Caputto com um cabo de vassoura na mão e quis dar no declarante uma cacetada; que então o declarante sacou da cinta uma pequena faca de açougue, investiu contra Caputto e vibrou-lhe uma facada no peito [...] (CHALHOUB, 2008: 92-93. Referência do autor: Arquivo Nacional. Euclides Pereria de Oliveira. nº 4.999, maço 880, galeria a., 1907)

O autor ainda apresenta mais casos de brigas entre italianos e brasileiros e portugueses (CHALHOUB, 2008: 102 e 123), em especial devido a disputa por

trabalho, clientela e local de trabalho, o que evidencia a situação de conflito constante a que os trabalhadores estavam submetidos.

Por fim, é importante comentar que existem autores que defendem a idéia de que o Carnaval brasileiro foi influência italiana (WEYRAUCH, 2007 e VANNI, 200). Tal informação é complicada de analisar, pois o Brasil tem a tradição do entrudo português e de festejos típicos africanos que, em uma rica mescla, transformaram o Carnaval brasileiro em algo singular que atrai atenção do mundo todo. O que faz tal festejo popular algo singular é, inclusive, o fato de ser uma mistura de culturas, um fenômeno histórico dotado de historicidade e das mais diversas experiências.

### 3.2. PELAS RUAS DE CIMA

Este item tem como objetivo chamar a atenção para um ponto delicado que seria demarcar a heterogeneidade do grupo de imigrantes aportados no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. É evidente que nem todos os italianos que para cá emigraram eram miseráveis ou pobres. Muitos vinham com boa bagagem cultural e mesmo certo capital para investir, refletindo a falta de oportunidade que havia na Itália para as camadas médias. Outros, inclusive, conseguiam juntar dinheiro nas Américas e enriquecer, mostrando as possibilidades de mobilidade social à época.

Além disso, autores como Schiavo Weyrauch (2009) e Vanni (2000) apontam a existência de diversos artistas – como a cantora Adelaide Ristori – e importantes profissionais liberais como joalheiros, médicos e donos de companhias de navegação de transporte de imigrantes já no final do século XIX.

Muitos destes italianos estavam ligados à Corte Imperial ou à aristocracia local, lembrando que a própria imperatriz Tereza Cristina – italiana de Nápoles – apoiava pessoalmente a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Socorro*, criada em 1854. (WEYRAUCH, 2009: 86)

A significativa presença de italianos na Glória, considerando a especificidade socioeconômica do bairro como zona privilegiada, é uma demonstração evidente do sucesso desse grupo de imigrantes. Esta presença apresentou-se crescente ao longo dos censos do IBGE de 1872 a 1920, mostrando pequena queda, em 1920, chegando a englobar 1.559 indivíduos, ou 9,98% do total de estrangeiros, em 1906.

A tabela abaixo nos mostra que esse distrito cresceu continuamente, desde os anos do Império até o fim da segunda década do século XX. Além disso, ressalta o



aumento expressivo de número de habitantes, sobretudo, de 1872 a 1906, que mais do que duplicou. Inicialmente marcada pela presença portuguesa e francesa, a Glória passa a atrair italianos e espanhóis, o que poderia representar um conjunto de imigrantes de melhor condição econômica ou, simplesmente, a ascensão social de um grupo de indivíduos.

**Tabela 29. A População da Glória de 1872 a 1920**

<b>Nacionalidades</b>	<b>1872</b>	<b>1906</b>	<b>1920</b>
<b>Brasileiros</b>	15.388	41.079	49.963
<b>Portugueses</b>	4.337	10.260	11.332
<b>Italianos</b>	58	1.559	1.486
<b>Espanhóis</b>	111	1.611	1.299
<b>Franceses</b>	305	571	1.047
<b>Total de estrangeiros</b> <sup>41</sup>	7.097	15.614	18.331
<b>Total de habitantes</b>	22.485	57.477	68.330

Ano após anos, a Glória destacou-se como local nobre, por estar mais longe da sujeira, da barulheira e da insalubridade das ruas apertadas e lotadas do Centro. Próxima ao mar, embelezada pelos arquitetos e engenheiros, contava com um clima agradável e bela paisagem. Com o tempo, toda a orla da zona sul foi valorizando-se e não tardou para que os preços no Flamengo, Botafogo, Copacabana e Ipanema aumentassem consideravelmente.

Bairros que, outrora, foram marcados por concentrações operárias e por trabalhadores pobres como a Lagoa e a Gávea, rapidamente foram “preparados” para serem habitados pelas camadas mais abastadas da população, logicamente, expulsando a “ralé” que continuou a subir morros e deslocar-se para os subúrbios.

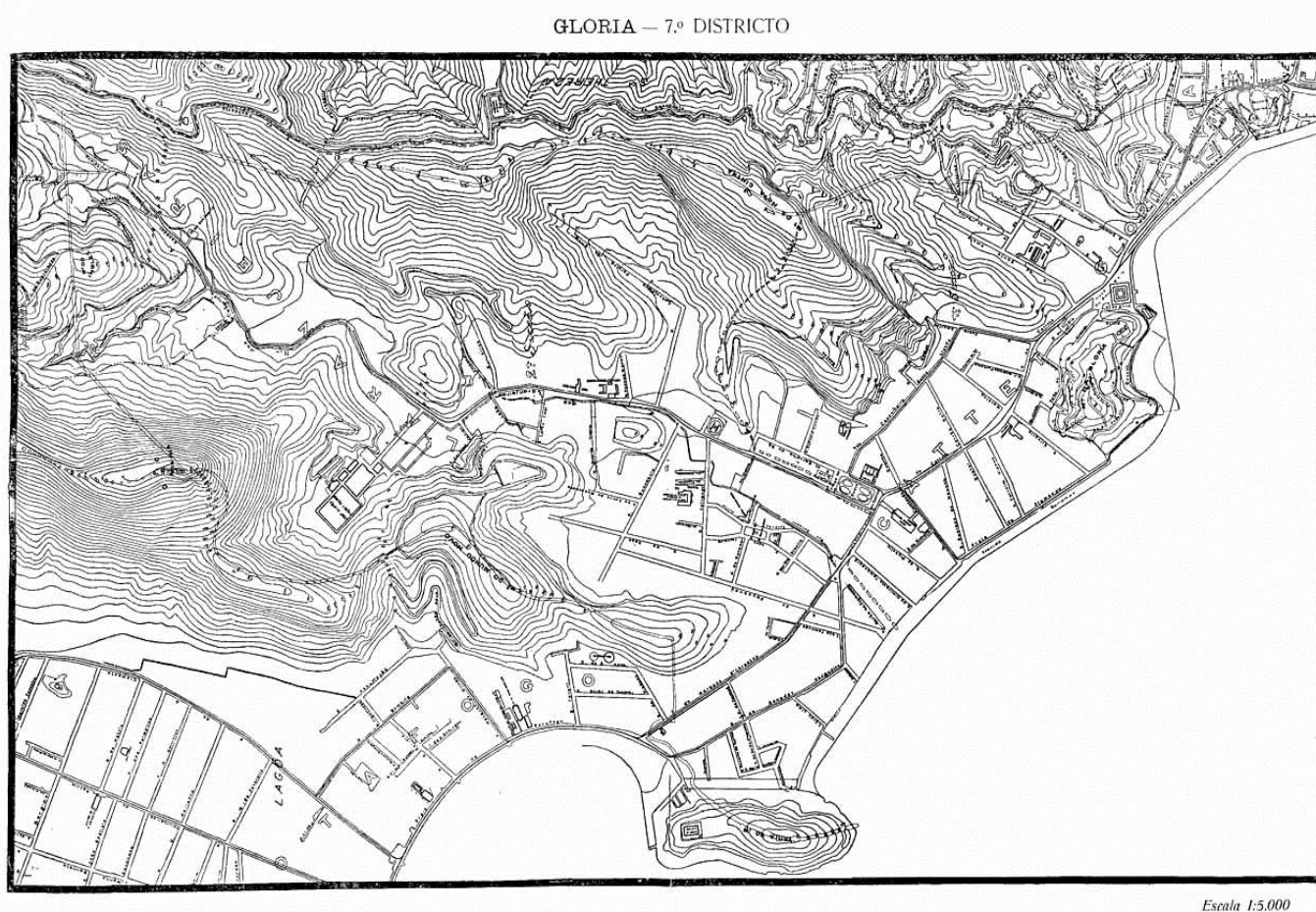
O mapa 16 apresenta os limites territoriais da Glória, em 1906. Ao leste, visualizamos uma parte da orla da região central correspondente à Lapa e à atual Glória. Ao sul, notamos o Morro da Viúva avançando às águas da Baía de Guanabara, enquanto, a norte, há uma vasta área desabitada – grande parte pertencente à Floresta da Tijuca – o

<sup>41</sup> Não estão inseridos os indivíduos de nacionalidade ignorada

que ocorre, também, a oeste, em que podemos observar, do mesmo modo, uma parte de Botafogo.

Em resumo, o distrito da Glória, em 1906, englobava pequena parte da Lapa, a atual região da Glória, do Catete, do Largo do Machado, das Laranjeiras, do Flamengo e uma reduzida região de Botafogo. Este último distrito era parte componente majoritária da área administrativa da Lagoa.

### Mapa 17. Glória em 1906



(Recenseamento de 1906)

Outro ponto de mobilidade dentro das classes médias seria o grande crescimento dos italianos, de 1906 a 1920, no distrito do Espírito Santo, região próxima à Tijuca que, à época, caracterizava-se como zona mais nobre do que a Cidade Nova e região Portuária. Como aponta João do Rio (1999), no conto *A Rua*, a Haddock Lobo seria um lugar que, apesar de não ter o *status* social da zona sul, as pessoas que ali habitavam

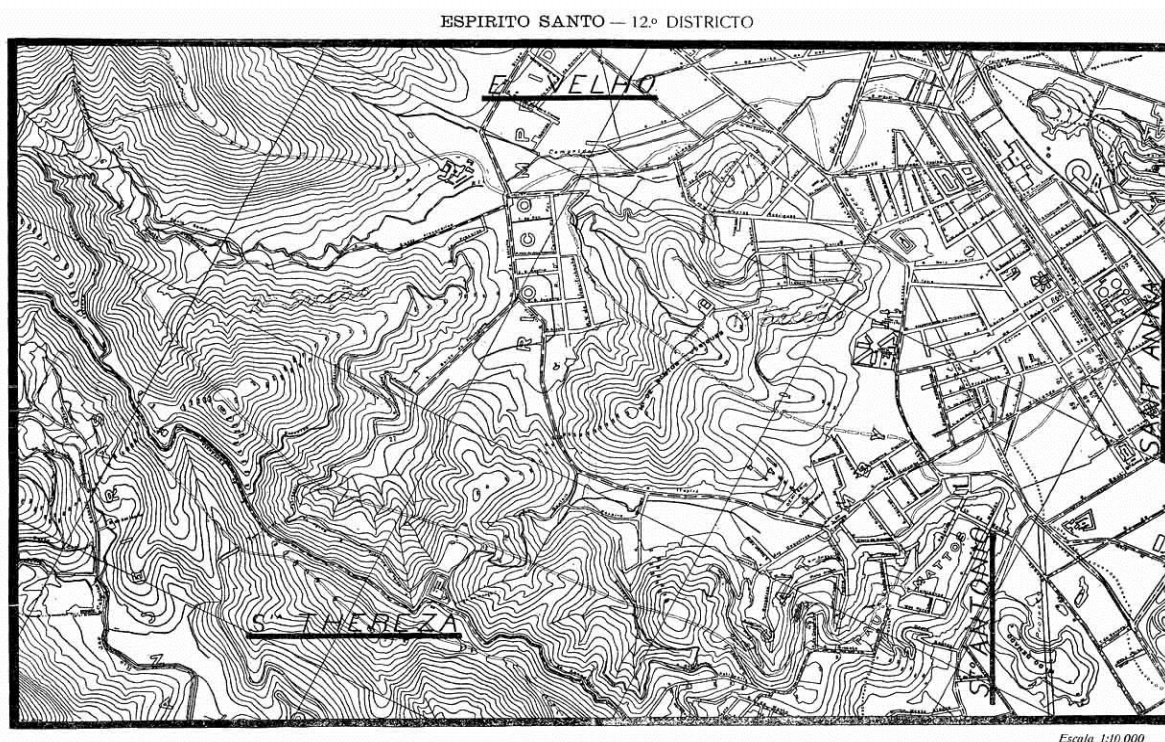
dispunham de capital considerável: em suas palavras: “(...) *A gente de Botafogo vai as ‘primeiras’ do Lírico, mesmo sem ter dinheiro. A gente de Haddock Lobo tem dinheiro mas raramente vai ao Lírico. Os moradores da Tijuca aplaudem Sarah Bernhardt como um prodígio. (...)*” (RIO, 1995: 67).

O Espírito Santo podia não ser o melhor bairro da cidade, mas certamente, entre morar na bagunça central ou próximo à Tijuca, a segunda opção era mais sedutora aos que tinham ambições e possibilidades de ascensão social.

O mapa da região do Espírito Santo, ilustrado abaixo, talvez seja o de mais difícil compreensão, pois evidencia o pouco adensamento urbano da época. Os bairros limítrofes, a leste, eram os de Sant’Anna e de Santo Antonio, enquanto, a norte, o do Engenho Velho, a sul o de Santa Tereza e, a oeste, a Glória. As zonas desabitadas ou ocupadas por floresta são representadas pelas linhas e ondulações, muito presentes no centro do mapa em questão.

De tal modo, a região do Espírito Santo corresponde, hoje, a bairros próximos ao Centro e à Tijuca, como Estácio, Rio Comprido e Catumbi.

### Mapa 18. Espírito Santo em 1906



(Recenseamento de 1906)

Desse modo, marcamos que, apesar da maioria dos italianos que para o Rio se destinaram serem sujeitos humildes, havia uma parcela substancial que era de classe média ou mesmo, de um grupo que prosperou, questões evidenciadas nos documentos e na literatura.

Machado de Assis, em 26 de Janeiro de 1896, texto publicado em *A Semana*<sup>42</sup>, fala sobre o polêmico médico italiano Abel Parente, famoso ginecologista de então. Parente defendia a esterelização feminina, o que chocou a sociedade brasileira, sobretudo a burguesa, uma vez que esta idéia era tida como algo praticamente imoral, tendo em vista a influência fortíssima da religião nos costumes e idéias. Assim, observamos que existiam peninsulares com mentalidades à frente do tempo, estudados e com profissões distinguidas – no caso, um médico.

Outro elemento que encontramos com frequência, nos recenseamentos, foram os religiosos estrangeiros, no Rio. Dentre os quais, uma parcela, certamente era italiana, tendo em vista o caráter religioso deste povo peninsular e também, com o apoio da literatura, fica evidente esta presença. Machado de Assis, em *A Casa Velha* (1885-1886)<sup>43</sup>, comenta sobre um frei italiano e, também, Lima Barreto, em *Rezas e Orações* (1919), de *Marginalia*<sup>44</sup>, discorre sobre os italianos religiosos:

É corrente, e não sei como explicá-la, a frase: “Você anda caipora; precisa ir aos ‘barbadinhos’ ou rezar nos ‘barbadinhos’.”

**Os “barbadinhos”, como toda a gente sabe, são os capuchinhos italianos, cujo convento é no morro do Castelo;** detentores, atualmente, da igreja mais antiga da cidade, onde está o túmulo de Estácio de Sá e no cunhal da qual existe o marco quinhentista da fundação da cidade, com as quinas do velho reino lusitano (Pág. 118. Grifo meu).

O Convento dos Capuchinos foi demolido junto ao Morro do Castelo e dele restaram apenas fotografias e memória oral.

Nos registros de casamento em São José – freguesia próxima ao local onde encontrava-se o Morro do Castelo – percebemos que várias celebrações matrimoniais são realizadas pelo Frei José Maria Castrogiovanni, considerado do Reverendo Superior dos Capuchinos, na primeira década de século XX.

---

<sup>42</sup> Compilação dos textos semanais de Machado de Assis publicados em *A Gazeta de Notícias*. Disponível em [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br) PP. 316-317

<sup>43</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

<sup>44</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

**Imagem 40. Convento dos Capuchinos, Morro do Castelo, 1921**



(Foto de Augusto Malta. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Referência: MTcp29 176.009)

**Imagem 41. Convento dos Capuchinos, Morro do Castelo, 1921**



(Foto de Augusto Malta. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Referência: MTcp30 176.010)

Vale comentar a influência que os italianos desempenharam em certos costumes como os ritos fúnebres. Machado de Assis, em 15 de Dezembro de 1895, em *A Semana*<sup>45</sup>, cita como exemplo, o ato da cremação, que, inclusive, causava ojeriza às pessoas, afinal, atear fogo ao corpo humano era visto quase como sacrilégio:

Temo errar, mas creio que Lopes Neto foi o primeiro brasileiro que se deixou queimar, por testamento, com todas as formalidades do estilo. As suas cinzas, no discurso dos oradores, foram verdadeiramente cinzas. Agora repousam no lugar indicado pelo testador, e **é mais um exemplo que dá a sociedade italiana da incineração aos homens que vão morrer.** (...) (P. 306. Grifo meu)

#### **Imagem 42. Portão da Antiga Fortaleza de São Sebastião do Morro do Castelo**



(Anônimo. ERMAKOFF, 2003: 163)

---

<sup>45</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

O reconhecimento público da colônia italiana e sua representação social podem ser mensurados pelo fato de, em 1882, aquele grupo ter promovido uma homenagem a Giuseppe Garibaldi, no Rio de Janeiro. O documento, a seguir, registra o empenho da comissão organizadora em convidar os membros da Câmara de Vereadores <sup>46</sup>.

1882

Homenagem a Giuseppe Garibaldi

(documento rasgado) Esecutivo della democrazia italianna per gli onori funebri a Giuseppe Garibaldi in Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1882

Illustrissimos Excelentíssimos Senhores:

A Commissão executiva da Democracia Italiana para louvar a memória de Giuseppe Garibaldi, tem a honra de convidar á V. Excelências para assistirem á sessão fúnebre que terá lugar na noite de 23 ás 08 horas, e no dia 24 ao meio dia no Salão do Congresso Gynastico Portuguez, á rua do Mancio(?), número 25.

Approveito a ocasião para reiterar os protestos de nossa alta estima e consideração.

Deus Guarde á V. Ex<sup>a</sup> Sr. Presidnete e Vereadores do Illma. Camara Municipal da Corte.

O Presidente

Giovani Luglio

O fato de ocorrer uma manifestação de louvor a Giuseppe Garibaldi é importantíssimo, afinal, ela só ocorreria se o número de italianos no solo carioca fosse expressivo. Caso contrário, não haveria sentido algum em fazê-la. Sendo o Rio de Janeiro a capital imperial – notemos que o Brasil não era republicano, ainda – este ato merece ainda mais destaque, tendo em vista a exaltação de um dos maiores símbolos europeus que defendeu, arduamente, um regime republicano e democrático.

---

<sup>46</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação escrita. Códice: 44.2.21

O poder de adaptação destes italianos é descrito por Machado de Assis, em texto publicado em *A Semana*<sup>47</sup>, de 18 de outubro de 1896, ao falar sobre a febre amarela e a capacidade do italiano de não se preocupar com a moléstia.

**Os italianos não crêm no mal.** Assim o dizem as estatísticas, em que eu, como acima confessei, piamente, acredito sem as freqüentar muito. Portugueses e alemães vem depois deles, muito abaixo, e ainda mais abaixo franceses, russos, belgas, ingleses e outros. Quem crê deveras na febre é o chim (...). (Pág. 382. Grifo meu).

Além disso, no mesmo texto, o autor chama a atenção para o interesse dos italianos enriquecidos em absorver a nacionalidade brasileira.

**Há aí na praça um napolitano grave, influente, girando com capitais grossos, velho como os italianos velhos** (...). Pois esse homem vi-o eu muita vez tocar realejo na rua, simples napolitano, recebendo no chapéu o que então se pagava, que era um reales vintém ou dois. Tinha eu sete para oito anos; façam a conta. Vão perguntar-lhe agora se quer ser outra coisa mais que brasileiro, se não da gema, ao menos da clara (Pág. 382. Grifo meu)

Outro ponto que merece ser apreciado é a ocorrência – mesmo que, possivelmente, fugaz – do engajamento político de determinados indivíduos italianos. O que nos traz pistas acerca desta questão é o texto *Coerência*, de Lima Barreto, em *Vida Urbana*<sup>48</sup>, em que o autor nos apresenta um diálogo realizado entre um senador e um grande jornalista português, cujo nome é Alcoforado:

Alcoforado abre o jornal e lê: “A república do Brasil, como em toda parte, falhou.”

“A burguesia capitalística industrial, comercial, jurídica e administrativa, como nos demais países do mundo se há mostrado incapaz de guiar o rebanho humano para a felicidade.”

- Ouviu, vossa Excelência?

- Ouvi! Quem assina isto?

- É um tal de Pantaleone.

---

<sup>47</sup> Compilação dos textos semanais publicados por Machado em *A Gazeta de Notícias*. Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

<sup>48</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)



- Quem é?

- É um italiano que foi sapateiro e, aqui, ganhou algumas luzes e vive da exploração dos operários, sob o pretexto de propagar as idéias avançadas.

(...) (Pág. 92)

Uma vez que esta rápida conversa é feita entre dois homens ricos, fica clara a idéia de deboche. O italiano em questão, não é necessariamente um industrial afortunado, mas sim, um indivíduo que, provavelmente, engajou-se nas causas anarquistas ou comunistas, já que a expressão “*ganhar luzes*” remete à ideia de estudo. De tal modo, a característica de explorador relaciona-se ao ato de difundir as “*ideias avançadas*” aos outros pobres operários.

Outro ponto a destacar sobre os italianos no Rio de Janeiro é que podiam ser, em sua maioria, indivíduos humildes, porém, a cultura italiana em geral era apreciada. Em plena *Belle Époque*, valorizavam-se os espetáculos, as óperas e os cantores italianos faziam muito mais sucesso que os brasileiros. Muitos italianos vieram como artistas, pintores, arquitetos e fizeram vida no Rio de Janeiro.

A Avenida Central, o Teatro Municipal, a Biblioteca, enfim, todo embelezamento da cidade foi inspirado nos moldes franceses, porém, projetada, em sua maioria, por arquitetos italianos e realizadas por muitas mãos dos operários e pedreiros peninsulares. A Avenida Central foi planejada pelo arquiteto Antonio Jannuzzi – natural da Calábria, da já mencionada cidade de Fuscaldo, província de Cosenza. Além disso, este arquiteto foi responsável pela construção do suntuoso Palacete Modesto Leal, à Rua das Laranjeiras, antiga residência do comerciante português de mesmo nome.

Jannuzzi consagrou-se como um dos mais nobres e importantes arquitetos do Rio de Janeiro, ganhando prestígio nacional. O obelisco que se encontra ao final da Avenida Rio Branco é doação sua à cidade do Rio de Janeiro.

Segundo o professor Vittorio Cappelli <sup>49</sup>, da Universidade da Calábria, a grande imigração de Fuscaldo para o Rio de Janeiro deveu-se a chamados de Jannuzzi por trabalhadores.

È facile immaginare che un personaggio di tal fatta sai diventato un potente polo d’attrazione, capace di richiamare da Fuscaldo in Brasile centinaia di compaesani, che hanno finito col contagiare anche i paesi vicini, dando vita a catene migratorie in partenza anche da Paola e da altri centri. Tant’è che

---

<sup>49</sup> Artigo apresentado em <http://www.ilquotidianoweb.it> em 05 de Fevereiro de 2012.

nel 1886 viene costituita a Rio la “Società Operaia Fuscaldese di Mutuo Soccorso”, cui si aggiungerà più tardi la “Società Telesio”, mentre Jannuzzi finisce col dirigere la “Società Italiana di Beneficienza”, fondata dall’imperatrice Teresa Cristina, e occupa alte cariche nella “Loggia Massonica Fratellanza Italiana”.<sup>50</sup>

Fixando residência em Santa Tereza, Jannuzzi é um dos principais italianos morador à região que, na Segunda Onda Migratória (pós-45) abrigaria inúmeros peninsulares.

Como apresetando pelo professor Cappelli, Antonio Jannuzzi foi um dos principais responsáveis da imigração em massa de Cosenza para o Rio de Janeiro. Sua cidade, Fuscaldo, era famosa por trabalhadores em pedra que, entusiasmados com o sucesso de seu conterrâneo vieram para o Brasil – a maior parte a chamado do arquiteto.

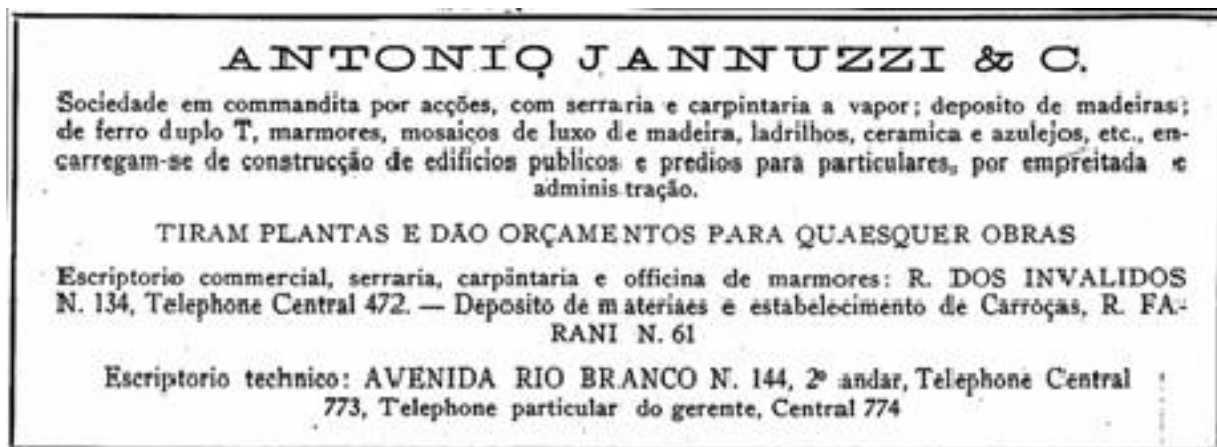
Não tardou, assim para que de diversas pequenas cidades, além de Fuscaldo, como Acquapesse, San Lucido, Rotagreca e Paola – maior centro da região – começassem a migrar inúmeras levas de italianos.

Nos registros matrimoniais da Igreja de São José – uma das mais perto de onde Jannuzzi habitava – observamos registros em massa de casamentos realizados por indivíduos naturais de Fuscaldo. Nada mais natural, pois é esperado que estivessem próximos ao seu mentor. Com relação a Sant’Anna, a maioria, como visto, é de Paola, outra comuna daquela região.

---

<sup>50</sup> É fácil imaginar que um personagem de tal porte, tornou-se um foco de atração, capaz de chamar de Fuscaldo, para o Brasil centenas de moradores, o que acabou por influenciar outros locais próximos à emigração, dando origem a uma onda migratória em cadeia a partir de Paola e outros centros. Tanto assim que em 1886 foi estabelecida, no Rio, a “Società Operaia Fuscaldese di Mutuo Soccorso” a qual vai ser adicionado mais tarde, a “Società Telesio” enquanto Jannuzzi acaba dirigindo a “Società Italiana di Beneficienza”, fundada pela Imperatriz Theresa Cristina, e ocupa alta posição na Loggia Massonica Fratellanza Italiana (Tradução minha).

### Imagem 43. Anúncio da empresa de Jannuzzi



(DIAS, NÓBREGA & BOUSQUET, 2007: 37)

### Imagem 44. Casa onde morou Antonio Jannuzzi, em Santa Tereza



Fotografia por Vittorio Cappelli

A seguir, ilustra-se a região de São José em registro cartográfico, datado de 1906, para melhor localizar o leitor.

Nota-se que tal distrito englobava uma área do centro, limitado ao norte, pela região da Candelária e do Sacramento e, a oeste, por Santo Antonio e Glória. Ao leste e ao Sul, percebemos as águas da baía.

Ponto que julgamos ser de grande importância é a evidência do Morro do Castelo. Através deste mapa, pode-se notar a sua dimensão e localização perfeita. Sobre o espectro deste grande acidente geográfico, hoje, localiza-se a região da Cinelândia e parte do Aterro do Flamengo. Ademais, tal distrito englobava uma pequena região da Lapa e o atual Aeroporto Santos Dummont.

**Mapa 19. São em José em 1906**



Disponível no Censo de 1906

Também no Theatro Municipal, encontramos as mãos italianas – as do pintor Eliseu d’Angelo Visconti, natural de Salerno, na Campânia, um dos maiores mestres da pintura à época da *Belle Époque*, que decorou o prédio com belos painéis. Não há quem entre no referido Teatro e não admire a beleza e sutileza de sua pintura. Também foram

de sua autoria a decoração da Biblioteca Nacional e da antiga Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro.

Apesar de ser apenas filho de italianos, também podemos citar Rodolfo Bernardelli, escultor responsável por diversas estátuas suntuosas, também no Theatro Municipal.

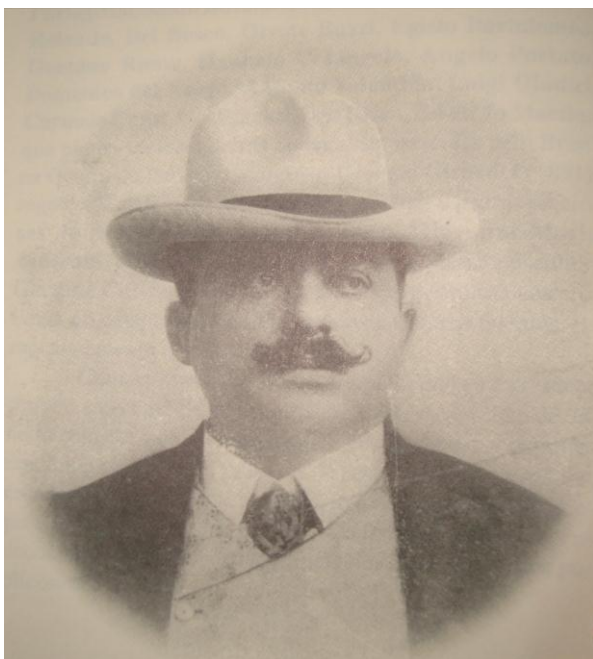
Julio Vanni (2000) cita outros importantes nomes italianos na vida carioca, nos anos nesta pesquisa estudados. Como mencionado anteriormente, a família Segreto foi responsáveis, não apenas por distribuição de grandes jornais, como também na participação no mundo artístico do Rio. Segundo Vanni:

(...) Com os irmãos Segreto, nasceu o cinema brasileiro que viveria um longo período de glórias juntamente com o teatro. Coube a Afonso Segreto exibir, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, a *Máquina Maravilhosa*, de Lumière. (...)

(...) Pasquale, o mais velho, chegara primeiro quando tinha 15 anos de idade. Trabalhou muito e, quando se sentiu em boas condições financeiras, promoveu a vinda de seus irmãos e de todos os seus familiares. Pasquale, Afonso e Gaetano foram, inicialmente vendedores de bilhetes de loteria e de jornais, ficando ricos e famosos. Gaetano separou-se dos negócios dos irmãos para dedicar-se ao jornalismo, chegando a dirigir *Il Diritto* e *Il Bersagliere*. Além de donos de muitos cinemas, Pasquale e Alfonso foram também produtores de filmes e donos de uma rede de teatro na capital e no interior. (VANNI, 2000: 77-78)

Afirmar que com os irmãos Segreto nasceu o cinema brasileiro parece um exagero, uma impressão mais apaixonada do que empírica, entretanto não podemos desclassificar a majestosa importância que estes irmãos trouxeram à cultura, no Rio de Janeiro.

### Imagem 45. Pasquale Segreto



(VANNI, 2000: 76)

No mundo da construção, também marcaram presença Giuseppe Fogliani, natural da Lombardia, que participou da reforma urbana no Rio de Janeiro, alargando avenidas e arborizando a região. Vanni (2000, 63) nos recorda também que, apesar da Avenida Rio Branco (então Avenida Central) ter sido obra de Antonio Jannuzzi, ela fora projeto do romano Raffaele Rebecchi. Além disso, frisa a importante participação destes patrícios na área da imprensa também.

O mesmo autor cita um conjunto expressivo de italianos que teriam se destacado na indústria, na imprensa e no mundo das artes. O número é particularmente grande, no que se refere aos construtores, o que pode ser explicado pelo papel relevante desempenhado pela indústria de construção, na última década do século XIX e nas primeiras do século XX. A quantidade de artistas mencionada também é apreciável e se justifica pela ampliação, na capital federal, da intensificação dos padrões urbanos e, sobretudo, pela vida noturna própria à *Belle Époque*. No conjunto, os nominados estão a merecer uma investigação que avalie sua relevância efetiva nas áreas de atuação.

**Tabela 30. Outros italianos de renome citados por Julio Vanni**

<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>IMPRESA</b>	<b>ARTISTAS</b>
Achille Canova	Antonio Grandis	Alessandro Ciccarelli
Adolfo Del Vecchio	Arilio Turchi	Angelo Portaro
Antonio Milanese	Carlo F. Vivaldi	Antonio Valentino
Battista Rossi	Carlo Fabbricatore	Augusto Giorgio Girardet
Brussatti	Carlo Parlagreco	Beniamino Parlagreco
Carlo Giannomi	G. Ambrossetti	Calisto Tagliabue
Carlo Rossi	G. Fogliani	Carmelo Conti
Evaristo Franchetti	G. Monti Druzeich	Danuzio Colangeo
Fabio Tancredi	G. P. Malan	Del Bosco
Felice Miraglia	Giovani Luglio	Domenico del Negro
Felinto Santoro	Giuseppe Magrini	Egisto Bartolomeo
Francesco Guariglia	J. Avalle	Edoardo Martino
Francesco Rossi	Leo Filippo Spandinari	Ettore Malaguiti
Frederico Cesar Burlameri	Luigi Miotto	G. Magrini
Giovanni Balbi	Mario Fogliatti	Gaetano Cottera
Giuseppe Lavagnino	Mario Gambarone	Gaetano Roma
Giuseppe Jannuzzi	Pietro Bernabucci	Giovanni Castagneto
Guerrino Socci	Vitaliano Rotellini	Giovanni Maria ALbernari
Luigi Dammola		Giovanni Rolando
Luigi Fossati		Luigi Giudice
Luigi Larghino		Luigi Giudici
Michelangelo Jannuzzi		Niccolò Facchinetti
Michele Bruno		Oreste Buzzi
Nicola Primavera		Santo Bucciarelli
Nicola Spirito		Silvio Picozi
Paolino Carlomagno		Ugo Rizzo

Pietro Caminada		Virgilio Cestare
Di Pietro Batelli		
Raffaele Capocchia		
Rodrigo D'Orsi		
Scutari		
Tommaso Bessi		
Vicenzo Alampi		

(VANNI: 2000: 63-79)

Por último, não podemos, de forma alguma, olvidar o grande ilustrador, cartunista e chargista Angelo Agostini, figura essencial na história do período estudado, nesta dissertação e já mencionado no segundo capítulo.

#### **Imagem 46. Angelo Agostini**



(pt.wikipedia.org/wiki/Angelo\_Agostini)

Assaz crítico do governo imperial e claramente a favor da abolição da escravatura, Agostini realizou inúmeros trabalhos, todos carregados de sátira, crítica e política.

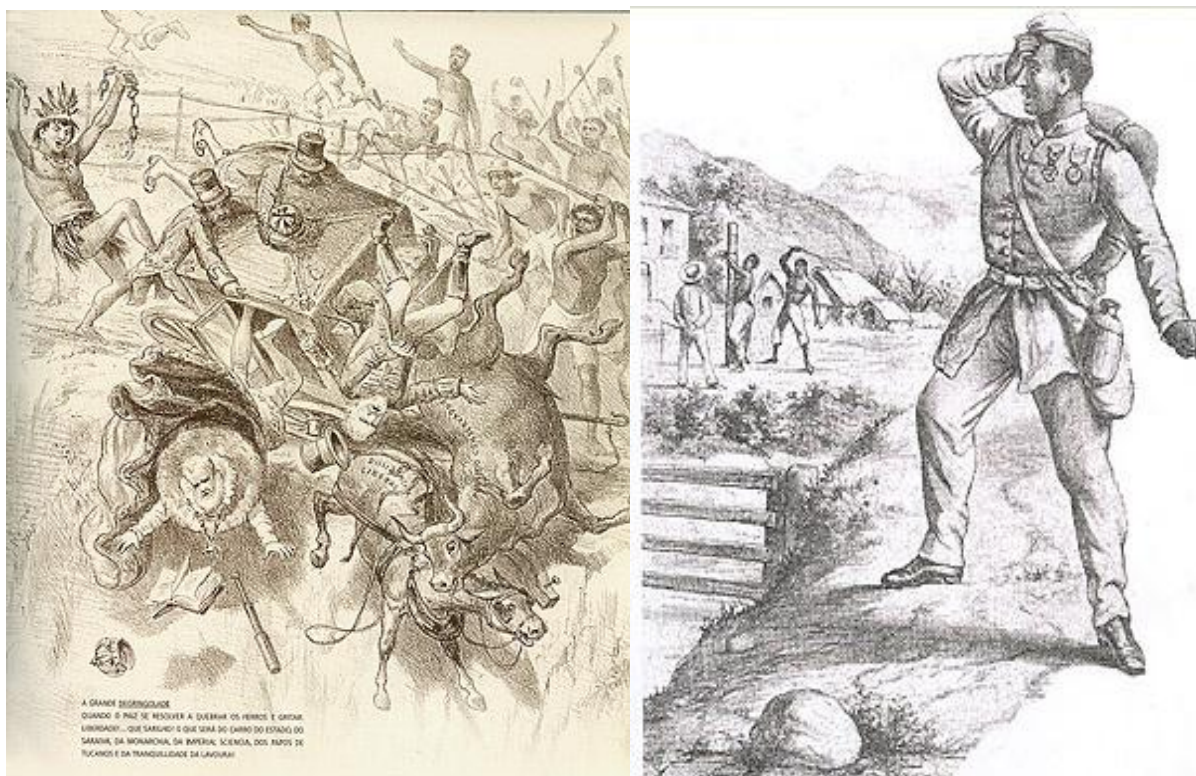


Fundador da *Revista Illustrada*, pode nela expor suas obras, contado com expressivo apoio da população brasileira.

Conhecido pelo forte apelo social e político de sua obra, Agostini retratou a insatisfação do povo brasileiro, representados pelos índios e negros, com o governo português, na ilustração nomeada *A Grande Degringolada*, exibida na Imagem 47. Juntos, eles derrubam um carro puxado por bois, pondo os abaixo os nobres engomados.

Além disso, é célebre seu desenho que apresenta o oficial do exército de origem escrava, recém regresso ao Brasil, condecorado da Guerra do Paraguai, orgulhoso de seu desempenho e de suas conquistas, deparando-se com sua mãe castigada no Pelourinho.

### Imagens 47 e 48. Ilustrações de Angelo Agostini



(Disponíveis em [itaucultura.org.br](http://itaucultura.org.br))

As imagens apresentadas ilustram um forte sentimento crítico em relação ao governo imperial da Corte Portuguesa que, além de segregar política e socialmente os brasileiros, utilizava-se do trabalho escravo, já abolido em quase todo o mundo, à época.

Os imigrantes também ocuparam a atenção do artista. Um dos seus mais majestosos desenhos é o retrato que traça sobre a emigração europeia confrontada com as febres tropicais, publicada na Revista Illustrada, em 1876. Ao lado esquerdo da imagem, podemos notar emigrantes que se destinam ao novo país, acenando aos que permanecem no local de origem, em sinal de despedida. O Brasil aparece retratado como uma grande floresta selvagem, representado por uma índia. Ao pé da imagem, registra-se a morte de um casal de colonos, deixando seus dois filhos órfãos; as crianças estão abraçadas e ajoelhadas sobre os túmulos, que exibem duas grandes cruzes.

#### **Imagem 49. Ilustração de Angelo Agostini**



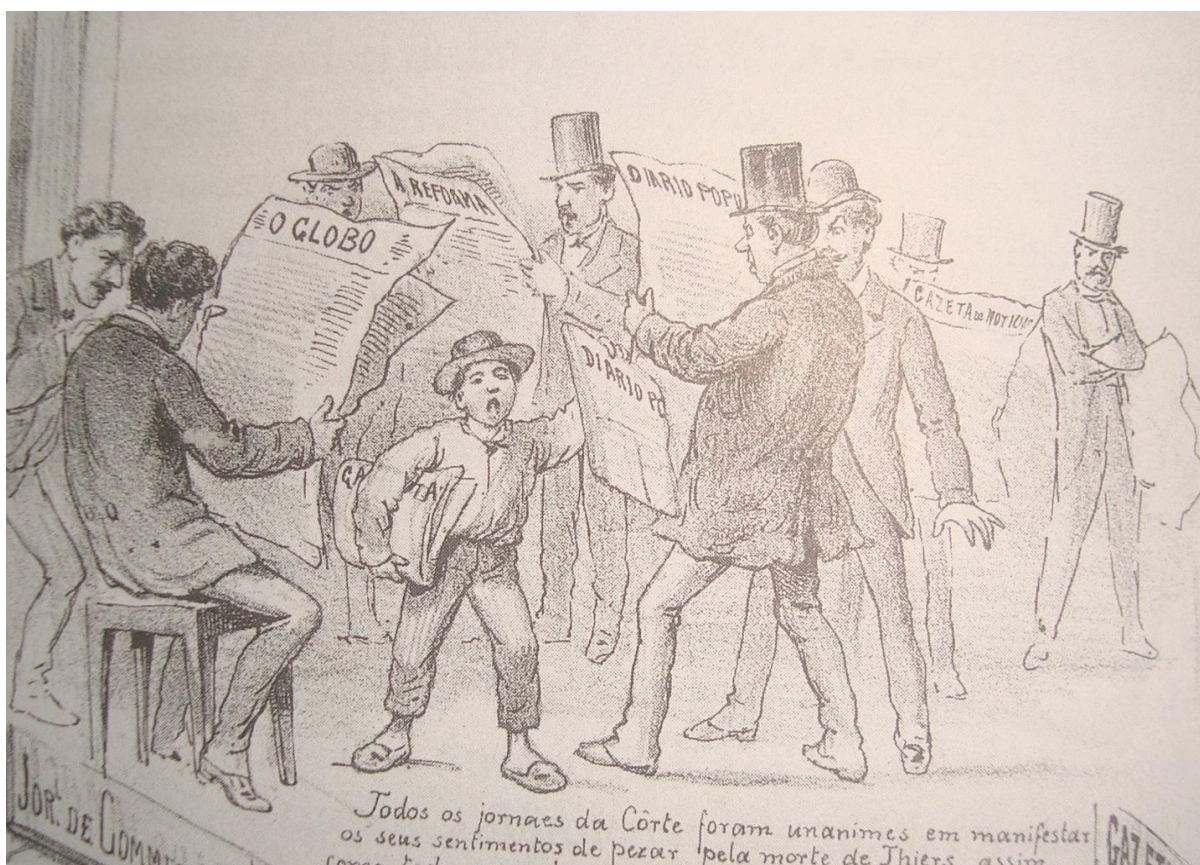
(ALENCASTRO, 2004: 297)

Além da ilustração já apresentada, outro desenho, do mesmo autor, mostra sua preocupação acerca da questão imigratória. O exemplo a seguir ilustra personagens da elite, todos de cartola e paletó, lendo os noticiários dos mais célebres jornais à época, tais como *Gazeta de Notícias*, *O Globo*, *A Reforma* e *Correio Popular*. Segundo Alencastro (2004: 330), os periódicos traziam reportagens sobre o grande contingente

de imigrantes europeus que rumavam aos Estados Unidos e, em contraste, comentavam-se as dificuldades que o Brasil ainda impunha para a entrada maciça de imigrantes.

Na mesma imagem, destaca-se a criança vendedora de jornais, aos gritos. Depois das pesquisas realizadas, é quase óbvio que o pequeno era um italiano ou descendente deles.

### Imagem 50. Imagem sobre os noticiários (Angelo Agostini)



(ALENCASTRO, 2004: 330)

Finalmente, é importante ressaltar que este trabalho buscou identificar e localizar os imigrantes que para cá se destinaram e centrou seu esforço de análise no homem comum, no trabalhador braçal. Muito pouco foi encontrado sobre os imigrantes afortunados e/ou que enriqueceram na cidade. Infelizmente, não há estudos apurados sobre eles, mas apenas o fato de termos conseguido localizar alguns nomes na bibliografia de apoio e na documentação consultada já é gratificante, pois assegura-nos que eles também estavam presentes na cidade, que o imigrante italiano não se resumia ao trabalhador superexplorado, não qualificado e miserável.

Assim, pudemos alcançar o objetivo almejado que foi o de comprovar a heterogeneidade deste povo peninsular, no então Distrito Federal, que não se explica apenas por sua origem, mas também por sua forma de inserção na sociedade de classes.

## **Conclusão. Um fim da Imigração?**

A primeira conclusão a que chegamos é que a história, para manter seu espaço no campo das ciências sociais, precisa ser continuamente renovada e dinamizada. A pesquisa em acervos não trabalhados, como imagens, literatura, canções populares etc., a reintrepretação dos documentos, o trabalho de campo e a produção bibliográfica não podem cessar para que entendamos cada vez melhor o espaço em que vivemos e a sua história. Afinal, o que dá vida ao passado são as questões do presente, formuladas pelos historiadores, que são homens e mulheres do seu tempo.

Primeiramente, é necessário, para qualquer pesquisador que busque melhor compreender a imigração italiana para o Brasil (ou para qualquer outro país), estudar criticamente a situação política e econômica em que vivia a Itália na referida época. Não existe atração sem expulsão e não apenas aquelas condições de vida, mas também a atuação do Estado Italiano, em certos períodos, foi decisiva para a emigração em massa.

Além disso, os fluxos migratórios têm que ser vistos na longa duração, pois esta é a abordagem que permite recuperar toda a complexidade socioeconômica e não apenas cultural que o fenômeno envolve. Neste contexto, inserem-se as questões de classe, opressão e expropriação, próprias ao sistema capitalista.

Buscando ser um Estado “moderno” à imagem do Inglês, do Francês e mesmo do Alemão, o Estado italiano expropriou milhares de camponeses, sufocou inúmeras revoltas populares, expulsou diversos de seu país, explorou maciçamente seu recém-formado proletariado e lançou-se na aventura imperialista. Entretanto, apesar dos esforços, não logrou êxito em ser considerado uma Grande Potência, como outros países europeus e, os efeitos do Imperialismo e das Guerras Mundiais foram terríveis para o povo italiano, sendo responsáveis, em parte pela imigração em massa.

Sobre a imigração para o Rio de Janeiro, tornou-se evidente que o imigrante italiano foi figura de destaque na vida desta cidade, Corte e depois Capital Federal, entre os anos de 1870 e 1920.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX corresponderam a um período de grandes transformações, neste espaço urbano, que através de reformas sucessivas, tentou adaptar-se às novas exigências do modelo de cidade capitalista, onde a modernidade e a beleza eram elementos promovidos e destacados, na prática e no discurso oficial. No entanto, tal realidade, ainda que tendo deslocado a miséria e a

pobreza das ruas centrais, hierarquizando socialmente o espaço urbano, não conseguiu elimina-las. Assim, a Corte e a Capital Federal, que se vestiam à *européia*, mantiveram, em muitos de seus redutos, as condições de vida precárias para as classes pobres.

A ausência de uma historiografia sobre este grupo, sua participação na vida carioca inibiu o reconhecimento dessa presença que tem sido negligenciada, apesar da inscrição difusa da *italianità* na malha urbana. Mesmo que tenham correspondido ao segundo maior grupo de estrangeiros, em números absolutos, no recorte estudado, pouco se conhece acerca deles.

Esses italianos, exercendo diversos tipos de profissão e de atividade que marcavam o cotidiano do centro do Rio, foram alvo do olhar crítico dos escritores mais notáveis do fim do século XIX e início do XX, como Machado de Assis, Lima Barreto, dentre outros. Estes autores destacaram, em sua obra, os italianos do conjunto dos imigrantes, ressaltando sua qualificação para certos ofícios, como os artistas, os artífices especializados, os sapateiros remendões ou aludindo à algazarra que causavam nas ruas através das atividades como ambulantes, engraxates e jornaleiros.

Os censos permitiram mapear a presença italiana nos diferentes distritos e apontar suas formas de concentração, além de indicarem a mobilidade social, registrando membros desse grupo em endereços mais nobres.

Assim, comprovou-se fartamente a localização dos italianos nos distritos de Sant'Anna, Santo Antonio e Gamboa, com uma concentração acentuada no primeiro. Tais informações revestem-se de grande sentido, uma vez que se constituem nos distritos centrais, coração da vida urbana, próximos ao porto e das oportunidades de trabalho. Da mesma forma, apontaram não apenas um movimento maior em direção à Grande Tijuca e à zona Sul, sobretudo no bairro da Glória, mas também rumo ao subúrbio.

Além disso, as mesmas fontes propiciaram informações sobre a composição sexual e etária da população, mostrando a marcante superioridade numérica dos homens jovens e solteiros, em relação às mulheres, até 1906; quadro que se alterou lentamente, até 1920.

No que diz respeito às atividades exercidas por tais imigrantes, os Censos também permitiram mapeá-las, indiretamente, uma vez que identifica os trabalhadores das diferentes atividades e ofícios nos diversos distritos. Tal informação permite estimar a participação dos imigrantes italianos nos trabalhos que apresentavam o maior

percentual de estrangeiros por distrito. Essa hipótese se corrobora através da relação desses dados com outras fontes, como foi o caso da literatura e das imagens de época.

Finalmente, os Censos propiciaram ricos elementos de análise através de suas ilustrações. Tal como mencionado, cremos serem tais imagens representações de poder, da classe hegemônica que controlava o Estado Brasileiro, quando de sua elaboração.

Não menos relevante, os registros paroquiais de matrimônios foram fontes de importância imensurável já que são os únicos documentos encontrados que informam a comuna de origem dos italianos. Considerando-se o caráter extensivo deste fundo, pois são milhares de documentos, e também os limites deste trabalho, procedeu-se a elaboração de uma amostra privilegiando, em especial, o distrito de Sant'Anna, em que se concentrava a maior parte da colônia italiana.

Tais fontes contribuíram para um estudo mais profundo acerca da origem destes imigrantes e sobre as condições da Itália, em fins do XIX e início do XX. Dos italianos identificados na amostra, verificou-se uma presença preponderantemente de emigrados da Província de Cosenza, região da Calábria, originários, sobretudo, das cidades de Fuscaldo e Paola. O fluxo migratório daí estimulado, atingiu inúmeras pequenas comunas do entorno, desenhando uma verdadeira cadeia emigratória. Situações similares ocorreram nas Províncias de Salerno, na Campânia e de Potenza, na Basilicata, ainda que em escala muito menor.

A proximidade regional e/ou local, na Itália, incentivava os laços de solidariedade na nova terra, que se materializavam nas vizinhanças de moradia, nas relações de trabalho e nas uniões das famílias, através dos matrimônios.

Nesta lógica, a pesquisa permitiu a localização de pequenas comunidades italianas nos bairros centrais, próximos aos locais de trabalho, além de perceber que muitos buscavam, não apenas a manutenção, mas o estreitamento dos laços sociais, através do casamento. Chega-se a tal conclusão, uma vez que se encontram registros matrimoniais entre primos e entre indivíduos nascidos na mesma comuna e batizados na mesma paróquia, na Itália, o que sugere que já se conheciam ao aportar no Rio de Janeiro. Porém, é claro que houve uma interação social com outros grupos, tendo em vista os casamentos mistos, seja com outros europeus ou com nacionais, como já exemplificados.

Admitiu-se, com a pesquisa, que a parte majoritária dos italianos, no Rio de Janeiro, era pobre e humilde, pois os documentos oficiais, iconográficos e literários, em sua maioria, os colocam no mundo do trabalho subalterno. Não é correto classificar,

porém, os artífices qualificados – como os pedreiros, marceneiros, sapateiros etc. – como miseráveis, afinal, tinham trabalhos especializados. Poderiam ser pobres, mas não se comparavam aos vendedores ambulantes ou operários, segmentos mais pobres da população, que são, inclusive, registrados ao lado do grupo mais marginalizado do Rio de Janeiro de 1870 a 1920: os negros.

As fontes que abordam o comércio ambulante permitiram que formulássemos a hipótese de que tal atividade, embora praticada por negros e imigrantes pobres, era controlada por indivíduos portugueses, mesmo que alguns de seus conterrâneos também estivessem sujeitos à exploração.

Quanto às fontes privadas, como os registros de família foram pouco acessíveis a este trabalho, mas é importantíssimo que se fortaleça a conscientização dos brasileiros acerca da relevância das histórias de família, com o fim de preservar os arquivos privados. Em um país multiétnico, como o Brasil, acervos desse tipo muito contribuiriam para preencher as lacunas sobre cotidiano dos imigrantes.

Finalmente, o estudo de caso dos imigrantes italianos no Rio de Janeiro, que não se esgotou nesta dissertação, revela-se promissor no sentido de marcar suas especificidades em relação a São Paulo, onde o grupo era hegemônico no conjunto dos imigrantes. Tal trabalho possibilita, não apenas, comparações das origens dos grupos que se dirigiram às duas regiões, mas também das formas como o grupo se organizou internamente e se articulou no seio da sociedade de acolhimento.

Pelos motivos acima discutidos é que a temática da imigração deve ser continuamente estudada, pois permanece como assunto atual em nossa sociedade. Pesquisá-la, estudá-la e debatê-la é essencial para que melhor compreendamos o mundo em que vivemos.



## ANEXO I

Código de Posturas

REF: 35 (815.41)''1838/1870''

(094.4)::352.075.31 R85

## EDITAES

De 31 de julho de 1866

Divide em dous districtos de juiz de paz a freguesia de Sant'Anna.

A Ill. Camara Municipal desta leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, faz saber: que, attendendo a reclamação feita pelo juiz de paz do 1º districto da freguesia de Sant'Anna, deliberou em sessão hoje que a mesma freguezia ficasse dividida em dous districtos de juiz de paz pela forma seguinte;

### 1º DISTRICTO

Comprehende o morro de S. Diogo, a tua que delle desce até á Praia Formosa, a rua do Bom Jardim até á rua América, Travessa do mesmo nome, a rua Velha de S. Diogo com as suas travessas, toda a rua Nova de S. Diogo, e toda a extensão da freguesia que está ao sul desta rua incluindo o campo d'Acclamação lado da Camara e lado do Senado.

### 2º DISTRICTO

Comprehende o morro d'Acclamação ao lado do quartel, a rua Larga de S. Joaquim lado norte, e toda a extensão da freguezia do norte da linha que partindo da Praia Formosa segue pela rua de S. Diogo, campo d'Acclamação lado do quartel, e rua Larga de S. Joaquim até a Imperatriz, excepto a parte que no paragrapho precedente está explicitamente declarado como pertencente ao 1º districto.

E para que chegue a notícia a todos, se mandou publicar o presente Edital. – Paco da Ill. Camara Municipal do Rio de Janeiro, 31 de julho de 1866. – Dr. *Adolpho Bezerra de Menezes*, presidente interino. – Dr. *Francisco de Menezes Dias da Cruz*. – *Manoel de Frias Vasconcellos*. – *João Tavares Guerra*. – *João Antonio Leite Junior*. – *Bento Barrozo Pereira*. – *Feliciano Guilherme Pires*, secretário interino.

## ANEXO II

Código de Posturas 1904/1906

REF: 35(815.41)''1904/6

(094.4)::352.075.31

A485. V. 2 Ex.3

## LEGISLAÇÃO GERAL

### PARTE I

### SEÇÃO IX

Divisão territorial do Districto Federal

(Decreto com força de lei, n. 434 de 16 de Junho de 1903, decreto n. 469 de 01 de Fevereiro de 1904 e decreto n. 470 de 09 de Fevereiro de 1904).

Art. 14. O territorio do Districto Federal fica dividido em vinte e cinco (25) districtos numerados, denominados e constituídos da seguinte fórma:

*Primeiro – Candelária* – Constituído pelo actual districto desta denominação, incluindo todos os prédios da Praça Quinze de Novembro, da rua Sete de Setembro, entre aquella praça e a rua dos Ourives, desta rua entre a rua Sete de Setembro e a rua Theophilo Ottoni, e desta rua entre a rua dos Ourives e a rua Primeiro de Março; e excluindo os predios da rua Visconde de Inhaúma e os da rua da Candelaria, além da rua Theophilo Ottoni, que lhe pertenciam.

*Segundo – Santa Rita* – Constituído pelo actual districto desta denominação, incluindo todos os prédios da rua Camerino, da rua Visconde de Inhaúma e da rua da Candelária além da rua Theophilo Ottoni, e excluindo os prédios da rua Theophilo Ottoni e da rua Uruguayana entre a rua Theophilo Ottoni e a rua Marechal Floriano Peixoto e os desta ultima que lhe pertenciam.

*Terceiro – Sacramento* – Constituído pelo actual districto desta denominação, incluindo todos os prédios da rua Theophilo Ottoni entre a rua dos Ourives e aruá da Uruguaiana, os desta ultima rua entre a rua Theophilo Ottoni e a rua Marechal Floriano Peixoto e os desta ultima rua; e excluindo os prédios da rua dos Ourives, entre a rua de S. José e a rua Theophilo Ottoni, os da rua S. José, entre a rua dos Ourives e o largo da Carioca, os deste largo e os da rua do Lavradio entre a rua Visconde do Rio Branco e a rua do Senado que lhe pertenciam.

*Quarto – São José* – Constituído pelos actuaes 1º e 2º districtos dessa denominação, incluindo todos os prédios da rua de S. José, dos largos da Carioca e da Pala e da rua Theotônio Regadas; e excluindo os prédios da praça Quinze de Novembro, da rua Sete de Setembro que lhe pertenciam, toda a ladeira de Santa Thereza e a zona compreendida nos limites do novo districto de Santa Thereza.

*Quinto – Santo Antonio* – Constituído pelo actual distrito desta denominação, incluindo todos os prédios da rua Frei Caneca, entre a praça da Republica e a rua Visconde de Sapucahy, os da rua do Lavradio, entre a rua Visconde do Rio Branco e a rua do Senado e a ladeira de Santa Thereza; e excluindo os prédios da praça da Republica que lhe pertenciam e a zona compreendida nos limites do novo districto de Santa Thereza.

*Sexto – Santa Thereza* – Constituído pela parte mais elevada dos actuaes districtos da Gloria, 2º de São José, Santo Antonio e Espirito Santo, compreendida nos limites assim estabelecidos: Do Pico de D. Martha, no actual limite entre os districtos da Gloria e da Lagôa, por uma recta até á parte superior do reservatório do morro do Inglez; deste ponto por uma recta que passando no canto da ladeira do Peixoto, entre os actuaes números 91 e 104, se prolongue até alcançar a altitude de 120 metros; deste ponto por uma recta até á entrada do tunnel na rua Alice; deste ponto por uma linha nordeste até encontrar o divisor das águas; actual limite da Gloria e S. José; deste ponto pelo mesmo divisor até ao alto de Nova Cintra; desse ponto por uma linha que, deixando abaixo os últimos prédios da rua de Santo Amaro, vá ter ao ponto da rua de Santa Christina, onde começa a travesso do mesmo nome; deste ponto por uma linha que, deixando abaixo todos os prédios da rua Benjamin Constant, os da rua Senador Candido Mendes até o actual numero 69 inclusive e todos os da rua Chefe de Divisão Salgado vá ter o ponto onde começa a rua do Curvello; deste ponto por uma linha que, deixando abaixo todos os prédios da ladeira de Santa Thereza e rua Francisco Muratori, vá ter á linha da Ferro Carril Carioca na altitude de 85 metros; deste ponto por uma recta até o extremo da rua Silva Manuel, onde começa a ladeira; deste ponto por uma recta até á rua do Monte Alegre na altitude de 65 metros; deste ponto por um recta até ao ponto de encontro das ruas Costa Bastos e Progresso; deste ponto por uma linha que, deixando acima todos os prédios da rua do Progresso, largo das Neves e a rua da Concórdia, vá ter á rua Miguel de Paiva na altitude de 70 metros; deste ponto por uma linha que, deixando acima todos os prédios da rua do Oriente, vá cortar a rua Ermelinda no ângulo baixo dos actuaes números 17 e 22; deste ponto por uma recta ao alto do

morro situado entre as ruas do Cruzeiro e Ermelinda na altitude de 127 metros; deste ponto por uma recta até a rua Barão de Petrópolis na altitude de 70 metros; deste ponto por uma recta até o alto do morro que fica ao norte do Hotel Internacional na altitude de 276 metros; deste ponto por uma linha que, deixando abaixo todos os prédios das ruas de Santa Alexandrina e Paula Ramos, vá encontrar o divisor das águas, actual limite dos districtos do Espirito Santo e Engenho Velho, na altitude de 283 metros; deste ponto pelos acutaes limites entre os districtos do Espirito Santo e Gloria e os do Engenho Velho, Gávea e Lagôa até ao Pico de D. Martha.

*Septimo – Gloria* – Constituído pelo actual districto desta denominação, excluindo os prédios do largo da Lapa e da rua Theotonio Regadas que lhe pertenciam e a zona compreendida nos limites do novo districto de Santa Thereza.

*Oitavo – Lagôa* – Constituído pelo actual districto desta denominação.

*Nono – Gávea* – Constituído pelo actual districto desta denominação, excluindo a zona compreendida nos limites do novo districto da Tijuca.

*Décimo – Sant’Anna* – Constituído pelo actual 1º districto de Sant’Anna, incluindo os prédios da praça da Republica, entre a rua Menezes Vieira e a travessa do Senado; e excluindo os prédios da rua Frei Caneca que lhe pertenciam.

*Décimo primeiro – Gambôa* – Constituído pelo actual 2º districto de Sant’Anna, excluindo os prédios da rua Camerino que lhe pertenciam.

*Décimo segundo – Espirito Santo* – Constituído pelo actual districto desta denominação, incluindo todos os predios da rua Miguel de Frias e Aristides Lobo; e excluindo os prédios da rua de S. Christovão que lhe pertenciam e a zona compreendida nos limites do novo districto de Santa Thereza.

*Décimo terceiro – S. Chirstovão* – Constituído pelo actual districto desta denominação; excluindo os prédio da rua Pedro Ivo que lhe pertenceiam.

*Décimo quarto – Engenho Velho* – Constituído pelo actual 1º districto desta denominação, incluindo os prédios da rua Pedro Ivo e da rua de S. Christovão, entre o largo do Estácio de Sá e a rua Miguel de Frias; e excluindo os prédios desta ultima rua e os da rua Aristides Lobo que lhe pertenciam.

*Décimo quinto – Andarahy* – Constituído pelo actual 2º districto do Engenho Velho, excluindo a zona compreendida nos limites do novo districto da Tijuca.

*Décimo sexto – Tijuca* – Constituído pela parte dos actuaes districtos da Gávea, Jacarepaguá e o 2º do Engenho Velho, compreendida dos limites estabelecidos: Do Pico existente entre os morros do Mirante e da Formiga, na altitude de 605 metros e

situado no actual limite dos districtos da Gloria e do Engenho Velho, por uma linha que, passando nos encontros das ruas Conde de Bomfim e do Uruguay, deixando abaixo todos os prédios da rua Uruguay e passando entre as ruas da Gratidão e Maria Amália, vá ter ao alto do morro situado nos fundos da Fabrica de Rapé Meron, na altitude de 242 metros; deste ponto por uma recta até o Pico da Tijuca; deste ponto, por uma recta ao Bico de Papagaio; deste ponto por uma recta ao Pico da Taquara; deste ponto por uma recta ao extremo oeste da Ilha do Ribeiro; deste ponto por uma linha sul até o mar; deste ponto pelo mar e pela actual divisa entre os districtos de Jacarepaguá e Gávea até Pedra Bonita; deste ponto, por uma recta ao Alto do Cochrane; deste ponto por uma recta ao ponto denominado Meza do Imperador; deste ponto por uma recta ao morro Queimado, e deste ponto pelo actual limite dos districtos da Gávea e Engenho Velho até o ponto de partida.

*Décimo septimo – Engenho Novo* – Constituído pelo actual 1º districto do Engenho Novo.

*Décimo oitavo – Meyer* – Constituído pela actual 2º districto do Engenho Novo, incluindo todos os prédios da rua Camarista Meyer, da rua Dias da Cruz até á rua Engenho de Dentro, desta rua da rua Manuel Victorino entre a rua Engenho de Dentro e a rua Padilha, desta rua, da rua Piauhy entre a rua Padilha e a rua Santa Cruz e desta rua entre a rua Piauhy e ponto do rio Jacaré.

*Décimo nono – Inhaúma* – Constituído pelo actual districto desta denominação, excluindo as ilhas do Fundão, Bayacú, Catalão, Bom Jesus, Pinheiro e Sapucaia e ilhotas adjacentes e excluindo ainda os prédios da rua Camarista Meyer da rua Dias da Cruz até á rua Engenho de Dentro, desta rua, da rua Manoel Victorino, entre a rua Engenho de Dentro e a rua Padilha, desta rua, da rua Piauhy entre a rua Padilha e a rua de Santa Cruz e desta rua entre a rua Piauhy e a ponte do rio Jacaré.

*Vigésimo – Irajá* – Constituído pelo actual districto desta denominação, excluindo a ilha do Saravatá.

*Vigésimo primeiro – Jacarepaguá* – Constituído pelo actual districto desta denominação, excluindo a zona comprehendida nos limites do novo districto da Tijuca.

*Vigésimo segundo – Campo Grande* – Constituído pelos actuaes 1º e 2º districtos de Campo Grande.

*Vigésimo terceiro – Guaratiba* – Constituído pelos actuaes 1º e 2º districtos da Guaratiba.

*Vigésimo quarto – Santa Cruz* – constituído pelo actual districto desta denominação.

*Vigésimo quinto – Ilhas* – Constituído pelos actuaes districtos da Ilha do Governador e de Paquetá, incluindo as ilhas de Saravatá, Fundão, Bayacú, Catalão, Bom Jesus, Pinheiro, Sapucaia e ilhotas adjacentes a estas (Decr. leg. n. 434 de 16 de Junho de 1903, art. 1º).

Art. 15. A presente divisão territorial não alterará, até a ulterior deliberação do Poder competente, o que está actualmente estabelecido sobre as zonas de arrecadação dos impostos municipaes (Decr. leg. n. 434, art. 2º).

Art. 16. Para a execução da lei n. 547 de 10 de Maio de 1898 e do decreto n. 420 de 07 de Maio de 1903, os povoados das zons suburbanas comprehenderão os seguintes pontos:

*19º Districto – Inhaúma* – Engenho de Dentro (na parte do Districto), Encantado, Piedade, Cupertino, Cascadura, Pilares, Freguezia (Praça de Botafogo e Matriz), Bomsucesso, Ramos e Xavier.

*20º Districto – Irajá* – Madureira, Campinho (na parte pertencente ao Districto) e Cascadura (na parte pertencente ao Districto) até a Estação da Estrada de Ferro Central e Arraial da Penha.

*21º Districto – Jacarepaguá* – Do Campinho (limite de Irajá) até o Engenho de Fóra, inclusive. Do Tanque (inclusive) até Porta d'Água.

*22º Districto – Campo Grande* – Realengo, começando no limite de Irajá pelo rio Piraquara. – Bangú, começando no limite do Realengo e terminando no rio dos Cachorros. – Santíssimo, começando no rio dos Cachorros e terminando na ponte do Lameirão. – Campo Grande, começando na ponte do Lameirão e terminando em Inhoaíba.

*23º Districto – Guaratiba* – Arraial da Pedra, começando na Ponta Grossa, e terminando na estrada que vae para o Catruz.

*24º Districto – Santa Cruz* – Santa Cruz, a começar do edifício da Superintendência até o Curral Falso, por um lado, e pelo outro a começar do Bodegão e a terminar na rua Petrópolis. – Sepetiba, rua da Praia.

*25º Districto – Ilhas* – Paquetá – Toda a ilha do Governador – Freguezia, Olaria, Pitagueiras, Zumby, Ribeira, Juquiá, Galeão, Freixeira, Praia Grande e Tubiacanaga (Decr. n. 469, art. 2º).

Art. 17. A zona rural do districto de Inhaúma, a que se refere o artigo 6º do decreto n. 967 de 31 de Dezembro de 1903, fica determinada como sendo toda a parte não compreendida nos perímetros seguintes:

*Primeiro perímetro* – Partindo da divisa desta circumscrição com a do Meyer, na Estrada de Santa Cruz, seguinte por esta divisa até o cruzamento da rua Engenho de Dentro com a 25 de Março e contornando depois esta rua e seguidamente as ruas: Dr. Monteiro da Luz, Brazil, Amazonas, Moura, Furtado, de Mendonça, Coelho de Mendonça, Angélica Reis, Pedro Reis, Barros Leite, Elias da Silva, Souto, Nova de S. Pedro, Estação, Iguassú e Capitulino até a estrada de ferro auxiliar da Central (Melhoramentos do Brazil), seguindo por esta, abrangendo a povoação da Terra Nova até encontrar o Caminho dos Pilares, contornando-o até encontrar a Estrada de Ferro Rio do Ouro; dahi contornando a povoação de Inhaúma até a Estrada Velha da Pavuna, por onde segue até em frente ao cemitério velho, contornando este e seguindo pela estrada de Ferro do Rio do Ouro, até encontrar a rua Matheus da Silva, partindo dahi em linha recta até a ponte da estrada de ferro auxiliar da Central (Melhoramentos do Brazil) sobre o rio Faria, e dahi até o começo da rua Sant’Anna, contornando esta e a rua da Capella até encontrar a estrada de Santa Cruz, seguindo está até o ponto de partida, ficando assim compreendidas no perímetro todas as ruas citadas.

*Segundo perímetro* – Partindo do encontro da estrada do Porto de Inhaúma com o caminho do Engenho da Pedra, segue contornando este caminho e as ruas Dr. Torquato, Regeneração e a estrada do Porto de Inhaúma até voltar ao ponto de partida. (Decr. n. 470 de 09 de Fevereiro de 1904, artigo único).

## ANEXO III

Código de Posturas de 1904, sobre a regulamentação do trabalho e comércio ambulante.

REF: 35(815.41)''1904/6

(094.4)::352.075.31

A485. V. 2 Ex.3

## LEGISLAÇÃO GERAL

### PARTE XI

Tiradores de esmolas e mendigos

(Decreto Legislativo n. 403 de 14 de março de 1903)

Art. 593. É proibido, sem licença da prefeitura, visada pela Repartição da Policia, tirar esmolas do Districto Federal, para qualquer fim ou objecto. Os infractores incorrerão na multa de 50\$, a qual, se não fôr paga, será convertida em oito dias de prisão (Dec. nº 403, art 1º.)

Art. 594. É vedado expressamente o exercício de mendicidade no Districto Federal.

§ 1º. Os mendigos que forem inhabeis para trabalhar, depois de reconhecidos como taes por inspecção sanitária feita por tres medicos da Directoria Geral de Hygiene e Assistencia Publica, serão recolhidos a Asylo de S. Francisco de Assis.

§ 2º. Os mendigos que forem julgados validos, os vadios ou vagabundos, os menores de 14 annos, maiores de 9, que por serem orphãos, ou, por negligencia, ou vícios, ou efermidades dos pais, tutores, parentes ou pessoas em cujo poder, guardo ou companhia, viviam ou por outras causas forem achadas habitualmente sós na via publica, entregues a sis mesmos e privados de educação, serão apresentados ás auctoridades competentes para o respectivo processo e applicação dos preceitos do Código Penal, lei nº 268 de 28 de Outubro de 1898 e lei nº 947 de 29 de Dezembro de 1902, conforme a hypothese (*Idem* Art. 2º.)

Art. 595. A Directoria Geral de Hygene e Assistencia Publica, os agentes da Prefeitura e Guardas Municipais são encarregados da execução deste decreto, na parte que lhes couber (*Idem* Art. 3º.)

(...)



## PARTE XV

### Exercício de Negocio, Profissão ou Industria

(...)

#### III

##### Venda pelas ruas de legumes, aves, fructas e peixes

Art. 718. É permittida a venda pelas ruas de legumes, fructas, aves e peixes, bem como outro qualquer comestível; sendo prohibido poucas em logares públicos, fóra das localidades para isso destinadas. Os infractores serão multados em 4\$, ou dous dias de prisão não tendo com que pagar. (Cod., Secç. II, Tit. 6º, §1º).

#### IV

##### Venda de productos de pequenas lavouras em pontos determinados

Art. 719. É permittida aos pequenos lavradores a venda dos productos de sua lavoura, independentemente da licença, no largo de Cascadura, do districto de Inhaúma; em quaesquer outros pontos populosos dos districtos suburbanos; no cruzamento das ruas do Jockey Club e D. Anna Nery e no largo do Engenho Novo; no largo da Segunda Feira, do districto do Engenho Velho, no campo de S. Christovão e no largo de S. Clemente. (Decr. Leg. n. 128 de 21 de Março de 1895, art. 1º).

Art. 720. Além da limpeza nos pontos em que estacionarem, serão esses pequenos lavrados, obrigados a fazer prévia comunicação ás Agencias da Prefeitura. (Decr. Cit., art. 2º).

(...)

#### X

##### Venda de peixe e hortaliças na Praça do Mercado

Art. 726. É prohibido aos vendedores de peixe, hortaliças e outros viveres, na praça do Mercado da Candelária, fazer qualquer despejo de generos deteriorados na dóca da mesma praça. Os infractores incorrerão na multa de 20\$, repetida todas as vezes que se realizar a infracção.

§ 1º Os mesmos vendedores serão obrigados a collocar junto ás respectivas bancas um cesto para receber os generos inserviveis, resíduos, detritos e outras materias susceptíveis a putrefacção; os referidos cestos serão cobertos e esvasiados nas carroças de Limpeza Publica. Os infractores incorrerão na multa de 20\$, repetida todas as vezes que se der a infracção.

§ 2º As disposições do artigo antecedente e do §1º são applicaveis ás embarcações fundeadas na doca da Candelária. (Post. de 8 e o publicada por edital de 19 de Abril de 1884, arts. 1º, 2º e 3º).

## XI

### Serviço de ganhador

Art. 727. Ninguém poderá empregar-se no serviço de ganhador, sem licença municipal, na qual se mencionarão o nome, nacionalidade e morada do licenciado (Art. 1º da post. de 4 de Fevereiro e publicada em 2 de Março de 1886).

§ 1º A licença será concedida á vista da nota da matricula passada pela Repartição da Policia. (Art. 2º).

§ 2º Todo ganhador será obrigado a apresentar, no acto de receber a carga que tiver de conduzir, o numero que lhe for designado na licença (Art. 3º).

§ 3º Sob pretexto algum poderá o ganhador negar-se a apresentar a licença, logo que lhe for exigida pela auctoridade municipal ou policial, ou por quem pretender utilizar-se dos seus serviços (Art. 4º).

§ 4º No caso de extraviar-se do dono da carga e não saber onde a deva entregar, o ganhador a conduzirá á Repartição da Policia, ou á estação policial do districto; devendo ahi apresentar a sua licença e cobrar o recibo da entrega. (Art. 5º).

§ 5º Na parochia em que estacionar, o ganhador será obrigado a sujeitar a sua licença ao *visto* do agente fiscal e da auctoridade policial.

§ 6º As licenças serão annualmente renovadas. (Art. 7º).

§ 7º Ao ganhador que infringir qualquer das disposições dos paragraphos 2º e 5º será imposta a multa de 4\$ e o que deixar de cumprir o disposto no paragrapho 4º incorrerá na multa de 10\$.

Estas serão elevadas ao dobro nas reincidencias. (Art. 8º).

§ 8º Ficam estabelecidas as seguintes penas:

I – De 5\$ de multa para o ganhador que, embora licenciado, for encontrado sem a respectiva licença; nas reincidências a multa será de 10\$.

II – De 10\$ de multa e tres dias de prisão para o que for encontrado sem licença, por não te-la solicitado na Municipalidade; nas reincidências, 15\$ de multa e cinco dias de prisão.

III – De 20\$ de multa e oito dias de prisão, além das penas em que incorrer, segundo o Código Criminal, para o que for encontrado com licença falsa; nas reincidências, 30\$ de multa e 20 dias de prisão. (Art. 9º) (...).

(...)

## XV

### Venda de pão a peso

Art. 731. Nas padarias, nos mercados e pelas ruas, não venderá pão que não seja a peso.

§ 1º Cada uma das fórmulas em que o pão for apresentado á venda, terá um peso determinado, conhecido pelo publico e garantido pelo padeiro.

§ 2º A verificação do peso do pão dependerá do comprador e da Intendencia Municipal, por seus agentes fiscaes, como em todos os generos alimentícios.

§ 3º Não será motivo de repressão a differença para menos no peso do pão, comtanto que este se mostre cozido, e a differença for insignificante.

§ 4º Os contraventores serão multados em 30\$ e no duplo, quando em reincidencia. (Post. de 12 e publicada em 19 de Março de 1892).

(...)

## XXI

### Apresentação das licenças ao agente da Prefeitura

Art. 737. Todas as licenças para o exercício da industriaes e profissões, dentro do praso de trinta dias, a contar da data em que forem pagas na Directoria da Fazenda Municipal, deverão ser apresentadas ao agente da Prefeitura do districto respectivo, para o fim de serem visadas pelo mesmo funcionarios. Aos infractores será applicada amulta de 50\$. (Decr. Leg. n. 489 de 09 de Abril de 1897).

## XXII

### Entrega de pão em cesto

Art. 738. A entrega do pão em cesto não é considerada o negocio ambulante a que se refere o § 2º do artigo 27 da lei nº 202 de 11 de Novembro de 1895. (Dec. leg. n. 410 de 08 de Junho de 1897).

(...)

## XXIV

### Commercio de aves ou de outros animaes tocados em bando

Art. 740. Fica prohibido, em todo o Districto Federal, o commercio de aves ou quaesquer outros animaes tocados em bandos pelas ruas e praças publicas, conduzidos suspensos, ou de azas ou pernas atadas.

§ 1º Esta prohibição é extensiva áquelles que, embora alheios a esse commercio, transportarem a frete ou por qualquer outro motivo, e por igual systema, essas mesmas aves e outros animaes, devedo o transporte effectuar-se em cestos, cestas, jacás ou gaiolas, dentro dos quaes as aves ou quaesquer outro animaes tenham liberdade de movimento. (Decr. Leg. n. 673 de 09 de Mario de 1899, art. 1º).

§ 2º A Prefeitura, por intermédio das Directorias de Hygiene e Obras, estabelecerá um typo de pequenos carros de molas flexíveis e formato gaiola, que serão puxados á Mao ou por meio de muares e nesses vehiculos os commerciantes dessa especialidade, ou os seus prepostos, transportarão o objecto de seu commercio. (Decr. Cit., art. 2º).

§ 3º Esses carros terão adopção obrigatória, seis mezes depois de approvedo e publicado o desenho-typo, podendo os mesmos varias sómente em relação ao tamanho, que deverá ser especificado no pedido de licença e desta constar. (Decr. Cit. 2º, § 1º).

§ 4º Nesses carros será observado o maior asseio possivel, e em receptaculos proprios o conductor será obrigado a ter sempre água e alimento apropriado ás aves ou quaesquer outros animaes conduzidos. (Decr. Cit., art. 2º, § 2º).

§ 5º Esses carros ficam equiparados aos de transporte dos productos da pequena lavoura, na zona suburbana, para os effeitos de todos os impostos. (Decr. Cit., art. 3º).

§ 6º Os infractores da presente lei pagarão 50\$ de multa e o dobro nas reincidencias.  
(Decr. Cit., art. 5º).

(...)

## XXVIII

Exercício da profissão de mascate

(Decreto Legislativo n. 830 de 31 de Outubro de 1901)

Art. 744. A classificação dos mascates (vendedores ambulantes) será feita de acordo com o disposto na lei orçamentária, correspondendo cada uma das diferentes classificações á exigência de uma licença distincta, de modo a não poder o mascate de uma mercadoria negociar em outra sem pagar integralmente os respectivos impostos de cada mercadoria (Decr. Cit. Art. 1º).

Art. 745. A licença do mascate protegerá exclusivamente a pessoa que conduzir as mercadorias de vendas licenciadas; se essas mercadorias forem encontradas conduzidas por mais de um individuo, far-se-ão indispensáveis tantas licenças quantas estes forem (Decr. Cit., art. 3º).

Art. 746. Fica absolutamente prohibida a localização destes mascatas dentro da zona urbana do Districto Federal. (Decr. Cit., art. 4º).

Paragrapho único. A licença acima tratada deverá ser trazida bem expostas ás vistas do publico, sempre que pela espécie do processo de transporte da mercadoria isso seja possível (Decr. Cit., art. 5º).

Art. 748. O mascate vendedor ambulante que, sob qualquer fundamento, requerer certidões ou segundas-vias de licença, pagará por essa, a titulo de multa, tanto quanto teria de pagar se fosse licença nova.

Paragrapho único. Se essa licença exceder de 200\$, esta quantia, constituirá o maximo a ser cobrado por cada uma das referidas certidões ou segundas-vias. (Decr. Cit., art. 6º).

Art. 749. Os infractores da presente lei pagarão a multa de 200\$, e, nas reincidencias, soffrerão novas multas de igual quantia. (Decr. Cit., art. 7º).

## XXIX

Casos de prohibição de venda ambulante

Art. 750. Fica prohibido aos mercadores ambulantes de leite conduzir as vaccas pelas ruas para venda desse gênero. (Decr. com força de lei n. 370 de 09 de Janeiro de 1903).

Art. 751. Fica prohibida a venda ambulante de bilhetes de loteria. (Decr. n. 372, com força de lei, da mesma data).

### XXX

#### Condições para o commercio ambulante de miúdos de rezes

Art. 752. É permittido o commercio de miúdo de rezes feito por negociantes ambulantes, satisfeitas as seguintes condições:

a) Os miúdos serão transportados á cabeça ou em carros em caixas de zinco, divididas em tres compartimentos fenestrados em cinco faces e separados por septos também de zinco.

b) Essas caixas serão contidas em outras de madeira, fechadas e forradas de zinco sobre aberturas feitas nas quatro faces lateraes, que serão interceptadas por téla ou tecido de arame, cuja malha não exceda 1 ½ millimetros.

c) Entre o fundo interno da caixa de zinco e o da externa de madeira haverá um espaço de cinco centímetros, pelo menos, de altura. (Decr. n. 462 de 05 de Janeiro de 1904, art. 1º).

Art. 753. A venda de miúdos nas ruas e logradouros públicos só será permittida até as 10 horas da manhã. (Decr. n. 462, art. 2º).

Art. 754. As licenças para o commercio ambulante de miúdos só serão concedidas depois de ouvida a Directoria Geral de Hygiene e Assistencia Publica, que declarará se a caixa ou carro, a que se refere o artigo 752, satisfaz ás condições exigidas. (Decr. cit., art. 3º).

Art. 755. Os infractores incorrerão na multa de cem mil réis (100\$), pela primeira vez, e duzentos mil réis (200\$), pela segunda; sendo lhes cassada a licença se reincidirem. (Decr. cit. Art. 4º).

Art. 756. Fica sem effeito o decreto n. 371 de 09 de Janeiro de 1903. (Decr. cit., art 5º).

### XXXI

#### Certidões de licenças dos mercadores ambulantes e de vehiculos

Art. 757. As licenças de vendedor ambulante de vehiculos valerão exclusivamente, no primeiro caso, para pessoa que conduizer as mercadorias de venda licenciada, e, no segundo caso, para os proprietários ou conductores dos mesmos vehiculos. (Decr. n. 394 de 20 de Fevereiro de 1903, art. 1º).

§ 1º O mascate (vendedor ambulantes) e bem assim os proprietários ou conductores de vehiculos que, sob qualquer fundamento, requererem certidões ou segundas-vias de licença, pagarão por esta tanto quanto teriam de pagar se fosse licença nova. (Decr. cit. Art., 2º).

§ 2º Se essa licença exceder de 1:000\$, esta quantia constituirá o maximo a ser cobrado de cada uma das certidões ou segundas-vias. (Decr. cit., art. 3º).

## XXXII

### Feiras ou mercados livres

Art. 758. Fica o Prefeito auctorizado a estabelecer na zona urbana do Districto Federal feiras ou mercados livres, os quaes funcionarão aos domingos, dias santos e feriados, nas praias, ruas e avenidas préviamente designadas. (Decr. leg. n. 997 de 13 de Outubro de 1904, art. 1º).

Art. 759. As feiras ou mercados livres são destinadas á venda, exclusivamente a retalho, de fructas, legumes, animaes domésticos, flores, plantas vivas, productos de pequena lavoura e das industrias ruraes e de quaesquer genereos de commercio considerados de primeira necessidade, a juízo do Prefeito. (Decr. cit., art. 2º).

Art. 760. Os courrentes ás feiras ficam isentos de qualquer imposto ou taxa municipal, pagando apenas a contribuição de 200 réis por metro quadrado da área occupada, quando se tratar de productor agrícola ou representante de industria rural, e 500 réis pela mesma unidade, em todos os outros casos. (Decr. cit., art. 3º).

Art. 761. A Prefeitura mandará, préviamente, delimitar a zona que deve ser occupada pela feira, tendo em vista não prejudicar o transito. (Decr. cit., art. 4º).

Art. 762. As feiras ou mercados livres funcionarão das 06 às 11 horas da manhã durante o verão, e das 07 às 12, durante o inverno, devendo ser fiscalizados pela Agencia da Prefeitura do respectivo districto. (Decr. cit., art. 5º).

Art. 763. Antes de iniciada a feira, um representante da Prefeitura examinará os productos que vão ser expostos á vendo, eliminando aquelles que forem julgados impróprios para o consumo. (Decr. cit., art. 6º).

Art. 764. Os productos da pequena lavoura e das industrias connexas serão expostos á venda conforme vierem acondicionados dos centros productores; os demais artigos, em installações uniformes, de accordo com os moldes indicados pela Prefeitura. (Decr. cit., art. 7º).

Art.765. Os productos sujeitos á decomposição pela acção do sol devem ser collocados debaixo dos toldos. (Decr. cit., art. 8º).

Art. 766. Os commerciantes que concorrem ás feiras, deverão solicitar licença gratuita da Prefeitura, especializando no respectivo requerimento as mercadorias com que tiverem de concorrer. (Decr. cit., art. 9º).

Art. 767. Os productos que figurarem na feira só poderão ser vendidos fóra, quando o productor ou commerciante o tenha pago a necessária licença. (Decr. cit. Art. 10º).

Art. 768. Terminada a feira, cada concorrente retirará a sua installação e productos e procederá a limpeza do local que tiver occupado, terminando a dentro do prazo maximo de uma hora. (Decr. cit., art. 11º).

Art. 769. Durante a ultima hora os productores que tomarem parte nas feiras poderão fazer leilão dos seus productos. (Decr. cit., art. 12º).

Art. 770. Os concurrentes não poderão utilizar para qualquer fim as arvores das praças, ruas ou avenidas, onde se realisarem as feiras. (Decr. cit., art. 13º).

Art. 771. A renda das feiras será reservada para á fundação e custeio, no Districto Federal, de uma escola pratica de agricultura. (Decr. cit. art. 14º).

Art. 772. Serão instituídos prêmios para os representantes da lavoura e da industria connexars que exhibirem melhores productos na feira que realisar em dia determinado pela Prefeitura. (Decr. cit., art. 15º).

Art. 773. A installação de uma feira ou mercado livre será commemorada, sempre que for possível, com uma festa das arvores. (Decr. cit., art. 16º)

Art. 774. Para a venda de flores, fica igualmente o Prefeito auctorizado a estabelecer mercados livres, na Praça Tiradentes, os quaes funcçionarão das 06 horas da manhã á 01 da tarde. (Decr. cit., art. 17º).

Art. 775. Fica o Prefeito igualmente auctorizado a abrir os créditos necessários para a execução da presente lei. (Decr. cit., art. 18º).

Art. 776. A Prefeitura fará regulamentar as presentes disposições. (Decr. cit., art. 19º).



## ANEXO IV

Código de Posturas de 1928

REF: 25(815.41)''1928''(094.4)::352.075.31

Código de Posturas Municipaes

### AMBULANTES (P. 12)

#### *Fructas – Sorvetes, etc., sem cocção*

Art. 10º – A venda ambulante de fructas, sorvetes, refrescos, bebidas ou artigos alimentícios pomptos para immediata ingestão, ou que não tiverem se soffrer cocção, só será permittida em corrocinhas, caixas ou outros receptáculos fechados de modo que a mercadoria fique inteiramente resguardada da poeira ou de elementos maléficos de qualquer espécie.

Exceptuam-se as balas, biscoutos em pacotes e bonbons com envoltório, cuja venda será permittida em caixas ou cestinhas abertas.

#### *Vestidos e calçados decentemente*

1º – Os vendedores deverão apresentar-se decentemente vestidos e calçados.

2º – Os infractores serão passíveis de multas de 10\$000 e o dobro nas reincidencias.

#### *Pesos e medidas alteradas*

§ 1º – Os mercadores ambulantes que tiverem ou fizerem usa de pesos, balanças, medidas, garrafas e copos graduados, etc., alterados ou falsificados, ou que empregarem qualquer artifício para ludibriar os compradores, ficam sujeitos á multa de 200\$000, além da apprehensão dos mesmos pesos, balanças, medidas e do ambulante, para garantia de multa.

#### *Businas, campainhas e cornetas*

§ 2º – Fica proibido aos ambulantes o uso de businas, campainhas, cornetas e outros meios ruidosos, sujeitos os infractores á multa de 100\$000.

#### *Apostas sobre corridas de cavallos*

§ 3º – Fica prohibida a venda ambulante, mesmo como agentes de estabelecimentos licenciados, de apostas sobre corridas de cavallos. O infractor fica sujeito á multa de 1:000\$000.

#### *Zona prohibida*

§ 4º – Fica prohibida a venda ambulate de artigos de qualquer espécie nos districtos de Candelária, S. José, Gloria, Santa Thereza (parte baixa), Santo Antonio, Sant'Anna, Gambôa, Santa Rita e Sacramento, em qualquer dia, exceptuados porém:

- a) aves;
- b) carnes e miúdos de rezes;
- c) ovos;
- d) peixes;
- e) verduras e frutas (quitanda).

que poderão funcionar em qualquer dia, mas até ás 12 horas, e, bem assim os de doces, sorvetes, balas e bonbons, que funcionarão de accôrdo com a respectiva tabella orçamentária.

O infractor das disposições deste paragrapho, incorrerá na multa de 50\$000 e na apprehensão do ambulante, na falta de immediato pagamento de multas.

(...)

Art. 67.

#### *Ambulantes – Vehiculos*

§ 13º Os vehiculos de transporte ou de venda ambulante de generos alimentícios, deverão ser construídos de modo a preservar os generos de qualquer contaminação, e mantidos na mais rigorosa limpeza.

a) É prohibido transportar ou deixar em caixas, cestos ou em qualquer vehiculo de condução para venda, assim como em depósitos de generos alimentícios, objectos estranhos ao commercio do producto.

b) Os infractores deste paragrapho serão punidos com a multa de 500\$000, e o dobro nas reincidencias, além da apprehensão dos productos, que serão inutilizados.

#### *Repousar sobre*

§ 14º Não é permittido aos conductores de vehiculos, ou aos seus ajudantes, repousar sobre os generos alimentícios que transportarem.

Multa de 200\$000, e o dobro nas reincidencias.

#### *Trajes dos ambulantes*

§ 15º Os indivíduos empregados na venda ambulante ou no transporte de generos alimentícios, deverão apresentar-se com trages rigorosamente limpos.

Multa de 10\$000 e o dobro nas reincidencias.

(...)

### LOTERIAS (BILHETES)

#### *Ambulantes*

Art. 87 – O commercio ambulante de bilhetes de loteria, legalmente autorizadas, fetio por conta dos próprios ambulantes ou de intermediários entre aquelles e os respectivos concessionários, obedecerá as exigências seguintes, bem como ficará sujeito ao pagamento de licença de accôrdo com a lei orçamentária então em vigor.

Para os effeitos da licença acima tratada, será esta, em qualquer época do exercício, considerada como de inicio de negocio.

§ 1º – Aos vendedores ambulantes não será permittido exercerem este commercio:

a) descalços ou em mangas de camisa;

b) sem o distintivo que, aos mesmos destinados, a Prefeitura tiver estabelecido ou vier a estabelecer;

c) sem serem portadores da respectiva licença municipal para a prompta exhibição a quem de direito;

d) com estacionamento em qualquer ponto da via publica;

e) com pregão em alta voz;

f) difficultando o transito publico;

g) com invasão dos vehiculos de qualquer natureza, públicos ou particulares.

§ 2º – A permissão de menores neste gênero de actividade dependerá das condições especiaes que o Prefeito estabelecer consoantemente com as leis federaes respectivas.

§ 3º – Independentemente da acção penal cabivel ao delinquente, e quando, a juízo do Prefeito, a pratica do acto delictuoso estiver sufficientemente provada, será, sem restricção de qualquer espécie, cassada a licença daquelle que, á sombra do seu ramo de negocio, ambulante ou não, explorar ou agenciar qualquer jogo prohibido por lei.

§ 4º – O infractor será punido com a multa de cincoenta mil réis (50\$), sendo legitima a apprehensão dos bilhetes com que for encontrado, quando conveniente para garantia do que o infractor tiver a pagar á Municipalidade, lavrando-se da apprehensão o competente auto.

§ 5º – O saldo dos prêmios que couberem aos bilhetes apprehendidos será (depois de indemnizada a fazenda municipal do que a esta dever o infractor, de impostos e multa, relativos á respectiva infracção) entregue, na fórmula da lei, a quem de direito.

Art. 88 – É prohibido, em qualquer lugar de publico accesso, o uso, sem conveniente resguardo, de machinas ou instrumentos, electricos ou não, e de substancias ou preparados chimicos, que produzam luz sufficientemente intensa para prejudicar a vista daquelle que inadvertidamente fixal-a, ou produza fumo ou gazes de aspiração nociva á saúde, devendo o uso desse material, quando permittido, por quem de direito, ser sempre feito dentro de barracas ou velado por biombos inteiramente opacos, de modo a obstar os perniciosos effeitos da imprevidência dos inexperientes ou incautos.

O infractor pagará a multa de cincoenta mil réis (50\$000) sujeito, na reincidencias, á multa em dobro, além da perda do material occasionador da contravenção.

Art. 89 – Fica prohibido em todos os domínios da Municipalidade do Districto Federal o corte ou destruição, por qualquer processo, das arvores denominadas – mangues, e bem assim qualquer outra vegetação protectora da vasa lodosa das terras em formação e dos productos marinhos.

Multa de 200\$000 e, na falta de pagamento – prisão por dois dias. Nas reincidencias, multa pelo dobro.

§ 1º – Ficam sujeitos ás mesmas penas os que destruírem as vegetações que cobrem os lodos e todas as zonas alagadiças.

§ 2º – Todo aquelle que, com sua embarcação, destruir as arvores de mangues, indo de encontro às mesmas, ou destruir as plantações dos mesmos mangues ou cercas que as protejam, ou quaesquer outros vegetaes, protectores da vasa lodosa, incorrerá na multa de 50\$000 e o dobro nas reincidencias.

Na falta da multa – 24 horas de prisão.

§ 3º – Fica prohibio manobrar rêdes de qualquer espécie sobre coroas lodosas, quer de formação recente, quer antiga, que por descortinados dos mangues, ficam, por ocasião da vasante da maré, a descoberto e expostas á acção directa dos raios solares, afim de serem replantadas pela Municipalidade, em beneficio da saúde publica, da navegação e da industria da pesca.

Multa de 50\$000 e o dobro nas reincidencias; e na falta – prisão por 24 horas.

Art. 90 – O balanço das marquizes não poderá exceder a largura dos passeios, nem exceder ao limite maximo de tres metros (3m,00).

§ 1º As marquizes serão construídas de modo que não prejudiquem a arborização e a iluminação publica, e não occultem placas de nomenclatura de logradouros públicos.

§ 2º Os supportes ou consolos das marquizes terão espaçamento mínimo de tres metros (3m,00).

§ 3º A cobertura das marquizes só poderá deixar de ser feita de material translúcido, quando, pela sua disposição, ou collocação, não prejudicar a iluminação natural dos compartimentos cujas portas e janellas ficarem collocadas sob essas marquizes.

§ 4º No caso de emprego de material translúcido e sujeito a quebrar-se facilmente, como os vidros, serão as marquizes dotadas de dispositivos que protejam os transeuntes contra a queda de fragmentos.

Multa de 200\$000 além da obrigatoriedade de ser a obra novamente executadas de accordo com as prescripções acima, podendo ser embargada até sua legalização.

Art. 91 – Nas fabricas de massas, e nos estabelecimentos congêneres, a secagem dos productos será feita por meio de estufas ou camaras apropriadas, devidamente aprovadas pela autoridade competente, quando a situação da fabrica não permittir a secção ao ar livre.

Multa de 1:000\$000, e o dobro nas reincidencias.

Paragrapho único – No caso de reincidencia, apóz o pagamento da multa, e no caso de não ter sido sanada a falta, será estabelecimento interdictado.

Art. 92. Ninguém poderá collocar mastros nas fachadas de prédios sem previa licença da autoridade competente.

Multa de 100\$000 – e legalização do acto de collocação.

§ 1º São isentos dos impostos municipaes os mastros que se destinarem ao hasteamento de bandeira nações, nos prédios desta cidade.

§ 2º É indispensável requerimento para que a licença seja concedida pela Prefeitura, devendo o interessado declarar o fim a que se destina o mastro, para que possa ficar isento do imposto.

§ 3º Todo aquelle que se utilizar do mastro para fins diferentes do allegado no requerimento, será multado em 100\$000 cada vez que praticar tal acto.

(...)

## SERVIÇO DOMÉSTICO

### *Agencia de locação*

Art. 118. As agencias de locação de serviços domésticos só poderão funcionar no Districto Federal, mediante licença concedida ou reformada pela Prefeitura e obedecendo aos seguintes dispositivos:

São consideradas agencias de locação de serviços domésticos, as que servem de intermediários entre os serviçaes e os patrões para os misters seguintes:

- a) cozinheiros e seus ajudantes;
- b) copeiros;
- c) lavadeiras e engommadeiras;
- d) cocheiros e hortelãos;

- e) cocheiros e auxiliares;
- f) quaesquer serviços domésticos.

§ 1º Nessas agencias será estabelecida a matricula dos candidatos a taes empregos, em livros especiaes rubricados pelos agentes da Prefeitura – ficando nelles discriminados os dizeres da ficha individual do candidato e mister a que se dedica.

§ 2º Como elemento indispensável para a matricula, apresentará o candidato a ficha dactyloscopica fornecida, acutalmente, pelo Gabinete de Identificação, da Policia; e attestados das autoridades do districto, de boa conduta, saúde e vaccina, e mais provas necessárias á garantia dos matriculados.

§ 3º Ao matriculado, no momento da primeira locação, será entregue uma caderneta com os característicos especiaes de cada agencia de locação de serviços, na qual serão descriminados – o nome, a idade, nacionalidade, cor, etc., numero correspondente á matricula data do contrato e mister a que se dedica o candidato e rubricada pela agencia da Prefeitura.

Esta caderneta, para ser vallida, depois da localização do seu possuidor – deverá ser visada pela respectiva agencia de localização de serviços, após a saída do serviçal da casa onde esteve empregado.

§ 4º As agencias enviarão semanalmente ás agencias da Prefeitura um boletim do movimento dos matriculados e locação – e demais informações.

§ 5º As agencias de locação serão responsáveis pela falsificação ou irregularidades nos lançamentos dos livros de matricula e nos boletins enviados ás agencias da Prefeitura; e, nesse caso, pagarão a multa de 50\$ a 200\$; e, na reincidencia, será cassada licença.

§ 6º Os menores só poderão ser matriculados para a localização e localizados pelas agencias, com autorização escripta de seus pais ou tutores, o que deve constar no livro respectivo – com explicitas indicações.

§ 7º No caso de perda da caderneta, outra poderá ser fornecida pela agencia de localizações de serviços – com a declaração de “2ª via” – observando-se nesta o que ficar determinado para a primeira e mais informações fidedignas oriundas do ultimo padrão a que serviu o matriculado localizado pela respectiva agencia.

O fornecimento de caderneta substituindo a primeira, em caso de extravio, só poderá ser feito mediante toda a segurança de informações colhidas pela agencias, que incorrerá na multa de que trata o § 5º, se se verificar a transgressão ao que se refere este paragrapho.

§ 8º A verificação dos livros especiais de matrícula poderá ser feita em qualquer momento pelas autoridades encarregadas de fiscalizar e executar as leis municipais.

§ 9º As amas de leite que se matricularem deverão, além das outras exigências, apresentar o certificado do Instituto de Assistência Pública Municipal a que competir o exame e atestação de nutrízes mercenárias.

§ 10º As agências deverão ter legalizado o seu regulamento interno, estabelecendo as condições em que são feitos os contratos de locação – e nesses as formalidades legais que firmem a garantia mútua entre as partes contratantes – patrões e empregados.

§ 11º No caso em que um serviçal possuindo a caderneta de uma agência, perfeitamente regularizada, vá se inscrever em outra agência, perfeitamente regularizada, vá se inscrever em outra agência – desta receberá a respectiva caderneta com os característicos peculiares – na qual se inserirá essa circunstância, com anotação resumindo as declarações existentes na outra agência



## **Arquivos**

- Arquivo Nacional (Registro dos Vapores)
- Arquivo da Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Biblioteca, Documentação Escrita, Iconografia)
- Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional (Iconografia)
- Arquivo Privado da Família Fasolato (Minas Gerais)
- Biblioteca Nacional (Iconografia)

## **Revistas**

- Revista de História da Biblioteca Nacional. Nº 72. Ano 06. Setembro de 2011. Italianos no Brasil.
- Revista História Viva. nº 52, ano V. Italia Nostra!

## **Sites**

- Arquivo Nacional: [arquivonacional.gov.br](http://arquivonacional.gov.br)
- Domínio Público: [www.dominopublico.gov.br](http://www.dominopublico.gov.br)
- Family Search: [familysearch.org](http://familysearch.org)
- Fundação Biblioteca Nacional: [www.bn.br](http://www.bn.br)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Economia: [ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)
- Instituto Moreira Salles: [ims.uol.com.br](http://ims.uol.com.br)
- Instituto Geografico Militare: [www.igmi.org](http://www.igmi.org)
- Itaú Cultural: [itaucultural.org.br](http://itaucultural.org.br)
- Portal Augusto Malta: [portalaugustomalta.rio.rj.gov.br](http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br)
- Portal Itália: [portalitalia.com.br](http://portalitalia.com.br)
- Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação: [restaurabr.org/arc/index.html](http://restaurabr.org/arc/index.html)
- Wikipédia (foto de Angelo Agostini): [pt.wikipedia.org/wiki/Angelo\\_Agostini](http://pt.wikipedia.org/wiki/Angelo_Agostini)

## Bibliografia

- ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada**. Império: A Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Volume. 02.
- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Brava Gente!** Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSIS, Machado. **Casa Velha**. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)
- ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Globo, 2008.
- ASSIS, Machado. **Esaú e Jacó**. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)
- ASSIS, Machado. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Globo, 2008.
- ASSIS, Machado. **A Semana**. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)
- ASSIS, Machado. **Várias Histórias**. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)
- AZEVEDO, Aluisio. **O Cortiço**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira & CHALHOUB, Sydney. **Trabalhadores na cidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**. O pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BARRETO, Lima. **1881-1922. Contos Completos**; organização e introdução de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, Lima. **Marginalia**. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)
- BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**. Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)
- BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)
- BARRETO, Lima. **Vida Urbana**. Disponível em: [www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br)

- BARTHOLAZZI, Rosane A. **Os italianos no Noroeste Fluminense**. Estratégias familiares e mobilidade social (1897-1950). Niterói: Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 1992
- CAPPELLI, Vittori. **La Terra Promessa**. Artigo apresentado em <http://www.ilquotidianoweb.it>, em 05 de Fevereiro de 2012.
- CARELLI, Mario. **Carcamanos e Comendadores**. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919 – 1930). São Paulo: Ática, 1985.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1975.
- CHALHOUB, Sydney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHINELLI, Filippina. **Folhas no chão**. Etnografia de uma sociedade de jornalheiros. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**. Momentos Decisivos. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2007.
- DIAS, Maria Ângela; NÓBREGA, Cláudia & BOUSQUET, Francyla. **História da Arquitetura como Ferramenta de Preservação**. O caso da Restauração do Antigo Hotel Sete de Setembro. **IN:** Revista Brasileira de Arqueometria,

Restauração e Conservação. Vol. 01, n. 02. 2007: site:  
<http://restaurabr.org/arc/index>

- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. Dos Annales à Nova História. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. **IN: A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ERMAKOFF, George. **Rio de Janeiro. 1900-1930**. Uma Crônica Fotográfica. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2003.
- FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FERREZ, Gilberto. **O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez**. Paisagens e tipos humanos, 1865-1918. São Paulo: Ex Libris, 1984.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis**. Associativismo no Rio de Janeiro, 1903 – 1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Lisboa: Difel, 1989.
- GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró & TERRA, Paulo Cruz (orgs.). **Faces do Trabalho: Escravizados e Livres**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais e o princípio educativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Volume 02.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Volume 03.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. O *Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Volume 05.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: Variantes e Índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Volume 06.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Volume 02.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes Perigosas**. Banditismo Urbano e Rural. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- GURAM, Milton. **A fotografia em três tempos**. Entrevista realizada em 03 de março de 2009, Sta. Tereza, 1h07 min., depositada no LABHOI/UFF. Entrevistadora: Ana Maria Mauad.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1870**. Paz e Terra, 2008.
- KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual*. **ArtCultura**, Uberlândia, vol. 08, n. 12, jan-jun 2006.
- LABANCA, Gabriel Costa. *Società Beneficenza e Mutuo Soccorso degli Ausiliari della Stampa*: a organização da distribuição de periódicos no Rio de Janeiro do início do século XX. Publicado no Anais eletrônico da ANPUH-Rio 2010.  
[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276478824\\_ARQUIV\\_O\\_artigo\\_societa\\_anpuhrio2010\\_2.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276478824_ARQUIV_O_artigo_societa_anpuhrio2010_2.pdf)
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**. Uma reflexão em busca da auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro**. Do capital comercial ao industrial e financeiro. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais, 1978.
- LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia A. & STANLEY, Myriam. **Questão Habitacional e o Movimento Operário**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro. 1890 – 1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- MARTINS, Ismênia de Lima. Conferência apresentada na Mesa Redonda *Italianos no Brasil*. Arquivo Nacional / Instituto Italiano de Cultura do Rio de Janeiro, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). **O Estado Brasileiro: agência e agentes**. Niterói: EdUFF/ Vício de Leitura, 2005.
- MENEZES, Lená Medeiros. **Os indesejáveis**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1996.
- RÉMOND, Réne (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2003.
- PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre história, fotografias e objetos: imigração italiana e memória das mulheres**. Tese de doutorado em História Social, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- RENAULT, Delso. **O Dia-a-dia no Rio de Janeiro Segundo os Jornais. 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Organização de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. “História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil.”. IN: CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). **Cidades: Olhares e Trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- ROIO, José Luiz del (org.). **Trabalhadores do Brasil**. Imigração e Industrialização. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SARMIENTO da SILVA, Érica. **Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)**. Santiago de Compostela: Tese de Doutorado, 2006.
- SERENI, Emilio. **Il capitalismo nelle campagne. (1860-1900)**. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 1967.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. Volume 03.

- TAGG, John. **The burden of representation:** essays on photographs and histories. Mineapolis: University of Minesota Press, 1988. PP: 01-33; 153-211; 227-230.
- TRENTO, Ângelo. **Os italianos no Brasil.** Premio, 2001.
- TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.
- VANNI, Júlio César. **Italianos no Rio de Janeiro.** A história do desenvolvimento do Brasil partindo da influência dos italianos na capital do Império. Niterói (RJ): Comunità, 2000.
- VASQUEZ, Pedro Karp. **O Brasil na Fotografia Oitocentista.** São Paulo: Metalivros: 2003.
- WEYRAUCH, Cléia Schiavo; FONTES, Maria Aparecida Rodrigues e AVELLA, Aniello Ângelo. **Travessias Brasil Itália.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.
- WEYRAUCH, Cléia Schiavo. **Deus abençoe esta bagunça.** Imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro. Niterói: Comunità, 2009.